

# Saber Humano

## Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti

E-ISSN 2446-6298  
Vol. 12, n. 19. Jul./Dez. 2021.  
Restinga Sêca, RS.



### **Saber Humano – Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**

Estrada Recanto Maestro, nº 338 | Distrito Recanto Maestro | Restinga Sêca-  
RS Cep: 97200-000

Tel. (55) 3289-1141 | (55) 3289-1139

[saberhumano@faculdadeam.edu.br](mailto:saberhumano@faculdadeam.edu.br)   [www.saberhumano.emnuvens.com.br/sh](http://www.saberhumano.emnuvens.com.br/sh)

Licença Creative Commons

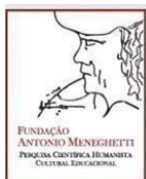


Este obra está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não  
Comercial- Compartilha Igual 4.0 Internacional.

É permitida a reprodução dos artigos desde que citada a fonte.

Os conceitos emitidos em cada artigo são de responsabilidade de seus respectivos autores.

APOIO:



## Corpo Editorial

### Editor-Chefe

Prof. Bruno Fleck da Silva, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil; Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Camp, Campinas-SP, Brasil; Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

### Editores Adjuntos

Dra. Patrícia Wazlawick, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dra. Claudiane Weber, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil; Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

### Editor Gerente

Dra. Claudiane Weber, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

### Editor de Layout

Laura Scortegagna Lopes, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

### Consultoria SEER/OJS

Lepidus Tecnologia, Brasil.

### Conselho Editorial

Dra. Constança Terezinha Marcondes Cesar, Universidade Federal de Sergipe-UFS; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC SP, São Paulo-SP, Brasil.

Dr. Élsio José Corá, Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC RS, Porto Alegre-RS, Brasil.

PhD Marcos Cordeiro D'Ornellas, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil. Dra. Lisiane Pellini Faller, Faculdade Metodista de Santa Maria-FAMES, Santa Maria-RS, Brasil.

Me. Tais Andrade, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dra. Lisandra Manzoni Fontoura, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dra. Andrea Ad Reginatto, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil. Dr. Felipe da Veiga Dias, Faculdade Meridional-IMED, Passo Fundo-RS, Brasil.

Esp. Horácio Chikota, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Me. Renato Preigschadt de Azevedo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre- RS, Brasil

Me. Vinícios Gonchoroski de Oliveira, Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, Santa Cruz do Sul-RS, Brasil.

Me. Lúcio André Müller Lorenzon, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil; Universidade Luterana do Brasil-ULBRA, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Rafael Padilha dos Santos, Università degli Studi di Perugia-UNIPG, Perugia-PG, Itália; Universidade Estatal de São Petersburgo -SPBU, São Petersburgo-Distrito Federal do Noroeste, Rússia; Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dr. Ricardo Schaefer, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dr. Fernando do Nascimento Lock, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dra. Estela Maris Giordani, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Erico Azevedo, Pontifícia Universidade Católica-PUC, São Paulo-SP, Brasil; Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas-SP, Brasil.

Dra. Leticia Lassen Petersen, Faculdade América Latina-FAL, Ijuí-RS, Brasil; Fundação Educacional Machado de Assis-FEMA, Santa Rosa-RS, Brasil.

Dr. Siegfried Muñoz van Lamoén, Universidade de Playa Ancha de Ciencias de la Educación-UPLA, Valparaíso, Chile.

Me. Vera Lucia Rodegheri, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

### **Assessores Científicos/Avaliadores**

Dr. Jonábio Barbosa dos Santos, Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Campina Grande, PB; Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Campina Grande-PB; UNIFACISA, Campina Grande- PB, Brasil.

Me. Felipe Dalenogare Alves, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dra. Clarissa Mazon Miranda, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dra. Andrea Ad Reginatto, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS,

Brasil. Dr. Rafael Padilha dos Santos, Università degli Studi di Perugia-UNIPG, Perugia-PG, Itália;

Universidade Estatal de São Petersburgo-SPBU, São Petersburgo-Distrito Federal do Noroeste, Rússia; Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dr. Erico Azevedo, Pontifícia Universidade Católica-PUC-SP; Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, Campinas-RS, Brasil.

Esp. Eloy Demarchi Teixeira, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS,

Brasil. Dr. Felipe da Veiga Dias, Faculdade Meridional-IMED, Passo Fundo-RS, Brasil.

Me. Renato Preigschadt de Azevedo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre- RS, Brasil.

Me. Vinícios Gonchoroski de Oliveira, Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, Santa Cruz do Sul-RS, Brasil.

Dra. Patrícia Wazlawick, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS,

Brasil. Me. Elita Maria Bianchi Tessari, Faculdade América Latina-FAL, Ijuí-RS, Brasil.

Me. Rafael Gomiero Pitta, Faculdade de Balsas-UNIBALSAS, Balsas-MA, Brasil.

Dr. Fernando do Nascimento Lock, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dra. Estela Maris Giordani, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria-RS,

Brasil. Me. Paulo André Nogueira Lima, Faculdade de Balsas-UNIBALSAS, Balsas-MA, Brasil.

Me. Luiz Dutra, Antonio Meneghetti Faculdade-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dra. Ana Marli Bulegon, Antonio Meneghetti Faculdade-AMF, Restinga Sêca-RS,

Brasil. Me. Ariane Simioni, Universidade Federal de Pelotas-UFPel, Pelotas-RS, Brasil.

Me. Marcia Zilio, Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS-Unijuí, RS, Brasil.

Dra. Leticia Lassen Petersen, Faculdade America Latina-FAL, Ijuí-RS, Brasil; Fundação Educacional Machado de Assis-FEMA, Santa Rosa-RS, Brasil.

Me. Grasiela Lourenzon de Lima, Faculdades Santo Augusto-FAISA, Santo Augusto-RS, Brasil.

Me. Rosane Maria Neves, Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC-Campus Gaspar, Gaspar-SC, Brasil.

Dra. Claudiane Weber, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil;

Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Saber Humano: Revista científica da Antonio Meneghetti Faculdade – Vol. 12, n. 19 – Restinga Sêca: Antonio Meneghetti Faculdade, 2021. 239 p.: il.

Semestral

A partir de 2014, a Saber Humano: Revista científica da Antonio Meneghetti Faculdade publicada de 2011, Vol. 1, n. 1 até o ano de 2013, Vol. 3, n.3 , em formato impresso, passou a publicar apenas na versão On- line.

Modo de acesso World Wide Web:

<<http://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/index>>.

ISSN: 2178-7689

E-ISSN: 2446-6298

1. Ontopsicologia
  2. Administração
  3. Sistema de informação
  4. Direito
  5. Educação I.
  6. Interdisciplinar.
- Faculdade Antonio Meneghetti Bibliotecário Responsável: Claudiane Weber. CRB-10/1917

## Editorial



### Prezado leitor,

Com satisfação, a Saber Humano, Revista Científica da Antonio Meneghetti Faculdade tem a satisfação de apresentar à comunidade academia e público em geral sua edição de **volume 11 e número 19**.

Esta edição é aberta com a seção Ontopsicologia. A seção traz o artigo intitulado *Estudo da qualidade do tempo livre de estudantes durante a pandemia de covid-19* de autoria de Fernando Dorneles Gindri e Bruna de Franceschi Schirmer Gindri. O estudo evidencia as atividades escolhidas pelos estudantes para desfrutar do tempo livre durante o confinamento gerado pela COVID-19, apontando para o não uso funcional do tempo livre e refletindo sobre a temática a partir da perspectiva ontopsicológica de Antonio Meneghetti.

A seção de Direito desta edição é composta por três textos. O primeiro texto intitulado *A política de democratização da comunicação no Brasil e os contornos sobre o papel das novas mídias na difusão da informação e na consolidação da democracia* de autoria de Bruno Mello Correa de Barros e Matheus Boniatti Feksa analisa o histórico dos meios de comunicação no Brasil inferindo a necessidade de marcos regulatórios específicos que propiciem a atuação de novas fontes no cenário da comunicação, potencializando o caráter plural e democrático; o segundo texto, intitulado *A sustentabilidade na nova lei de licitações* de autoria de Lucas Pacheco Vieira e Adriano Puerari reflete sobre o tratamento da sustentabilidade na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos investigando as normas que podem concretizar as várias dimensões da sustentabilidade e a existência de condições jurídicas para que se promova progresso efetivo na aplicação da sustentabilidade nas contratações públicas a partir da Lei nº 14.133/2021; Por fim, o terceiro texto desta seção, intitulado *Políticas públicas no combate ao trabalho infantil pós-regresso do*

*ministério do trabalho* de autoria de Regina Vera Villas Bôas e Carlos Alberto do Patrocínio Junior adentra aos novos rumos das políticas públicas ao combate ao trabalho infantil, no Brasil, após o recente regresso do Ministério do Trabalho, ocorrida em 27.07.2021, por meio da Medida Provisória nº 1.058/2021 e pelo decreto nº 10.761, de 2 de agosto de 2021, que reorganiza a estrutura do Ministério.

A seção Administração traz o artigo intitulado *Análise sobre a motivação de produtores rurais para o exercício da atividade agrícola na região central do rio grande do sul* de autoria de Mario Fernando Mello e Larissa Buligon Brondani. O artigo apresenta um estudo realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de questionário aplicado com agricultores da Quarta Colônia, região central do Rio Grande do Sul. Como principais resultados, ficou evidenciado que o amor pela atividade agrícola, a realização profissional e a busca de lucro com a atividade, são fatores relevantes para a permanência no campo; Também compõe a presente seção o artigo *Contratação garante Inclusão? Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho* de autoria de Susenara Visentini e Matheus Machado Laurini. O estudo teve como objetivo geral analisar os aspectos relacionados à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sob a ótica de trabalhadores com deficiência e gestores de empresas de Santa Maria/RS.

A seção Educação, terceira desta edição, traz o artigo de autoria de Karine Cristina Scherer, Marcos Alexandre Alves e Marcele Pereira Zucolotto intitulado *Os desafios da hiperespecialização por Edgar Morin*. O texto aponta para a Teoria da Complexidade de Edgar Morin e o fenômeno da hiperespecialização frente às problemáticas educacionais vigentes.

Por fim, a seção Interdisciplinar conta com a publicação de cinco artigos. Primeiramente, o texto intitulado *Produção Científica sobre Cooperativas nos Encontros da ANPAD de 2016 a 2020* de autoria de Gevair Campos. No que se refere ao tema exposto no título, dentre os principais resultados destaca-se a representatividade de instituições da região sul do país realizando estudos sobre o tema proposto, bem com cooperativas desta região com alvo dos estudos realizados; o segundo artigo publicado nesta edição é intitulado *Qualidade na Radiologia: um caminho de melhoria contínua*, de autoria de Aline Garcia Pereira e Lizandra Garcia Lupi Vergara, refletindo sobre os significados sobre qualidade que a

literatura traz no serviço de radiologia; o terceiro e último artigo desta seção, de autoria de Tarciara Fonseca Pereira, Vilson Alves Gois, Karoline Mikaelle Paiva Soares e Laís Karla Silva Barreto, intitulado *A Tecnologia de Pasteurização pelo Método Alternativo: Capacitação e Novas Perspectivas para a Agricultura Familiar* aponta para inovações na pasteurização do leite para pequenos produtores de queijo coalho da agricultura familiar.

Desejamos ao leitor uma profícua leitura, bem como, agradecemos o contínuo trabalho de excelência realizados pelos avaliadores e toda a equipe editorial da Saber Humano: *Revista Científica da Antonio Meneghetti Faculdade* e nosso especial agradecimento aos autores que aqui tiverem seus textos publicados. Nesta mesma motivação fazemos votos de Boas Festas e um excelente 2022 aos nossos leitores!

**Cordiais Saudações**

**Prof. Ms. Bruno Fleck da Silva, editor-chefe.**



## **Estudo da qualidade do tempo livre de estudantes durante a pandemia de covid-19**

**Fernando Dorneles Gindri<sup>1</sup>  
Bruna de Franceschi Schirmer Gindri<sup>2</sup>**

**Resumo:** Em tempos de pandemia de Covid-19 houve um aumento no tempo livre para a maioria da população. Frente a isso, com escolas e universidades fechadas, os estudantes tiveram mais tempo ocioso para executar suas atividades fora desses ambientes. Assim, sabendo da importância do uso adequado do tempo livre, foi desenvolvido o estudo em questão, buscando analisar o aproveitamento desse período, focado no público de estudantes. O trabalho foi realizado através de uma pesquisa quali-quantitativa, com a aplicação de um questionário online confidencial, com o objetivo de verificar o uso do tempo livre de estudantes, através da relação entre o período antes e durante o atual cenário pandêmico. Os dados da pesquisa apontam que a maioria dos estudantes ficou confinada com suas famílias em algum momento da pandemia, colocando esses jovens diante de uma realidade diferente do que estavam acostumados, ficando mais tempo no interior de suas residências, os forçando à adaptação de novos hábitos de rotina para aproveitar seu tempo livre, que conseqüentemente, os levaram a aumentar a utilização de meios virtuais. Os resultados da pesquisa apontam que as atividades escolhidas pelos estudantes para desfrutar do tempo livre durante o confinamento, muitas vezes, não foram inteligentes e sadias, interferindo assim, negativamente na sua saúde mental. Essas atitudes contribuíram para o surgimento de diferentes sinais psíquicos como estresse, alteração no sono, ansiedade, tédio, alteração de humor etc. Para amenizar os sintomas trazidos pela pandemia, muitos jovens aumentaram seu consumo de álcool como uma válvula de escape para atual situação pandêmica.

**Palavras-chave:** Tempo Livre; Estudantes; Pandemia.

### **Study of the quality of students free time during the covid-19 pandemic**

**Abstract:** In the time of the Covid-19 pandemic, there was an increase in free time for the majority of the population. Faced with this, with schools and universities closed, students had more idle time to perform their activities outside these environments. Thus,

---

<sup>1</sup> MBA em Business Intuition pela AMF. Engenheiro Civil pela UFSM. Bacharel em Física com Ênfase em Física Médica pela UFN. fernandogindri@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Distúrbios da Comunicação Humana (UFSM). Mestre em Distúrbios da Comunicação Humana - Linha de Pesquisa: Audição e Equilíbrio - Diagnóstico, Habilitação e Reabilitação - UFSM (2012). Bacharel em Direito - AMF (2020). Fonoaudióloga pela Universidade Federal de Santa Maria (2009). schirmer.bf@gmail.com



knowing the importance of the adequate use of free time, the study in question was developed, seeking to analyze the use of free time, focused on the student audience. The work was carried out through a qualitative and quantitative research, with the application of a confidential online questionnaire, with the objective of verifying the use of students' free time, through the relationship between the period before and during the current pandemic scenario. The survey data show that most students were confined to their families at some point during the pandemic, placing these young people in a different reality than they were used to, staying longer inside their homes, forcing them to adapt to new habits routine to enjoy their free time, which consequently led them to increase the use of virtual media. The research results show that the activities chosen by students to enjoy their free time during confinement were often not intelligent and healthy, thus interfering negatively in their mental health. These attitudes contributed to the emergence of different psychic signs such as stress, changes in sleep, anxiety, boredom, changes in mood etc. To alleviate the symptoms brought by the pandemic, many young people increased their consumption of alcohol as a way for the current pandemic situation.

**Keywords:** Free time; Students; Pandemic.

### **Calidad em radiología: um caminho hacia la mejora continua**

**Resumen:** En tiempos de la pandemia de Covid-19 hubo un aumento del tiempo libre para la mayoría de la población. Ante esto, con escuelas y universidades cerradas, los estudiantes tuvieron más tiempo libre para realizar sus actividades fuera de estos entornos. Así, conociendo la importancia del uso adecuado del tiempo libre, se desarrolló el estudio en cuestión, buscando analizar el uso de este período, enfocado al público estudiantil. El trabajo se llevó a cabo a través de una investigación cualitativo-cuantitativa, con la aplicación de un cuestionario en línea confidencial, con el fin de verificar el uso del tiempo libre por parte de los estudiantes, a través de la relación entre el período anterior y durante el escenario pandémico actual. Los datos de la encuesta muestran que la mayoría de los estudiantes estuvieron confinados con sus familias en algún momento durante la pandemia, poniendo a estos jóvenes en una realidad diferente a la que estaban acostumbrados, permaneciendo más tiempo en sus hogares, obligándolos a adaptarse a nuevos hábitos de rutina para disfrutar su tiempo libre, lo que les llevó a incrementar el uso de los medios virtuales. Los resultados de la encuesta muestran que las actividades elegidas por los estudiantes para disfrutar del tiempo libre durante el confinamiento a menudo no eran inteligentes y saludables, lo que interfiere negativamente con su salud mental. Estas actitudes contribuyeron a la aparición de diferentes signos psíquicos como estrés, trastornos del sueño, ansiedad, aburrimiento, cambios de humor, etc. Para paliar los síntomas que traía la pandemia, muchos jóvenes aumentaron su consumo de alcohol como válvula de escape a la actual situación pandémica.

**Palabras clave:** Tiempo libre; Estudiantes; Pandemia.

## **1. Introdução**

O surgimento do ócio veio com o advento da sociedade industrial, ao qual o relógio trazido pela maquinaria utilizada nas indústrias, veio fragmentar o tempo de vida dos

trabalhadores, dividindo-o em: tempo de trabalho e o de não trabalho ou livre (AQUINO; MARTINS, 2007).

Conforme a ótica Ontopsicológica, o conceito de tempo livre pode ser entendido por: “[...] uma oportunidade de fazer melhor, aprender outras coisas, qualificar os instrumentos, os meios da própria personalidade profissional e humana a aumentá-la, [...] é um potencial à disposição: é preciso saber investi-lo bem” (MENEGHETTI, 2013, p. 228-229). Ainda conceituado pelo autor, “O escopo do tempo livre é aquele de centrar mais a unidade consigo mesmo, para qualificar o investimento dessa unidade operativa no próprio ambiente de responsabilidade ou de investimento” (MENEGHETTI, 2010, p. 428).

Atualmente, o tempo livre aumentou para a maioria da população, devido ao surgimento de Covid-19. Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou o estado de contaminação para a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2). A mudança de classificação não se deveu à gravidade da doença, mas sim, devido à alta transmissibilidade e à disseminação geográfica rápida que o Covid-19 apresentou (WHO, 2020). Frente a esse cenário, no Brasil a pandemia impactou na vida social da população como um todo, afetando o âmbito educacional, a saúde, a economia e o lazer. A pandemia impôs um modelo de distanciamento social, que resultou em menor circulação de pessoas nas cidades, no desenvolvimento em larga escala do trabalho remoto e em uma diminuição do convívio com outras pessoas. Assim, o resultado do fechamento de locais para a vivência do tempo livre e do lazer (praças, cinemas, bares, teatros, parques, programações ao ar livre etc.), foi a adoção de uma vida mais doméstica (MONTENEGRO et al., 2020).

Nessa situação se encontra uma grande parcela de indivíduos da população brasileira: os jovens estudantes, que tiveram que alterar suas rotinas diárias devido ao fechamento das instituições de ensino e se voltaram para o ambiente doméstico. Logo, o tempo se tornou mais disponível para a maioria dos estudantes que ficaram em casa, tendo que desenvolver formas para despender o seu tempo livre, mesmo que conciliado com o ensino a distância e ensino remoto (online). Desse modo, nos dias de confinamento, pensar e repensar na essência do tempo livre se faz mais necessário em períodos de pandemia.

Portanto, o presente trabalho tem por objetivo, verificar quais são as alternativas que os estudantes adotaram para aproveitar o seu tempo livre. Fazendo uma relação entre o

uso do tempo livre no período anterior à pandemia, comparando-o ao tempo que lhes está sendo ofertado durante ao atual cenário pandêmico. E, com isso, verificar quais são os malefícios trazidos pelas escolhas que não são úteis para os participantes da pesquisa.

## **2. Desenvolvimento Teórico**

### **2.1 Tempo Livre**

#### **2.1 Trabalho, ócio, tempo livre e lazer**

Para CASTILHO et al. (2020), o indivíduo depende do seu trabalho para garantir a sua sobrevivência, estando este trabalho sempre ligado ao conceito de passagem do tempo.

O ócio é tão antigo quanto o trabalho, para MENEGHETTI (2010) o conceito de ócio está relacionado a um empenho intelectual, de consciência, moral e subjetivo.

Os momentos de *vacatio* (falta de ação) eram momentos nos quais os antigos latinos habitualmente se dedicavam ao ócio, a um espaço do tempo reservado exclusivamente a si mesmos, no qual readministrar as próprias ideias, a própria posição, a própria organização de si mesmos e de si mesmos em meio aos outros, em meio às coisas da sociedade, em meio às coisas do mundo. (MENEGHETTI, 2010, p. 425)

Para FERREIRA (2010), o ócio tem origem com o advento da sociedade industrial. Pois, após a Revolução Industrial teve-se a distinção entre vida e trabalho, com o surgimento do tempo livre como sendo uma conquista da classe operária frente à exploração do capital, e com isso, ficou evidente a separação entre tempo de trabalho (produção dos meios para a própria sobrevivência) e o de não trabalho ou livre (atividades contrárias ao trabalho).

O conceito de lazer está relacionado ao tempo para executar as atividades que se voltam à recomposição física e mental, ou seja, é o tempo utilizado para se desenvolver, além do tempo do trabalho (AQUINO; MARTINS, 2007).

O lazer é um direito previsto na declaração dos direitos humanos, feito em um período pós Segunda Guerra Mundial, sendo um direito que está previsto na Constituição

Brasileira de 1988, conforme consta no artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição” (BRASIL, 1988), ou seja, o lazer é garantido por lei. Porém, o brasileiro não se vê no direito de usufruir deste lazer, não o vendo como um direito social ou como uma possibilidade de oportunizar esse direito entendido como um dever de estado (RECHIA, 2020).

Para MONTENEGRO et al. (2020) o lazer pode ser entendido como uma necessidade humana, uma dimensão da vida social e da cultura, a qual envolve múltiplas vivências culturais, nas quais a atitude lúdica é predominante, como as brincadeiras, esportes, passeios, virtualidades, artes, turismo, etc. Além disso, o lazer pode ser considerado não sendo só um tempo isolado, ou mesmo ausente de tensões e contradições, mas que se relaciona com outras dimensões da vida social, como: educação, trabalho, política, etc. Portanto, as práticas de lazer ensinam algo no âmbito da crítica ou da conformação, atuando, assim, na educação e na formação de sujeitos.

O tempo livre pode estar relacionado ao consumo de atividades consideradas de descanso e lazer, atividades essas ligadas ao entretenimento e ao divertimento. A sobra de tempo abre espaço para diferentes modos de usar e de desfrutar do que é ofertado pela indústria do entretenimento, cultura, moda, turismo, esporte, etc. Com o incremento dos serviços de entretenimento e de diversão, o tempo de lazer mais uma vez se incorpora ao tempo produtivo, uma vez que, se transforma em tempo de consumo (FIGUEIREDO e SARÉ, 2014).

### **2.1.2 Tempo livre dos jovens**

O tempo livre conceituado por Meneghetti (2013), pode ser explicado como sendo:

[...] uma possibilidade de organizar, inventar, renovar, melhorar: é um ato de vontade coerente com amor profundo ao ser que se é. É uma tarefa, um espaço a ser desenhado. Quem, em vez disso, afirma não saber o que fazer, está fora. (MENEGETTI, 2013, p. 229)

Para Meneghetti (2017) o local que o jovem está inserido, a circunstância que ele está vivendo, são situações que geram o início de um período de perda ou de uma desorganização de si mesmos, que ocorrem diversas vezes, mas principalmente durante o tempo livre. Muitas vezes os jovens se encontram sem prestar atenção na própria vida, ou

seja, em si mesmos e vem a vontade de se distanciar, pois, não se sabe como desenvolver a si próprio. Para o autor:

Quando se está em ação, fazendo as coisas ou por dever, ou por necessidade, ou por contrato, ou por prazer, tudo pode ir bem. Mas, quando acontece de ter o tempo “nu e cru” e não se sabe como ou onde investi-lo, se procura um ponto onde distrair-se e evadir de si mesmo. (MENEGHETTI, 2017, p.101-102)

Portanto, durante o tempo livre dos jovens se faz necessária a adoção de medidas para não se distanciar de si mesmos (estar ao vazio). Gerir o tempo livre, se tornou muito importante em períodos de incertezas geradas pela pandemia de Covid-19.

## **2.2 Pandemia de covid -19**

Com o decreto da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, que o Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus, foi classificada como pandemia (WHO, 2020), a população brasileira começou a sentir os efeitos desta, devido às mudanças abruptas em seus cotidianos impostas pela doença. Pois, se fez necessária a adoção de medidas de segurança em saúde para a população em geral no Brasil, que se tornaram partes integrantes da vida do brasileiro, tais como: o uso de máscara, o uso de álcool em gel, o distanciamento social; à medida que a pandemia avançava em alguns momentos chegou-se a adotar os bloqueios totais (“lockdown”), medidas de isolamento social para pessoas que testaram positivo para a doença, fechamento do comércio, fechamento de escolas, entre outras medidas adotadas de acordo com os protocolos em saúde indicados pelos estados e municípios. Sendo o objetivo dessas estratégias, o de reduzir o contato físico entre as pessoas, e assim, diminuir o risco de transmissão da doença para promover o achatamento da curva de crescimento dos casos de Covid-19 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Uma vez que à pandemia foi decretada pela OMS, diversos estados começaram a tomar as devidas providências frente à propagação da doença. No Rio Grande do Sul não foi diferente, com a chegada de Covid-19 foi publicado no diário oficial do Estado o decreto de lei Nº 55.118 em 16 de março de 2020 (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2020), dispondo as medidas emergenciais de prevenção da transmissão de Covid-19, no âmbito do Poder Executivo. Assim, foi formado um comitê gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde de Covid-19 e de

providências emergenciais, que dentre outras iniciativas, determinou a suspensão imediata das atividades educacionais no Estado, induzindo o fechamento compulsório das instituições de ensino públicas e privadas.

Com o fechamento das instituições de ensino públicas e privadas, a fim de evitar a disseminação de Covid-19, os estudantes tiveram que adaptar suas rotinas diárias de estudos, as levando para os seus ambientes domésticos. Assim, sem deslocamentos até as instituições de ensino, o tempo se tornou mais disponível para estes estudantes, tendo que saber administrar a nova forma de ensino em conjunto com os seus momentos de tempo livre.

Tanto para os estudantes quanto para a população em geral, o distanciamento social trazido pela pandemia de Covid-19, gerou uma redução da mobilidade urbana e da sociabilidade. Esse fato gerou como resultado o aumento na virtualização das relações sociais e a maior utilização de tecnologias para o cumprimento de diversas tarefas, como: estudos, atividades laborais e de lazer (MONTENEGRO et al., 2020).

Diante das transformações sociais, econômicas, ambientais e culturais provocadas pela pandemia de Covid-19, é de fundamental importância avaliar os efeitos desse fenômeno sobre a vida dos estudantes, principalmente, no que tange o gerenciamento do seu tempo livre antes e durante o período pandêmico.

### **3. Metodologia**

O estudo foi realizado através de uma pesquisa exploratória, com natureza quali-quantitativa.

A coleta de dados foi feita através de um questionário online, desenvolvido na plataforma Google Forms, elaborado pelo próprio autor da pesquisa. Para chegar até o público alvo, o questionário foi disponibilizado para os contatos do autor através de uma rede social de troca de mensagens instantâneas (WhatsApp), e-mail e perfis na rede social (Facebook), de modo a tentar atingir a maior quantidade de estudantes. O início da pesquisa foi no dia 22 de setembro de 2020 e finalizado o recebimento de respostas no dia

02 de outubro de 2020, gerando um total de 10 dias com o questionário online para coleta de dados. Nesse período, obteve-se um total de 57 questionários respondidos.

O método utilizado para interpretação das informações foi o dedutivo, conhecendo os estudantes e, confrontando o uso do seu tempo livre, para um período antes da pandemia com relação ao período durante a pandemia.

## **4 Resultados e discussões**

### **4.1 Conhecendo o público alvo**

A pesquisa se inicia realizando as perguntas direcionadas ao conhecimento do público alvo (*Bloco 1*).

Para o início da caracterização da amostra, foi solicitada a idade dos estudantes. Os resultados obtidos mostram de que a maioria da amostra é formada por 34 estudantes (59,65%) na faixa etária de “até 20 anos”, seguida por 21 estudantes (36,84%) que estão na faixa etária de “21 a 30 anos” e 2 estudantes (3,51%) possuem acima de “30 anos”. Dessa forma, verifica-se que a amostra é formada por três faixas etárias distintas, tendo um domínio da faixa etária de “até 20 anos”.

Seguindo com a análise, foi perguntado aos entrevistados o que eles realizam enquanto estudantes. Os resultados apontam que a maioria da amostra é formada por estudantes do Ensino Superior, totalizando 24 estudantes (42,11%), seguida por 19 estudantes (33,33%) do Ensino Médio ou Técnico integrado ao Médio, depois por 7 estudantes (12,28%) de Curso preparatório para o vestibular e, se obteve a mesma quantidade (7 estudantes) para as outras modalidades de ensino, formadas por Ensino Fundamental, Ensino Técnico, Curso de inglês, 2ª graduação e Pós-graduação. Assim, pode-se verificar que a amostra é composta por ciclos de ensino diversificados, portadores de diferentes níveis de conhecimento, que enriquecem a pesquisa.

## **4.2 Período antes e durante a pandemia**

Os resultados apresentados nesta seção, estão relacionados ao período antes (*Bloco 2*) e durante a pandemia (*Bloco 3*). Neste último bloco, as perguntas são relacionadas ao tempo de distanciamento social.

### **4.2.1 Período durante a pandemia**

Primeiramente, foi perguntado aos estudantes se eles tomaram alguma medida de distanciamento social em algum momento da pandemia. Pode-se verificar que a maioria formada por 47 estudantes (82,46%), seguiram as medidas de distanciamento social solicitadas pelos órgãos de saúde e se mantiveram em suas residências, tendo em vista que essa seria uma nova normalidade durante a pandemia. Por outro lado, 10 estudantes (17,54%) não realizaram o distanciamento social. A não escolha do distanciamento social fica a critério de cada indivíduo, porém pode trazer consequências danosas a si próprio e/ou ao coletivo, garantindo a circulação da doença, tanto dentro quanto fora do ambiente em que estão isolados (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Seguindo com a análise do período durante a pandemia, foi perguntado aos estudantes, por quanto tempo eles ficaram reclusos em suas residências. Os resultados mostram que dos 57 estudantes que responderam o questionário, a maioria deles, composta por 19 estudantes (33,33%) ficaram isolados “mais de 121 dias”, seguida por 12 estudantes (21,05%) que ficaram de “91 a 120 dias”, depois por 10 estudantes (17,54%) que ficaram de “61 a 90 dias” e 6 estudantes (10,53%) que ficaram de “31 a 60 dias”. Por último, dos 10 estudantes que indicaram não terem realizado o distanciamento social, 6 deles (12,28%) ficaram reclusos em suas residências por “até 30 dias” e apenas 3 estudantes (5,26%) não realizaram isolamento. Os resultados mostraram que a maioria dos estudantes seguiu o recomendado pelos órgãos de saúde, realizando algum tipo de distanciamento social, mesmo que em alguns casos por pouco tempo, para evitar a disseminação do vírus de Covid-19 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).



#### **4.2.2 Período antes *versus* período durante a pandemia**

Nesta seção, foram feitas perguntas para o período anterior à pandemia e, a título comparativo, foram realizadas as mesmas perguntas para o período durante a pandemia, confrontando estes resultados.

Primeiramente, foi perguntado aos estudantes com quem eles residiam antes e durante a pandemia. Os resultados mostram que 27 estudantes (47,37%), mesmo antes da pandemia, já se encontravam em sua maioria residindo com seus familiares (pai, mãe, irmãos, tios, avós etc.) e para o tempo que ficaram isolados este índice passou para 75,44%, subindo para 43 estudantes residindo com seus familiares. Este aumento de 16 estudantes (28,07%) durante o período de pandemia, pode ser explicado pelo fato de muitos estudantes residirem fora de suas cidades natais, e assim, podem ter retornado para seus lares, seguindo as medidas de distanciamento social indicados pelos órgãos de saúde, para reduzir os índices de contágio de Covid-19.

Alguns dos participantes da pesquisa residiam sozinhos, antes da pandemia havia 20 estudantes (35,09%) e durante a pandemia o índice reduziu para 8 estudantes (14,04%) - redução de 21,05%. Já outros participantes da pesquisa dividem sua residência (casa ou apartamento) com alguma pessoa, sendo antes da pandemia 6 estudantes (10,53%) residiam com colegas de residência e durante a pandemia este item reduziu para 2 estudantes (3,51%) - redução de 7,02%. Essas reduções, podem estar relacionadas ao retorno desses estudantes para a casa de seus familiares, ao qual este item teve um aumento durante o período de pandemia, devido à adoção de medidas de distanciamento social indicadas pelas autoridades em saúde das suas regiões.

A fim de fazer uma análise mais aprofundada sobre o uso do tempo livre dos estudantes, foram feitas perguntas de múltipla escolha com alternativas referentes ao aproveitamento deste tempo livre antes da pandemia e, em um segundo momento do trabalho, foi feita a mesma pergunta para o período durante a pandemia.

Nas próximas seções, serão apresentadas as alternativas assinaladas pelos respondentes da pesquisa, que apresentaram aumento, estabilidade e redução nos índices percentuais, durante o atual cenário pandêmico, se comparadas ao período anterior à

pandemia. Na última seção, serão apresentados os resultados obtidos para o estudo da saúde mental dos estudantes, através do comparativo entre os referidos períodos.

#### **4.2.3 Alternativas com aumento percentual**

Os resultados mostram que para o período durante a pandemia, a alternativa “Lendo livros” teve um maior crescimento de 31,58%, escolhido por 30 estudantes (52,63%) e, antes da pandemia, por 12 estudantes (21,05%). Isso mostra que a maioria dos estudantes escolheu uma ótima forma de aproveitar seu tempo livre. Porém, não podem adotar qualquer livro para ler e sim aqueles que lhe agradam para estudá-lo. Se os jovens leem um bom livro e entendem alguns capítulos, ganham uma maior eficiência de si mesmos, assim como, um melhor domínio e uma melhor consciência, onde o saber é poder para quem está lendo e não para os outros e, a partir do indivíduo, nascem tantas outras coisas boas (MENEGETTI, 2010). Para MENEGETTI, (2010, p. 428) “[...] uma boa leitura que amplia o mundo e amplia a estratégia de pensar, a estratégia de como investir a própria personalidade no espaço próximo, como qualificar a própria psicologia territorial, como tornar uno para depois multiplicar-se.”

A alternativa “Refletindo sobre a vida” obteve um aumento percentual considerável durante a pandemia de 31,58% se comparado ao período anterior. A disponibilidade de tempo livre gerada pela pandemia de Covid-19, levou os estudantes a pensarem mais sobre suas vidas. Porém, isso leva ao encontro do explanado por Meneghetti (p.101, 2017) “Quantas vezes nos encontramos a ter que nos dar conta da própria vida, isto é, de si mesmos, e vem a vontade de distrair-se porque um não sabe como empenhar a si mesmo”. Nesse contexto, se faz o vazio do tempo livre, em que esses momentos de solidão geram tédio e vazio no indivíduo, não enaltecendo seu Em Si ôntico.

Outro item a ser destacado que obteve um aumento de 24,56% durante a pandemia, foi o de “Realização de cursos online ou presenciais (inglês, pós-graduação, técnicos etc.)”. Durante a pandemia, as atividades presenciais foram proibidas como medida de prevenção ao avanço de Covid-19. Onde, até o momento, o distanciamento social é uma das melhores alternativas para coibir o avanço do vírus (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). O tempo livre gerado pelo distanciamento, levou alguns estudantes da pesquisa a enriquecerem seus

conhecimentos, na área em que atuam, para o trabalho ou a título de conhecimento em outras áreas, através da realização de cursos online durante a pandemia.

Uma alternativa escolhida que merece destaque é o de preparar os próprios alimentos, “Cozinhando”, que teve um aumento de 21,05% durante a pandemia se comparado ao período anterior ao pandêmico. Com o advento da pandemia, os jovens ficaram mais tempo no interior de suas residências, desenvolvendo mais as suas habilidades na cozinha.

O item “Cuidando da casa (limpeza, lavando louças/roupas etc.)” obteve um aumento de 10,52% durante a pandemia, se comparado ao período de normalidade. Os estudantes tiveram maior tempo ocioso para se dedicar à casa, aumentando os cuidados com as suas roupas e residência. Outro fato que pode estar relacionado a esse aumento, é que a pandemia restringiu o acesso de pessoas externas para realizar as tarefas domésticas, passando a serem realizadas pelos estudantes, para aqueles que adotaram as medidas de distanciamento social, evitando trazer o vírus para o interior de suas residências.

Os itens descritos anteriormente “Cozinhando” e “Cuidando da casa” obtiveram um incremento significativo durante o período pandêmico, ou seja, durante a maior disponibilidade de tempo imposta pela pandemia. Fato este que pode ser considerado positivo, pois se dedicaram mais a si mesmos e a enaltecer sua alma (Em Si ôntico). Isso leva ao encontro de MENEGHETTI (2010), dizendo que “o tempo livre é a ocasião [...] de verificar se tudo está em ordem, de fazer aquelas coisas que recuperam, que unificam, que fazem uno dentro e de acompanhá-las com algo que dá alimento espiritual [...]”

O item “Cuidando do animal de estimação” teve um incremento de 14,04% durante o período de pandemia. Isso leva a crer, que os estudantes com um maior tempo disponível em suas residências, devido às medidas de distanciamento social adotadas, utilizaram seu “animalzinho” como uma forma de compensar a solidão e preencher seu tempo livre os cuidando. Assim como aqueles que não tinham um animal, partiram para aquisição ou para a adoção, a fim de obter um conforto para solidão em tempos de confinamento. Desde o início da pandemia, os índices de adoção de animais de estimação tiveram um acréscimo significativo se comparados ao período anterior à pandemia (DIVINO, 2020).

Alguns jovens procuram ocupar o seu tempo livre “dormindo”, dedicando-se a isso tanto em tempos de normalidade, por 57,89% dos estudantes, quanto em tempos de

pandemia, para 70,18% dos respondentes da pesquisa. Este acréscimo de 12,29% durante a pandemia, pode estar associado ao maior tempo ocioso disponível, no interior de seus domicílios, as levando a aumentar o período que se dispuseram a dormir. Na ótica ôntica podemos associar o tempo destinado a dormir com a preguiça, como sendo o tempo despendido para o não aproveitamento com outras atividades que façam o indivíduo ser mais, ou seja, realizando o potencial do seu próprio Em Si ôntico. Para Meneghetti a preguiça:

Significa parar a si mesmo e não procurar tornar-se mais. Não digo que seja um mal ou perigo, porém é autolímite onde o sujeito se contenta de ser medíocre. É um sair do jogo do devir, dos riscos, dos problemas, isto é, daquela luta que se pode vencer. Mas, a preguiça não é uma realização, não é um ponto de chegada. É uma estagnação, é um fazer-se gratuito limitado no momento (MENEGHETTI, p. 57 - 58, 2017).

Outra escolha dos jovens para passar o seu tempo livre, que obteve um acréscimo de 7,01% durante a pandemia, foi o de “Assistindo programas de TV”. Para Meneghetti (2017), a escolha de programas televisivos pouco inteligentes, são escolhas estúpidas, ao qual este momento de solidão gerado pelo tempo livre, levam o vazio e tédio para suas vidas, evadindo-se de si mesmos. Assim, ao invés de estar fazendo alguma atividade criativa que engrandeça seu Em Si ôntico, estão se dedicando ao vazio, ficando mais distantes da sua essência para crescer.

O item “Navegando na internet (vendo assuntos aleatórios)” já era a escolha de 61,54% dos estudantes antes da pandemia e teve um incremento de 5,27% durante esse período. Antes da pandemia a internet já se mostrava essencial na vida dos estudantes como atividade realizada durante o tempo livre. Porém, com o distanciamento social, a internet continuou fazendo parte do cotidiano dos estudantes reclusos em suas residências, preservando sua saúde e a de seus familiares. Assim, parece indiscutível que a internet e outros aparatos digitais assumiram o protagonismo na viabilização do acesso aos interesses culturais próprios de cada indivíduo. Mas, não se pode atribuir o aumento no consumo de internet somente às vivências ligadas à diversão, também se ampliaram os usos relacionados ao trabalho, ao estudo e às compras online (CASTILHO et al., 2020).

Para Meneghetti (p.21, 2014) “a web – que seja a droga, a imagem ou a internet – é de qualquer modo uma alteridade que não tem contato com o princípio-base pelo qual vivemos”.

“[...] o Em Si ôntico é a informação-base que escreve todo o resto: o ser humano, para estar bem, deveria continuar a composição e a evolução da própria vida sempre em conformidade e em conexão com essa informação-base, do plano biológico àquele psicológico, àquele ôntico. [...] A Ontopsicologia descobriu a presença do monitor de deflexão, por isso, a internet é a natural web do monitor de deflexão, que não serve nem respeita a realidade: a internet faz ao seu modo, não está conexas com o real, mas sim com o imaginário escolhido sem base natural” (MENEGETTI, p. 23, 2014).

Assim, para o autor Meneghetti (p.24, 2014) a internet propicia um distanciamento do indivíduo da sua informação-base: “[...] se o indivíduo está fora do contato da sua informação-base, está mal, as contas não conferem, caem todas as virtudes e lhe permanece em pé apenas uma, a esperança, isto é, a segurança que tudo andar bem”. Dessa forma, o jovem que utiliza seu tempo livre para navegar pela internet e passar seu tempo, o leva a verificar uma realidade diferente da sua e a absorvendo como sua, se distanciando de quem ele realmente é, não enaltecendo a si próprio, ou seja, o seu Em Si ôntico.

A alternativa “Utilizando plataformas de streaming (Netflix, Amazon etc.)” já era utilizada por 82,46%, sendo o item escolhido pela maioria dos estudantes mesmo antes da pandemia. Em tempos de pandemia não poderia ser diferente a sua utilização, obtendo um aumento de 3,51%, sendo escolhido por 85,96% dos estudantes. Pelos resultados, pode ser visto que na sociedade atual, tem-se uma privação das vivências cotidianas, limitadas ao ambiente doméstico, utilizando equipamentos tecnológicos (televisores, smartphones, computadores, tablets etc.) conectados à internet para poder usufruir das plataformas de streaming, como meio de lazer realizado durante o tempo livre. Nesse contexto, estes equipamentos tecnológicos são utilizados como mediadores de seu contato com a realidade, o que significa reduzir sensivelmente o contato com a sociedade que estão inseridos (MONTENEGRO et al., 2020).

Para Meneghetti (p. 360, 2010), “O filme é o espelho da vida”. Ainda para o autor,

“O filme mais adequado é aquele que, em escala mundial, tem um certo resultado, atrai, agrada, provoca inevitável discussão. Além de todas as possíveis especulações a respeito de recursos, cores, movimento etc., de fato, entra um

motivo enriquecedor que se faz de “coeficiente emocional”, uma quase sutil necessidade nos espectadores de assistir o filme”. (MENEGETTI, p.357, 2010)

Assim, é importante que se assistam filmes que estejam de acordo com a sua personalidade e tragam crescimento, não o levando para o vazio de si mesmo e, conseqüentemente, a regressão.

#### **4.2.4 Alternativas com estabilidade percentual**

Pelos resultados apresentados, pode-se verificar que o uso das redes sociais, já era bem difundida sua utilização entre o público alvo da pesquisa antes da pandemia, se manteve com a mesma frequência de uso durante o período pandêmico. Esse fato indica que o consumo das mídias sociais continua sendo um condicionante da vida das pessoas, tanto para tempos de normalidade quanto para tempos de pandemia.

Para Meneghetti (2013, p. 127) “O mundo digital leva os jovens fora da existência individual e os agrupa segundo código memético de um sistema não síncrono com o humano, e os isola para fazê-los robôs que se auto eliminam da vida em si”. Dessa forma, o indivíduo capaz de interpretar, agir, selecionar e controlar as mídias sociais, executará as suas ações conforme estas e, conseqüentemente, as mídias passarão a controlar os indivíduos tornando-os alienados a elas.

Para Meneghetti (2014, p. 20) os jovens quando consomem as mídias sociais, não tem continuidade com o seu princípio-base, com o seu próprio íntimo, seu Em Si ôntico: “Mesmo quando comem ou bebem, fazem-no sempre no interior de um “reality show”. E mesmo aqueles para os quais tudo isso poderia não interessar, de fato, são condicionados por esse tipo de realidade”. Assim, para Meneghetti (p. 21, 2014) “os jovens, existem, mas pensam segundo um outro que não existe”.

#### **4.2.5 Alternativas com redução percentual**

O item que apresentou uma redução expressiva de 63,16%, durante o atual cenário pandêmico foi a alternativa “divertindo-se com amigos”, antes da pandemia 45 estudantes (78,95%) ocupavam seu tempo livre desta forma e durante a pandemia apenas 9 estudantes (15,79%) continuaram utilizando esta forma de aproveitamento de tempo. Assim,

confirmando que a maioria dos estudantes realizaram as medidas de segurança indicadas pelos órgãos de saúde, mantendo-se mais longe do convívio direto com seus amigos e evitando a disseminação do vírus (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Esta redução da utilização do tempo livre para estar se divertindo com os amigos, pode ser considerada de forma benéfica, tanto na ética da saúde quanto na Ontopsicológica. Pois, reduzindo o contato com outros jovens durante os momentos de solidão gerados pelo tempo livre durante a pandemia, o jovem não irá atrás de ocasiões estúpidas para se evadir de si mesmos.

“[...] um indivíduo enche o vazio com um outro pobre de vida, que pode ser um amigo ou amiga, que igualmente não tem nada para fazer, não sabe como encher ou “matar” o tempo. Observando a vida de muitos jovens, nota-se uma constante fuga de si mesmos e pouco a pouco, as circunstâncias, a sociedade, a vida os consomem. [...] No tempo livre, o jovem faz igualmente: chama e procura alguém para o qual ele de algum modo é precioso. Porém, depois se torna como aqueles que procurou” (MENEGETTI, p. 102, 2017).

Outros itens relacionados ao tempo livre que merecem destaque e tiveram redução durante a pandemia, são: “Prática de atividades físicas (bicicleta, caminhadas, corridas, academia etc.)” – queda de 10,53%, “Realizando trabalhos voluntários” – queda de 8,78%, e “Atividades junto à natureza” – queda de 3,51%. Estas quedas percentuais, provavelmente, estão ligadas às medidas de distanciamento social adotadas pelos estudantes, aos quais, ficaram mais restritos ao convívio com os demais entes dos grupos que faziam parte antes da pandemia de Covid-19, reforçando as medidas indicadas pelos órgãos em saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

#### **4.2.6 Estudo da saúde mental dos estudantes**

Como grande parte dos estudantes, em algum momento, ficou confinada em casa após o início da pandemia até o dia que responderam o questionário, se fez necessário o estudo de sua saúde mental, para o período anterior a pandemia, assim como, obter a mesma informação para o período durante a pandemia.

Os resultados mostram que desde antes do início da pandemia os estudantes já apresentavam sinais de saúde mental abalada. Pois, a maioria do público alvo assinalou

que já estava com a saúde mental “Regular” antes da pandemia, formado por 20 estudantes (35,09%). Já para o período durante a pandemia, a saúde mental continuou abalada para aqueles que a consideravam regular, obtendo-se até um acréscimo de 1,75%, passando para 21 estudantes (36,84%). Além do explanado acima, as demais alternativas assinaladas sobre saúde mental, apresentadas a seguir, comprovam a existência de alguma alteração nesse item pesquisado:

- “Ótima”: Redução significativa de 17,54%, formada por 12 estudantes (21,05%) antes da pandemia e reduzindo para 2 estudantes (3,51%) no período pandêmico;
- “Boa”: Redução de 8,77%, formada por 18 estudantes (31,58%) antes da pandemia e reduziu para 13 estudantes (22,81%) para o período pandêmico;
- “Ruim”: Aumento de 8,77%, formada por 6 estudantes (10,53%) antes da pandemia e elevou para 11 estudantes (19,30%) para o período pandêmico;
- “Péssima”: Aumento de 15,79%, formada por 1 estudante (1,75%) antes da pandemia e elevado para 10 estudantes (17,54%) para o período pandêmico.

A redução da qualidade da saúde mental dos estudantes pode estar associada a maior reclusão em suas residências. Pois, uma das medidas de enfrentamento ao vírus de Covid-19 é o distanciamento social, que a princípio, é visto como uma das formas de tratamento para a doença e, para todo tratamento existe um efeito colateral, efeito este que está sendo sentido pelos estudantes, com o surgimento dos efeitos psíquicos indesejados (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Nesse contexto, procurou-se identificar quais sintomas relacionados a doenças psíquicas, associadas ao distanciamento social, que os estudantes apresentaram durante o período da pandemia. Entre os sintomas mais frequentes que surgiram para a maioria dos 57 estudantes respondentes, destacou-se o item “Estresse” escolhido pela maioria formada por 44 estudantes, gerando um percentual de 77,19%, seguido de “Alteração de sono” apontado por 42 estudantes (73,68%), “Ansiedade” assinalado por 40 estudantes (70,18%), “Tédio” escolhido por 38 estudantes (66,67%), “Alteração de humor” escolhido por 35 estudantes (61,40%), “Irritabilidade” assinalado por 33 estudantes (57,89%), “Angústia” formado por 32 estudantes (56,14%), “Tristeza” escolhido por 29 estudantes (50,88%).

Os efeitos negativos da pandemia na saúde mental dos estudantes, pode estar associado ao distanciamento social. Pois, os indivíduos reclusos em suas residências, se



informando através das mídias sobre o avanço da pandemia, sabendo dos altos níveis de contágio do vírus, das milhares de mortes, e das notícias frequentes de falta de equipamentos e leitos nos hospitais, os estudantes podem ter somatizado todas estas informações a suas rotinas de reclusão, podendo provocar vários danos a sua saúde mental e acometendo ao surgimento de sinais psíquicos (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Isso nos leva a identificar outro fator que pode agravar a saúde mental dos respondentes, ainda relacionado ao distanciamento social, cujo tempo gerado por este, os leva a procurar práticas para aproveitar o tempo livre, que podem, não ser benéficas para o indivíduo. Na ética ôntica:

Quando se tem tempo livre é preciso aprender alguma coisa que pode ser um instrumento de vantagem no futuro, tendo inventividade de não se deixar jamais no vazio de si mesmo. Quando acontece essa psicologia do vazio, que depois os outros chamam de depressão, projeção, angústia etc., é preciso conseguir parar um momento dentro de si mesmo, e encontrar alguma coisa para restabelecer o contato com o próprio Em Si ôntico. (MENEGHETTI, p.107-108, 2017)

Assim, o agravamento da saúde mental dos estudantes e, conseqüentemente, o surgimento de doenças psíquicas durante a pandemia de Covid-19, estão relacionadas também, às escolhas mal geridas feitas pelos indivíduos para aproveitar seu tempo livre, que tiveram grande aumento durante ao atual cenário pandêmico.

No estado biológico, a vida é sempre movimento. Quando ao invés se experimenta o tédio, isso é consequência de escolhas mal feitas. O vazio, o não sentido, a depressão, a angústia, o medo, a desvalorização de si mesmos, tudo isso depende da estrutura do Eu lógico-histórico, aquele Eu consciente que está sujeito ao monitor de deflexão, aos estereótipos, aos campos semânticos negativos, às tantas preguiças etc. Portanto, a tristeza nasce não daquilo que o sujeito é, mas daquilo que ele pensa. Por isso, é importante saber andar além do Eu consciente, encontrar o momento de contato com o aspecto ontológico de nós mesmos (Em Si ôntico) [...] A alma tem recursos extraordinários, porém é preciso fazer contato. (MENEGHETTI, p.108-109, 2017)

Associado ao aparecimento de alguns sinais de doenças psíquicas, após longos períodos de falta de convívio social, surgiu a preocupação de verificar o consumo de álcool e de cigarro para o período antes e durante a pandemia. Uma vez que, o uso de psicoativos pode estar associado ao surgimento destas doenças psíquicas.

Para verificar o consumo de álcool dos estudantes, foi feito o questionamento aos entrevistados para o período anterior à pandemia e repetida a mesma pergunta para a fase durante o atual cenário pandêmico. A partir dos resultados, pode-se verificar um incremento de 10,53% nos índices de “consumo elevado”, anteriormente à pandemia apenas 2 estudantes (3,51%) assinalavam o consumo e, durante o atual período pandêmico passou para 8 estudantes (14,04%). Fato esse que pode ser verificado, pela possível migração dos consumidores que possuíam “consumo moderado” e obteve redução de 12,28% (antes da pandemia 18 estudantes e após reduziu para 11 estudantes) e passaram a maior ingestão de álcool durante o período pandêmico.

A adoção de medidas de distanciamento social impostas pelos órgãos oficiais de saúde, como uma medida protetiva contra o avanço da pandemia de Covid-19, gerou o fechamento de estabelecimentos comerciais (restaurantes, bares, casas noturnas, entre outros) que antes da pandemia geravam aglomerações e eram procurados pelos jovens para se encontrar com outros indivíduos do meio social que conviviam antes da pandemia. Devido à restrição do funcionamento de tais estabelecimentos, o consumo de álcool, que era realizado em espaços públicos, passou ao privado, tendo o domicílio se tornado o local de escolha para esse comportamento (GARCIA E SANCHEZ, 2020).

Diversas hipóteses têm sido levantadas buscando discutir o efeito do álcool na saúde mental durante a pandemia. Em todas elas, destaca-se que o álcool é substância depressora do sistema nervoso central, e seu consumo é fortemente associado a outros transtornos mentais. Durante o isolamento, essa associação é potencializada e pode desencadear ou exacerbar episódios depressivos e ansiosos, como também aumentar o risco de suicídio. Com o incremento do uso regular e da quantidade de álcool consumida, no longo prazo, haverá aumento da tolerância e da dependência. Os potenciais efeitos na saúde pública do isolamento em longo prazo no consumo e uso indevido de álcool ainda são desconhecidos. (GARCIA E SANCHEZ, 2020, p. 1)

Além do consumo de álcool, foi perguntado aos estudantes como eles consideram o seu consumo de cigarros antes e depois da pandemia. Os resultados obtidos mostram que o consumo de cigarros foi reduzido durante o período da pandemia. Ocorreu uma redução de 8,78% para os estudantes que se mostravam com um consumo “baixo” de cigarros, escolhido antes da pandemia por 15 estudantes (26,32%) e durante a pandemia foi reduzido para 10 estudantes (17,54%). Outro fator a ser destacado, foi a redução de 1,75% no

consumo “moderado”, antes da pandemia era a escolha de 5 estudantes (8,77%) e durante o atual cenário pandêmico reduziu para 4 estudantes (7,02%). Mas, o fator mais relevante, foi o aumento de 7,02% na quantidade de respondentes que não fuma (NA – Não se aplica) que antes da pandemia era de 36 estudantes (63,16%) e durante a pandemia passou para 40 estudantes (70,18%), indicando que mais estudantes se aliaram ao não uso do tabaco.

Esses resultados de redução nos índices de tabagismo entre os estudantes, indicam que os jovens estão apresentando um nível maior de discernimento sobre os malefícios do tabaco na sua saúde, principalmente, em tempos pandêmicos gerados por um vírus que ataca diretamente o órgão (pulmões), que é o mais prejudicado pelo uso de cigarros.

Outro fato a ser destacado, não menos importante, foi o pequeno incremento de 3,51% no consumo “elevado” de cigarros. Antes da pandemia era a escolha de 1 estudante (1,75%) e durante a pandemia passou para 3 estudantes (5,26%). Fato este que pode ser explicado pela transferência de algum consumidor que possuía consumo “moderado” e/ou “baixo” ter aumentado seu consumo de tabaco.

Na ética ôntica,

Fumar é negativo toda vez que o fumante acende um cigarro quando está tenso, apreensivo, tem muitas coisas para fazer, de tal forma que o cigarro se torna parte integrante da ação tensa do sujeito. Isto é nocivo aos pulmões, ao cérebro, à sensibilidade, a tudo o que é a constituição psiconeurológica do sujeito. (MENGHETTI, p. 270, 2011)

Com o que foi verificado acima, o uso abusivo de álcool e/ou cigarro é preocupante, ainda mais entre jovens. Para quem faz uso das drogas ilícitas, estas parecem ajudar a lidar com as preocupações acentuadas com a pandemia de Covid-19, assim como, geram a falsa impressão de auxiliarem a amenizar os sinais gerados durante o período de confinamento ou os sinais já existentes, mesmo antes do período pandêmico. Contudo, o abuso no consumo de psicoativos, a médio e longo prazo, traz riscos de dependência (GARCIA E SANCHEZ, 2020).

## **5. Considerações finais**

A presente pesquisa teve por objetivo identificar quais foram as atividades mais desenvolvidas pelos estudantes para aproveitar o seu tempo livre, em um período marcado pela presença de Covid-19. Procurou-se quantificar quais foram as alternativas escolhidas pelos estudantes participantes da pesquisa, para o período anterior à pandemia e relacionar essas escolhas com as atividades realizadas pelos mesmos estudantes, durante a pandemia. Com esse fim e, a partir dos aportes metodológicos aplicados, 57 participantes da pesquisa compartilharam suas vivências e atividades desenvolvidas nos referidos períodos.

Primeiramente, pode-se verificar que a maioria dos estudantes (82,46%) adotou o distanciamento social como medida protetiva contra o avanço de Covid-19. Ficando a maioria, formada por 33,33%, recolhidos ao ambiente doméstico por mais de 121 dias e acompanhada de seus familiares para 75,44% dos estudantes respondentes.

No contexto do aproveitamento do tempo livre durante a pandemia de Covid-19, conclui-se que os estudantes ampliaram a execução de atividades realizadas no interior de suas residências, se comparado ao período anterior à pandemia, dedicando-se mais à leitura de livros, a reflexões sobre a vida, ao preparo do próprio alimento, aos afazeres domésticos, aos cuidados com os animais de estimação, ao sono e à realização de trabalhos manuais. No período pandêmico, como consequência da maior reclusão dos estudantes no ambiente doméstico, ocorreu o aumento na utilização do mundo virtual para a aplicação do tempo livre, destacando-se a realização de cursos online, assistir programas televisivos, navegar pela internet e a utilização de plataformas de streaming.

Pode-se verificar, ainda no ambiente virtual, que a utilização das redes sociais já se apresentava largamente difundida entre os estudantes, como um local de destaque para as vivências do tempo livre antes da pandemia, se mantendo com a mesma frequência de utilização durante esse período para a maioria dos estudantes respondentes.

Verificou-se também que algumas atividades (divertindo-se com amigos, prática de atividades físicas, realização de trabalhos voluntários e atividades junto à natureza) deixaram de ser realizadas entre os estudantes respondentes durante a pandemia. Pois,

essas atividades envolviam algum tipo de contato ou exposição ao ambiente externo que pudessem trazer riscos de exposição ao vírus.

Conclui-se que tanto no ambiente doméstico quanto no virtual, se as alternativas escolhidas pelos estudantes para aproveitar o seu tempo livre, forem a de enaltecer o seu interior, ou seja, enriquecer a si mesmos, não há prejuízos para os indivíduos. Porém, se tais alternativas forem realizadas evadindo-se de si mesmos, o estudante torna a realizá-las no vazio de sua existência, tangenciando do que realmente importa para evoluir e, assim, podem começar a surgir sintomas de doenças relacionadas à saúde mental.

Pode-se verificar que a maioria dos estudantes já sofria de algum quadro de instabilidade mental e psíquica antes da pandemia. Porém, durante esse período, com a adoção de medidas de distanciamento social, no interior de suas residências, pode-se averiguar que ocorreu um agravamento na saúde mental dos estudantes respondentes, culminado ao aparecimento de sintomas psíquicos como o estresse, alteração do sono, ansiedade, tédio, alteração de humor, irritabilidade, angústia, tristeza, agressividade e depressão. Associados a esses sintomas, foi constatado um aumento substancial no consumo de bebidas alcoólicas durante a pandemia, cuja utilização destas substâncias está relacionada à tentativa de reduzir os sintomas psíquicos gerados pela pandemia. Porém, o consumo de cigarros teve uma queda durante o período pandêmico. Portanto, a utilização de substâncias nocivas à saúde dos estudantes, são utilizadas como válvula de escape para os sintomas psíquicos gerados pela saúde mental fragilizada apresentadas durante a pandemia de Covid-19.

Para concluir, o presente trabalho abre algumas questões que poderão servir como motivadoras para o desenvolvimento de novos trabalhos relacionados ao tema, para um período após o término da pandemia, como: A utilização do tempo livre entre diferentes faixas etárias em um período pós pandêmico. Assim, poderá ser verificado se houve ou não uma diminuição nos sintomas psíquicos, agora apresentados e, para que os jovens se atentem sobre a importância do tempo livre para que a sua vida seja a mais saudável possível em todos os âmbitos.

## 6. Referências

AQUINO, B. A. C.; MARTINS, O. C. J. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 479-500, set. 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482007000200013](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200013)>. Acesso em 03 de set. 2020.

FERREIRA, L. C. **Trabalho, tempo livre e lazer: uma reflexão sobre o uso do tempo da população brasileira**. Paraná, 2010.

WHO. **Coronavirus disease (COVID-19) pandemic**. 2020. World Health Organization. Disponível em: <[https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019?gclid=Cj0KCQIAk53-BRD0ARIsAJuNhptBkFaBZli3X1KlvmmnzXp74VFp4K9LbxyVMLrDCJ6reXCQHGkaAsOuEALw\\_wcB](https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019?gclid=Cj0KCQIAk53-BRD0ARIsAJuNhptBkFaBZli3X1KlvmmnzXp74VFp4K9LbxyVMLrDCJ6reXCQHGkaAsOuEALw_wcB)>. Acesso em: 03 de set. de 2020.

**OMS classifica coronavírus como pandemia**. Governo do Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/oms-classifica-coronavirus-como-pandemia>>. Acesso em: 07 de set. de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coronavírus – Covid-19: O que você precisa saber**. Governo do Brasil, 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 07 de set. de 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 16 de março de 2020. **Decreto Nº 55.118 de 16/03/2020**. Disponível em: <<https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=395443>>. Acesso em: 08 de set. 2020.

CASTILHO, César T.; RIBEIRO, Sheylazarth P.; UNGHERI, Bruno O. **Distanciamento social e tempo livre: Paradoxos vivenciados por estudantes da universidade estadual de minas gerais no âmbito do lazer**. Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (UFMG), Belo Horizonte, v.23, n.3, set/2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25216>>. Acesso em 05 de outubro de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

RECHIA, S. **Ócio, lazer e tempo livre**: Os interesses culturais como resistência emancipatória. 2020. Disponível em: <https://medium.com/sesctv/%C3%B3cio-lazer-e-tempo-livre-os-interesses-culturais-como-resist%C3%Aancia-emancipat%C3%B3ria-e511baafd1ba>. Acesso em 03 setembro de 2020.

MONTENEGRO, M. G.; QUEIROZ, S. B.; DIAS, C. M. **Lazer em tempos de distanciamento social**: impactos da Pandemia de covid-19 nas atividades de lazer de Universitários na cidade de Macapá (AP). Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (UFMG), Belo Horizonte, v.23, n.3, set/2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/24785>>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

FIGUEIREDO, L. M.; SARÉ, P. L. **Usos e práticas do lazer e dos tempos livres**: do consumo à procura pela felicidade. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p.148-164, set./dez. 2014.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP. **Ansiedade, abuso de álcool, suicídios**: pandemia agrava crise global de saúde mental. Informe ENSP, 17 jun. 2020. 4p. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41768>>. Acesso em: 05 de outubro de 2020.

DIVINO, A. D. L. **Pandemia e o crescente aumento na adoção de animais domésticos**. Gestão & Tecnologia. Faculdade Delta. Goiás, Ano IX, v. 1 Edição 30. Jan/Jun 2020. Disponível em: <<http://faculdadedelta.edu.br/revistas3/index.php/gt/article/view/46/37>>. Acesso em: 25 de outubro de 2020.

GARCIA, Leila P., SANCHEZ, M. Z. **Consumo de álcool durante a pandemia de COVID-19: uma reflexão necessária para o enfrentamento da situação**. Informe Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n.10, 26 out. 2020. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csp/2020.v36n10/e00124520/pt>> Acesso em: 30 de outubro de 2020.

MENEGHETTI, A. **A Psicologia do Líder**. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2013. p. 320.

MENEGHETTI, A. **Psicologia Empresarial**. Recanto Maestro: FOIL, 2013. p.492.

MENEGHETTI, A. **Manual de Ontopsicologia**. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2010. p. 520.

MENEGHETTI, A. **Projeto Homem**. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2011. p. 309.

MENEGHETTI, A. **Do Humanismo Histórico ao Humanismo Perene**. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2014. p. 176.

MENEGHETTI, A. **Os Jovens e a Ética Ôntica**. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2013. p. 196.

MENEGHETTI, A. **Jovens e Realidade Cotidiana**. Recanto Maestro: Fundação Antonio Meneghetti, 2017. p. 187.

MENEGHETTI, A. **Falando aos Jovens**. 3 v. Recanto Maestro: Fundação Antonio Meneghetti, 2019.





## **A política de democratização da comunicação no Brasil e os contornos sobre o papel das novas mídias na difusão da informação e na consolidação da democracia**

**Bruno Mello Correa de Barros**<sup>1</sup>  
**Matheus Boniatti Feksa**<sup>2</sup>

**Resumo:** Este ensaio tem como escopo trabalhar acerca da problematização envolvendo a democratização dos meios de comunicação no Brasil. Neste contexto, cumpre referenciar acerca do processo histórico da concentração midiática no país, bem como os entraves e interesses, agenda política e demais atores sociais que permeiam tal seara. Por sua vez, desenvolve-se um olhar para os dispositivos constitucionais que regulam a matéria na Constituição Federal de 1988, assim como a necessidade de um marco regulatório para as comunicações, de modo a contemplar a reivindicação da sociedade civil organizada, instituições e movimentos sociais em prol de um lócus público de comunicação plural, democrática, onde seja possível a visualização da cultura de forma heterogênea e descentralizada, fora do eixo dos grandes centros de poder político e econômico. Diante desse contexto, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, e os métodos de procedimento histórico e comparativo, consubstanciado com a técnica de pesquisa bibliográfica e documental. Em sede de conclusão, verificou-se que a democratização da mídia ainda é luta a ser perseguida, tendo em vista a precária regulamentação do tema, e necessidade de marcos regulatórios específicos que propiciem a atuação de novas fontes no cenário da comunicação, potencializando o caráter plural e democrático.

**Palavras-chave:** Comunicação; Democratização; Mídias; Regulação.

**Policy for the democratization of communication in Brazil and the outlines on the role of new media in the dissemination of information and in the consolidation of democracy**

**Abstract:** The scope of this essay is to work on the issues surrounding the democratization of the media in Brazil. In this context, we must refer to the historical process of media concentration in the country, as well as the obstacles and interests,

---

<sup>1</sup> Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação - PPGD da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), atual Universidade Franciscana (UFN). brunomellobarros@gmail.com

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade Metodista Centenário - FMC. boniattimatheus@outlook.com

political agenda and other social actors that permeate this area. In turn, it develops a look at the constitutional provisions that regulate the matter in the 1988 Federal Constitution, as well as the need for a regulatory framework for communications, in order to contemplate the demands of organized civil society, institutions and social movements in favor of a public locus of plural, democratic communication, where it is possible to visualize culture in a heterogeneous and decentralized way, outside the axis of the great centers of political and economic power. In this context, the deductive approach method was used, as well as the historical and comparative procedure methods, substantiated with the bibliographic and documental research technique. In conclusion, it was found that the democratization of the media is still a struggle to be pursued, in view of the precarious regulation of the subject, and the need for specific regulatory frameworks that enable the performance of new sources in the communication scenario, enhancing the plural and democratic character.

**Keywords:** Communication; Democratization; Media; Regulation.

### **La política de democratización de la comunicación en brasil y las líneas generales del papel de los nuevos medios en la difusión de información y en la consolidación de la democracia**

**Resumen:** Este ensayo tiene como objetivo trabajar sobre la problematización que involucra la democratización de los medios en Brasil. En este contexto, es importante referirse al proceso histórico de concentración de medios en el país, así como a los obstáculos e intereses, agenda política y otros actores sociales que permean este campo. A su vez, se desarrolla una mirada a las disposiciones constitucionales que regulan la materia en la Constitución Federal de 1988, así como la necesidad de un marco normativo para las comunicaciones, a fin de contemplar las demandas de la sociedad civil organizada, las instituciones y los movimientos sociales en el país. A favor de un locus público de comunicación plural y democrática, donde sea posible visualizar la cultura de forma heterogénea y descentralizada, fuera del eje de los grandes centros de poder político y económico. En este contexto, se utilizó el método de enfoque deductivo y los métodos de procedimiento histórico y comparativo, plasmados en la técnica de la investigación bibliográfica y documental. En conclusión, se encontró que la democratización de los medios de comunicación es aún una lucha por perseguir, ante la precaria regulación del tema, y la necesidad de marcos normativos específicos que favorezcan el desempeño de nuevas fuentes en el escenario comunicativo, potenciando el carácter plural y democrático.

**Palabras clave:** Comunicación; Democratización; Medios de comunicación; Regulación.

## **1. Introdução**

A a liberdade de expressão se constitui como pedra angular de todo o regime democrático, na medida em que a liberdade de formar a opinião, difundi-la e exercitá-la sem nenhum óbice são decorrências dessa estrutura que é pedra de toque de todos os Estados que prezam pela pluralidade de vozes respeito à dissidência. A partir dessa

passagem é possível visualizar o caráter imperioso da informação, de modo que tal configuração implica na observação dos fenômenos e atores sociais que permeiam tal direito de ampla e massificada importância no contexto hodierno.

A pauta da democratização da mídia tem como pressuposto essencial à pluralidade de vozes nos veículos eletrônicos de comunicação, a possibilidade da visualização da cultura de forma heterogênea e plural, regionalização de hábitos e costumes na mídia e uma ampla participação dos cidadãos no contexto informativo e comunicacional. Assim, a informação e a comunicação sempre foram os vetores dos poderes dominantes, também compõem os poderes alternativos, ou seja, aqueles ligados às resistências e mudanças sociais.

Nesse sentido, o poder de influência sobre o pensamento das pessoas é exercido através da comunicação de forma que se constitui em uma ferramenta de resultado incerto, contudo fundamental. Cabe registrar que por meio da ingerência exercida sobre o pensamento dos povos que os poderes se constituem em sociedades, e que as sociedades evoluem e mudam. Os meios de comunicação potencializam a construção de pesos simbólicos que se difundem na esfera pública, dando suporte a diversas pautas sociais, neste seguimento, a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões. Nesta esfera pública os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em termos específicos.

Destarte, a comunicação é um processo cuja construção se dá mediante espaços onde o diálogo, a pluralidade de vozes e a dissidência são respeitados, vez que a informação constitui-se pedra angular no regime democrático, balizando relações e interesses políticos, econômicos e culturais, sobretudo hodiernamente, visto que esta passou a constituir-se como um bem jurídico de alta relevância, seja para a tomada de decisões pessoais, para o conhecimento da realidade ou para se obter consciência plena ao se decidir no lócus público.

A esse passo, para que se cumpra a agenda de democratização da mídia em sua gênese, é necessário referir acerca dos pressupostos essenciais de tal pauta, bem como conhecer o processo histórico de concentração desses meios, os atores principais e os interesses políticos e econômicos que permeiam tal seara. É sobre tais contextos que se

passa a destacar no presente ensaio. Desta feita, em um primeiro momento será referido acerca do processo histórico da concentração da mídia, contemplando os meandros deste. Do mesmo modo, será exposto sobre o controle da informação e as práticas de concentração da mídia. Por fim, destaca-se um estudo comparado com os marcos regulatórios presentes em outros países, cujo alicerce está amparado no papel das novas mídias na democratização da mídia.

Para tal estudo, em sede de aporte metodológico propiciou-se a utilização do método de abordagem dedutivo, uma vez que se passou a expor sobre o contexto geral das comunicações no Brasil, referindo os pontos conceituais da matéria até se chegar ao papel das novas mídias para a democratização do espectro midiático. Quanto ao método de procedimento, optou-se pela utilização do método histórico e comparativo, haja vista a explanação sobre o histórico da concentração midiática e a comparação do tratamento jurídico dessas questões no plano internacional. Já em se tratando da técnica de pesquisa destaca-se a pesquisa calcada em legislação, doutrina e escritos sobre o tema.

## **2. Fundamentação histórica**

### **2.1. O processo histórico de concentração da mídia no Brasil**

Em que pese à globalização do mundo através da inserção de novas tecnologias da informação e comunicação, muitos ainda são os desafios que se apresentam quando se fala das mídias tradicionais que ainda são as mais acessíveis a boa parte da população e responsáveis pela geração de informação e entretenimento. Nesse contexto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU aponta que "Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão" (ONU, 1948, p. 10).

Ocorre que desde a implementação do Programa Nacional de Desestatização, em 1991, as privatizações alcançaram níveis altíssimos, e dessa forma também ocorreu no campo da privatização da mídia, deixada a cargo da iniciativa privada. Assim aconteceu com a quebra do monopólio estatal das telecomunicações, pela emenda constitucional nº 8

de 1995, favorecendo a entrada de capital estrangeiro no país e não impedindo a propriedade cruzada (LIMA, 2004, p.120).

As políticas de governo, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, basearam-se em uma teoria da justificação, já que o discurso era de que o aumento da competitividade seria garantidor de um melhor serviço prestado a população, além de importar a inserção do país no processo de globalização. Ocorre que do monopólio estatal passou-se para um oligopólio privado, e a “experiência em outros países indica que, enquanto os usuários pessoas físicas pouco ou nada ganham com a privatização, os usuários empresariais são geralmente beneficiados”. (LIMA, 2004, p.135).

No atual cenário do Brasil, o sistema de mídias é caracterizado por ser *Trusteeship Model*, o que diz respeito à opção do Estado brasileiro em privilegiar a atividade midiática como privada e comercial, também se caracteriza por ser do tipo *No Law*, no que se refere à ausência de legislações reguladoras do tema, contando apenas com defasado Código Brasileiro de Telecomunicações do ano de 1962, e sem preocupações com a denominada propriedade cruzada<sup>3</sup>; desse modo constituem-se oligarquias políticas e familiares, que controlam não somente a mídia, mas também a política de determinadas regiões, além disso, é pautada pela inserção de igrejas no controle das programações como forma de disseminação de suas ideologias; e por fim é caracterizada pela hegemonia de um único grupo privado, qual seja a rede Globo, conforme destaca Lima (2011, p. 27-30).

Dentre a conjunção de fatores que geram a concentração midiática, está a desregulamentação do tema, a concessão irrestrita de licenças e a vinculação delas as estratégias políticas devido ao grande poder das mídias, bem como as espécies de concentração horizontal e vertical, assim entendidas (UNESCO, 2010, p. 23):

A integração horizontal (fusões dentro do mesmo segmento e ramo de atividade) como a integração vertical (controle por parte de um único indivíduo, empresa ou grupo de elementos-chave dos processos de produção e distribuição, assim como atividades correlatas, como publicidade).

É evidente que todo o processo histórico e ainda atual de concentração midiática tem grande força no sistema de concessões, centrado em uma espécie de “troca de favores”

---

<sup>3</sup> Propriedade cruzada é quando o mesmo grupo controla diferentes mídias, como TV, rádios e jornais. Na maior parte das democracias consolidadas, há limites a essa prática por se considerar que ela afeta a diversidade informativa (OBSERVATÓRIO DA COMUNICAÇÃO, 2011).

entre grandes empresas e interesses do Estado. Sobre esse processo, Lima (2011, p. 82-88), refere seis itens dessa realidade: Primeiro: Existem normas legais diferentes para a concessão dos serviços de televisão aberta ou por assinatura; Segundo: as emissoras de TV e rádio são concessões de serviços públicos outorgados pela União – com a participação do Congresso Nacional - com prazos de 15 e 10 anos respectivamente; Terceiro: as regras para renovação e cancelamento das licenças dentro do texto constitucional criam assimetria em relação aos demais contratos de prestação de serviços públicos; Quarto: os critérios que devem pautar as programações das emissoras não são levados em conta na concessão; Quinto: as normas de complementaridade e vedação ao monopólio ou oligopólio não são observadas no processo de concessão; Sexto: coronelismo eletrônico.

Merece destaque esse último item da lista, o coronelismo eletrônico, uma vez que nesse modelo “a moeda de troca continua sendo o voto, como no velho coronelismo. Só que não mais com base na posse da terra, mas no controle da informação, vale dizer, na capacidade de influir na formação da opinião pública” (LIMA, 2011, p. 106). Por assim dizer, em determinadas regiões e localidades do Brasil, a grande mídia possui tanta influência que as suas agendas pautam o resultado das eleições, propiciando uma troca de favores com políticos que atuam na outorga das suas licenças.

Nesse aspecto, importa “salientar ainda que, no Brasil e na América Latina, a concentração monopólica se estabelece, há décadas, sob a égide de dinastias familiares proprietárias dos principais grupos midiáticos”, gerando os mais diversos impactos, dos quais se podem citar (MORAES, 2013):

Políticas de preços predatórias destinadas a eliminar ou a restringir severamente a concorrência; os controles oligopólicos sobre produção, distribuição e difusão dos conteúdos; e a acumulação de poderes e direitos de propriedade intelectual por cartéis empresariais.

Notoriamente tais circunstâncias demonstram como a atividade midiática ainda carece de regulamentação por parte do Estado, justamente para que se possa propiciar a maior parte dos usuários pluralidade informativa, tirando das grandes empresas um controle social através da dominação de suas ideias. Nesse sentido “existem diversas reflexões a cerca da relação entre mídia e democracia [...] levando em conta o papel fundamental que os meios de comunicação têm para a consolidação dos regimes políticos

mais contemporâneos” (DELARBE, 2010, p. 19). Ainda, sobre a realidade que enfrenta o Brasil e muitos países da América Latina, Raúl Delarbe (2010, p.22) refere que:

A concentração dos meios de comunicação é uma tendência corporativa e , portanto, também cultural , política e social em todo o mundo. Mas em alguns países latino-americanos a realidade no cenário da mídia é mais grave porque nem sempre existem restrições legais sobre a propriedade de muitos veículos que significa um pequeno número de mãos.<sup>4</sup>

É evidente que essa realidade precisa ser transformada, pois interfere diretamente em questões democráticas, especialmente o sufrágio, ou seja, questões essenciais para a consolidação do Estado de direito e preservação das garantias dos cidadãos. O direito a uma livre informação e pluralidade de fontes deve se sobressair aos interesses econômicos dos grupos de telecomunicações, ao passo que se deve investir na regulação da agenda desses veículos e na regularidade das concessões. É essa realidade de agendamento de questões e assuntos, aliados a interesses políticos, sociais e econômicos que se passará a estudar.

### **2.1.1. Coronelismo Eletrônico e a faceta comunicacional brasileira**

No Brasil, o controle sobre o sufrágio dos eleitores deu-se de maneira centralizada no período da chamada República Velha, onde os coronéis utilizavam-se de sua ingerência política e econômica para guiar o comportamento do povo votante. Nesse sentido, a expressão coronelismo foi definida por Victor Nunes Leal, em 1949, referindo-se aos fazendeiros que recebiam a patente militar no período imperial. A partir da instalação da República Velha (1889-1930), estes coronéis incrementavam sua estrutura de poder baseados num sistema eleitoral que não previa a votação secreta, assim, a dependência dos trabalhadores rurais em relação aos coronéis e a possibilidade de conferência dos votos criaram uma situação na qual o "voto de cabresto" era obrigatório.

---

<sup>4</sup> Tradução livre realizada pelos autores. Original: “La concentración de los medios constituye una tendencia corporativa y, de esa manera, también cultural, política y social en todo el mundo. Pero en algunos países de América Latina esa realidad en el panorama mediático es más grave debido a que no siempre existen restricciones legales a la propiedad de muchos medios en una pequeña cantidad de manos.”

Segundo Leal (1997, p. 40):

O "coronelismo" é sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra [...] Desse compromisso fundamental resulta as características secundárias do sistema "coronelistas", como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais.

Desta feita, de acordo com o desenvolvimento da sociedade, urbanização e industrialização essa configuração política teve exponencial importância no cenário das comunicações, visto a posição estratégica da televisão aberta, como um meio de comunicação de recepção gratuita e de alcance de larga escala. Esse novo espectro traduz uma nova força, calcada no poder da comunicação e da informação, os antigos coronéis políticos transformaram-se em coronéis eletrônicos, visto que em lugar da propriedade rural, usam agora a propriedade de estações geradoras, retransmissoras e até mesmo emissoras de televisão como forma de extensão dos seus poderes.

Nesse passo, tal quadro de um sistema organizado em redes de comunicação foi consolidado no Brasil a partir dos anos 70. O projeto de desenvolvimento econômico-político, com viés nacionalista, implementado através dos regimes militares iniciados em 1964, foi um dos principais responsáveis por este rápido desenvolvimento (SANTOS; CAPPARELLI, 2005, p. 2). Deste modo, a Ditadura Militar também propiciou a hegemonia no setor comunicacional promovendo a confecção de balizas normativas e instituições. A esse respeito, Capparelli, Ramos e Santos aduzem (1999, p. 11):

Os militares brasileiros priorizaram alguns setores estratégicos da economia, investindo em infraestrutura para o desenvolvimento industrial acelerado e fortemente controlado. As telecomunicações estavam entre esses setores estratégicos e foram fortemente privilegiadas. Durante os primeiros períodos militares, entre 1965 e 1972, foram criados a Embratel, o Ministério das Comunicações e o Sistema Telebrás, possibilitando a implantação de uma sofisticada infraestrutura de telecomunicações que ligaria os quatro cantos do País, inicialmente por uma rede de microondas, complementada depois por satélites nacionais e, mais tarde, também por extensas ligações físicas por fibras ópticas. Esses investimentos do Sistema Telebrás favoreciam, no campo da comunicação de massa, a formação de redes de televisão nacionais.

Destarte, a expressão coronelismo eletrônico inclui a relação de clientelismo político entre os detentores do poder público e os proprietários de canais de televisão e também de outros meios como rádio e impressos, como jornais e periódicos, o que



configura uma iminente barreira à diversidade representativa que caracterizaria os meios de comunicação, nos quais o interesse público deveria ser priorizado em relação aos interesses particulares. Na verdade, o clientelismo é práxis da esfera política que sequencialmente se insere na comunicação de massa por conta do seu intrínseco caráter estratégico. Assim como a corrupção, o clientelismo é apontado como uma das patologias dos sistemas democráticos (MAÍZ; REQUEJO, 2001).

Diante do referido, é possível prescrever que no Brasil a partir das duas últimas décadas pode-se estabelecer uma atualização do conceito de coronelismo trabalhado por Victor Nunes Leal para o de coronelismo eletrônico através da adição das empresas de comunicação de massa, em especial as de radiodifusão, como um dos vértices do compromisso de troca de proveitos. Assim, a parceria entre as redes de comunicação nacionais e os chefes políticos locais torna possível uma concentração casada de audiência e de influência política da qual o poder público não pode prescindir (SANTOS; CAPPARELLI, 2005, p. 5).

## **2.2 As gigantes da comunicação e suas práticas de concentração e de controle da informação**

A globalização modificou o panorama no setor de comunicações, de uma forma nunca imaginada, o que provocou a “concentração da propriedade e a consolidação e emergência de um reduzido número de megaempresas mundiais”. Disso decorre, uma ampla redução anual das empresas que controlam jornais, revistas, rádios, televisão, livros e filmes, não sendo possível delinear as empresas dominantes em cada mídia separadamente (LIMA, 2004, p.91).

Segundo Observatório do Direito à Comunicação (2015):

As famílias da comunicação brasileira, uma vez que não enxergam quaisquer limites para expandir seus negócios, estendem seus tentáculos às principais modalidades de comunicação de massa, e o fazem através das grandes redes de televisão aberta. Como é o caso de Globo, SBT e Bandeirantes. Um importante estudo feito em 2002 pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), intitulado Os donos da Mídia, sobre os meios de comunicação no Brasil mostra que essas três redes nacionais, além de Record, Rede TV! e CNT, estão aglutinados 668 veículos em todo o país. São 309 canais de televisão, 308 canais de rádio e 50 jornais diários. Os chamados “donos da mídia” no Brasil, então, são as famílias que controlam as redes privadas nacionais de TV aberta e seus 138 grupos regionais afiliados, que são os principais grupos de mídia nacionais.

No entanto, pesquisas<sup>5</sup> apontam um movimento ascendente de concentração da mídia nacional nos últimos anos, por consequência de uma “redução drástica de grupos no comando dos principais veículos de comunicação do Brasil”. Isso se deve em função da retirada da lista, das famílias “Bloch, Levy, Nascimento Brito e Mesquita, que não exercem mais controle direto sobre seus veículos de comunicação” (OLIGOPÓLIO..., 2015).

Conforme Bem H. Bagdikian apud Lima (2004, p.91-92), “o número de empresas que controla essas mídias tem encolhido”:

[...] de 50 grandes empresas [*corporations*] em 1984, para 26 em 1987, seguidas de 23 em 1990 e, então, na medida em que as fronteiras entre as diferentes mídias começam a explodir, para menos de 20, em 1993. Em 1996 o número de grandes empresas de mídia com poder dominante na sociedade é próximo de dez.

Lima (2004, p. 92), destaca o estudo realizado no início de 2000 pela LAFIS<sup>6</sup>, que aponta que apenas quatro ou cinco grupos, não somente nos Estados Unidos, dominarão todas as formas de mídia, desde a imprensa tradicional, internet, cinema, rádio, televisão, videogames. Trata-se de um processo de consolidação vertical e horizontal das diferentes formas de mídia, que apresenta como resultado uma simbiose entre o poder político e econômico.

Tal processo ocorre em função da necessidade de elevados investimentos, conduzindo “a integração horizontal, vertical e cruzada da indústria de comunicações, isto é, a ação coordenada de várias empresas no mesmo grupo, torna-se inevitável e mais eficiente do que a de empresas isoladas” (LIMA, 2004, p.92). No Brasil, pouco tempo atrás a “propriedade e o controle das nossas telecomunicações” era monopólio do Estado e foi

---

<sup>5</sup> Outro estudo, divulgado pelo Epcom em 2006, destaca uma relação direta existente entre o poder econômico de uma região e o grau de concentração e de pluralidade dos meios de comunicação, o que, consequentemente, leva a uma distribuição extremamente desigual no que se refere ao acesso desses meios a toda a sociedade. Quanto mais pobre é a região maior é o nível de concentração da mídia, ou seja, menor é o número de agentes que detém veículos como rádio e TV, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) está diretamente relacionado à quantidade de emissoras de rádio difusão e operadoras de TV por Assinatura nos estados. Neste caso, as regiões Sul e Sudeste abrigam, segundo a pesquisa, o maior número de emissoras e retransmissoras de TV (cerca de 4 mil, de um total de 10.514 no País), 1,6 mil rádios comerciais e educativas (de 4.392 no total), 900 emissoras comunitárias (de 2.513 em todo o País) e mais da metade das operadoras de TVs a cabo (55% das 298 em todo o país) (OBSERVATÓRIO..., 2015).

<sup>6</sup>Análise de Mercado e Informações do Mercado- com informações padronizadas e atualizadas sobre os setores da economia brasileira e empresas [www.lafis.com.br](http://www.lafis.com.br).

transferido para alguns “poucos oligopólios privados”. Quanto a “indústria de informática, depois de uma frustrada tentativa de reserva de mercado para as indústrias nacionais, consolida-se por meio da presença no mercado dos *global players* da área” (LIMA, 2004, p. 95).

Percebe-se a ausência de uma legislação uniforme para o setor, pois mesmo que a Constituição Federal de 1988, no § 5º do art. 220, tenha estabelecido que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”, a legislação infraconstitucional não estabelece limites<sup>7</sup> e nem controle da concentração da propriedade (LIMA, 2004, p. 96). O referido autor elenca ainda, mais três fatores que têm contribuído para a concentração da propriedade das comunicações no Brasil (2004, p. 96):

[...] (1) a ineficácia da norma legal (Decreto 236/67), que limita a participação societária de ‘entidades’ de radiodifusão a cinco concessões em VHF, em nível nacional, e a duas em UHF, em nível regional (estadual). Por razões inexplicáveis o Ministério das Comunicações, que deve fiscalizar o cumprimento da lei, interpreta “entidade” como “pessoa física” e considera, portanto, a óbvia situação de propriedade cruzada que predomina em vários grupos de mídia do país como observando as limitações legais. Só a Rede Globo de Televisão tem participação societária em 32 emissoras de televisão, sendo que dez são próprias (LOBATO, 16/09/2000); (2) o período de carência legal para venda das concessões de radiodifusão, isto é, para a troca legal de proprietários, é de apenas cinco anos e, mesmo assim é sabido que existem vendas antecipadas mediante a conhecida prática dos “contratos de gaveta”. Isso faz com que os eventuais concessionários independentes se sintam atraídos pela possibilidade de negociar suas concessões com os grandes proprietários e/ou vice-versa; e (3) não há normas ou restrições legais para a “afiliação” de emissoras de radiodifusão, isto é, para a formação de redes nacionais e/ou regionais.

Dessa forma, das palavras do autor pode-se deduzir que a concentração da propriedade das comunicações no Brasil se mantém hodiernamente nas mesmas circunstâncias sem que haja uma efetiva fiscalização por parte do Ministério das Comunicações. Nesse sentido, se pode destacar algumas práticas realizadas pelos grandes veículos de comunicação que acabam por sedimentar ainda mais o panorama de concentração midiático-informacional.

---

<sup>7</sup> Exemplos dessa omissão são: A “Lei da TV a Cabo, a Lei Mínima e a Lei Geral de Telecomunicações, que por intenção expressa do legislador, não incluíram dispositivos diretos que limitassem ou controlassem a concentração da propriedade” (LIMA, 2004, p. 96).

### 1) **Concentração horizontal**

Afirma Lima que a “concentração horizontal” se refere à oligopolização ou monopolização dentro de uma mesma área do setor, e no Brasil, temos a televisão, paga ou aberta, como exemplo desse modo de concentração (LIMA, 2004, p.96). Quanto a TV paga, apesar do aumento do número de concessionárias, esse mercado se mantém sob o domínio da Globo, com o grupo NET-SKY da TV por satélite (LIMA, 2004, p.98).

Refere Lima que, a TV aberta é a responsável pela maior parte do investimento publicitário, “58,7% das verbas de publicidade foram para a televisão aberta”, em 2002. Já “em 2001, 78% foram para a Globo e suas afiliadas”. Nesse sentido, percebe-se que “a posição de oligopólio da Rede Globo na televisão aberta acompanha a própria história da televisão no país, a partir dos anos 1970, e constitui exemplo clássico de concentração horizontal” (LIMA, 2004, p.99).

### 2) **Concentração vertical**

Conforme Lima, a “concentração vertical” é a “integração das diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição”, quando “um único grupo controla desde os vários aspectos da produção de programas de televisão até a sua veiculação, comercialização e distribuição” (LIMA, 2004, p.99- 100).

Afirma que esse tipo de concentração, na televisão brasileira, já é uma prática consolidada, e aponta como o melhor exemplo, “a produção e exibição de telenovelas”. Ou seja, a Globo atua na produção e exibição do conteúdo, não havendo uma separação clara, entre estas atividades. Inclusive, porque a “Rede Globo possui os estúdios de gravação e mantém, sob contrato permanente, autores, atores e toda a equipe de produção (roteiristas, diretores de programação, cenógrafos, figurinistas, diretores de TV, editores, sonoplastas etc.)” (LIMA, 2004, p. 100).

Menciona Lima que “as Organizações Globo há muito operam uma estrutura multimídia que outros megagrupos internacionais só recentemente constituíram por meio daquilo que chamam de sinergia”. Sendo assim, “a Globo produz a novela em seus estúdios e a distribui (exibe) em sua rede de televisão”, mas também, “comercializa a

novela para outros países, a trilha sonora através de gravadora própria (CDs e cassetes) e divulga<sup>8</sup> ‘o pacote’ através de sua rede de TV, seus jornais, revistas, emissoras de rádio etc” (LIMA, 2004, p. 100).

### 3) Propriedade cruzada

Propriedade cruzada é a “propriedade, pelo mesmo grupo, de diferentes tipos de mídia do setor de comunicações, por exemplo” (LIMA, 2004, p. 101):

[...] TV aberta, TV por assinatura (a cabo, MMDS ou via satélite-DTH), rádio, revistas, jornais e, mais recentemente, telefonia (fixa, celular e móvel, via satélite), provedores de internet, transmissão de dados, paging etc. Para ele, alguns dos principais conglomerados de comunicações no Brasil se consolidaram por meio da propriedade cruzada na radiodifusão (rádio e televisão) e na mídia impressa (jornais e revistas).

Lima aponta como exemplo desse tipo de concentração, a RBS, que “atuando apenas em dois mercados regionais, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o Grupo RBS reúne 6 jornais, 24 emissoras de rádio AM e FM, 21 canais de TV, um portal de internet, uma empresa de marketing e um projeto na área rural”. A RBS, também é “sócia da operadora de TV a cabo NET (Zero Hora, 31/8/2002)” e, além disso, foi um dos grupos contemplados com a vasta liberação de retransmissoras de TV, recebeu 14 novas retransmissoras nos últimos dias do governo de Fernando Henrique Cardoso (LIMA, 2004, p.101). Ressalta-se que essa situação “confere a um único grupo de comunicações e a uma equipe de comentaristas um extraordinário poder”. Tal situação “não seria possível, legalmente, em vários países, dentre eles a França, a Itália e o Reino Unido” (LIMA, 2004, p. 102).

---

<sup>8</sup> A Globo utilizou da mesma estratégia no lançamento do programa Big Brother Brasil (LIMA, 2004, p. 100).

#### 4) **Monopólio em cruz**

Conforme Lima (2004, p.102), é a “reprodução, em nível local e regional, dos oligopólios da ‘propriedade cruzada’, constituindo o que se chamou ‘monopólio em cruz’”. Afirma que “na grande maioria dos estados da Federação, os sistemas regionais de comunicações são constituídos por dois ‘braços’ principais, geralmente ligadas às Organizações Globo”.

Explica Amaral Guimarães apud Lima (2004, p. 102):

(1º) um canal de televisão, largamente majoritário, quase sempre integrante da Rede Globo; e (2º) dois jornais diários, um dos quais – o de maior circulação – está sempre ligado a um canal de TV, e – quase sempre – ao canal de televisão afiliado à Rede Globo; e sempre, paralelamente, ligado a uma rede de emissoras de rádio, com canais AM e FM. Cada um desses jornais, em quase todas as capitais, reproduz as principais seções de "O Globo" e seu noticiário é alimentado, predominantemente, pelos serviços da Agência de Notícias Globo.

Segundo uma “pesquisa realizada no início da década de 1990 que revelou o ‘monopólio em cruz’ se manifestava em pelo menos 18 dos 26 estados brasileiros”, além do Distrito Federal. Assim, o ‘monopólio em cruz’, manifesta-se nos seguintes Estados brasileiros: “Rio de Janeiro, Paraná, Acre, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Tocantins, Goiás, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (AMARAL GUIMARAES apud LIMA, 2004, p. 103).

Lima (2004, p.102) destaca que no Brasil a legislação do setor tem sido historicamente tímida, por omissão legislativa ao não incluir limites com o objetivo de controlar a concentração da propriedade, o que colabora para um ambiente bastante propício à concentração. Situação contrária ocorre em países como a França, a Itália e o Reino Unido, que se preocupam com os rumos da convergência tecnológica. Nesse aspecto, que se propõem no eixo a seguir uma análise, não exaustiva, acerca das estratégias de regulação da mídia no plano internacional.

### **3. Estudo comparado: um olhar sobre a regulação da mídia no plano internacional**

A Democratização das comunicações é tema polêmico no Brasil, visto os grandes interesses que tal tema possui em se tratando do poder de informação, comunicação e a forte influência exercida na sociedade. Desta forma, que muito discute-se acerca de um marco regulatório para a mídia, de forma a contemplar as bandeiras da sociedade civil que buscam pluralidade de vozes e fontes, representação nos veículos e distanciamento de interesses financeiros e político-partidários, assim como a efetivação dos mandamentos constitucionais.

Logo, a regulação da mídia ocorre de forma distinta em diversos países do mundo, contemplando determinados nichos temáticos, respeitando as especificidades de cada país, cultura e costumes. Sendo assim, o cenário do gerenciamento da informação e comunicação ao redor do mundo se dá de forma específica e pormenorizada. Nesse sentido, explana-se acerca de alguns principais países e sua forma de regulação midiática.

#### **3.1 Estados Unidos**

Os Estados Unidos não possuem uma lei de imprensa, vez que a regulação dos veículos de comunicação é realizada por diferentes legislações em se tratando da matéria que se pretende discutir. No caso das Telecomunicações (Rádio, TV aberta e a cabo, Internet, Telefonia móvel e fixa) a regulação fica a cargo da *Federal Communications Commission* (Comissão Federal de Comunicações), forte agência governamental criada em 1934, que se dedica a regular, sobretudo o mercado, com foco nas questões econômicas, contudo, tal órgão também é incumbido de outorgar concessões. A FCC é acompanhada pelo Congresso Americano, a quem periodicamente a agência presta contas (BBC BRASIL, 2014).

Nos EUA, a propriedade cruzada é proibida, bem como não é possível que uma mesma empresa seja dona de uma TV e proprietária de um jornal em uma mesma cidade. Nesse sentido, existem regras que contemplam a limitação sobre o número de estações de TV e rádio que uma determinada companhia pode controlar em um determinado mercado,

de modo a impedir que um mesmo grupo controle totalmente a audiência em determinado local. Desta feita, no que tange a conteúdo veiculado por tais empresas há no país o entendimento de que tal matéria deva ser regulada pelo próprio mercado e opinião pública, como, por exemplo, a regra que impõe que os canais de TV dediquem ao menos três horas semanais de programação infantil e educativa, de modo que há a fiscalização ativa por parte dos órgãos competentes (BBC BRASIL, 2014).

### **3.2 Bolívia**

Em 10 de agosto de 2011, sob os auspícios de promulgação do presidente Evo Morales, entrou em vigor a *Ley General de Telecomunicaciones, tecnologías de información y comunicación*, que entre suas prerrogativas basilares pressupõem um marco regulatório para a propriedade privada de rádio e televisão e garante vários direitos aos chamados povos originários. A nova lei, entre suas diretrizes criou um novo processo licitatório para as concessões públicas ligadas à mídia, bem como novas regras a serem cumpridas pelas concessionárias privadas (IPEA, 2012).

A égide da nova legislação tem o objetivo central de fortalecer instrumentos legais do poder público com vistas à fiscalização de atividade de comunicação, assim o espectro radioelétrico segue sob as mãos do Estado. A grande novidade do conjunto de normas, que envolve 113 artigos, é a distribuição de frequências por setores: Estado, até 33 por cento; comercial, até 33 por cento; Social comunitária, até 17 por cento e Povos indígenas, camponeses e comunidades interculturais e afrobolivianas, até 17 por cento. As concessões das frequências do Estado serão definidas pelo Poder Executivo. Já para o setor comercial, haverá licitações públicas e no caso do setor social comunitário – povos originários, camponeses e afrobolivianos –, as concessões serão feitas mediante concurso de projetos, com indicadores objetivos (IPEA, 2012).

Assim, a lei estabelece ainda que a sociedade civil organizada participará do desenho das políticas públicas em tecnologia de telecomunicações, tecnologias de informação e comunicação e serviço postal, exercendo o controle social em todos os níveis de Estado sobre a qualidade dos serviços públicos. Por fim, a lei afirma que todas as



instâncias de governo – federal, provincial e municipal – garantirão espaços para a organização popular exercer esse direito (IPEA, 2012).

### **3.3 Venezuela**

Em se tratando das normas relativas à mídia comunicacional Venezuelana em março de 2000 fora aprovada a Lei Orgânica de Telecomunicações Trata-se de uma norma extensa, com 224 artigos, que “estabelece um marco legal de regulação geral das telecomunicações, a fim de garantir o direito humano das pessoas à comunicação e à realização das atividades econômicas de telecomunicações necessárias para consegui-lo, sem mais limitações que a Constituição e as leis”. A lei também reserva a exploração dos serviços de telecomunicações a pessoas domiciliadas no país. O órgão responsável por supervisionar os serviços é o Ministério da Infraestrutura, e foi criada a Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel), “instituto autônomo, dotado de personalidade jurídica e patrimônio próprio (...) com autonomia técnica, financeira, organizativa e administrativa” para “administrar, regular, ordenar e controlar o espaço radioelétrico” (IPEA, 2014).

O tempo de concessões de frequências de rádio e televisão é estipulado para um período máximo de 15 anos, podendo ou não ser prorrogado. E foram estabelecidas sanções aos concessionários que vão de admoestação pública, multa, e revogação da concessão à prisão dos responsáveis. A nova legislação também regulamenta o mercado secundário de concessões. A subscrição de um acordo de fusão entre empresas operadoras de telecomunicações, a aquisição total ou parcial dessas companhias por outras empresas operadoras assim como a divisão ou criação de filiais que explorem os serviços de telecomunicações, quando impliquem mudanças no controle sobre as mesmas deverão submeter-se à aprovação da Comissão Nacional de Telecomunicações (IPEA, 2014).

Apontada como a legislação mais avançada em vigência no continente latino-americano, a Lei Resorte (Lei de Responsabilidade Social do Rádio e da TV), de 2004, determina, entre suas diretrizes essenciais, critérios para a classificação de programas levando-se em conta a linguagem e cenas de sexo e violência (SANTOS, 2010, p. 7).

### **3.4 Argentina**

Uma das mais polêmicas legislações aplicadas a esteira midiática a *Ley de Medios*, foi aprovada em 2009 durante o primeiro mandato da presidente Christina Kirchner. A legislação compõe regras específicas para emissoras de rádio e TV, cujo objetivo principal é regulação dos serviços de comunicação e o desenvolvimento de mecanismos destinados à promoção, desconcentração e fomento da concorrência com o fim de baratear, democratizar e universalizar a comunicação. A lei fixa o limite de licenças e área de atuação do setor por cada pessoa que assuma um investimento. Os prestadores de serviço de TV por assinatura não poderão ser titulares de um serviço de TV em uma mesma região. A lei também estabelece limites de alcance de audiência para TV a cabo e emissoras privadas. Já a TV pública tem alcance nacional (BBC BRASIL, 2014).

No mesmo enfoque, a legislação define também que os canais abertos de televisão deverão "emitir no mínimo 60% de produção nacional", "30% de produção própria que inclua noticiários locais" e, no caso das TVs nas cidades com mais de um 1,5 milhão de habitantes, "pelo menos 30% de produção local independente". Dois dispositivos da lei geraram maiores polêmicas, trata-se daquele que refere especificamente à "pluralidade de licenças" e a restrição das "propriedades paralelas dos grupos de imprensa no país". Para opositores e para as empresas de mídia, as medidas atentam contra "o direito adquirido", a "propriedade privada" e a "liberdade de expressão". Porém em outubro de 2013, após uma série de disputas judiciais, a Suprema Corte de Justiça entendeu que as normas são constitucionais (BBC BRASIL, 2014).

### **3.5 Reino Unido**

No Reino Unido a regulação dos veículos de mídia acontece menos em torno da propriedade e mais acerca do comportamento dos jornalistas. As disposições legais que viabilizam a regulamentação do setor foi uma resposta ao clamor público gerado pela invasão da privacidade dos cidadãos por tablóides. O Parlamento determinou que isso era ilegal e inaceitável (TERRA, 2014). A Ofcom (Agência de Comunicação, na sigla em inglês) regulamenta o setor de radiodifusão, trabalhando na proteção de jovens, padrões

para exibição de cenas ofensivas, proibição de incitação a crime ou violência, imparcialidade e respeito às religiões. O mercado é influenciado pela estatal BBC, que controla a audiência de forma estratégica a fim de promover igualmente as emissoras e democratizar a informação (OPERA MUNDI, 2019).

Deste modo, cada país aborda de diferente forma as estratégias a respeito da democratização da mídia, imbuindo seus cidadãos e políticos a respeito do tema, além de traçar planos estratégicos com base nas discussões e articulações dos movimentos sociais e sociedade civil organizada.

#### **4. Conclusão**

A comunicação é parte integrante da existência humana, de forma que todos os seus instrumentos devam ser utilizados em prol da proteção dos direitos humanos, ou seja, em total consonância e conformidade com as ideias de um Estado Democrático de Direito. Contudo, não há que se falar em comunicação livre quando os veículos formadores da consciência pública e que propiciam a exasperação da informação são controlados e tem a ingerência de alguns pequenos e isolados grupos, com estruturas econômicas e ideológicas consolidadas.

Nesta senda, que o presente ensaio se preocupou, qual seja, a promoção da visualização e a reflexão acerca da problemática envolvendo a concentração de mídias no Brasil. Nesse sentido, em um primeiro momento destacou-se a comunicação e seu processo histórico de concentração dos meios, alertando para a antiga e contínua prática dos processos de concessão das outorgas para o serviço de radiodifusão no Brasil e os principais atores envolvidos. Na mesma seara, a prática do coronelismo eletrônico e as demais formas de cerceamento da informação e da comunicação, como, por exemplo, a propriedade cruzada, o monopólio em cruz, a concentração horizontal e vertical.

Dando seguimento, o presente ensaio destacou ainda a necessidade de um marco regulatório para a mídia, seguindo uma tendência que vem sendo desenvolvida em diversos países do mundo, como denota o estudo comparado efetivado no presente trabalho. Ao fim e ao cabo, uma sociedade justa e igualitária pressupõe o livre, amplo e irrestrito acesso ao

conteúdo informacional, constituindo baliza indispensável para este fim que o maior número de informações seja disponibilizado pelo maior número possível de veículos, a visualização de um nicho informativo por diferentes óticas permite ao indivíduo e ao cidadão formar a sua consciência sobre os acontecimentos públicos e privados, construindo o seu próprio ideário, afastado de influências e indulgências políticas, religiosas e econômicas. Todo este contexto somente se viabiliza a partir de meios de comunicação descentralizados, plurais e, essencialmente democráticos.

Cabe referenciar que o marco regulatório aqui defendido não se coaduna com uma estrutura calcada em censura prévia, obstaculização do exercício da liberdade de expressão ou manifestação do pensamento, muito pelo contrário, estipula-se um marco legal em compasso com os novos meios informacionais e tecnológicos postos a disposição na contemporaneidade e, especialmente, em vértice de confluência com a Constituição de Federal de 1988 e todos os prismas de direitos e garantias fundamentais ali esculpidos.

Há ainda a necessidade de se referenciar que a comunicação e o Direito, sobretudo nos últimos anos, sobremaneira experimentaram alterações profundas, a configuração das novas mídias digitais possibilitou o exercício de direitos por meio delas, edificando premissas elementares como a possibilidade de compartilhamento de informações, ideias, opiniões, exercício da expressão plena do pensamento. A criação, edição e difusão de informações promoveram a autonomia dos indivíduos sociais, sem a necessidade muitas vezes da intermediação ou interlocução de outros atores, como, por exemplo, àqueles clássicos das mídias tradicionais. Desta forma, estar-se-á diante de uma nova roupagem jurídica que envolve a comunicação, que precisa estar em compasso com os Direitos Humanos e os postulados da Carta da República de 1988.

## 5. Referências

BBC Brasil. **Como funciona a regulação de mídia em outros países**, Luiza Bandeira; Alessandra Corrêa; Marcia Carmo; Claudia Jardim; Winston-Salem. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141128\\_midia\\_paises\\_lab](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141128_midia_paises_lab)> Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 4.117 de 27 de agosto de 1962.** Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4117.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4117.htm)> Acesso em: 17 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Ministério das Comunicações.** Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/acessoainformacao/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic/respostas-a-pedidos-de-informacao/25143-dados-sobre-a-1-conferencia-nacional-de-comunicacao-confecom-realizada-em-2009>> Acesso em: 17 ago. 2021.

CASTELLS, M. **A Era da intercomunicação.** Le Monde Diplomatique, 01 Agosto 2006. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=1915>> Acesso em: 06 set. 2021.

CAMARGO, N. **Comunicação de Massa: o impasse brasileiro.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

CAPPARELLI, S.; RAMOS, M. C; SANTOS, S. A nova televisão no Brasil e na Argentina. In: \_\_\_\_\_ et all. **Enfim, sós: A nova televisão no Cone Sul.** Porto Alegre: LPM, 1999, p. 11.

CARTA CAPITAL. **O governo enterrou de novo o debate da regulação da mídia?**, 30 Abri 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/governo-enterrou-de-novo-o-debate-da-regulacao-da-midia-3331.html>> Acesso em: 19 ago. 2021.

CANCLINI, G. N. **Leitores, espectadores e internautas.** Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.

DELARBE, R. T. Muchos médios em pocas manos: concentración televisiva y democracia em América Latina. IN: INTERCOM **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação.** São Paulo, v.33, n.1, p. 17-51, jan./jun. 2010.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**, vol. I/ Jürgen Habermas. Tradução de Flávio Beno Siebeneicher. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.

IPEA. **A regulação da mídia na América Latina**, 08 Ago, 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2723:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2723:catid=28&Itemid=23)> Acesso em: 19 ago. 2021.

JENKINS, H. **Cultura da Convergência.** Tradução de Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2008.

KOMITO, L. Political transformations: clientelism and technological change. In: ARMITAGE, J.; ROBERTS, J. (eds.). **Exploring Cyber Society Conference Proceedings.** Newcastle: University of Northumbria. 1999. v. 2. Disponível em: <<http://www.ucd.ie/lis/staff/komito/transform.htm>> Acesso em: 10 ago. 2021.

LIMA, V. A. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2 ed., 2004.

\_\_\_\_\_. **Regulação das comunicações**. História, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.

MAÍZ, R. ; REQUEJO, R. **Clientelism as a political incenive structure for corruption. European Consortium for Political Research**. Paper Archieve – Joint Sessions os Workshops. Workshop n. 16, Corruption, Scandal and the Cotestation of Governance in Europe. Grenoble: 2001. Disponível em: <[http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchieve/grenoble/ws16/maiz\\_req\\_uejo.pdf](http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchieve/grenoble/ws16/maiz_req_uejo.pdf)> Acesso em: 10 ago. 2021.

MENDES, S. G. A legislação de radiodifusão no Brasil e na Venezuela e o vencimento das concessões de Globo e RCTV. **Revista Brasileira de Políticas de Comunicação**, v. 1, p. 4, 2011.

MÍDIA N. **Quem somos**. Disponível em: <<https://ninja.oximity.com/partner/ninja/about> > Acesso em 19 ago. 2021.

MORAES, D. **Porque a concentração monopólica da mídia é a negação do pluralismo**, 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/17/por-que-a-concentracao-monopolica-da-midia-e-a-negacao-do-pluralismo/>> Acesso em 14 ago. 2021.

NETO, F. G. **Direito da Comunicação Social**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

OBSERVATÓRIO DA COMUNICAÇÃO. **Porque e como se limita a propriedade cruzada**, 2011. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=25290>> Acesso em 14 ago. 2021.

OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/>> Acesso em: 22 ago. 2021.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>> Acesso em: 19 ago. 2021.

OVIÉS. **A redação**. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/a-redacao/> > Acesso em 19 ago. 2021.

**PARA EXPRESSAR A LIBERDADE**. Disponível em: <<http://www.paraexpressarliberdade.org.br/uma-nova-lei-para-um-novo-tempo/>> Acesso em: 17 ago 2021.

PLURICOM. **A regulamentação dos meios de comunicação na Venezuela.** Disponível em:

<<http://www.pluricom.com.br/forum/a-regulamentacao-dos-meios-de-comunicacao-na-venezuela>> Acesso em: 10 ago. 2021.

SANTOS, S.; CAPPARELLI, S. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz, BOLAÑO, SIQUEIRA, César Ricardo (Org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia.** 1. ed. São Paulo: Paulus, 2005, V.1, p. 77-101.

SANTOS, R Pereira dos P. R. **Memória e Movimento**, v. 3, p. 32-42, 2010.

SQUIRRA, M. C. S. A convergência tecnológica, 2005. In: **Revista FAMECOS.** Porto Alegre nº 27 ago. 2005.

TERRA. **Enviado da ONU defende regulamentação da mídia no Brasil**, 01 Dez 2014. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/enviado-da-onu-defende-regulamentacao-da-midia-no-brasil,1625a7c5c440a410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>> Acesso em: 19 ago. 2021.

UNESCO. **Indicadores de Desenvolvimento da Mídia:** Marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação. UNESCO. Brasília, 2010.



## A sustentabilidade na nova lei de licitações

Lucas Pacheco Vieira<sup>1</sup>  
Adriano Puerari<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é identificar os significados sobre qualidade que a literatura traz no serviço de radiologia. A pesquisa é qualitativa, exploratória e o método adotado foi a revisão integrativa. Os resultados foram categorizados e posteriormente feito análise temática. O portfólio foi reduzido de 1136 para 50 documentos. Pode-se concluir que a qualidade é mais associada a proteção radiológica, programa de garantia de qualidade, bem como os testes, dose, entre outros. Todavia, a qualidade está presente em todos os processos da radiologia, tendo significado variável de acordo com o clima e cultura organizacional.

**Palavras-chave:** Qualidade; Serviço; Radiologia.

### Sustainability in the new bidding law

**Abstract:** This article deals with the treatment of sustainability in New Public Procurement and Administrative Contracts Law ('NLL'), Law n. 14.133/2021. Initially, the dimensions and the principle of sustainability, or sustainable development, are analyzed. Next, sustainability in the field of public procurement is examined, with a study on the evolution of normative, constitutional, legal and infra-legal frameworks, which exerted greater influence on this theme until the enactment of the NLL. At the end, it investigates the norms that can materialize the various dimensions of sustainability and the existence of legal conditions to promote effective progress in the application of sustainability in public procurement from Law n. 14.133/2021.

**Keywords:** Sustainability; Bidding; New Law; Administrative Contracts.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Jurídica pela UNIVALI – Universidade de Perúgia/Itália, Mestre em Direito da Empresa e dos Negócios pela UNISINOS e Especialista em Direito Tributário pela PUCRS/IET. Professor do Curso de Direito da Antônio Meneghetti Faculdade (AMF). Advogado. lucas@mmvadv.com

<sup>2</sup> Doutorando em Ciência Jurídica pela UNIVALI. Mestre em Ciências Jurídico-Políticas com Menção em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Especialista em Compliance e Direito Penal pelo Instituto de Direito Penal Económico e Europeu (IDPEE), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Especialista em Atividade Sancionatória da Administração pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação - CEDIPRE, vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal. Professor de Direito Penal, Processo Penal, Direito Administrativo e *Compliance* da FADISMA e da AMF (Antonio Meneghetti Faculdade). adriano@csmadv.br



## Sostenibilidad en la nueva ley de licitaciones

**Resumen:** Este artículo trata sobre el tratamiento de la sostenibilidad en la Nueva Ley de Licitaciones Públicas y Contratos Administrativos ('NLL'), Ley nº 14.133 / 2021. Se analizan las dimensiones y el principio de sostenibilidad, o desarrollo sostenible, cuando se habla de licitaciones públicas. A continuación, se examina la sostenibilidad en el ámbito de la contratación pública, con un estudio sobre la evolución de los marcos normativos, constitucionales, legales e infralegales, que ejercieron mayor influencia en este tema hasta la promulgación de la NLL. Finalmente, investiga las normas que pueden materializar las diversas dimensiones de la sostenibilidad y la existencia de condiciones legales para promover un avance efectivo en la aplicación de la sostenibilidad en la contratación pública de la Ley nº 14.133 / 2021.

**Palabras clave:** Sustentabilidad; Ofertas; Nueva ley; Contratos administrativos.

## 1. Introdução

A Administração Pública é o maior comprador do mercado brasileiro. O volume de aquisições anuais permite que o Poder Público determine as condições com que serão produzidos diversos produtos e materiais, bem como os pressupostos dirigentes da prestação de serviços e da execução de obras para o Estado.

Por conta disso, sabe-se que o Poder Público ostenta capacidade de induzir, pelo menos em alguns setores, a forma com que o mercado desenvolverá produtos, serviços e obras. As escolhas sobre contratações governamentais, neste cenário, têm o condão de levar a uma economia mais sustentável.

O exercício dessa *função regulatória das licitações*, com vistas à promoção da sustentabilidade, constitui objeto de marcos normativos importantes na ordem jurídica brasileira, que serão examinados no capítulo 3. No ápice, figuram preceitos constitucionais principiológicos, estampados no art. 225, *caput* e § 1º, inc. V. Entre as leis ambientais, sublinha-se os diplomas veiculadores da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), da Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC) e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Neste contexto, afigura-se necessário examinar se a legislação brasileira continuou a evoluir em termos de sustentabilidade nas contratações públicas, mediante análise do conteúdo da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que veicula a Nova Lei de Licitações (NLL).

Para tanto, serão abordados, inicialmente, as dimensões e a principiologia da sustentabilidade. Depois, o estudo avançará para a aplicação da sustentabilidade nas contratações públicas brasileiras, englobando os marcos normativos, a doutrina e a jurisprudência firmados até o advento da NLL. O último tópico investigado será a presença e aplicação da sustentabilidade no conjunto normativo trazido pela NLL, de sorte a vislumbrar se houve avanço ou retrocesso com o *novel* diploma regente das contratações públicas nacionais.

## **2. Dimensões e o princípio da sustentabilidade**

### **2.1. Considerações preliminares**

Nas últimas décadas ocorreram relevantes avanços de ordem institucional em prol da sustentabilidade no contexto mundial. Como se sabe, a ONU realizou a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente em 1972, em Estocolmo, quando foi criado o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Em 1984, surgiu a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujos trabalhos foram concluídos em 1987 com o lançamento do Relatório ‘Nosso futuro comum’, também conhecido como Relatório Brundtland, fruto do labor minucioso e técnico de experts na matéria.

Segundo Paulo Cruz, Gabriel Ferrer e Maikon Glasenapp, o Relatório Brundtland “introduziu, corporificou e preconizou nas pautas da ONU o paradigma do desenvolvimento sustentável, ensejando a necessidade de satisfazer às necessidades básicas de todos, estendendo a sua preocupação para a chamada preocupação intergeracional.” (2014, p. 1445)

O festejado Relatório conceituou a expressão “desenvolvimento sustentável” como “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades e aspirações” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988). Tal conceito norteia, desde então, as notáveis e significativas atividades da ONU em matéria ambiental,

balizando os Relatórios, Conferências, ações, pactos e compromissos que sobrevieram e ainda serão celebrados no futuro.

## 2.2. Dimensões

A sustentabilidade, para consolidar-se como paradigma dominante, segundo Paulo Cruz, Maikon Glasenapp e Gabriel Ferrer, “deverá ser construída a partir de múltiplas dimensões, que incluem as variáveis ecológicas, sociais, econômicas e tecnológicas, sem esquecer-se da jurídica, num contexto (globo/esfera) de comunicação ecológica, deliberação (democracias), e de comunhão dos sistemas.” (2014, p. 1.459)

Na literatura especializada, constituíram-se várias correntes sobre as dimensões da sustentabilidade. No presente estudo, adotamos a concepção pluridimensional defendida por Juarez Freitas. Para o jurista gaúcho, a sustentabilidade deve ser compreendida sob 5 (cinco) dimensões: social, ética, jurídico-política, econômica e ambiental (2019. Posições 1509-1554). Como se percebe, a teoria de Juarez Freitas agrega novas dimensões à tradicional tese da *triple botton line*, que encampava somente as dimensões econômica, social e ambiental.

A dimensão social da sustentabilidade aponta para a inadmissão de modelo de desenvolvimento marcado pela exclusão, pela insensibilidade e pela iniquidade. Destacam-se, nesse ponto, os direitos fundamentais sociais, cuja implementação depende de “programas dirigidos à universalização do acesso aos bens e serviços essenciais, com o suporte em evidências.” (FREITAS, 2019, Posições 1565-1570) A efetiva segurança e proteção da saúde dos trabalhadores no meio ambiente laboral também são resguardados por essa dimensão.

A dimensão ética da sustentabilidade, enraizada na conexão intersubjetiva, anímica e natural entre todos os seres humanos, consagra “a empática solidariedade como dever universalizável, derivado da compreensão darwiniana da seleção natural de grupo” (FREITAS, 2019, Posições 1603). O outro, nesse aspecto, “nunca pode ser coisificável, convertido em commodity.” (FREITAS, 2019, Posições 1603) Ao revés, verifica-se a existência de um dever indeclinável de sustentabilidade ativa, isto é, um “dever natural de

agir, na medida do possível, de modo benfazejo para todos os seres, não apenas deixando de lhes impor sofrimento” (FREITAS, 2019, Posições 1618).

A dimensão ambiental da sustentabilidade remete ao “direito das gerações atuais, sem prejuízo das gerações futuras, ao ambiente limpo, em todos aspectos” (FREITAS, 2019, Posições 1656-1661). Trata-se de esfera dotada de urgência, haja vista que a degradação ambiental pode, no extremo, inviabilizar a vida humana, sendo imprescindível modificar a matriz econômica que atualmente vem destruindo de forma irreversível os recursos naturais (FREITAS, 2019, Posições 1656-1661).

A dimensão econômica exige “o adequado trade-off entre eficiência e equidade, isto é, o sopesamento fundamentado, em todas as transações, no atinente a benefícios e custos diretos e indiretos (externalidades)” (FREITAS, 2019, Posições 1690-1695). Em verdade, surge indispensável uma reestruturação do consumo e da produção para que passem a espelhar um estilo de vida sustentável (FREITAS, 2019, Posições 1695). Igualmente, deve ser promovida uma economia de baixo carbono e que tenha condições, ao mesmo tempo, de superar a miséria. Novos indicadores devem ser adotados para mensurar essa nova fase da economia, abandonando o PIB.

A última, a dimensão jurídico-política da sustentabilidade, “determina, com eficácia direta, independentemente da regulamentação, a tutela do direito ao futuro” (FREITAS, 2019, Posições 1724). Noutras palavras, cuida-se do dever constitucional de proteger a liberdade (alcançada em virtude do autocontrole dos impulsos destrutivos) de cada pessoa (titular da cidadania ambiental ou ecológica) no processo de estipulação intersubjetiva de direitos e deveres fundamentais das gerações presentes e futuras (FREITAS, 2019, Posições 1729). Tal dimensão da sustentabilidade, que enseja o reconhecimento do princípio da sustentabilidade – o qual será tratado no próximo subcapítulo -, “altera a visão global do Direito, ao se transfigurar na prescrição normativa de outro tipo de desenvolvimento” (FREITAS, 2019, Posições 1803). Com a sua integração ao sistema jurídico, torna-se desproporcional e antijurídica toda e qualquer ação ou omissão causadora de injustos danos intrageracionais e intergeracionais (FREITAS, 2019, Posições 1809).

### 2.3. Princípio

Na gênese da construção jurídica da sustentabilidade, segundo Paulo Cruz e Zenildo Bodnar, está a ideia de que o modelo de desenvolvimento, escolhido/reforçado para o mundo na ECO 92, preconizado pelo protocolo de Kyoto e enfatizado na Rio+20, almejou compatibilizar a proteção do ambiente com o desenvolvimento econômico e social (2012, p. 49).

Após as conferências internacionais que viabilizaram a construção do Direito Ambiental Internacional, fixaram-se as bases para “um novo paradigma para a sociedade moderna, o de estabelecer limites ao crescimento.” (CRUZ; FERRER; GLASENAPP; 2014, p. 1446). Em decorrência desse cenário internacional, sobrevieram diplomas e preceitos normativos internos, de *status* constitucional, legal e infralegal, que positivaram a proteção, preservação e defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado. No Brasil, o principal marco foi “a constitucionalização do Direito ao Meio Ambiente como, por exemplo, a inserção do meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental no artigo 225 da Constituição de República Federativa do Brasil de 1988.” (CRUZ; FERRER; GLASENAPP; 2014, p. 1446).

Trata-se da *norma-princípio*, a *norma-matriz*, reveladora do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, segundo a lição do constitucionalista José Afonso da Silva (2007, p. 52). Por seu turno, Celso Antonio Pacheco Fiorillo depreende do art. 225 o princípio do desenvolvimento sustentável, que teria como conteúdo “a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição.” (2019, Posições 1375-1379)

Mesmo que tenha ocorrido essa positivação magna, deve-se construir e defender permanentemente o conteúdo axiológico da sustentabilidade na órbita jurídica, mediante os aportes cognitivos fornecidos pela sociologia, pela economia e pela filosofia (CRUZ; BODNAR, 2012, p. 54). Ou seja, é impositivo que se proteja o teor da sustentabilidade dentro das suas múltiplas dimensões, anteriormente descritas, para fins de qualificar e bem aplicar o princípio jurídico da sustentabilidade.

Nessa linha, afigura-se adequado o conceito do princípio da sustentabilidade enunciado por Juarez Freitas:

“Eis o conceito proposto para o princípio da sustentabilidade: trata-se do princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar. (...)

No conceito proposto, encontram-se reunidos elementos essenciais para a sustentabilidade, a saber: (1) a natureza de princípio constitucional diretamente aplicável, (2) a eficácia (encontro de resultados justos, não mera aptidão para produzir efeitos jurídicos), (3) a eficiência (o uso de meios idôneos), (4) o ambiente limpo (descontaminado e saudável), (5) a probidade (inclusão explícita da dimensão ética), (6) a prevenção (dever de evitar danos certos, individuais e coletivos), (7) a precaução (dever de evitar danos altamente prováveis), (8) a solidariedade intergeracional, com o reconhecimento de direitos fundamentais das gerações presentes e futuras, (9) a responsabilidade do Estado e da sociedade e (10) o bem-estar (acima de necessidades materiais).” (2019, Posições 763-772)

No panorama constitucional brasileiro, o referido princípio deriva da conjugação dos arts. 3º, 170, inc. VI, e 225, da Carta da República. Na mesma toada, Eros Grau pontifica que pela interpretação do texto normativo constitucional no seu todo, verifica-se ter sido adotado como modelo para o desenvolvimento nacional aquele definido para o desenvolvimento sustentável (2003, p. 145).

Por sua vez, o Supremo Tribunal Federal consagrou, em sua jurisprudência, o princípio do desenvolvimento sustentável, conforme se identifica no trecho colacionado abaixo da ADI 3.540-MC/DF:

“O princípio do desenvolvimento sustentável, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a invocação desse postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais: o direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações.” (ADI 3.540-MC/DF, 2006)

Como se percebe, o Direito Positivo, a doutrina jurídica e a jurisprudência consolidaram o princípio da sustentabilidade, ou do desenvolvimento sustentável, apontando para o acolhimento do novo paradigma descrito por Paulo Cruz, Gabriel Ferrer, Maikon Glasenapp e Juarez Freitas.

### **3. A sustentabilidade no âmbito das contratações públicas brasileiras**

A sustentabilidade nas contratações públicas merece ser tratada desde as normas com maior *status* na ordem jurídica, ou seja, as normas constitucionais e internacionais, até os diplomas legais e infralegais. Em todos os níveis figuram princípios e regras que devem ser respeitados e, sobretudo, concretizados para que transformem positivamente o ramo das compras governamentais. Para a adequada compreensão da materialização dessas normas, promover-se-á um estudo enriquecido com posicionamentos da doutrina jurídica, da jurisprudência dos Tribunais e de guias/manuais de melhores práticas.

No patamar constitucional, o art. 225, *caput* e § 1º, inc. V, da Carta da República veicula alguns dos ditames orientadores. O *caput*, que constitui a *norma-princípio* do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impõe ao Poder Público – e à coletividade – o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Já o § 1º, inc. V, estabelece que a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado demanda, entre outros instrumentos, que o Poder Público controle a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente. Trata-se, na esteira do magistério de José Afonso da Silva, de *norma-instrumento* da eficácia do princípio, que atribui ao Poder Público obrigações que conformam a sua atuação para assegurar o direito ao meio ambiente equilibrado (2007, p. 52).

Na órbita constitucional, vale frisar igualmente o art. 170, que fixa os princípios da Ordem Econômica e Financeira, trazendo, no rol de normas principiológicas, a “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental

dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”, notadamente no inciso VI.

Em sede infraconstitucional, avulta a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Dentre os princípios enunciados, cabe mencionar o estatuído no art. 2º, inc. III: planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais. Em matéria de contratações públicas, a Administração fica tolhida da possibilidade de realizar compras junto a licitantes que não promovam uso adequado dos recursos ambientais, ou estejam em desconformidade com a PNMA.

A referida Lei também criou, a partir do seu art. 17, inc. II, o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/ APP), sob a gestão do IBAMA, para registro obrigatório das pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras e/ou de extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente. A IN IBAMA nº 06/2013 elenca as atividades poluidoras em seu Anexo I. Existem, nos dias correntes, 426.867 empresas cadastradas, sendo 104.090 com potencial alto (IBAMA, 2021).

O Tribunal de Contas da União reconhece a legalidade da exigência de registro no CTF/APP como “requisito de habilitação quando o licitante desempenha diretamente as atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais”, conforme se verifica no Acórdão nº 2661/2017, do Plenário da Corte.

O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, formulado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS) da CGU/AGU, também legitima o uso do CTF/APP em licitações públicas, seja como item do Termo de Referência pertinente à descrição ou especificação técnica do produto; item do Edital pertinente ao julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto; item do Termo de Referência relativo à especificação técnica do serviço; ou item de habilitação jurídica da empresa no Edital (2021, p. 88-95). O Parecer nº 13/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, da Câmara Permanente de Licitações e Contratos, do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal, da Advocacia-Geral da União, firma entendimento idêntico (2021, p. 25-26).



Outro diploma legal de notória relevância é a Lei nº 12.187/2009, que instituiu a Política Nacional de Mudança Climáticas (PNMC). As raízes desse marco legal estão fincadas na Conferência das partes da CQNUMC, realizada em Copenhague em 2009, quando o governo brasileiro assumiu metas voluntárias de redução de emissões de gases de efeito estufa (LAVRATTI; CAPDEVILLE, 2015, p. 526).

No rol dos instrumentos previstos na PNMC, figura, no que toca às contratações públicas, o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que viabilizem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos.

Ato contínuo, sobreveio, em 02 de agosto de 2010, a Lei nº 12.305/2010, que introduziu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), reunindo princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relativos à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

No conjunto de objetivos da PNRS, estatuído no art. 7º, identifica-se como de grande importância, em relação ao tema ora abordado, a expressa prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para (i) produtos reciclados e recicláveis; e (ii) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. A forma mais exequível de materializar essa prioridade consiste na inclusão dessas preocupações no momento do planejamento dos processos de contratação pública, e não mediante critérios de desempate, porquanto os últimos são de utilização não muito frequente na prática, minorando a efetividade das aludidas normas. O gestor, assim, deve optar por prever, na fase de planejamento, a aquisição de produtos e/ou materiais sustentáveis, desde que haja oferta e respeito à competitividade.

Outro objetivo que deve ser sublinhado é o do estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável. Os gestores públicos podem inserir nos editais a exigência de rótulos ambientais, baseada na ISO 14024/2001, nos produtos e materiais que estão sendo adquiridos, ou que constituem insumos dos serviços que estão sendo contratados pela

Administração Pública. O rótulo ambiental pode auxiliar inclusive na celeridade dos certames, uma vez que possibilita a dispensa da requisição de amostras.

Entretanto, a rotulagem ambiental não é obrigatória. Por conta disso, emerge obstáculo para a implementação desse princípio na seara licitatória, de acordo com o que se deduz da jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão 512/2009. Plenário. Rel. Min. Aroldo Cedraz. Julgado em 25/03/2009.).

A Lei nº 12.305/2010 também veicula normas sobre contratações públicas quando trata da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cuja implementação é promovida de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. O destaque, nesse ponto, vai para os serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, cujo titular deve priorizar a contratação, mediante dispensa de licitação, de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, conforme o art. 36, §§ 1º e 2º.

A exigência de estruturação e implementação de sistemas de logística reversa, forte no art. 33 da Lei da PNRS, deve igualmente ser prevista nos processos licitatórios que se dirijam a aquisições vinculadas a determinados setores.

No que toca ao diálogo entre normas ambientais, sustentabilidade e contratações públicas, o advento da Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19/01/2010, e da Lei nº 12.349/2010, de 15/12/2010, configuram enormes avanços decorrentes do contexto normativo inaugurado pelos diplomas legais anteriormente citados.

A IN nº 01/2010-SLTI/MPOG dispôs sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Trata-se, segundo Teresa Villac, do marco inaugural das licitações sustentáveis federais brasileiras, antecedendo diplomas de patamar legal (2020, p. 55)

A aludida IN estabelece, por exemplo, que nos processos licitatórios que utilizem como critério de julgamento o tipo melhor técnica ou o tipo técnica e preço, deverão ser previstos no edital critérios objetivos de sustentabilidade ambiental para a avaliação e classificação das propostas (art. 3º). O Tribunal de Contas da União recomendou

expressamente, no Acórdão nº 5804/2013, da lavra da sua 2ª Câmara, o cumprimento da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG para a realização de licitações sustentáveis, seja na aquisição de bens ou na contratação de obras ou serviços.

Posteriormente, a Lei nº 12.349/2010 promoveu alterações na Lei nº 8.666/93 para incluir, no art. 3º, *caput*, o desenvolvimento nacional sustentável como princípio regente das licitações públicas e contratos administrativos. Embora não fosse a primeira disposição atinente às questões de sustentabilidade na Lei Geral de Licitações – haja vista que o art. 6º, inc. IX, contempla o “adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento” quando versa sobre o Projeto Básico –, a inovação normativa positivada em 2010 merece grande valorização, pois coroou um percurso de normas legais e infralegais que foram promulgadas para concretizar a sustentabilidade nas contratações públicas.

Interpretando o preceito, Marçal Justen Filho assevera que “o desenvolvimento nacional sustentável significa a elevação da riqueza nacional mediante a adoção de práticas compatíveis com a preservação do meio ambiente e de modo a garantir a viabilidade da vida humana digna no presente e no futuro.” (2014, p. 75)

Vale mencionar, igualmente, na Lei nº 12.349/2010, a inserção do § 5º no art. 3º, da LGL, que garantiu margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, o que permite, por exemplo, abarcar o respeito às normas ISO atreladas à temática ambiental.

Com isso, as alterações promovidas na Lei nº 8.666/93 consagraram a chamada função regulatória da licitação. Ou seja, visou-se à instrumentalização do “Poder de Compra Estatal” para fomentar o desenvolvimento nacional sustentável, e não mais apenas para a satisfação das necessidades imediatas definidas pela Administração Pública com fulcro no menor preço dos bens adquiridos ou serviços/obras contratados (OLIVEIRA, 2018, p. 192-193). Neste panorama, o Tribunal de Contas da União chegou a pontuar em importante julgado que a sustentabilidade ambiental pode prevalecer em face da economicidade (Acórdão nº 1.375/2015. Rel. Min. Bruno Dantas, 03/06/2015).

A Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – Lei nº 12.462/2011, promulgada com a finalidade de viabilizar as obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, sobreveio já sob o impacto da sustentabilidade e do desenvolvimento nacional sustentável. O art. 3º reconhece natureza de princípio para o desenvolvimento

nacional sustentável. O art. 4º determina que a busca da maior vantagem para a administração pública constitui diretriz das licitações e contratos, sob o regime do RDC, mas que nesse âmbito devem ser considerados custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos.

A LRDC também ordenou, no art. 4º, § 1º, incisos I, II e III, que as contratações respeitem as normas pertinentes (i) à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas; (ii) à mitigação por condicionantes e compensação ambiental, definidas no procedimento de licenciamento ambiental; e (iii) à utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais.

O projeto básico, na órbita do RDC, assim como previsto na Lei nº 8.666/93, deve assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, forte no art. 2º, inc. IV, alínea 'b', da Lei nº 12.462/2011.

Já o art. 14, parágrafo único, inc. II, da LRDC, prescreve a possibilidade de serem exigidos requisitos de sustentabilidade ambiental nas licitações disciplinadas pelo RDC. Solicitações de certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, sob o aspecto ambiental, também foram legitimadas, nos termos do art. 7º, inc. III. Na esfera da contratação integrada, autorizou-se que o instrumento convocatório contenha anteprojeto de engenharia contemplando documentos técnicos que incluam, por exemplo, os parâmetros de adequação ao interesse público, à economia na utilização, à facilidade na execução, aos impactos ambientais e à acessibilidade (art. 9º, § 2º, inc. I, alínea 'd').

Na fase de julgamento, o art. 19, *caput*, define que o julgamento pelo menor preço ou maior desconto considerará o menor dispêndio para a administração pública, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade previstos no Edital. Nesse ponto, o § 1º, do art. 19, admite que os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores, sejam considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, com esteio em regulamento específico.

Outrossim, a LRDC estabelece, no art. 10, a possibilidade de que nas contratações das obras e serviços, inclusive de engenharia, sob o manto do RDC, pode ser fixada

remuneração variável vinculada, por exemplo, com critérios de sustentabilidade ambiental, dentre outros fatores.

Ato contínuo, a legislação de compras públicas foi impactada pela Lei nº 13.303/2016, conhecida como ‘Lei das Estatais’. Segundo esse diploma legal, “a empresa pública e a sociedade de economia mista deverão, nos termos da lei, adotar práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa compatíveis com o mercado em que atuam” (art. 27, § 2º). Essa norma produz reflexos significativos sobre a regulação das contratações de bens, serviços e obras pelas Estatais.

Assim como ocorre com a Lei nº 8.666/93 e com a Lei do RDC, a Lei das Estatais possui disposição veiculando o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, qual seja o seu art. 31, *caput*. A peculiaridade reside, nesse dispositivo, quando se fala no ciclo de vida do objeto como elemento integrante da análise da vantajosidade das propostas.

Joel Niebuhr e Pedro Niebuhr, em obra específica sobre a Lei das Estatais, afirmam que a exigência de avaliação do ciclo de vida é salutar porque “oferece percepção adequada para a avaliação das propostas de preços, em que se deve considerar o menor dispêndio para a estatal, tomando-se em conta todos os custos que lhe são gerados, sobretudo os custos indiretos.” (2016, p. 196)

Outrossim, a Lei estabelece como uma das suas diretrizes a necessidade de se observar custos e benefícios de natureza social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância (art. 32, inc. II).

Posteriormente, adveio o Decreto nº 10.024/2019, que regulamentou o Pregão Eletrônico para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, revogando os Decretos nºs 5.450/2005 e 5.504/2005.

Diferentemente da Lei nº 8.666/93, da LRDC e da Lei das Estatais, o Decreto do Pregão Eletrônico reconheceu o “desenvolvimento sustentável’ como princípio, no art. 2º, *caput*, determinando a sua observância, conforme o § 1º, nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, em base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

No âmbito dos critérios de julgamento das propostas, o art. 7º, parágrafo único, abre a possibilidade de fixação de critérios objetivos de melhor preço que contemplam “as

diretrizes do plano de gestão de logística sustentável”, dialogando com outras normativas precedentes com inegável influência do princípio constitucional da sustentabilidade.

À guisa de arremate deste capítulo, assevera-se que existem, há mais de década, instrumentos e meios normativos para que a Administração Pública consagre, na prática, a sustentabilidade na órbita das contratações públicas. Na atualidade, trata-se de um dos maiores desafios institucionais a implementar, porquanto as instituições brasileiras continuam carecendo de observância às dimensões ambiental, social, econômica, ética e jurídico-política da sustentabilidade, inclusive no interior da Administração Pública.

#### **4. A sustentabilidade na nova lei de licitações**

A Nova Lei de Licitações foi publicada em 1º de abril de 2021, depois de quase três décadas de longo processo legislativo. Trata-se da Lei nº 14.133/2021, que consolida em um único diploma princípios, regras, institutos e mecanismos previamente estampados na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), na Lei nº 12.462/2011 (Lei do RDC) e no Decreto nº 10.024/2019 (Decreto do Pregão Eletrônico).

Além da consolidação normativa, verifica-se a inclusão de diversas inovações, cujo potencial transformador precisa ser explorado pelos gestores públicos, pela doutrina jurídica e pelos Tribunais, de sorte a concretizar os princípios e objetivos que orientam as contratações públicas no Brasil, inclusive sob a influência da citada função regulatória das licitações.

Inobstante, o *novel* diploma sobreveio contaminado por algumas falhas evidentes, conforme indicam Maria Sylvia Zanella Di Pietro e Thiago Marrara: (i) a normatização praticamente esgota todos os aspectos pertinentes às licitações e contratos administrativos, ferindo o princípio federativo, já que a União recebeu competência somente para legislar sobre “normas gerais de licitação e contratação”; (ii) a lei foi elaborada para a União e grandes Estados, olvidando as dificuldades e precariedades enfrentadas pelos Estados menores e pelos Municípios; e (iii) a lei é excessivamente formalista, sendo dotada de excesso de pormenores e normas, não produzindo a almejada desburocratização (DI PIETRO; MARRARA; 2021, p. 12-13). O Professor Rafael Rezende Oliveira ainda critica

a falta de experimentalismo jurídico, mediante a incorporação, por exemplo, de experiências e estudos sobre teoria dos leilões (2021, p. 23-24).

Por outro lado, as principais inovações trazidas foram as seguintes: (a) a pormenorização da fase interna/preparatória e consagração do princípio do planejamento; (b) a inserção de item sobre o agente público; (c) a introdução dos regimes da contratação integrada e semi-integrada; (d) a criação de nova modalidade licitatória: o diálogo competitivo; (e) o alargamento dos instrumentos auxiliares; (f) a inversão das fases de habilitação e julgamento, que já constava na legislação regente do Pregão e do RDC; (g) a estipulação do plano de contratações anual; (h) a preferência pela forma eletrônica, que existia na normatização do Pregão; (i) a previsão dos modos de disputa aberto e fechado, conforme constava na LRDC e no Decreto do Pregão Eletrônico; (j) criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), inaugurado em 09/08/2021; (k) delineamento das infrações e penalizações administrativas; (l) novas regras sobre seguro-garantia; (m) novos preceitos sobre pagamento; (n) previsão da alocação de riscos, sendo facultativa a sua definição no Edital e no contrato; (o) estabelecimento do direito do contratado à extinção do contrato em caso de fato da Administração; (p) autorização para o uso de meios adequados de resolução de controvérsias, tais como a conciliação, a mediação, a arbitragem e o comitê de resolução de disputas; e (q) a exigência, em certas circunstâncias, de implementação de programa de integridade (*compliance*).

No que tange à estrutura da Lei nº 14.133/2021, identifica-se a manutenção da segmentação clássica em três etapas/fases sequenciais: (1) interna, preparatória ou de planejamento; (2) externa, ou de seleção de fornecedores; e (3) contratual. A fase interna figura no Capítulo II, Título II; a externa nos Capítulos IV a VII do Título II; e a contratual no Título III (AMORIM, 2021, p. 63).

Delineado esse breve panorama da NLL, passa-se a versar sobre a sustentabilidade nesse importante marco normativo, que tem a missão de reger o imenso “Poder de Compra Estatal” dos Governos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais do Brasil.

As expressões ‘sustentável’ e ‘sustentabilidade’ aparecem, no total, em três preceitos legais na Lei nº 14.133/2021: art. 5º (‘desenvolvimento nacional *sustentável*’), art. 7º (‘desenvolvimento nacional *sustentável*’) e art. 144 (‘critérios de *sustentabilidade* ambiental’).

O primeiro dispositivo que trata do assunto é o art. 5º, encartado no Título I (Disposições Preliminares), Capítulo II (Dos Princípios), o qual veicula os princípios orientadores da aplicação da NLL. Dentro do rol de 19 princípios, foi inserido o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, reprisando a redação utilizada pela Lei nº 8.666/93 (desde a alteração promovida pela Lei nº 10.349/2010), Lei do RDC, Lei das Estatais e pelo Decreto nº 10.024/2019 (embora esse último fale em ‘desenvolvimento sustentável’).

O estabelecimento deste princípio na Lei nº 14.133/2021 não representa qualquer inovação, nem causa surpresa. Já estava hospedado em vários diplomas pretéritos, conforme listado acima, e tem seu conteúdo bem definido pela doutrina jurídica, como se verifica nas lições de Justen Filho e Rafael Rezende Oliveira mencionadas no capítulo anterior deste trabalho.

Na sequência, o art. 11, inc. IV, integrante do Título II (Das Licitações), Capítulo I (Do Processo Licitatório), prescreve entre os objetivos dos processos licitatórios o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável. O inciso I do art. 11 também aborda questão ligada à sustentabilidade, porquanto incorporou ao conceito de proposta mais vantajosa o aspecto do ciclo de vida do objeto, que foi alvo de considerações anteriormente e dialoga com vigor com a temática ambiental.

Di Pietro e Marrara lecionam que o conceito de ‘objetivo’ não está sedimentado na doutrina jurídica, não havendo teorias firmes sobre o assunto. Nesta circunstância, defendem que tais objetivos “despontam como resultados, como consequências ideais que o emprego do processo licitatório deverá acarretar.” (DI PIETRO; MARRARA; 2021, p. 16). Não constituem deveres jurídicos, mas sim “parâmetros que revelam se uma ação pública, na licitação, é lícita quanto à sua finalidade e à sua adequação”, viabilizando o controle de razoabilidade ou proporcionalidade sobre as condutas dos integrantes da Administração Pública (DI PIETRO; MARRARA; 2021, p. 16).

Já o art. 144, *caput*, está hospedado no Título III (Dos Contratos Administrativos), Capítulo X (Dos Pagamentos), da Lei nº 14.133/2021. O dispositivo autoriza que nas contratações de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, seja estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas,



padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no edital de licitação e no contrato.

O preceito legal repete o conteúdo normativo visto no art. 10 da Lei do RDC e no art. 45 da Lei das Estatais. A previsão de metas na execução de atividades de interesse do Estado, segundo Rafael Oliveira, está em consonância com as modernas tendências do Direito Administrativo, dirigido para a busca de resultados eficientes, no contexto da “Administração de Resultados” (2018, p. 227). Tal modelo proporciona, em várias situações, soluções mais vantajosas para a Administração Pública, que só efetuará qualquer pagamento se alcançar efetivamente um benefício com o pacto, conforme leciona Rafael Schwind na sua doutrina sobre o instituto dentro da previsão fixada na Lei do RDC, cuja validade a NLL é indisputável (SCHWIND, 2013, p. 179).

Trata-se de uma sistemática de contrato de risco, no qual o particular assume o risco de ter ao menos parte da remuneração diretamente vinculada à obtenção de certos resultados. Do lado da Administração, exsurge vantagem pelo fato de que o dever remuneratório só nascerá se o resultado estipulado for alcançado (SCHWIND, 2013, p. 175).

Quanto ao critério de sustentabilidade ambiental para a remuneração por desempenho, afigura-se necessário embasamento teórico e detalhamento empírico, com a adequada e objetiva mensuração dos resultados e metas pretendidos para a adoção deste modelo contratual de risco, com fulcro, por exemplo, em normas técnicas emanadas pela ISO. Caso não haja benefício ambiental, padecerá de nulidade o instrumento por vício de motivo, conforme a lição de Schwind por ocasião da hermenêutica do preceito similar do RDC, plenamente aplicável para a NLL (SCHWIND, 2013, p. 186).

Para além dos três preceitos legais que albergam a sustentabilidade explicitamente, surgem as disposições legais que contemplam critérios, objetivos, parâmetros, diretrizes, que se comunicam de maneira específica com a dimensão ambiental da sustentabilidade, inclusive com a menção ao ciclo de vida do objeto.

Está-se a falar dos 19 (dezenove) dispositivos contemplados na tabela abaixo, que é exemplificativa e alberga o Título e Capítulo ao qual pertencem e a temática dos comandos, além do princípio do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º, NLL):

| Dispositivo                      | Título                       | Capítulo                    | Temática                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|----------------------------------|------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| art. 6º, inc. XXIII, alínea 'c'; | I – Disposições Preliminares | III – Das Definições        | Prevê a inserção do ciclo de vida dentro da descrição da solução prevista no Termo de Referência;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| art. 6º, inc. XXIV, alínea 'e';  | I – Disposições Preliminares | III – Das Definições        | No que tange ao anteprojeto, determina que a sua elaboração deve considerar, entre outros elementos, <i>parâmetros de adequação</i> ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, <i>de impacto ambiental</i> e de acessibilidade;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| art. 6º, inc. XXV, alínea 'a';   | I – Disposições Preliminares | III – Das Definições        | No que tange ao projeto básico, determina que a sua elaboração deve considerar, entre outros elementos, levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, <i>estudos socioambientais</i> e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| art. 11, inc. I;                 | II – Das Licitações          | I – Do Processo Licitatório | Prescreve que o processo licitatório tem entre seus objetivos assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, <i>inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto</i> ;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| art. 18, § 1º, inc. XII;         | II – Das Licitações          | III – Da Fase Preparatória  | Estabelece que, na fase preparatória, o estudo técnico preliminar (ETP) deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterà, dentre outros elementos, <i>a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável</i> ;                                                                              |
| art. 25, § 5º, inc. I;           | II – Das Licitações          | III – Da Fase Preparatória  | Prevê que o edital poderá prever a responsabilidade do contratado pela obtenção do <i>licenciamento ambiental</i> ;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Art. 25, § 6º;                   | II – Das Licitações          | III – Da Fase Preparatória  | Prescreve que <i>os licenciamentos ambientais</i> de obras e serviços de engenharia licitados e contratados nos termos da NLL <i>terão prioridade de tramitação</i> nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e deverão ser orientados pelos princípios da celeridade, da cooperação, da economicidade e da eficiência;                                                                                                                                                                                                                                               |
| Art. 26, inc. II;                | II – Das Licitações          | III – Da Fase Preparatória  | Prevê que no processo licitatório poderá ser estabelecida margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| art. 34, § 1º;                   | II – Das Licitações          | III – Da Fase Preparatória  | Prevê que o julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação. Nessa linha, estabelece que <i>os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento</i> ; |
| art. 42, inc. III;               | II – Das Licitações          | III – Da Fase Preparatória  | Fixa que a <i>prova de qualidade de produto</i> apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital <i>será admitida, dentre outros meios, pela certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar</i> que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, <i>inclusive sob o aspecto ambiental</i> , emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.;                                                                                                                          |
| art. 45, incisos I e II;         | II – Das Licitações          | III – Da Fase Preparatória  | Estabelece que as licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar as normas pertinentes aos seguintes tópicos: (i) <i>disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas</i> ; e (ii) <i>mitigação por condicionantes e compensação ambiental</i> , que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;                                                                                                                                                                                                                                   |

|                                |                                     |                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|--------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| art. 74, inc. III, alínea 'h'; | II – Das Licitações                 | VIII – Da Contratação Direta                   | Prevê a <i>inexigibilidade</i> de licitação na hipótese de <i>contratação de serviços técnicos</i> especializados de controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, <i>instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente</i> e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;                                                                                                                         |
| art. 75, inc. IV, alínea 'j';  | II – Das Licitações                 | VIII – Da Contratação Direta                   | Prevê a <i>dispensa</i> na hipótese de contratação que tenha por objeto a <i>coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;</i> |
| art. 115, § 4º;                | III – Dos Contratos Administrativos | VI – Da Execução dos Contratos                 | Estabelece que nas contratações de obras e serviços de engenharia, <i>sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da divulgação do edital.</i> Trata-se de medida salutar para garantir o respeito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, mediante providência calcada na precaução;                                                                                            |
| art. 137, inc. VI;             | III – Dos Contratos Administrativos | VIII – Das Hipóteses de Extinção dos Contratos | O dispositivo permite a <i>extinção contratual por atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar</i> , ainda que obtida no prazo previsto. Nesta circunstância, verifica-se a falta de comprometimento do particular com suas obrigações de natureza ambiental;                                                                                                                                                            |
| art. 147, incs. II e III;      | III – Dos Contratos Administrativos | XI – Da Nulidade dos Contratos                 | O inc. II, autoriza a decretação da <i>nulidade contratual por conta de riscos ambientais decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato</i> ; enquanto o inc. III permite a mesma determinação por motivação ambiental <i>lato sensu</i> ;                                                                                                                                                                                                                                             |
| art. 178                       | V – Das Disposições Gerais          | II – Das Alterações Legislativas               | Prescreve o <i>crime de omissão grave de dado ou de informação por projetista</i> , no qual podem estar <i>envolvidas omissões pertinentes às condições ambientais do projeto</i> ;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |

Conforme se extrai da tabela, vários preceitos da NLL tratam de sustentabilidade na dimensão ambiental, em todas as fases dos processos de contratação pública, e até mesmo nas hipóteses extintivas e de decretação de nulidade, além do sancionamento criminal. Não ficam dúvidas sobre a importância das normas de matiz ambiental, balizadas pela sustentabilidade, na NLL, à luz desse levantamento.

Quanto à dimensão social, identificam-se diversas disposições que retratam a preocupação do legislador na seara das licitações e contratos administrativos. A título exemplificativo, podem ser mencionados os seguintes, além do princípio da igualdade:

| Dispositivo                     | Título                           | Capítulo             | Temática                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|---------------------------------|----------------------------------|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| art. 6º, inc. XXIV, alínea 'a'; | I – Das Disposições Preliminares | III – Das Definições | No que tange ao <i>anteprojeto</i> , determina que a sua elaboração deve considerar, entre outros elementos, da <i>demonstração e justificativa do programa de necessidades</i> , avaliação de demanda do público-alvo, <i>motivação técnico-econômico-social do empreendimento</i> , visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado; |

|                                           |                                      |                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Art. 50, incisos I a VI;                  | II – Das Licitações                  | II – Da Fase Preparatória                       | Prevê que nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o contratado deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato;                                                                                                                                                                                           |
| Art. 62, inc. III;                        | II – Das Licitações                  | VI – Da habilitação                             | Prevê que na fase de habilitação deve ser verificado o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, o que inclui a qualificação fiscal, <i>social e trabalhista</i> ;                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Art. 63, inc. IV;                         | II – Das Licitações                  | VI – Da habilitação                             | Prevê que na fase de habilitação será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Art. 63, § 1º;                            | II – Das Licitações                  | VI – Da habilitação                             | Exige que conste do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.                                                                                                                 |
| Art. 68, incisos IV, V e VI;              | II – Das Licitações                  | VI – Da habilitação                             | Prevê que a habilitação social será aferida pelos seguintes requisitos: (i) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; (ii) a regularidade perante a Justiça do Trabalho; (iii) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.                                                                                                                                                                                                                    |
| Art. 75, inc. XV;                         | II – Das Licitações                  | VIII – Da Contratação Direta                    | Estabelece a dispensa de licitação na hipótese de contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de <i>instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa</i> , desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e <i>não tenha fins lucrativos</i> ; |
| Art. 76, inc. I, alínea ‘f’;              | II – Das Licitações                  | IX – Das Alienações                             | Prevê dispensa de licitação para alienação de bens imóveis da Administração Pública, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, na hipótese de alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente usados em programas de habitação ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgão ou entidade da Administração Pública;                                                                         |
| Ar. 91, § 4º;                             | III – Dos Contratos Administrativos; | I – Da Formalização dos Contratos;              | Estabelece que antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.                                                                                                                                                       |
| Art. 92, inc. XVII;                       | III – Dos Contratos Administrativos; | I – Da Formalização dos Contratos               | Prescreve como cláusula mandatória em todos os contratos administrativos a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Art. 116, <i>caput</i> e parágrafo único; | III – Dos Contratos Administrativos; | VI – Da Execução dos Contratos;                 | Prevê que ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas. Em acréscimo, estabelece que sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.                                                                       |
| Art. 137, inc. IX;                        | III – Dos Contratos Administrativos; | VIII – Das Hipóteses de Extinção dos Contratos; | Estabelece como hipótese de extinção contratual o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz;                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |

|                          |                                     |                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|--------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Art. 147, inc. III;      | III – Dos Contratos Administrativos | XI – Da Nulidade dos Contratos      | Fixa como hipótese de nulidade contratual, na qual não seja possível sua remedição, quando a medida se revelar de interesse público sob aspecto alicerçado em motivação social;                                                                                           |
| Art. 169, <i>caput</i> ; | IV – Das Irregularidades            | III – Do Controle das Contratações; | Estabelece que as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar <i>subordinadas ao controle social</i> ; |

Depreende-se da tabela que o legislador conferiu atenção especial a múltiplos aspectos conectados com a dimensão social da sustentabilidade, cobrindo diversos capítulos da NLL, desde o planejamento, passando pela fase externa, a etapa contratual e o controle. Em vista das limitações deste artigo, algumas normas que se relacionam com obrigações trabalhistas não foram colacionadas, embora as principais constem na tabela.

Por sua vez, a dimensão econômica da sustentabilidade pode ser visualizada nos vários preceitos que endereçam questões relacionadas (i) ao princípio da eficiência, da eficácia, da celeridade, da economicidade e da competitividade (art. 5º); (ii) ao tratamento diferenciado em favor das microempresas e empresas de pequeno porte (arts. 4º, *caput*; 15, § 2º; 60, § 2º; 81, § 4º; 141, § 1º, inc. II; entre outros); (iii) à dispensa de licitação para coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis (art. 75, inc. IV, alínea ‘j’), que já foi referida na órbita da dimensão ambiental, mas aqui dialoga claramente com a dimensão econômica porque viabiliza renda à população pobre; (iv) e à reforma agrária (art. 76, inc. I, alínea ‘h’, dentre outros); (v) ao estabelecimento do Portal Nacional de Compras Públicas, que viabilizará maior eficiência e economicidade às contratações públicas (arts. 174-176); entre outras.

Por seu turno, a dimensão ética também pode ser vislumbrada em diversos comandos da NLL. A título exemplificativo, podem ser mencionadas as normas relativas aos seguintes temas: princípio da moralidade e probidade administrativa (art. 5º); implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade (*compliance*) como obrigação para contratações de grande vulto (art. 25, § 4º), critério de desempate (art. 60, inc. IV),

parâmetro para aplicação de sanções (art. 156, § 1º, inc. V) e condição de reabilitação do licitante ou contratado (art. 163, parágrafo único); exigência de reputação ética e profissional para dispensa de licitações em que se pretenda contratar instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa (art. 75, inc. XV); medidas de controle das contratações (arts. 169-173); sanções administrativas e criminais pertinentes à matéria das contratações públicas (art. 155 a 163; art. 178); entre outras.

Já a dimensão jurídico-política da sustentabilidade está amplamente reconhecida através do princípio do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º, NLL) e de todas as regras jurídicas elencadas para tratar das demais dimensões, haja vista que, consoante a lição de Juarez Freitas, todos esses aspectos “se entrelaçam e se constituem mutuamente, na dialética da sustentabilidade, que não pode, sob o risco de irremediável prejuízo ecossistêmico, ser rompida ou bloqueada.” (FREITAS, 2019, p. 1814) Noutras palavras, a sustentabilidade, também no âmbito da NLL, deve ser enxergada sob ótica integrada, includente e solidária, capaz de promover transformação no estilo de vida e modo de produção de toda a sociedade e do sistema econômico, distribuindo bem-estar e dignidade para todos e evitando ou mitigando danos injustos e a falta de trabalho adequado para os cidadãos (FREITAS, 2019, p. 1823-1837).

Em vista do exposto, surge adequada a visão trazida por Teresa Villac, ainda no panorama normativo anterior, no sentido de que “os desafios para as contratações públicas sustentáveis, saindo-se da seara acadêmica para o mundo da efetivação, não são poucos” (VILAC, 2020, p. 51). No entanto, isso não pode representar uma barreira para restringir a implementação do valor sustentabilidade, “podendo os desafios ser enfrentados com o desenvolvimento de nova hermenêutica jurídica para as problemáticas socioambientais e uma propedêutica que conduza a uma gestão pública mais integrativa, sistêmica e colaborativa.” (VILAC, 2020, p. 51-52) Impende, neste ponto, promover um entrelaçamento da teoria com a prática em licitações sustentáveis e tornar efetiva contribuição que o conhecimento gestado na academia pode e deve ter sobre a implementação da sustentabilidade no real (VILAC, 2020, p. 51-52).

## **5. Conclusão**

O presente artigo enfrentou a temática da sustentabilidade na órbita das contratações públicas, com foco na ordem jurídica brasileira. Demonstrou-se que a normatização da sustentabilidade na esfera das licitações públicas e contratos administrativos foi evoluindo gradativamente, restando consagrada atualmente no âmbito jurídico, com forte influência de contributos da sociologia, da filosofia e da economia. Existem, portanto, desde bastante tempo, instrumentos e meios disponíveis aos gestores públicos para manejar o “Poder de Compra Estatal” em consonância com os ditames da sustentabilidade.

Neste cenário, evidenciou-se que a Lei nº 14.133/2021 foi promulgada num contexto normativo maduro quanto à presença da sustentabilidade na esfera das contratações públicas, embora não esteja institucionalmente implementada em níveis suficientes para atender às exigências da contemporaneidade.

Por fim, abordou-se a sustentabilidade dentro do conjunto normativo positivado na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Foram apresentados múltiplos princípios e regras que viabilizam a concretização da sustentabilidade em todas as suas dimensões (ambiental, social, econômica, ética e jurídico-política, na estudada acepção de Juarez Freitas) através desse importantíssimo marco normativo do Direito Público Brasileiro, que consolida as normas desta matéria, afastando a fragmentação até então vigente mediante as Leis nº 8.666/93, Lei do Pregão e Lei do RDC.

Embora a legislação seja nova e o caminho para a sua aplicação plena não seja simples, haja vista a sua complexidade, consoante demonstrado anteriormente com recurso à doutrina de Di Pietro, Thiago Marrara e Rafael Oliveira, conclui-se pela existência de sólida base principiológica, instrumental e institucional para que se avance substancialmente na implementação da sustentabilidade na seara das contratações públicas.

## 6. Bibliografia

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. **Parecer 13/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**. Disponível em: [http://www1.dnit.gov.br/anexo/outros/outros\\_edital0308\\_19-23\\_6.pdf](http://www1.dnit.gov.br/anexo/outros/outros_edital0308_19-23_6.pdf). Acesso em: 08/08/2021.

AMORIM, Victor. “Modalidades e Rito Procedimental da Licitação”. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Licitações e contratos administrativos: inovações da Lei 14.133/21**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 3.540-MC/DF**. Rel. Min. Celso de Mello, julgada em 01/09/2005, DJ 03-02-2006.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 1.375/2015**. Rel. Min. Bruno Dantas, 03/06/2015.

BRASIL, Tribunal de Contas da União. **Acórdão 5804/2013**. 2ª Câmara. Rel. Min. Marcos Bemquerer. Julgado em 24/09/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão 512/2009**. Plenário. Rel. Min. Aroldo Cedraz. Julgado em 25/03/2009.

BRASIL, Tribunal de Contas da União. **Acórdão 2661/2017**. Tribunal Pleno.

CÂMARA NACIONAL DE SUSTENTABILIDADE – CNS DECOR/CGU/AGU. **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**. Brasília: CGU/AGU, abril de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/licitacoes-sustentaveis>. Acesso em: 08/08/2021.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CRUZ, Paulo; BODNAR, Zenildo. **Globalização, transnacionalidade e sustentabilidade**. Itajaí: UNIVALI, 2012.

CRUZ, Paulo; FERRER, Gabriel; GLASENAPP, Maikon. “Sustentabilidade: um novo paradigma para o direito.” *In*: **Novos Estudos Jurídicos**. V. 19, n. 4, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella e MARRARA, Thiago. “Estrutura geral da nova lei: abrangência, objetivos e princípios.” *In*: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Licitações e contratos administrativos: inovações da Lei 14.133/21**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 19ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2019.



FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: Direito ao Futuro**. Belo Horizonte: Fórum, 2019.  
GRAU, Eros. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 8 ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2003.

IBAMA. **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDY5OTI2NzItNmVhYS00YjNiLWEzMDItMjU4OTFlZjM0YmM4IiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBINyJ9>. Acesso em: 08/08/2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 16ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LAVRATTI, Paulo; CAPDEVILLE, Fernanda. “Política Nacional sobre Mudança do Clima”. In: MORATO LEITE, José Rubens. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2015.

NIEBUHR, Joel e NIEBUHR, Pedro. **Licitações e Contratos das Estatais**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

OLIVEIRA, Rafael. **Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Prática**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

\_\_\_\_\_. **Nova lei de licitações e contratos administrativos: comparada e comentada**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

SILVA, José Afonso. **Direito Ambiental Constitucional**. 6ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SCHWIND, Rafael. “Remuneração variável e contratos de eficiência no regime diferenciado de contratações públicas.” In: JUSTEN FILHO, Marçal e GUIMARÃES PEREIRA, César. **O Regime Diferenciado de Contratações Pública (RDC): Comentários à Lei nº 12.462 e ao Decreto nº 7.581**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

VILLAC, Teresa. **Licitações Sustentáveis no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2020.



## Políticas públicas no combate ao trabalho infantil pós-regresso do Ministério do Trabalho

Regina Vera Villas Bôas<sup>1</sup>  
Carlos Alberto do Patrocínio Junior<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo reflete sobre os novos rumos das políticas públicas ao combate ao trabalho infantil, no Brasil, após o recente regresso do Ministério do Trabalho, ocorrida em 27.07.2021, por meio da Medida Provisória nº 1.058/2021 e pelo decreto nº 10.761, de 2 de agosto de 2021, que reorganiza a estrutura do Ministério. Com o retorno do Ministério é importante reorganizar a estrutura da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), vistos como os agentes públicos responsáveis pela coordenação e andamento dos projetos e ações do 3º PETI, além do fortalecimento do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), tendo-se em vista o cumprimento do compromissos internacionais de combate ao trabalho infantil, em especial a agenda 2030 da ONU.

**Palavras-chave:** Brasil; Criança e adolescente; Efetividade no combate ao trabalho infantil; Proteção jurídica do adolescente; Ministério do Trabalho.

### Quality in radiology: a path to continuous improvement

**Abstract:** This study reflects on the new directions of public policies to combat child labor in Brazil, after the recent return of the Ministry of Labor, which took place on 07.27.2021, through Provisional Measure No. 1,058/2021 and Decree

<sup>1</sup> Pós-Doutora em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra - Ius Gentium Conimbrigae (2012-2013). Primeiro Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) em Direito das Relações Sociais, pesquisando na área da Teoria Geral do Direito e Teoria Geral do Direito Privado e Teoria Geral do Direito Civil (Marcos da Responsabilidade Civil). O segundo Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica (2009) em DRS - Direitos Difusos e Coletivos (2009), pesquisando na área da Teoria Geral dos Direitos Difusos e Coletivos (Visão sistêmica e complexa dos direitos de terceira Dimensão). Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995), pesquisando na área da Teoria Geral do Direito e Teoria Geral do Direito Privado (Lacunas no Ordenamento Jurídico). Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1980). Atualmente é Professora-doutora e pesquisadora dos Programas de Graduação em Direito e Pós-Graduação em Direito (Núcleo Direitos Difusos e Coletivos) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e dos Programas de Graduação em Direito e Pós-Graduação em Concretização dos Direitos Sociais, Difusos e Coletivos do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Lorena), integrando o Grupo de Pesquisa "Minorias, Discriminação e Efetividade de Direitos", e o Observatório de Violências nas Escolas (UNESCO/UNISAL). revillasboas1954@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrando em Direito pela PUC SP (2018), possui graduação em Bacharelado em Direito pela Faculdade 2 de Julho (2016), possui ainda graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal da Bahia (2002) e Especialização em Educação Matemática pela Universidade Católica do Salvador (2004). Advogado e professor de matemática, com ênfase em Educação Matemática. cpatrocinio.adv@gmail.com

No. 10,761. of August 2, 2021, which reorganizes the structure of the Ministry. With the reestablishment of the Ministry, it is important to reorganize the structure of the National Commission for the Eradication of Child Labor (CONAETI) and the National Council for the Rights of Children and Adolescents (CONANDA), seen as the public agents responsible for the coordination and progress of projects and actions of the 3rd PETI, in addition to strengthening the National Forum for the Prevention and Eradication of Child Labor (FNPETI), with a view to fulfilling the international commitments to combat child labor, in particular the UN 2030 schedule.

**Keywords:** Brazil and South American countries; Effectiveness in combating child labor; Legal protection of adolescents; Social function of the Ministry of Labor; Consequences of the return of the Ministry of Labor.

### **Calidad em radiología: um caminho hacia la mejora continua**

**Resumen:** Este estudio reflexiona sobre los nuevos rumbos de las políticas públicas para combatir el trabajo infantil en Brasil, luego del reciente regreso del Ministerio de Trabajo, ocurrido el 27.07.2021, mediante la Medida Provisional No. 1.058 / 2021 y el Decreto No. 10.761, del 2 de agosto de 2021, que reorganiza la estructura del Ministerio. Con el regreso del Ministerio, es importante reorganizar la estructura de la Comisión Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (CONAETI) y el Consejo Nacional de los Derechos de la Niñez y la Adolescencia (CONANDA), vistos como los agentes públicos responsables de la coordinación y avance de proyectos y acciones del III PETI, además del fortalecimiento del Foro Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil (FNPETI), con miras al cumplimiento de los compromisos internacionales de combate al trabajo infantil, en particular la agenda ONU 2030.

**Palabras clave:** Brasil; Niño y adolescente; Efectividad en la lucha contra el trabajo infantil; Protección legal para adolescentes; Ministerio de Trabajo.

## **1. Introdução**

O Ministério do Trabalho havia sido extinto em 1º de janeiro de 2019, como um dos primeiros atos do recém empossado Presidente da República do Brasil Jair Bolsonaro. As atribuições que pertenciam ao extinto órgão haviam sido distribuídas por outros ministérios, notadamente, para o Ministério da Cidadania.

A retomada das competências do Ministério do trabalho, coloca em relevo a discussão sobre as políticas públicas para o combate ao trabalho infantil no Brasil. O

presente debate se justifica tendo em vista que historicamente o referido mistério tem demonstrado ser o principal articulador dos mecanismo da (in)efetividade no combate ao trabalho infantil, sendo expressiva a atuação desses ministérios para os cumprimentos das metas junto aos organismos internacionais, em especial a Organização das Nações Unidas - ONU e a Organização Internacional do Trabalho - OIT.

No Brasil, antes da extinção do Ministério do Trabalho, em janeiro de 2019, foi lançado o 3º Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, documento que contém os principais eixos de ações no combate ao trabalho infantil e que prioriza a prevenção e erradicação do trabalho infantil, assim com a proteção ao adolescente trabalhador nas agendas políticas e sociais do país. Com o atual restabelecimento do Ministério do Trabalho torna-se imperiosa a necessidade de se rearticular as agendas políticas que envolvem o combate ao trabalho infantil, e principalmente envolver atores sociais comprometidos e responsáveis pela efetivação de ações/projetos do combate ao trabalho infantil.

Nesse sentido, o presente estudo revela a necessidade da reorganização da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), identificando-se agentes públicos responsáveis pela coordenação e andamento dos projetos/ações do 3º PETI, mantendo-se vivo e ativo o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), com a finalidade de envolver atores sociais e institucionais nas políticas, programas e ações de erradicação ao trabalho infantil.

É importante, ainda, ao presente debate levantar os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil relativos à extinção do trabalho infantil e os caminhos para a materialização das metas nacionais, assumidas junto à ONU e a OIT.

## **2. Um breve histórico sobre políticas públicas para o combate ao trabalho infantil no Brasil**

As políticas públicas para o combate ao trabalho infantil tiveram impulso importante no fim da década de 1980 quando houve grande mobilização social para o estabelecimento de garantias dos direitos das crianças e adolescentes. Em 1988, por meio

de mais de 200 mil assinaturas, a população brasileira manifestou-se com a apresentação de duas emendas posteriormente transformadas nos artigos 204 e 207 da Constituição Federal de 1988-CF/88, nessa apresentação ficou indicada a proibição da diferença de salários entre adultos e adolescentes, bem como trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, ou qualquer tipo de trabalho para menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendizes. (MORAIS; FRAGA, 2008, p. 140)

Fruto de intensa mobilização social, foi incorporada a teoria da Proteção Integral no ordenamento constitucional brasileiro, que deu base para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Um resultado derivado de profundas reflexões e debates sociais entre os diversos agentes públicos e civis envolvidos ao longo dos anos oitenta. (SOUZA, 2016):

Foram distribuídas mais de cinquenta mil cópias do anteprojeto de lei, para análise em congressos, seminários e audiências públicas, ao quais foram enviadas as sugestões, sendo ao final apreciadas na Câmara dos Deputados e Senado Federal, tendo extraordinários 435 votos favoráveis e apenas oito contrários à proposta em apreço. (p. 127)

O ECA foi a materialização dos anseios populares manifestados pela sociedade brasileira em busca da proteção e humanização do trato das relações infanto-juvenis. Desse modo, o Estatuto tornou-se “a principal ferramenta jurídica na luta pela concretização dos direitos, rompendo com a coisificação da infância”. (VERONESE, 2006 apud SOUZA, 2016, p. 128)

No art. 7º, XXXIII da CF/88, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998 se dispõe que: “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”. Em consonância com esse ditame, a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho readequou a redação do art. 403, dispondo que “é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000).

Uma das principais instituições do ECA é que as medidas socioeducativas passaram a ser por ele articuladas com medidas de proteção integral, e a responsabilidade pela garantia dos direitos do menor passa a ser da família, da sociedade e do Estado, de acordo com as autoras citadas “as ações não estão mais restringidas a crianças e adolescentes

pobres, abandonados e delinquentes. Por sua importância, a questão do trabalho infantil tem, no ECA, a ela dedicada, um capítulo inteiro. (MORAIS e FRAGA). Nele se prevê:

[...] o direito à profissionalização e a proteção ao trabalho, a proibição do trabalho antes dos 14 anos, salvo na condição de aprendiz, bem como está prevista a garantia de bolsa-aprendizagem ao adolescente de até 14 anos e os direitos trabalhistas e previdenciários ao adolescente-aprendiz maior de 14 anos. A aprendizagem profissional deve estar vinculada às diretrizes e bases da legislação educacional. Manteve-se proibido para crianças e adolescentes o trabalho com as características: noturno, perigoso, insalubre ou penoso, degradante (físico, psíquico, moral e social) e ou em condições que sejam consideradas vexatórias (2008, p. 140).

Pode-se, portanto, perceber a preocupação ligada às questões não somente dos direitos trabalhistas, para os maiores de 14 anos, mas, sobretudo, da segurança e educação de qualquer criança e adolescente, um amparo garantido em lei pelo Estatuto.

Ademais, o ECA apresenta um paradigma no olhar lançado às crianças, encarando-as como “um ser humano em desenvolvimento” (MORAIS; FRAGA, 2008, p. 140). Havendo, inclusive, a partir de sua redação, certos limites ao poder do juiz, “pois devem ser garantidos ao adolescente infrator os mesmos direitos de qualquer cidadão, como o acesso à Defensoria Pública, ao Ministério Público, à Assistência Judiciária, a um advogado, entre outros” (FALEIROS VP, 2001 apud MORAIS; FRAGA, 2008, p. 140).

Nessa medida, as políticas públicas para o combate ao trabalho infantil no Brasil, tem aporte normativo firme. Trata-se, desse modo, da urgente necessidade de se efetivar as políticas públicas e gerar reais e concretos resultados que apontem para o fim definitivo da mazela do trabalho infantil. A eliminação o trabalho infantil no Brasil é um compromisso social assumido tanto internamente pelo poder público, quanto em nível internacional, em especial junto à OIT e à ONU.

### **3. Medidas internacionais da OIT e a agenda 2030 da ONU**

#### **3.1 Medidas internacionais da OIT no combate ao trabalho infantil**

A atuação da OIT, logo no início do século XX foi um marco importante no que diz respeito à proteção jurídica contra exploração do trabalho infantil (SOUZA, 2016, p. 108).

A Organização foi responsável por deliberar algumas convenções específicas para estabelecer atividades exercidas por crianças e adolescentes, considerando parâmetros como idade e condições ao exercício do trabalho (SOUZA, 2016, p. 108).

O conjunto de diretrizes estabelecidas pelas convenções internacionais, pode ser considerado um dispositivo relevante à incorporação de normas no plano interno e para a construção de normativas de proteção e amparo às crianças e adolescentes. Conforme apresenta Souza (2016, p. 108) esse processo é essencial ao entendimento acerca da composição jurídica adotada pelo Brasil. Segundo ele, tal composição:

[...] reúne a discussão do tema no campo internacional, em especial pela adoção das Convenções 138 e 182 da OIT, das disposições da Constituição Federal de 1988, que sustenta as dimensões jurídicas da teoria da proteção integral, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que define os compromissos de proteção elencados na Constituição Federal, bem como a Consolidação das Leis do Trabalho, que estabelece as condições de trabalho protegido ao adolescente trabalhador (SOUZA, 2016, p. 108).

Há, pois, uma clara identificação de como as Convenções nortearam os direitos conferidos às crianças e adolescentes pela CF/88. Para Veiga (1998 apud SOUZA, 2016, p. 109), “as convenções constituem-se como um conjunto de padrões trabalhistas, cujo objetivo é a proteção à condição humana do trabalhador, o que fez a OIT criar meios para torná-las proteções básicas e universais”.

### **3.1.1 Agenda 2030 da ONU**

Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU para debater um plano de ação voltado a erradicar a pobreza, sendo apresentadas importantes contribuições documentadas e ratificadas por chefes de Estado e de governo e altos representantes de 193 Estados-membros da ONU, esse encontro resultou na proposta da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações.

A Agenda é composta por 17 objetivos e 169 metas e indica a erradicação da pobreza como sendo, em todas as suas formas e dimensões, a meta mais relevante e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (PERUCA, 2020, p. 134). Percebe-se, pois, que os 17 objetivos da Agenda 2030:

[...] são uma indispensável ferramenta de inclusão sustentável da sociedade, pois objetivam, de forma clara, a erradicação da pobreza e a promoção de uma vida digna para todos os habitantes do planeta. As claras metas incentivam todos os países a adotarem, conforme as suas pautas prioritárias, em espírito de uma parceria global, ações efetivas buscando uma melhora na vida das pessoas, inclusive em um futuro próximo. ZEIFERT; CENCI; MANCHINI (2020, p. 10)

Assim sendo, é fundamental o compromisso dos países signatários da Agenda 2030 no que tange ao compromisso e metas empenhados no documento. A figura 1 apresenta as 17 metas estipuladas durante o encontro de 2015.

**Figura 1** - As metas estipuladas pela Agenda 2030 da ONU



Fonte: Secom/TRT-RS, com informações da DG/TRT-RS e do CNJ

Desses 17 objetivos apresentados pela Agenda 2030, destaca-se para a temática aqui abordada, o objetivo 8 (Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos), o qual apresenta 12 metas relacionadas, dentre esses, destaca-se a 8.7 como medidas de combate ao trabalho infantil:

**8.7** Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas. [OIT] (NAÇÕES UNIDAS BRASIL)

Para a análise acerca da primordialidade da erradicação do trabalho infantil no mundo, tomou-se por base o que dispõe no tópico 8.7 para efetivação ao considerar



“assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas [OIT]”. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL)

Sendo assim, o ano de 2025 tornou-se um novo marco internacional para o combate ao trabalho infantil e sua erradicação. O Brasil tem histórico engajamento com seus compromissos assumidos internacionalmente e, por consequência, alçado respeito e consideração junto aos seus consignatários dos organismos internacionais. Com referência aos compromissos firmados junto aos acordos internacionais, o Brasil é considerado um importante ator no cenário internacional, tendo:

[...] uma liderança reconhecida internacionalmente na aprovação da Resolução A/70/2015 das Nações Unidas e tem um histórico de zelar por diferentes acordos internacionais (2). A implementação dos princípios da Agenda 2030 e da Constituição Federal deveria ser um compromisso de Estado, portanto, acima de governos, partidos e ideologias. (GT Agenda 2030, 2020)

Apesar desse perfil comprometido no que se refere às diretrizes apontadas pelos acordos, em março de 2020, um veto presidencial excluiu a persecução das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de um dos principais instrumentos de planejamento das políticas públicas do governo federal a médio prazo – o Plano Plurianual 2020-2023 (PPA) (Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019) em cujo Inciso VII do artigo 3º referia-se à Agenda 2030: "Art. 3º São diretrizes do PPA 2020-2023: VII - a persecução das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas". (GT Agenda 2030, 2020). Conforme consta em divulgação oficial do Palácio do Planalto para exposição das razões que levaram ao veto:

“o dispositivo, ao inserir como diretriz do PPA 2020-2023 a persecução das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, sem desconsiderar a importância diplomática e política dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, acaba por dar-lhe, mesmo contrário a sua natureza puramente recomendatória, um grau de cogência e obrigatoriedade jurídica, em detrimento do procedimento dualista de internalização de atos internacionais, o que viola a previsão dos arts. 49, inciso I, e art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal”. (BRASIL, 2019)

Sobre as razões apresentadas, o Grupo de Trabalho-GT da Agenda 2030 (2020) se posiciona quanto à questionável justificativa, tendo em vista que:

[...] as diretrizes, por sua natureza, são essencialmente guias, rumos. Indicam elementos a serem considerados, desprovidos do grau de cogência que lhes foi atribuído no texto do veto, como ocorre com as demais diretrizes citadas no texto, a exemplo da garantia do equilíbrio das contas públicas, com vistas a reinserir o Brasil entre os países com grau de investimento (Inciso V); ou o combate à fome, à miséria e às desigualdades sociais (Inciso IX).

De fato, a referenciação de cogência se contrapõe à própria essência do que representam as diretrizes expostas. Além disso:

[...] é descabida a alegação de que a referência aos ODS violaria os artigos 49 (Inciso I), que afirma ser de competência do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre os tratados internacionais, e o 84 (Inciso VIII) da Constituição Federal, que diz ser da competência privada da Presidência da República celebrar tratados, convenções internacionais, a referendo do Congresso Nacional. Estas normativas se aplicam a casos de tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, o que não é o caso da Agenda 2030. (GT Agenda 2030, 2020)

Desse modo, portanto, o veto presidencial, demarca um preocupante retrocesso no que tange a questões sociais importantes para a sociedade brasileira, e, em muito especial, as políticas públicas ligadas ao combate ao trabalho infantil.

#### **4. A atuação do MT e a sua relevância para o cumprimento do ECA**

Desde sua criação, o Ministério do Trabalho destacou-se por sua função e vocação no tocante à proteção dos direitos da criança e do adolescente, inclusive no que diz respeito ao trabalho infantil. O Ministério do Trabalho passou a guiar-se, legalmente, pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que, até os tempos atuais, destaca um capítulo para tratar da proteção do trabalho do “menor”. Inicialmente, a CLT proibia o trabalho para menores de 14 anos, posteriormente a proibição foi reduzida para os menores de 12 anos, no ano de 1967.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF88) estabelece a proibição de qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir somente dos 14 anos (BRASIL, 1988). Além disso, proíbe o trabalho noturno ao menor de

18 anos, e em locais perigosos ou insalubres, ou os serviços prejudiciais à sua moralidade. (BRASIL, 1988)

Segundo Pereira (2018, p. 99), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estruturou suas leis na CF88 e, especialmente, na Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989. De acordo com o autor, a Convenção:

[...] se posicionava sobre um parâmetro de leis a criança e ao adolescente por meio de uma abordagem protetiva e restauradora, articuladas, sobretudo, à construção de uma identidade cidadã e responsável dentro das faixas etárias atendidas, pois, para o ‘Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069/90, “criança é a pessoa que possui idade inferior a 12 anos completos e os adolescentes se enquadram na faixa etária entre 12 e 18 anos de idade.’ (PEREIRA, 2018, p. 99)

No que tange tais necessidades e demandas sociais, é importante salientar também que:

O Estatuto substitui o antigo Código de Menores (Lei nº 6.697/79) e a sua doutrina da situação irregular, mas fundamentalmente foi uma resposta aos movimentos da sociedade que pendiam uma nova política de atendimento às crianças e aos adolescentes que não se baseassem no assistencialismo nem na repressão herdada da época da Funabem e ratificada pelo Código de Menores [...]” (JESUS, 2006, p. 65 apud PEREIRA, 2018, p. 98)

Nota-se, portanto, que houve, primeiramente, um anseio social que levou a considerações legais que resguardassem de modo mais claro e efetivo os direitos infanto-juvenis. Em meio aos princípios referenciados no Estatuto, estão aqueles voltados ao trabalho infantil. Após a fixação do ECA, o Ministério do Trabalho se estabeleceu como um dos principais órgãos estatais responsáveis por fiscalizar e aplicar as penalidades para o efetivo cumprimento das normas de trabalho relacionadas a esses indivíduos.

#### **4.1 A força do MT no combate ao trabalho infantil no Brasil**

O Ministério do trabalho atuou fortemente no combate ao trabalho infantil. Sua estrutura e aparato institucional eram fundamentais para agir de modo adequado e sistematizado na prevenção, repressão e reparação dos danos causados em decorrência da

exploração desse tipo de trabalho na sociedade brasileira. Silva, Neves Júnior e Antunes (2002, p.35) acrescentam que:

[...] no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego existem os Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (GEC-TIPA), constituídos juntos às Delegacias Regionais do Trabalho (DRT's), em todas as Unidades da Federação. Tais grupos atuam no combate ao trabalho ilegal de crianças e na regularização do trabalho de adolescentes, promovendo, ainda, ações de caráter educativo que visam à sensibilização de diversos atores sociais para o tema do trabalho infantil.

Portanto, a extinção do Ministério do Trabalho, decretada em janeiro de 2019, deixou no Brasil uma grande lacuna nas atividades relativas ao combate ao trabalho infantil. Com o retorno do MT, e também suas atribuições e competências, retoma-se mais uma vez a forte possibilidade de articulação e efetivação do combate ao trabalho infantil.

Importa lembrar também sobre a urgência dos compromissos sociais já assumidos pelo governo brasileiro. Junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT): em 1973, assinou a Convenção nº 138 sobre a Idade Mínima; em 1999, ratificou a Convenção 182 (C182 - Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação), também em 1999 adota a Recomendação 190 (R190 - Sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação imediata para sua Eliminação). Sobre o assunto Kümmel (2012, p.83) acrescenta que:

[...] de modo a avançar na questão em termos mundiais, a Organização Internacional do Trabalho adotou em 1999, na 87ª Conferência Geral, a Convenção 182 sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação (OIT, 1999), que entrou em vigor em 19.11.2000. Por meio do Decreto Legislativo 178, de 14.12.1999, o Congresso Nacional autorizou a ratificação da Convenção 182, que através do Decreto 3.597, de 12.09.2000 passou a vigorar no plano Interno.

Isso demonstra que os compromissos assumidos pelo Brasil junto à OIT o fizeram estabelecer como meta a eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2016 e a sua erradicação até o ano de 2020, fato este que infelizmente não ocorreu. Sendo assim, as metas de eliminação do trabalho infantil devem ser entendidas tanto do ponto de vista nacional quanto mundial. Para isso, em 2015, o Brasil e outros países da região americana, se comprometeram a cumprir uma agenda de metas para o combate e erradicação do trabalho infantil, conforme consta no documento das Nações Unidas (2015, p.8):

Em 2006, a OIT estabeleceu um Plano Global de Ação definindo a meta de eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2016; a Agenda Hemisférica do Trabalho Decente discutida na Reunião Regional Americana da OIT realizada em março desse mesmo ano em Brasília reafirma essa meta para a região das Américas e define também a meta de eliminar o trabalho infantil em todas as suas formas até 2020. Em 2010, a meta de eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2016 foi incorporada ao Roteiro de Haia, adotado na II Conferência Global contra o Trabalho Infantil.

No ano de 2015, o Brasil assumiu junto à ONU uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos: a Agenda 2030, composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentre esses objetivos está o ODS 8 (promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos). Esse objetivo inclui no item 8.7 (Nações Unidas, 2019, p.33-34), o seguinte:

Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

No Brasil, por meio do Ministério do Trabalho, a Conaeti – criada pela Portaria nº 365, de 12\09\2002, acompanhava e coordenava a execução do PETI. Assim como, desenvolvia programas de enfrentamento à exploração do trabalho infantil e caminhava rumo ao cumprimento das agendas internacionais, visando a sua erradicação.

Do mesmo modo, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil-Fnpeti atua como aglutinador social, para envolver diversas instituições, nacionalmente, nas políticas e programas ligados aos direitos das crianças e também das garantias legais dos jovens trabalhadores. Dessa maneira, o Fnpeti cumpre relevante papel social, em especial para a efetivação das políticas públicas para o combate ao trabalho infantil e, sobretudo, o cumprimento das metas que o Brasil firmou internacionalmente. Sobre isso, a secretária executiva do Fórum Nacional de - Fnpeti Isa Oliveira:

"O cumprimento da meta [de 2025] torna-se ainda mais improvável devido ao agravamento da crise socioeconômica por causa da pandemia de Covid, pela desestruturação de políticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil e da ausência de apoio às famílias em situação vulnerável e pela redução

dos recursos financeiro para as ações de fiscalização do trabalho pelo governo federal", (VILA-NOVA, 2020, p. 4).

Assim, tanto o Fnpeti quanto o MT estão em posições estratégicas e fundamentais para a efetivação de políticas públicas para o combate ao trabalho infantil no Brasil.

#### **4.2 O FNPETI e o MT no combate ao trabalho infantil**

A base para o ordenamento jurídico brasileiro, no que diz respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes, está estabelecida a partir da Teoria de Proteção Integral, como Costa (2019) explica:

O entendimento de que criança e adolescente integram o grupo de seres humanos que devem ter seus direitos fundamentais garantidos e possuem necessidade de proteção superior a todos os demais é a base para o reconhecimento da proteção integral. Essa condição tem como norteadora a noção de que crianças e adolescentes se encontram em um momento de vida que exige mais atenção, de modo que devem ser protegidos e terem seus direitos garantidos com prioridade na qualidade do pleno desenvolvimento humano. (p. 16)

Essa noção considera, pois, a exigência de um olhar plural acerca das necessidades das crianças e adolescentes para que sejam protegidos e amparados em sua formação de desenvolvimento humano. Mas, para que se torne efetiva essa proteção é necessário que as políticas públicas voltadas para esse público estejam devidamente organizadas e articuladas considerando essa pluralidade.

É nessa perspectiva que atua o FNPETI. A fim de entender a importância da atuação do Fórum na prevenção e erradicação do trabalho infantil hoje no Brasil, é interessante salientar o modo como o Fórum está organizado e perceber o alcance da organização do seu trabalho.

Com apoio de organismos internacionais como a OIT e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o FNPETI atua no Brasil desde 1994 e vem organizando e articulando diversos setores sociais que desenvolvem e efetivam políticas e programas de prevenção e erradicação do trabalho infantil. Em sua página da internet, o Fórum é descrito do seguinte modo:

O FNPETI é uma instância autônoma de controle social, legitimado pelos segmentos que o compõem. São membros os Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, representantes do governo federal, dos

trabalhadores, dos empregadores, entidades da sociedade civil (ONGs), do sistema de Justiça e organismos internacionais (OIT e UNICEF).

O FNPETI é um espaço democrático, não institucionalizado, de discussão de propostas, definição de estratégias e construção de consensos entre governo e sociedade civil sobre a temática do trabalho infantil e coordena a Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, formada pelos 27 Fóruns de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador e as 48 entidades membro.

Presente em todos os estados brasileiros, e no Distrito Federal, a atuação dos fóruns estaduais têm sido fundamentais, pois consegue capturar como, em cada local, podem ser desenvolvidas políticas públicas de combate ao trabalho infantil, além de mobilizar os setores sociais para se envolverem nessa atuação.

Atualmente são 48 entidades envolvidas diretamente, que constituem um espaço democrático de debate, pois verdadeiramente ultrapassa interesse políticos e ideológicos, unindo organizações centradas na busca de uma condição social livre da mazela da exploração do trabalho infantil. Algumas dessas entidades podem ser observadas a seguir:

**Tabela 1:** Algumas entidades membro do FNPETI





**Fonte:** Sítio da FNPETI, disponível em: <<https://fnpeti.org.br/redenacional/>>

A diversidade ideológica das entidades envolvidas no Fórum é fundamental para aumentar a força e o comprometimento no combate e a eliminação do trabalho infantil. O FNPETI é um verdadeiro espaço de debate e efetivação de políticas públicas ligado à defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil.

Além de organizar e articular diversos atores sociais que convergem para as políticas públicas de combate ao trabalho infantil, os Fóruns estaduais debatem constantemente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI. Isso significa que o PETI passa por contínuas mudanças e permanente aprimoramento, indicando a importância desse programa como política pública do país que converge para a efetivação de direitos das crianças e adolescentes. Nesse cenário:

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é um conjunto de políticas públicas elaborado para a prevenção e erradicação da violação de direitos de crianças e adolescentes, o trabalho infantil. Desde que sua primeira versão surgiu, inúmeras foram as mudanças, todas com um mesmo objetivo: prevenir e erradicar o trabalho fora da idade permitida. Com o passar do tempo essas alterações resultaram na criação de instituições que consolidam o oferecimento de serviços, programas e ações de qualidade. Uma delas, o reordenamento do PETI, ocorrido em 2013, fez com que o programa sofresse alterações mais



rigorosas, sempre procurando a exclusão total dessa violência. Estabeleceu que suas ações seriam divididas em eixos com o intuito de fazer com que suas ações sejam mais eficazes e consigam atingir seu objetivo. (COSTA, 2019, p. 79)

Hoje, o Estado brasileiro apresenta políticas públicas sociais que visam ao desenvolvimento social dos cidadãos (COSTA, 2019, p. 84). O PETI segue essa orientação. Sua origem centrou-se na necessidade de adequação do ordenamento jurídico brasileiro, o qual “passou a considerar crianças e adolescentes titulares de direitos e a condição peculiar em razão do seu desenvolvimento, sob o entendimento de que é imprescindível a proteção contra a perversidade da exploração do trabalho infantil”. (COSTA, 2019, p. 84)

O PETI tem como objetivo não só erradicar, mas também garantir renda para as famílias envolvidas com o programa e a permanência das crianças na escola. Para isso, as primeiras medidas do programa foram elaboradas a partir da análise de informações oriundas do caso que apontavam para a colaboração de crianças na produção de carvão mineral, as quais eram submetidas a péssimas condições laborais no Mato Grosso do Sul. (CARVALHO, 2004; SOUZA, 2016, apud COSTA, 2019, p. 84).

Com base nessas observações, a configuração inicial foi:

[...], o PETI foi concebido para atender famílias com crianças e adolescentes entre 07 e 15 anos de idade, identificadas em situação de trabalho perigoso, penosas, degradante ou insalubre. O Programa ofertava atividades complementares à escola - Jornada Ampliada às crianças e adolescentes, transferência de renda, por meio da Bolsa Criança Cidadã; apoio e orientação às famílias beneficiadas e seu encaminhamento a programas e projetos de qualificação profissional e de geração de trabalho. (BRASIL, MDS, 2018, p.25, apud COSTA, 2019, p. 84)

Essa formação inicial vigorou de 1997 a 2000 sendo “marcada pela assistência social, na garantia e apoio a orientação e a qualificação da mão-de-obra das famílias com casos de trabalho infantil fomentando a geração de renda”, além dessa proposta visava a busca por “manutenção das crianças e adolescentes na escola bem como o acesso à escolarização”. (BRASIL, MDS, 2018, apud COSTA, 2019, p. 84)

De acordo com Souza, (2016) (apud COSTA, 2019, p. 84) ocorreu, em 2020, uma ampliação da atuação do PETI, a qual apresentou como característica principal o entendimento da estrutura familiar como um importante agente no combate ao trabalho e exploração infantil, tendo em vista que famílias em conformidade com os requisitos

estabelecidos pelo programa passaram a ter prioridade no Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda em Áreas de Pobreza – Pronager. Porém:

Esse formato do PETI sofreu algumas críticas. Primeiro, através da análise de dados, constatou-se que essa modalidade de geração de renda não foi eficaz, faltou efetividade e acabava por responsabilizar a assistência social pelo planejamento de tal ação. (SOUZA, 2016, p. 183 apud COSTA, 2019, p. 84)

O PETI enquanto programa de governo, de fato estabelece importantes diretrizes que sistematizam e orientam as políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil. No entanto, é fundamental que haja o comprometimento político e engajamento social para que as ações se tornem efetivas. Assim, é imprescindível a ampla participação das instituições engajadas na prevenção e erradicação do trabalho infantil.

#### **4.3 O regresso do Ministério do Trabalho e as implicações nas políticas públicas no combate ao trabalho infantil**

Com o retorno do Ministério do Trabalho, as discussões sobre a articulação das políticas públicas de combate ao trabalho infantil ganham um novo cenário. Isso significou, por exemplo, a retomada das atividades da Conaeti, restabelecida em dezembro de 2020, por meio do decreto presidencial nº 10.574/2020, porém com uma estrutura totalmente diferente da que possuía anteriormente e marcadamente ausente de pluralidade na sua composição.

Esse fato levou a ANPT - Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - a ajuizar no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn 7.003) contra decreto presidencial que instituiu a Conaeti, questionando essencialmente a composição e as atribuições que lhe foi dada em sua nova criação.

Segundo a ANPT, o decreto presidencial 10.754/20 prevê a Conaeti como uma comissão temática do CNT - Conselho Nacional do Trabalho, sem a representação pluralista anterior que lhe assegurava efetividade, mediante a participação de representantes de diversos ministérios, secretarias, confederações, organizações internacionais e sociedade civil, entre eles o MPT - Ministério Público do Trabalho. Com a nova formação, a comissão passou a ter 18 integrantes: seis do poder Executivo Federal, seis representantes dos empregadores e seis dos empregados (MIGALHAS, 2021, p.1).

A falta de uma participação plural na Conaeti reduziu muito a sua capacidade de capilaridade e efetivação de políticas públicas capazes de dar conta de tarefas tão complexas e diversas com é o combate ao trabalho infantil e a garantia dos direitos dos jovens trabalhadores.

Por conta disso, o FNPETI se manifesta veementemente contra a extinção da Conaeti – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, legítimo colegiado, integrado por atores institucionais do governo e da sociedade, comprometidos com a eliminação do trabalho infantil e a proteção ao adolescente trabalhador.

Outros setores importantes se manifestaram a respeito das mudanças na Conaeti, ressaltando os prejuízos e os impactos negativos nas garantias dos direitos das crianças e adolescente, em especial na elaboração, coordenação e análise das ações e monitoramento do PETI - Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. A procuradora Ana Maria Villa Real, coordenadora nacional da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância) afirmou que "houve um retrocesso social muito grande", e acrescenta:

[...] desde que a comissão foi extinta, em abril de 2019, até agora, o plano nacional ficou paralisado, diz a procuradora. Nisso, segundo ela, o governo brasileiro descumpriu o artigo 227 da Constituição Federal, que dá prioridade absoluta aos direitos da criança e do adolescente, além das convenções 138 e 182 da OIT, que estabelece a idade mínima do trabalho e proíbe as piores formas de trabalho infantil,

Chamou a atenção ainda o fato de o decreto ter sido publicado às vésperas da virada para 2021 —designado pela ONU como Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, com vistas a erradicação de todas as formas de trabalho infantil em 2025.

"Essa demora [na recriação da comissão] distanciou o Brasil do alcance dessa meta e também sinalizou que a prevenção e a erradicação do trabalho infantil não são prioridade do Estado brasileiro." (VILA-NOVA, 2020, p. 3-4).

Com o retorno do Ministério do Trabalho, a importância que o Ministério tem como agente organizador e articulador dos atores sociais ligados às políticas públicas para o combate ao trabalho infantil volta a ser considerada. Desse modo, é de extrema relevância que o MT assuma a execução das ações do PETI, reorganize o Coaneti de modo plural e representativo, articule o FNPETI e os outros diversos atores sociais que têm comprometimento com a defesa das garantias dos direitos das crianças e adolescentes.

## 5. Considerações finais

Antes de ser extinto, o Ministério do Trabalho lançou, no dia 27 de novembro de 2018, o 3º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador. O documento contém diversos eixos com ações, tais como: a priorização da prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador nas agendas políticas e sociais; promoção de ações de comunicação e mobilização social; garantia de educação pública de qualidade para todas as crianças e os adolescentes e fomento à geração de conhecimento sobre a realidade do trabalho infantil.

Pós retorno do Ministério do Trabalho, o que se mostra urgente é a não desarticulação do combate ao trabalho infantil. É necessária a reorganizar o CONAETI e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), para que seja possível coordenar as ações do 3º PETI, manter ativo e forte o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FENAPETI), para envolver atores sociais e institucionais nas políticas e programas para erradicação do trabalho infantil.

É fundamental considerar a importância do cumprimento das metas assumidas junto à ONU e à OIT. Não se trata apenas do país honrar seus compromissos internacionais, o que em si já seria digno, mas de pôr fim a uma mazela que persegue nossa nação há muitos anos. Para tanto, é fundamental que haja interesse político e que os organismos sociais estejam salientemente organizados e articulados que as ações de combate e extinção do trabalho infantil sejam verdadeiramente efetivas.

## 6. Referências

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Gabinete do Ministro. **Lançado 3º Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília, 28 nov. 2018. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/lancado-3o-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil/copy\\_of\\_PlanoNacionalversosite.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/lancado-3o-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil/copy_of_PlanoNacionalversosite.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2021a.

COSTA, Maria Carolina dos Santos. **O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil:** diretrizes e estratégias de políticas públicas para crianças e adolescentes em Santa Catarina. 2019.

FNPETI - Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. **O que é o Fórum.** Disponível em: <<https://fnpeti.org.br/oqueeoforum/>> . Acesso em: 20 set. 2021.

GT Agenda 2030, **Boletim Informativo nº 28** - Quarta-feira, 4 de março de 2020. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/tag/ods/?print=pdf-search>>. Acesso em: 20 set. 2021.

KÜMMEL, Marcelo Barbosa. **Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes:** O Brasil e a Erradicação do Trabalho Infantil. PES, João Hélio Ferreira (Coord.). Direitos Humanos: Crianças e Adolescente. Curitiba: Juruá, 2012. p. 69-90.

MIGALHAS. Redação do Migalhas. **Recriação de comissão contra trabalho infantil é questionada no STF.** Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/352567/recriacao-de-comissao-contra-trabalho-infantil-e-questionada-no-stf>>. Acesso em: 3 out. 2021.

MORAIS, Fernanda Kallyne Rego de Oliveira; FRAGA, Maria de Nazaré de Oliveira. **Estado brasileiro e a questão do trabalho infantil:** ensaio socio-histórico. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, v. 9, n. 4, p. 134-142, 2008.

NAÇÕES UNIDAS. Trabalho Infantil: **uma agenda rumo ao cumprimento das metas de erradicação.** Brasília, março de 2015. Disponível em: <[https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/06/Trabalho-infantil\\_final.pdf](https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/06/Trabalho-infantil_final.pdf)> . Acesso em: 10 out. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **17 Objetivos para Transformar Nosso Mundo.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 - Trabalho decente e crescimento econômico.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>>. Acesso em: 20 set. 2021.

PEREIRA, Eder Adriano. **Um estudo sobre o contexto de leis de amparo ao menor:** o crime de sedução cometido contra menores na região de Assis e as relações de poder entre o réu, a vítima e a justiça (1940-1990). 2018.

PERUCA, Daniela Rocha Rodrigues; TREVISAM, Elisaide. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável:** A Proibição do Trabalho Infantil e do Recrutamento De Crianças-soldado para Serem Utilizadas em Conflitos Armados. Revista Direito & Paz, v. 1, n. 42, p. 133-154, 2020. Disponível em: <<http://www.revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/article/view/1238/514>>. Acesso em: 20 set. 2021.

SOUZA, Ismael Francisco de. **O reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI):** estratégias para concretização de políticas públicas

socioassistenciais para crianças e adolescentes no Brasil. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1304>>. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVA, Jorge Luiz Teles da; NEVES JÚNIOR, Leandro Ferreira; ANTUNES, Marcos Maia. **Trabalho infantil**: Realidade, Diretrizes e Políticas. In: Trabalho Infantil: a Infância Roubada. Organizadores: Maria Elizabeth Marques, Magda de Almeida Neves, Antônio Carvalho Neto. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto das Relações do Trabalho, 2002.

VILA-NOVA, Carolina. **Bolsonaro esvazia comissão contra trabalho infantil**. Folha de São Paulo, 25 dez. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/bolsonaro-esvazia-comissao-contra-trabalho-infantil.shtml>>. Acesso em: 05 out. 2021.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; CENCI, Daniel Rubens; MANCHINI, Alex. **A Justiça Social e a Agenda 2030**: Políticas de Desenvolvimento para a Construção de Sociedades Justas e Inclusivas. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE), v. 8, n. 2, p. 30-52, 2020.



## **Análise sobre a motivação de produtores rurais para o exercício da atividade agrícola na região central do rio grande do sul**

**Larissa Buligon Brondani**<sup>1</sup>

**Mario Fernando Mello**<sup>2</sup>

**Resumo:** Hoje a atividade agrícola no Brasil é um dos pilares da economia, sendo que grande parte da responsabilidade se atribui à cultura da soja, que passa por grandes desenvolvimentos ao longo dos anos, em favor do crescimento e fortalecimento da economia brasileira, além da geração de renda e sustento para diversas famílias. No Rio Grande do Sul, encontram-se desde pequenos, médios a grandes agricultores, e nem todos possuem o conhecimento necessário para entender como podem ganhar mais vantagem competitiva com seu produto. Por essa razão, os objetivos deste estudo são: identificar e analisar quais são os aspectos que motivam os produtores e se eles possuem controle sobre todos os custos que envolvem uma safra, mostrando as vantagens que se tem ao mensurar os custos e, dessa forma, possuir as informações necessárias para as tomadas de decisão. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de um questionário aplicado com agricultores da Quarta Colônia, região central do Rio Grande do Sul. Como principais resultados, ficou evidenciado que o amor pela atividade agrícola, a realização profissional e a busca de lucro com a atividade, são fatores relevantes para a permanência no campo.

**Palavras-chave:** Produtores rurais; Motivação; Custos.

### **Analysis on the motivation of rural producers to exercise agricultural activities in the central region of rio grande do sul**

**Abstract:** Today, agricultural activity in Brazil is one of the pillars of the economy, being in most part responsible the soybean cultivation, which has undergone major developments through the years in favor of growth and strengthening of the Brazilian economy, as well as income generation and support for many families. In Rio Grande do Sul we find small, medium and large farmers, and not everyone has the necessary knowledge to understand how they can gain more competitive advantages with their product. For this reason, the objectives of this study are: identify and analyze what are the aspects that motivate the producers and whether they have control over all costs that involve a harvest, showing how advantageous it is to control their costs, thereby having the information that they need for decision making. The study was conducted through

---

<sup>1</sup> Bacharelado em Administração pela AMF, Pós-graduanda em Produção de Grãos. brondanilarissa@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia Agrícola. Mestre em Engenharia de Produção. Especialista em Finanças e Graduado em Engenharia Op.Mecânica e Ciências Contábeis. Professor Universitário de Graduação e Pós-Graduação nos cursos de Administração, Arquitetura, Engenharia de Produção e Engenharia Química. mariofernandomello@yahoo.com.br

bibliographical research and a questionnaire applied to farmers in the Quarta Colônia, central region of Rio Grande do Sul. activity, are relevant factors for staying in the countryside.

**Keywords:** Rural Producers; Motivation; Costs.

### **Análisis sobre la motivación de los productores rurales para ejercer actividades agrícolas en la región central de rio grande do sul**

**Resumen:** Hoy, la actividad agrícola en Brasil es uno de los pilares de la economía, y gran parte de la responsabilidad se atribuye al cultivo de la soja, que ha experimentado importantes desarrollos a lo largo de los años, a favor del crecimiento y fortalecimiento de la economía brasileña. , además de la generación de ingresos y sustento para varias familias. En Rio Grande do Sul, hay de pequeños, medianos y grandes agricultores, y no todos tienen el conocimiento necesario para entender cómo pueden ganar más ventaja competitiva con su producto. Por ello, los objetivos de este estudio son: identificar y analizar cuáles son los aspectos que motivan a los productores y si tienen control sobre todos los costos que implica una cosecha, mostrando las ventajas de medir costos y, así, poseer la información necesaria para Toma de decisiones. El estudio se realizó mediante una investigación bibliográfica y un cuestionario aplicado a los agricultores de la Quarta Colonia, región central de Rio Grande do Sul. La actividad son factores relevantes para la permanencia en el campo.

**Palabras claves:** Agricultores; Motivación; Costos.

## **1. Introdução**

Uma propriedade rural é envolvida por diversas operações, tornando a atividade agrícola complexa e relevante. A agricultura deve ser estudada a partir de uma visão sistêmica e multidisciplinar, uma vez que são muitas variáveis para tornar a atividade rentável e atrativa.

A qualidade do desempenho e a capacidade produtiva dos trabalhadores estão atrelados ao grau de motivação que cada um possui, independentemente do trabalho que realizam, precisam ser partes vivas dos seus projetos. Para que uma pessoa se sinta motivada, só depende da força de seus motivos para alcançar os seus objetivos e satisfazer as suas necessidades. Bergamini (2018) afirma que a pessoa intrinsecamente motivada se autolidera, sem necessidade que algo fora dela a dirija. Seria possível, então, afirmar que, estando intrinsecamente motivada, a pessoa é a líder de si mesma.

De acordo com Mello (2019) o contexto atual de globalização na maioria das atividades produtivas deixa uma sensação de que os mercados agrícolas e de agronegócios mundiais se abrirão cada vez mais para os países produtores como o Brasil. Neste contexto,



a pressão pelo aumento da produtividade e da lucratividade, faz com que as empresas rurais tenham que se adaptar o mais rápido possível, sob o risco de se inviabilizarem economicamente.

Dessa forma, surge o questionamento sobre quais aspectos motivam os produtores rurais e quais elementos os levaram a iniciar o trabalho no campo, bem como identificar se possuem algum controle sobre os custos incidentes em uma safra, visto que muitos deles não possuem as informações necessárias ou ainda não perceberam a falta que esse controle faz para a gestão das suas propriedades.

Para encontrar essas respostas, foi aplicado aos produtores rurais, um questionário, com a finalidade de compreender como eles visualizam a realidade das suas lavouras e como isso implica na sua motivação. Esses produtores rurais estão com suas propriedades, em uma região denominada Quarta Colônia, que fica localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul, e é composta por nove municípios. Dessa forma, o presente estudo busca fazer uma ligação entre administração rural e a motivação dos produtores rurais da cultura soja da quarta colônia e região. Este trabalho apresenta informações nas formas quantitativa e qualitativa, e a finalidade é contribuir com a atividade agrícola dos sojicultores, apresentando a eles as vantagens que algumas mudanças na gestão da atividade podem trazer para que produzam e cresçam cada vez mais.

Assim, o objetivo principal do estudo é identificar e analisar quais aspectos motivam o agricultor a permanecer no campo e na sua atividade produtiva. Como objetivos específicos o estudo quer: (i) identificar quais elementos levaram o produtor começar a trabalhar no campo; (ii) identificar se os produtores possuem controle sobre seus custos de produção, e; (iii) identificar os principais custos no processo da safra agrícola.

## **2. Desenvolvimento Teórico**

Nesta seção são abordados os principais pontos que circundam o tema central desta pesquisa sobre motivação, apresentando também assuntos relevantes sobre o a produção de soja no Brasil e no Rio Grande do Sul – RS e sobre formação de custos.

## 2.1 A produção de soja no Brasil e no Rio Grande do Sul

A inclusão da soja na agricultura brasileira ocasionou uma verdadeira revolução no setor. De uma cultura inicialmente principiante, tornou-se, em um curto período de tempo, um dos principais produtos da exploração agrícola e da economia nacional.

O Brasil é o segundo maior produtor, processador mundial da soja em grão do mundo e o segundo exportador mundial de soja, farelo e óleo (CONAB, 2019). Ainda, segundo a CONAB (2019), dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, informam que a área plantada no Rio Grande do Sul vem crescendo ano após ano, e comparando as safras de 2014 a 2018, tem-se um aumento de 14,4095% e na área colhida 13,327% de acréscimo. As variedades de sementes possuem capacidade de produção para mais de 200 sc/ha (sacas por hectare), porém, para chegar a essa produção máxima, é necessário que o clima colabore, bem como um manejo adequado do produtor rural.

Figura 1 – Área plantada no Rio Grande Do Sul de 2014 a 2018 – Soja

| Variável - Área plantada (Hectares)               |           |           |           |           |
|---------------------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Unidade da Federação - Rio Grande do Sul          |           |           |           |           |
| Produto das lavouras temporárias - Soja (em grão) |           |           |           |           |
| Ano                                               |           |           |           |           |
| 2014                                              | 2015      | 2016      | 2017      | 2018      |
| 4.990.042                                         | 5.263.899 | 5.464.084 | 5.541.860 | 5.709.084 |
| Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal         |           |           |           |           |

Fonte: CONAB, 2019.

Na Figura 1 estão demonstradas as áreas plantadas no período de 2014 a 2018. Dessa forma, é notória a importância que há na compreensão sobre a utilização dos insumos e o comportamento do produtor rural em manter um controle rigoroso dos custos e processos de cada safra, para que possa identificar lacunas de soluções para os principais fatores responsáveis pelas perdas nas atividades.

## 2.2 Custos de Produção

A finalidade de controlar os custos de produção é simplesmente atender a duas importantes tarefas: controle e decisão, conforme Maher (2001, p. 40), “uma das tarefas mais difíceis no cálculo das consequências de cursos de ação alternativos é estimar como custos (ou receitas ou ativos) diferirão em cada curso de ação.”\

Conforme Bruni (2008), os custos representam uma transição de um investimento que tem como destino final compor o produto que será incorporado ao estoque. Na agricultura, para produção da soja, os custos são os gastos com a preparação das terras, compra de insumos (sementes, adubos, fertilizantes), óleo diesel, pessoal, capacitações, manutenções e contratação de serviços que pode ser em qualquer parte do processo produtivo (preparação, plantação ou colheita), entre tantos outros.

Figura 2 - Custos operacionais de produção agrícola

|                                  |                                                 |                                                  |
|----------------------------------|-------------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| Custos variáveis                 | Custeio                                         | Insumos                                          |
|                                  |                                                 | Operações                                        |
|                                  |                                                 | Funcionários (safra)                             |
|                                  | Pós-colheita                                    | Consultoria / Assistência técnica                |
|                                  |                                                 | Transporte                                       |
|                                  |                                                 | Comercialização (classificação e beneficiamento) |
|                                  |                                                 | Armazenagem                                      |
|                                  |                                                 | Impostos                                         |
|                                  | Financeiro                                      | Seguros                                          |
| Juros de financiamento (custeio) |                                                 |                                                  |
| Custos fixos                     | Custo Anual de Recuperação do Patrimônio (CARP) | Juros de financiamento (máquinas e construções)  |
|                                  |                                                 | Depreciações (máquinas e construções)            |
|                                  |                                                 | Manutenções (máquinas e construções)             |
|                                  | Administrativo                                  | Cantina                                          |
|                                  |                                                 | Almoxarifado                                     |
|                                  |                                                 | Escritório                                       |
|                                  |                                                 | Funcionários (entressafra)                       |
|                                  |                                                 | Despesas administrativas                         |
|                                  |                                                 | Pró-labore (remuneração do(s) proprietário(s))   |

Fonte: Instituto Agro, 2018.

De acordo com o Instituto Agro (2018) os custos operacionais de produção agrícola podem ser classificados como demonstrados na Figura 2.

O custo com o passar do tempo ganhou objetivos amplos e definidos, os quais mostram sua grande importância na administração do negócio de qualquer área, especialmente na agricultura, em que os tempos entre a produção e venda fogem das ações

simples dos outros negócios, exigindo assim, técnicas elaboradas não só dos custos, mas também dos resultados econômicos do negócio (SANTOS et al., 2012, p. 34).

Os custos durante a safra (preparação do solo, plantio, manutenção, colheita) devem ser mensurados em planilha (ou através de anotações), pontuando todas as despesas diretas e indiretas da lavoura, para que haja um controle rigoroso sobre todos os seus gastos, criando um arquivo sobre todas as suas safras. Dessa forma, consegue-se acompanhar a evolução do negócio, as melhorias e o que ainda falta evoluir.

### **2.3 Principais aspectos sobre a motivação**

Levando em consideração a complexidade de que se trata o tema, existem muitas teorias motivacionais, pois, cada indivíduo se sente motivado por alguma razão distinta. A motivação é o que nos move, conforme Meneghetti (2007, p. 405), do latim, “*motus actionis*” = movimento de ação. Como e onde vai o mover-se. O “porquê” da ação. A causa ou ação que ativa o resultado. A motivação é ativada a partir dos impasses de cada indivíduo, neste sentido, ninguém consegue motivar alguém, mas conhecendo as necessidades de cada um e quais os fatores satisfazem essas necessidades, pode-se dar as condições para manter essa pessoa motivada.

Quando se obtêm as informações necessárias para conseguir expor em dados concretos o que se precisa saber, sendo positivo ou negativo, torna-se mais fácil motivar-se por algo real, seja motivando para melhorar o que não está bom, como motivar para melhorar ainda mais o que já está bom. A motivação é como “uma força interna responsável pelo nível, direção e persistência do esforço despendido no trabalho” (SCHERMERHORN, 2007, p. 96).

Diante do que já foi abordado sobre os riscos e desafios que os produtores rurais devem aprender a lidar, é perceptível que a atividade agrícola pode apresentar diversas surpresas ao longo do caminho, sejam elas: proibição de algum herbicida muito utilizado, falta de chuva ou chuva em excesso em épocas que se necessitaria justamente o contrário ou até mesmo o valor da saca de soja inferior ao mínimo que precisaria para cobrir as suas despesas referente àquela safra, são alguns exemplos de acontecimentos que não se pode

controlar mas que atingem diretamente a motivação do produtor, pois, colocam em risco todo seu planejamento e até mesmo o lucro de uma safra.

Dessa forma, Bergamini (2018) destaca que é importante que se leve em consideração a existência das diferenças individuais e culturais entre as pessoas quando se fala em motivação. Esse diferencial não só pode afetar significativamente a interpretação de um desejo, mas também o entendimento da maneira particular como as pessoas agem na busca dos seus objetivos.

Cada pessoa é motivada por algo diferente, de maneiras distintas, pois existem diferenças individuais geradas pelas experiências ao longo da vida. A motivação gera um impulso, uma ação por fatores extrínsecos ao indivíduo, ou seja, ações influenciadas pelo ambiente externo. Sob a análise de Meneghetti (2013, p. 281):

A motivação está ligada às necessidades, definida como a carência de alguma “coisa” capaz de induzir o indivíduo a agir (colocar-se em movimento) para procurá-la; o homem, em outros termos, ativa-se colocando em ato um comportamento que considera capaz de satisfazer a necessidade mediante a conquista daquele bem ou daquela condição qual sente falta.

A motivação é instigada a partir da necessidade que o indivíduo possui sobre determinada coisa e a paixão que sente pelo que faz e almeja, dessa forma, se dedica para conquistar o que deseja, é necessário que se tenha amor pelo que faz, de acordo com Meneghetti (2008), “um líder deve amar o objeto que produz (...). O amor do líder pelo seu produto é uma atração (...). O amor que o líder tem pelo seu produto é uma distribuição de valores subjetivos” (MENEGHETTI, 2008, p. 70).

Assim, para amar mais o que faz e produz, o produtor não pode tratar a terra como um objeto, apenas utilizar-se dela e não sentir a troca de sensações que a natureza transmite. Conforme Meneghetti (2011, p.287), “saber interagir e poder mediar-se no interior da sua terra, mas não como faz o agricultor que é escravo da terra”. Deve-se ter uma interação inteligente, aprender a trabalhar a terra, pois ela oferece muito mais do que se possa imaginar, desde que se saiba interagir e geri-la.

As teorias utilizadas para dar embasamento teórico a este estudo são: teoria da fixação de objetivos, teoria das necessidades de Maslow, teoria das necessidades de

McClelland, teoria do estabelecimento dos objetivos e a pirâmide de Maslow por Meneghetti.

## **2.4 Teoria da Fixação de Objetivos**

A teoria foi proposta por Edwin Locke em 1960 e sugere que quando se tem um objetivo específico traçado, que se pode quantificar, é possível à pessoa saber quando ela está dando o melhor de si. Por essa razão, o indivíduo desempenha melhor as suas funções e se esforça mais para chegar ao resultado. Essa teoria ainda evidencia que quanto maior for o objetivo traçado, mais atenção requer, bem como maior capacidade de solucionar problemas; por ser mais elevado o desprendimento de energia, conseqüentemente, também é maior a motivação para alcançar esse objetivo.

Além disso, um ponto importante para que seja alcançado o objetivo é o nível de comprometimento da pessoa com o que foi estabelecido, o quanto ela está disposta a trabalhar fisicamente e emocionalmente para que as metas se concretizem. É necessário acreditar que conseguirá atingir o objetivo proposto e agir para alcançá-lo com eficácia (RIBAS, 2011; BERGAMINI, 2018).

### **2.4.1 Teoria da Hierarquia das Necessidades – Abraham Maslow**

Pioneiro no estudo sobre motivação, Abraham Maslow foi um psicólogo desenvolvedor da teoria das necessidades, na qual se baseou por meio dos tratamentos que realizava nos seus pacientes que apresentavam cinco diferentes tipos de necessidades, sendo elas: fisiológicas, relacionadas com o ser humano no sentido biológico (sede, fome, abrigo, sono...); de segurança, ou seja, para que o ser humano possa sentir-se seguro (emprego estável, plano de saúde, moradia); sociais, que significa manter relações humanas com harmonia (pertencer a um grupo, manter relações de amizade e afeto); estima, tanto internamente quanto externamente: é sentir-se digno, respeitado (status, reconhecimento); e, por fim, a autorrealização, a necessidade de aproveitar todo o potencial próprio para ser tudo aquilo que se pode ser, ou seja, crescimento e alcance do próprio potencial (ROBBINS, 2002; RIBAS, 2011).

### **2.4.2 Teoria das Necessidades de McClelland**

Duas décadas após Abraham Maslow criar a teoria das necessidades, McClelland desenvolve sua teoria baseada em três necessidades motivacionais básicas que os seres humanos possuem e que uma delas será motivador principal: a necessidade de realização, poder e associação.

A realização tem como motivador dominante a busca pelo sucesso pessoal, onde as pessoas possuem maior probabilidade de assumir riscos e serem inquietas na busca das suas metas, de acordo com padrões. Buscam sempre desenvolver com mérito todos os objetivos, o que as tornam destaque no que fazem. Já a necessidade por poder pode fazer com que as pessoas queiram controlar e influenciar os demais, agindo de forma não natural para conquistar status e reconhecimento, buscando entrar em competições para mostrar que são os melhores. Enquanto que a associação é a necessidade de pertencimento a um grupo, possuir relações interpessoais colaborativas, o que faz essas pessoas estarem normalmente de acordo com a opinião do grupo e possuírem a necessidade de se sentirem queridas e aceitas pelos demais (CÂMARA E ANDALÉCIO, 2012; RIBAS 2011).

### **2.4.3 Teoria da Expectativa – Victor Vroom**

Segundo Robbins (2002) a Teoria de Vroom explica que o interesse do indivíduo parte da combinação entre escolhas afetivas, vontade e a expectativa que cada um possui. Como consequência a motivação possui três dimensões:

- a) A expectativa, que julga que quanto mais esforço dispender, maior será seu desempenho e o que o indivíduo julga ser capaz de fazer após realizar um esforço;
- b) A Instrumentalidade, que significa que o sujeito acredita que, por cumprir a expectativa de desempenho, atinge o objetivo esperado e há uma recompensa por isso;
- c) A Valência, que é expressada através do grau de importância que o indivíduo dá para as recompensas que recebe. Ou seja, se o indivíduo tem uma meta

estabelecida, trabalhará para alcançá-la desempenhando o máximo de si para receber a recompensa do seu esforço ao final.

#### **2.4.4 Pirâmide de Maslow por Meneghetti**

Para Meneghetti (2013), a pirâmide de Maslow é apenas uma projeção social, que faz com que os indivíduos pensem e ajam em massa, deixando de lado suas razões individuais e quem realmente são. Não os instiga a se perguntarem quem são, ou, o que fazem, apenas condiciona-os dentro de um padrão. Entretanto, é amplamente utilizada como base nas teorias da administração.

Dessa forma, deve-se pensar em primeiro lugar na ação, no trabalho e na realização e, após isso, as relações de amizade com pessoas que representem vantagens para crescimento mútuo, relações de ganho para realização. Finalizando, deve estar o amor, que só pode ser realizado quando as bases estiverem alicerçadas e o indivíduo tiver encontrado a si mesmo (internamente e externamente).

### **3. Metodologia**

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização deste estudo a fim de obter respostas ao problema proposto.

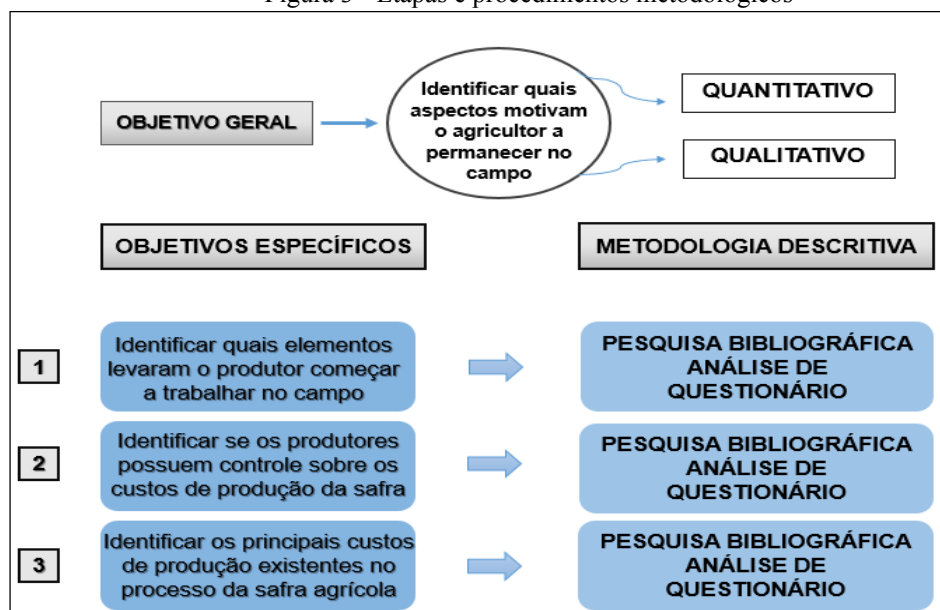
Os dados coletados foram analisados sob abordagens qualitativas e quantitativas, para garantir sua veracidade. Segundo Ramos e Busnello (2003), a pesquisa qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. Já a pesquisa quantitativa, são utilizadas quando os dados coletados podem ser mensurados em números, classificados e analisados, utilizando-se de técnicas estatísticas.

Quanto à natureza, o presente estudo é caracterizado por ser uma pesquisa aplicada e voltada à busca de conhecimentos relacionados a uma situação específica, verificável e real (GIL, 2010).



Com relação aos objetivos deste trabalho, esta pesquisa classifica-se como sendo de cunho descritivo. Assim, de acordo com Gil (2010), as pesquisas descritivas são caracterizadas, fundamentalmente, por estudar as características de um determinado grupo ou população, com a finalidade de identificar possíveis relações entre as variáveis, tais como: escolaridade, gênero, idade, cultura entre outros.

Figura 3 - Etapas e procedimentos metodológicos



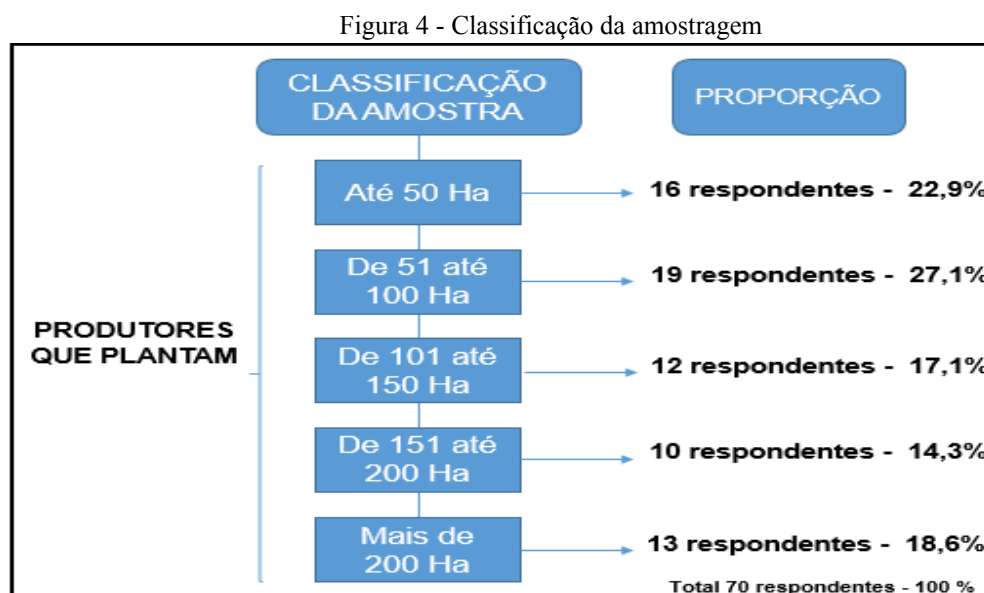
Fonte: Autores, 2019.

A Figura 3 demonstra a relação dos objetivos do estudo com os procedimentos metodológicos.

A coleta de dados foi realizada através da amostragem por conveniência, onde o pesquisador pode escolher os elementos, considerando a sua disponibilidade ou acessibilidade, descartando critérios estatísticos para sua determinação (NIELSEM; OLIVIO; MORILHAS, 2018). Ou seja, para chegar ao número de 70 produtores rurais, entrevistados, utilizou-se o critério de amostragem não-probabilística, pois, considerando que a pesquisa foi realizada presencialmente com cada indivíduo, seria inviável pelo curto tempo, empecilhos de deslocamento e custo para realizá-la presencialmente através de amostra probabilística com o número total de produtores que plantam na região.

Ainda, foi utilizada amostragem por área, pois não se conhece o total dos componentes da população. Levando em consideração que se pode levantar o número de

inscrições estaduais dos municípios, porém é inviável separar quais estão ativas para a cultura da soja. Como demonstrado na Figura 4, classificou-se, os entrevistados pela quantidade de hectares que plantam, determinando uma proporção da população para cada classe, fixando cotas que ficassem em proporção quanto às divisões consideradas.



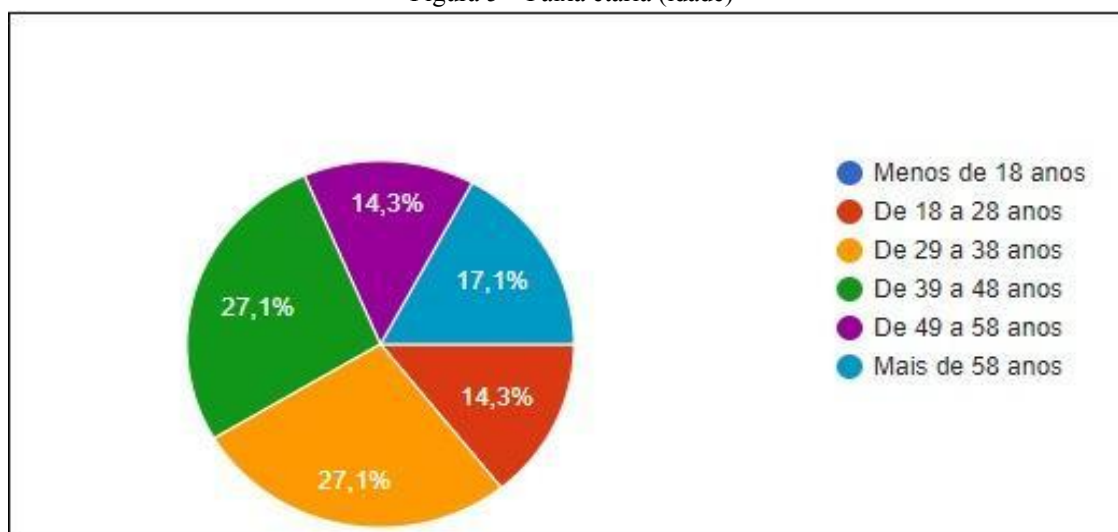
Fonte: Autores, 2019.

Os dados foram coletados a partir de um questionário abrangendo uma quantidade de 70 produtores do sexo masculino da Quarta Colônia com idade entre 18 a 70 anos. Após a coleta realizada, foram tabulados e organizados os dados gerando gráficos e tabelas para gerar melhor entendimento das questões propostas.

#### 4. Resultados e discussões

Buscando identificar quais aspectos influenciam a motivação e a tomada de decisão dos produtores rurais, procedeu-se com a aplicação do questionário a 70 produtores dos municípios: Agudo, Formigueiro, Nova Palma, Restinga Sêca, Santa Maria, São João do Polêsine e São Sepé, dois quais 100% foram do sexo masculino, o que demonstra que o trabalho rural ainda é praticado na sua grande maioria pelos homens.

Figura 5 – Faixa etária (idade)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Os dados obtidos com o instrumento de coleta são apresentados começando pela descrição dos participantes do presente estudo. A Figura 5 mostra que a faixa etária das respondentes é 14,3% de 18 a 28 anos, 27,1% de 29 a 38 anos, 27,1% de 39 a 48 anos, 14,3% de 49 a 58 anos e 17,1% acima de 58 anos. Percebe-se, a partir do Gráfico 1, que a faixa dominante de idade é entre os 18 aos 48 anos, o que se considera uma população jovem.

Um dos problemas que ainda são encontrados no trabalho rural é a falta de mão de obra devidamente qualificada. Quanto à formação profissional e cursos que os produtores possuem para agregar maior conhecimento e desenvolvimento nas suas propriedades, os dados estão distribuídos na Figura 6, da seguinte forma: 9,5% possuem graduação, 12,5% possuem curso técnico, 15,5% possuem cursos variados ligados diretamente a agricultura e 62,5% não possuem nenhuma formação ou curso.

Figura 6 – Formação profissional/cursos dos entrevistados

| FORMAÇÃO PROFISSIONAL/CURSOS                                      |                                         |       |
|-------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------|
| GRADUAÇÃO                                                         | ADMINISTRADOR                           | 9,5%  |
|                                                                   | AGRÔNOMO                                |       |
|                                                                   | AGRÔNOMO                                |       |
|                                                                   | ENGENHEIRO AGRÔNOMO                     |       |
|                                                                   | ENGENHARIA MECÂNICA                     |       |
|                                                                   | ZOOTECNIA                               |       |
| TÉCNICO                                                           | TÉCNICO EM MECÂNICA                     | 12,5% |
|                                                                   | MARCENARIA                              |       |
|                                                                   | ELÉTRICA AUTOMOTIVA E RESIDENCIAL       |       |
|                                                                   | TÉCNICO ADMINISTRATIVO                  |       |
|                                                                   | TÉCNICO AGRÍCOLA                        |       |
|                                                                   | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO                |       |
|                                                                   | TÉCNICO EM MECÂNICA                     |       |
|                                                                   | TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA                 |       |
|                                                                   | CURSOS TÉCNICOS                         |       |
|                                                                   | TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO               |       |
|                                                                   | TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA                 |       |
| CURSOS DA ÁREA DA AGRICULTURA                                     | CURSO NR31                              | 15,5% |
|                                                                   | APLICAÇÃO DE VENENOS                    |       |
|                                                                   | TIRAR NÍVEL DA LAVOURA                  |       |
|                                                                   | MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS                  |       |
|                                                                   | MOTORISTA PROFISSIONAL                  |       |
|                                                                   | UTILIZAÇÃO DE COLHEITADEIRA, MOTOSSERRA |       |
|                                                                   | APLICAÇÃO DE INSUMOS                    |       |
|                                                                   | APLICAÇÃO DE FUNGICIDAS                 |       |
|                                                                   | APLICAÇÃO DE FUNGICIDAS                 |       |
|                                                                   |                                         |       |
| <b>62,5 % NÃO POSSUEM NENHUMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL OU CURSOS</b> |                                         |       |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

O Quadro 1 mostra que 37,1% possuem terra própria até 50 ha, 31,4% dos respondentes não possuem terra própria, 15,7% possuem terra própria entre 51 a 100 ha, 7,2% possuem de 101 a 150 ha, 8,6% possuem de 151 a 200 ha e ninguém possui área própria ultrapassando os 200 ha.

Quadro 1 – Proporção de área própria e arrendada distribuída em faixa de hectares.

| Área em hectares (ha) | Área Própria | Área arrendada |
|-----------------------|--------------|----------------|
| 0 ha                  | 31,4%        | 14,3%          |
| Até 50 ha             | 37,1%        | 28,6%          |
| De 51 a 100 ha        | 15,7%        | 15,7%          |
| De 101 a 150 ha       | 7,2%         | 15,7%          |
| De 151 a 200 ha       | 8,6%         | 12,9%          |
| Mais de 200 ha        | 0            | 12,9%          |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

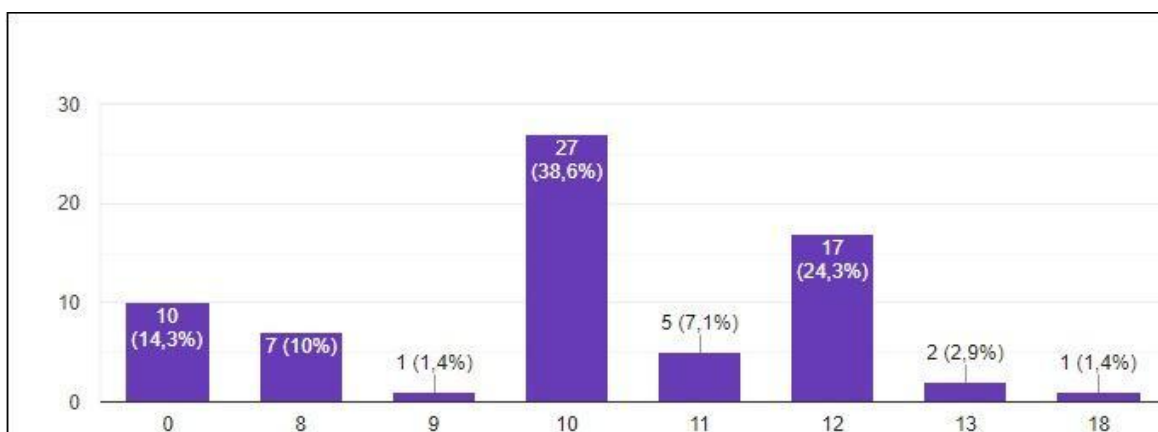
A partir do Quadro 1, percebe-se que, da amostra de produtores rurais pesquisada,

a maior parte deles (68,5%) tem uma área relativamente pequena, de até 50 ha, ou nenhuma área própria. A quantidade de área arrendada é apresentada no Gráfico 4, em que: 14,3% que não possuem nada de arrendamento, 28,6% arrendam até 50 ha, 15,7% de 51 a 100 ha, 15,7% de 101 a 150 ha, 12,9% de 151 a 200 ha e 12,9% arrendam mais de 200 ha.

Ainda no Quadro 1, compreende-se que a maior parte dos produtores arrenda de terceiros uma pequena área, de até 50 ha. A partir desses dados, evidencia-se que se trata de uma região de produtores predominantemente pequenos e médios, considerando ainda que nenhum produtor é proprietário de 200 ha ou mais e somente 12,9% arrendam uma área superior a esse número.

O valor pago de arrendamento está distribuído na Figura 7, em que o maior valor praticado na região é de 10 sc/ha de soja, equivalente a 38,6% dos respondentes. Na sequência, 24,3% pagam 12 sc/ha, 10% pagam 8 sc/ha, 7,1% pagam 11 sc/ha, 2,9% pagam 13 sc/ha, 1,4% pagam 9 e 18 sc/ha, enquanto que 14,3% não pagam arrendamento. Infere-se que a maioria dos produtores pagam até 10 sacos de soja por hectare, representando 64,29% do total da amostra.

Figura 7 – Valor pago de arrendamento em sacos/ha.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

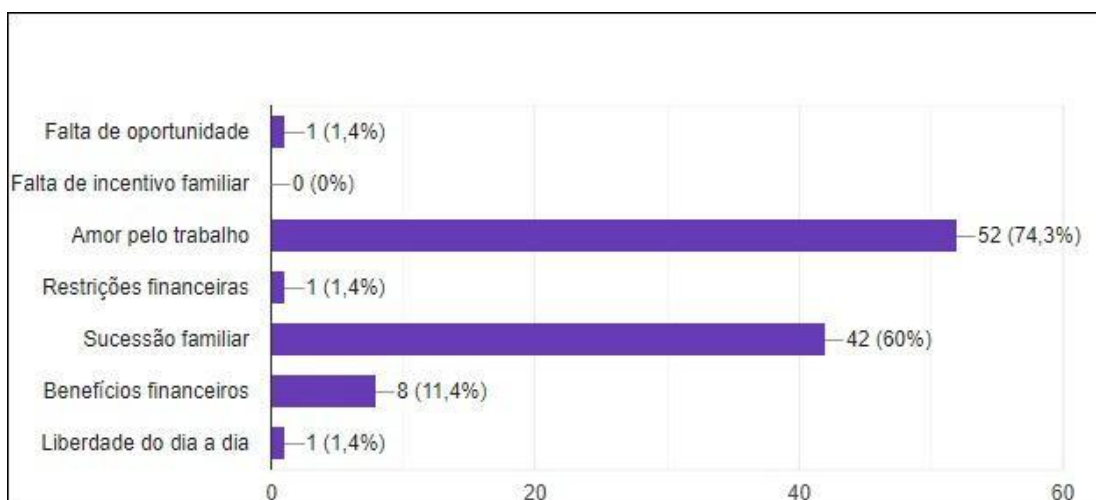
A Figura 8 mostra as razões que levaram os produtores a começar atividade no campo, em que 74,3% dizem ter iniciado esse trabalho por amor e 60% por sucessão

familiar. Nota-se, também, que é importante o benefício financeiro, com 11,4% de respostas, e, na sequência, 1,4% apontaram a falta de oportunidade. 1,4% responderam que iniciaram o trabalho no campo por restrições financeiras e 1,4% atribuem à liberdade do dia a dia.

Nas regiões em que o questionário foi aplicado, a sucessão familiar nas propriedades é muito presente. Normalmente, a família pratica a agricultura há várias gerações e possuem terras próprias, o que torna o caminho para essa atividade mais fácil. Por isso, 42 dos respondentes iniciaram na agricultura através da sucessão familiar, dando seguimento à tradição de seus antepassados. Conforme abordado por Wanderley (2001, p. 27), “a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes”.

Quanto ao amor pelo trabalho, dito pela maioria, percebe-se a importância de haver sentimento com aquilo que se faz. Sem amor ao projeto, é difícil seguir com êxito naquilo que cada um se propõe; especificamente, no agronegócio, há uma relação metafísica entre homem e natureza, o que exige uma sensibilidade muito grande de quem está gerindo a atividade. Conforme Meneghetti (2008), “um líder deve amar o objeto que produz [...]. O amor do líder pelo seu produto é uma atração, [...] é uma distribuição de valores subjetivos”.

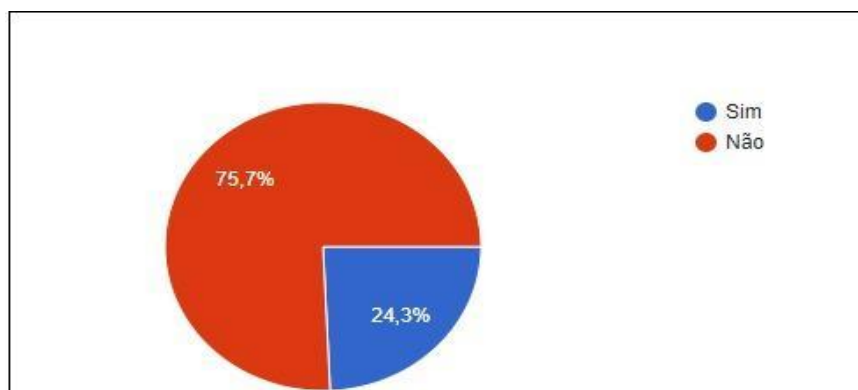
Figura 8 – Elementos que levaram a começar a trabalhar e permanecer no campo.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A questão que originou a Figura 9 provocou reflexões aos produtores. 75,7% dos respondentes alegaram que não possuem intenção de abandonar a lavoura e 24,3% responderam que possuem vontade de desistir da agricultura.

Figura 9 – Possuem intenção/vontade de abandonar a lavoura.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Manter um controle sério sobre os custos durante a preparação da safra é essencial para tomada de decisão e consciência sobre a situação da propriedade, e, conforme Santos (2005, p. 3) “o conhecimento do custo operacional e o seu reflexo em todo produto ou serviço são condições preponderantes de sobrevivência em qualquer negócio com ou sem fins lucrativos”. Perguntados, os respondentes afirmaram que 71,4% mantêm um controle dos custos durante a safra e 28,6% que não se preocupam com essa questão. Mello (2019), destaca que a crescente importância da agricultura no Brasil, impõe aos produtores rurais um constante controle e redução dos custos operacionais, sempre visando um aumento de produtividade e conseqüentemente maior lucratividade.

Existem várias formas de controlar os custos relativos à safra. Após questionar os produtores se mantinham ou não um controle sobre seus custos, os 71,4% que responderam que controlam descreveram como mantêm esse controle, o que é visualizado pela Tabela 3.

Quadro 2 – Formas de controlar os custos utilizadas pelos produtores.

| FORMAS DE CONTROLAR OS CUSTOS DURANTE A SAFRA |                                                |                                                   |                                                            |
|-----------------------------------------------|------------------------------------------------|---------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| <b>ANOTAÇÕES EM AGENDA E PLANILHA</b>         | Anotações                                      | <b>ANÁLISE E CONTROLE DOS CUSTOS E BENEFÍCIOS</b> | Controle das despesas e receitas                           |
|                                               | Anotando                                       |                                                   | Controle de insumos, combustível e funcionário             |
|                                               | Anotações em agenda                            |                                                   | Custos da lavoura e venda da soja                          |
|                                               | Anotações na agenda                            |                                                   | Custo benefício                                            |
|                                               | Anotações na agenda                            |                                                   | Balanço                                                    |
|                                               | Numa agenda                                    |                                                   | Investimentos, custeio e manutenção                        |
|                                               | Anotações de insumo, maquinário e pessoal      |                                                   | Despesas da lavoura, investimento e manutenção             |
|                                               | Controle por agenda e planilha excel           |                                                   | Usando agroquímicos conforme qualidade da lavoura          |
|                                               | Controle na agenda                             |                                                   | Agrotóxicos, combustível                                   |
|                                               | Anotações em agenda, celular, excel.           |                                                   | Pesquisa de preço e planejamento                           |
|                                               | Anotações dos gastos com insumos e óleo diesel |                                                   | Analizando custos de insumos e maquinários                 |
|                                               | Planilha                                       |                                                   | Analizando todos os custos                                 |
|                                               | Planilha de custos                             |                                                   | Analizando custos e benefícios                             |
|                                               | Planilha de custos                             |                                                   | Analizando investimentos na propriedade                    |
|                                               | Planilhas, cálculos                            |                                                   | Analizando custos de produção                              |
|                                               | Controle por excel                             |                                                   | Analizando os preços com relação ao valor da soja          |
|                                               | Planilha com todos os gastos                   |                                                   | Análise dos custos de produção                             |
|                                               | Tabela de custos                               |                                                   | Análise de investimento, custeio, mão de obra e manutenção |
| Controle em planilha e agenda                 | Comparativo de preços concorrentes             |                                                   |                                                            |
| Planilha dos custos do plantio até a colheita | Comparativo de preços dos produtos             |                                                   |                                                            |
| Anotando os custos do plantio até a colheita  | Comparativo de preços de produtos              |                                                   |                                                            |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

De acordo com o Quadro 2, a maioria se organiza através de anotações em agenda e controle através da planilha Excel. Todavia, o controle exercido é superficial, pois não abrange a totalidade dos custos incluídos em uma safra. Esse controle parcial sobre os custos da produção, e, conseqüentemente, do resultado econômico da atividade, pode ser um dos fatores que levam os produtores a desanimar-se com a agricultura. Se não estão ao alcance todas as informações inerentes à atividade, as decisões podem ser tomadas de forma equívoca, por exemplo, investindo recursos em locais e em momentos não oportunos, adquirindo equipamentos sem necessidade, adquirindo insumos na quantidade imprópria entre outros.

Além disso, é muito comum que as finanças entre produtor rural, pessoa física, e a do empreendimento se confundam. Mesmo que às vezes não se trate de uma empresa, no termo jurídico e contábil (Pessoa Jurídica), a atividade agrícola também configura um empreendimento. Sendo assim, as receitas e as despesas da atividade agrícola devem estar mensuradas à parte da vida financeira de quem está à frente do negócio. Por essa razão, deve-se atribuir um Pró-labore, ou seja, a remuneração do produtor rural e adotar-se formas de controle para que a organização da vida pessoal não interfira negativamente no sucesso do negócio.

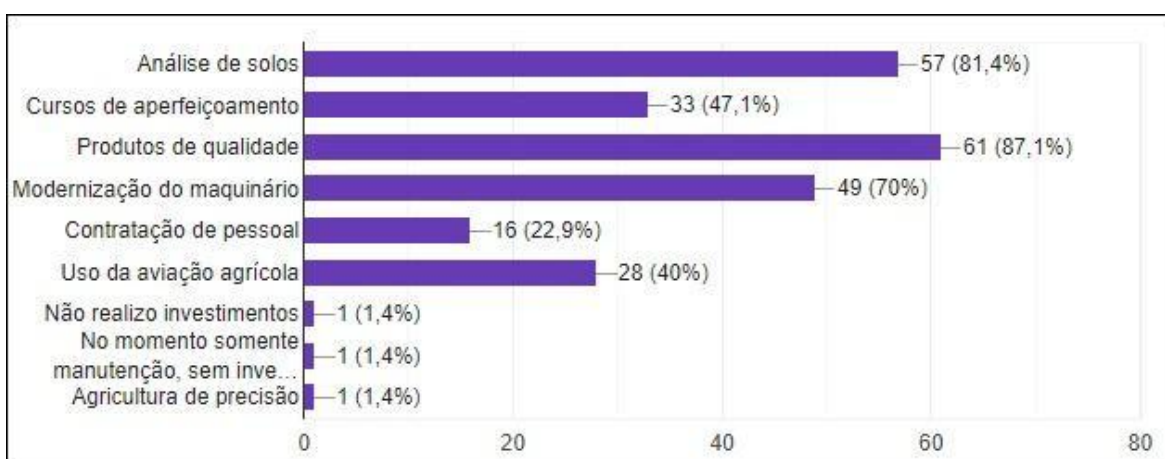
Ainda, muitos dos produtores controlam sozinhos os seus custos, sem auxílio de



outra pessoa ou ferramenta. Dos respondentes, 68,6% dos produtores não possuem ajuda para controlar e 31,4% recebem auxílio durante o processo de controle, o qual acontece mediante pessoas próximas – o filho, irmão, pai, primo, esposa, tio – ou agrônomo.

Os investimentos e os custos necessários para condução da safra são muitos. A Figura 10 apresenta os principais tipos de custos de produção, elencados pelos respondentes.

Figura 10 – Custos de produção realizados nas propriedades rurais.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

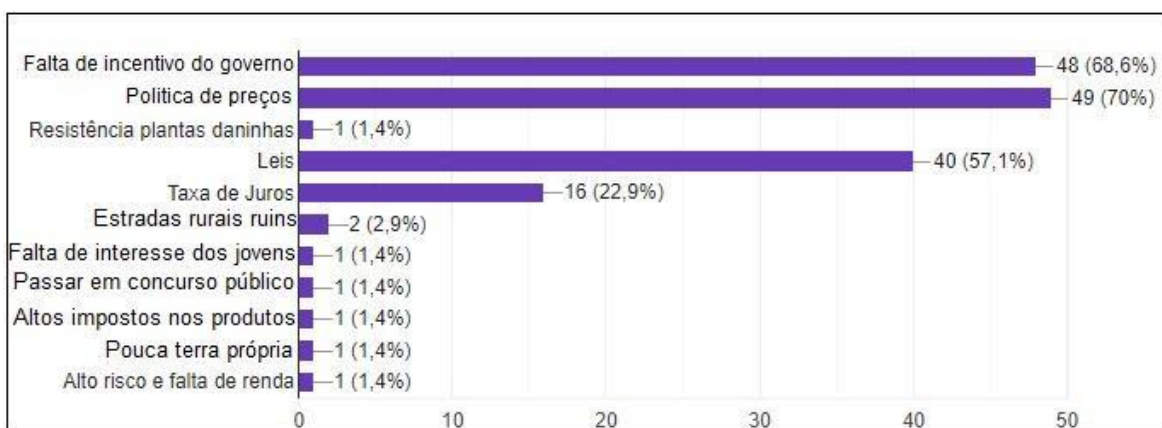
Pela Figura 10, observa-se que os principais custos inerentes à produção são produtos de qualidade, seguido de análise do solo e em modernização de maquinário. De acordo com Crepaldi (2005), a contabilidade rural tem a finalidade de apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e dos investimentos, por isso que quem controla seus custos consegue ter maior facilidade para investir na sua produção, pois tem as informações necessárias para a tomada de decisão.

Outra pergunta do questionário foi em relação aos motivos que fazem o produtor querer migrar da zona rural para a zona urbana. Esse questionamento acabou gerando respostas para a questão referente à Figura 9, em que uma percentagem significativa dos produtores sinalizou a intenção ou desejo de parara a atividade agrícola. Para tal, utilizou-se uma questão de múltipla escolha, onde os respondentes também poderiam

marcar mais de uma alternativa.

De acordo com a Figura 11, 48 produtores apontaram a falta de incentivo do governo; 49 estão descontentes com a política de preços, tanto nos insumos quanto do produto final para venda; apenas 1 apontou a resistência das plantas daninhas; para 40 pessoas as leis estão prejudicando atualmente a atividade e 16 estão descontentes com as taxas de juros cobradas. Esses são os apontamentos que mais interferem na motivação dos produtores e os preocupam de maneiras distintas. Para cada um, as questões internas e externas impactam de alguma forma, em conformidade com Robbins (2002) que entende, que a motivação é interior, mas que o ambiente interfere facilitando ou dificultando-a.

Figura 11 – Motivação para o produtor migrar da zona rural para urbana.



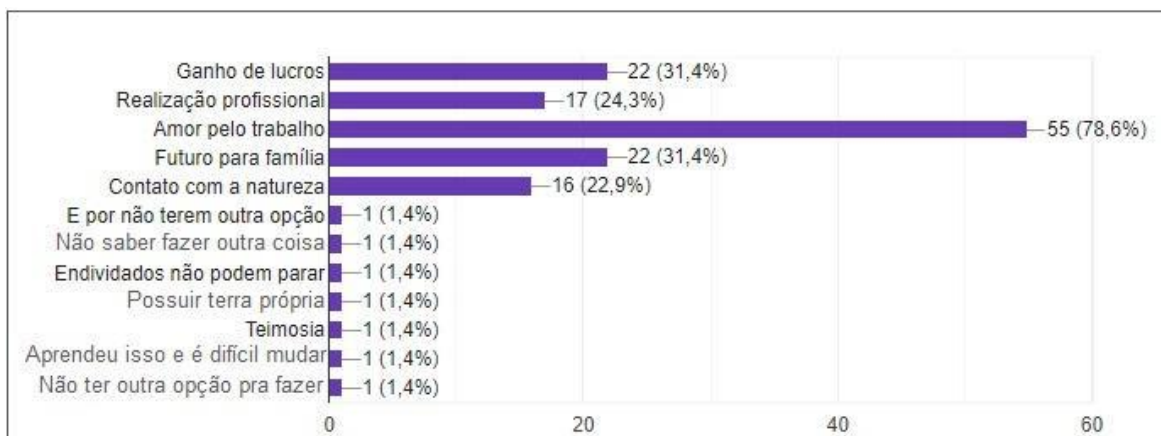
Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Na Figura 12 estão expostas as razões que mais motivam os produtores a continuarem na lavoura. Dos respondentes, 55 citaram o amor pelo trabalho, configurando a principal razão, em seguida, ambas com 22 respondentes, estão o futuro para família e o ganho de lucros. A realização profissional recebeu 17 respostas e para 16 produtores o contato com a natureza é importante.

Todas as alternativas são essenciais, porém, o fator que motiva os produtores atualmente e responde o principal objetivo da pesquisa é o amor pela profissão, pela atividade exercida. Desenvolver uma atividade, neste caso a atividade agrícola, pelo prazer que ela proporciona, envolve a aceitação do conceito de motivação intrínseca (RIBAS,

2011). Ainda, para Mello (2019), vários atributos são influenciadores na tomada de decisão. A combinação do comportamento cognitivo e os aspectos técnicos do mundo de negócios, assumem papel relevante para a tomada de decisão.

Figura 12 – Motivação para continuar na lavoura.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Ficou evidenciado, ainda, na Figura 12 que os produtores rurais pesquisados não se encontram endividados. Apenas um respondente indicou o endividamento como motivo para permanecer na lavoura. Diante do contexto econômico atual, este é um dado bem relevante considerando os altos custos inerentes à atividade agrícola e os altos investimentos necessários.

## 5. Conclusão

O tema geral desta pesquisa foi buscar compreender quais fatores motivacionais impulsionam os produtores a permanecerem trabalhando no meio rural.

A primeira inquietação relacionada ao tema diz respeito aos elementos que levam os agricultores a começarem a trabalhar no campo e, conforme a análise dos dados coletados, a grande maioria inicia por sucessão familiar, onde a família já possui terras próprias ou arrendadas há muitos anos, facilitando a continuidade para as próximas gerações. Entretanto, atrelado a esse elemento, está o amor pela atividade que exercem,

que além de ser um fator decisivo para que iniciem a atividade, foi o elemento destacado por eles como o que mais os motiva para continuarem na atividade rural. Em outras palavras, eles começam pela tradição familiar e permanecem pelo amor à atividade rural.

Foi possível identificar que os produtores investem em suas lavouras em busca de um melhor resultado para suas operações. Neste sentido, custos de produção como: análise de solos, cursos de aperfeiçoamento, produtos de qualidade, modernização de maquinário entre outros, fazem parte desta importante etapa operacional da propriedade. A maioria dos produtores rurais acredita manter um controle sobre esses custos incidentes no processo agrícola, entretanto, isso acontece de forma muito superficial, pois não fazem um acompanhamento sério e rigoroso, anotam, geralmente, os custos relativos à compra de insumos, mas esquecem de todo o restante que faz parte do processo.

Esses métodos parciais de controle levam a uma ingerência de diversas informações, e, conseqüentemente, afetam a percepção sobre o resultado econômico da atividade. A própria distinção entre a vida financeira pessoal e a profissional é um elemento importante para a mensuração do resultado da safra e que, portanto, deve-se manter um controle rigoroso. Esses fatores econômicos podem ser um dos motivos que levam os produtores a desanimar-se com a agricultura.

Consideram-se atingidos os objetivos específicos do estudo, uma vez que, ficaram identificados e demonstrados os elementos que levam o produtor a começar o trabalho no campo, bem como foram identificados e demonstrados alguns controles que os produtores fazem sobre os custos de produção e quais os custos de produção mais relevantes. Esses pontos, levaram ao atingimento do objetivo principal do estudo, que foi identificar e analisar os aspectos que motivam o agricultor a permanecer no campo.

Ficou, assim, evidenciado que as principais motivações de permanência é o amor pelo trabalho agrícola, garantir o futuro da família e a possibilidade de lucros com a atividade. Também ficaram evidenciados alguns pontos que, segundo os produtores pesquisados, levam as pessoas migrarem para a zona urbana. Entre eles, a falta de incentivos do governo e a política de preços, que influenciam a descontinuidade da atividade agrícola.

Por fim, é recomendável e necessário que os produtores tenham efetivos controles dos custos de produção, se atualizem e se qualifiquem para enfrentar as dificuldades do mercado cada vez mais competitivo.

## 6. Referências

BERGAMINI, W. C. **Motivação nas organizações**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BRUNI, L. A. **A administração de custos, preços e lucros**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CÂMARA, C. E.; ANDALÉCIO, L. M. A. Características empreendedoras: um estudo de caso com farmacêuticos utilizando o modelo de McClelland. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 64-77, set/dez. 2012. Disponível em: <http://www.regepe.org.br/regepe/article/view/32/32>. Acesso em: 13 out. 2019.

CONAB, COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento safra brasileira de grãos**. Brasília 2019. Acesso em: 29 mai. 2019.

CREPALDI, A. S. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2005

GIL, C. A. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO AGRO. Excelência no agronegócio. **Custo de produção agrícola**. 2018. Disponível em: <<https://institutoagro.com.br/custo-de-producao-agricola/>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

MAHER, M. **Contabilidade de custos: criando valor para a administração**. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2001.

MELLO, F. M. **Atributos influenciadores na tomada de decisão para a compra de máquinas agrícolas**. Tese de doutorado - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, 2019.

MENEGHETTI, A. **Business Intuition**. São Paulo: FOIL, 2007.

MENEGHETTI, A. **Psicologia do líder. Recanto Maestro**: Ontopsicológica Editrice, 2008.

MENEGHETTI, A. **Projeto Homem**. 3. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2011.

MENEGHETTI, A. **Psicologia Empresarial**. São Paulo: FOIL, 2013.

MENEGHETTI, A. **Os jovens e a ética ôntica**. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2013.

NIELSEN, G. A. F.; OLIVO, F. L. R.; MORILHAS, J. L. **Guia prático para elaboração de monografias, dissertações e teses em administração**. São Paulo: Editora Saraiva Educação, 2018.

RIBAS, R. **A motivação empreendedora e as teorias clássicas da motivação**. Caderno de Administração. v.5 n.1, PUC/SP, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/caadm/article/view/7781>>. Acesso em: 13 out. 2019.

RAMOS, P.; RAMOS, M. M.; BUSNELLO, J. S. **Manual prático de metodologia da pesquisa**: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese. Blumenau: Acadêmica, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scieloOrg/php/similar.php?lang=pt&te>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

ROBBINS, P. S. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SANTOS, J. G.; MARION, C. J.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHERMERHORN, R. J.; et al. **Fundamentos de Comportamento Organizacional**. São Paulo: Bookman, 2007.



## **Contratação garante inclusão? inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**

**Susenara Visentini<sup>1</sup>**  
**Andressa Schaurich dos Santos<sup>2</sup>**  
**Matheus Machado Laurini<sup>3</sup>**

**Resumo:** Este estudo teve como objetivo geral analisar os aspectos relacionados à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sob a ótica de trabalhadores com deficiência e gestores de empresas de Santa Maria/RS. Para a coleta de dados foi aplicada uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, a partir de um formulário, adaptado de Lobato (2009), elaborado no Google Formulários, e enviado por e-mail aos colaboradores PcD e gestores de uma empresa na cidade de Santa Maria/RS. As análises foram feitas a partir da análise de conteúdo e como resultado verificou-se que colaboradores e gestores demonstraram conhecimento em relação à Lei de cotas, e reconhecem a importância da lei para a inclusão de colaboradores PcD no mercado de trabalho. Além disso, os colaboradores entrevistados destacaram a importância que a inclusão no mercado de trabalho tem na vida de cada um, ressaltando que se perdessem o atual emprego, buscariam outro. Quanto aos gestores entrevistados, eles demonstraram satisfação quanto à inserção de colaboradores PcD, afirmando manter um bom relacionamento com os mesmos.

**Palavras-Chave:** Inserção PcD; Mercado de Trabalho; Lei de Cotas; Pessoas com deficiências.

### **Does hiring guarantee inclusion? insertion of people with disabilities in the labor market**

**Abstract:** This study aimed to analyze the aspects related to the insertion of people with disabilities in the labor market, from the perspective of disabled workers and managers of companies in Santa Maria/RS. For data collection, a descriptive research was applied, with a qualitative approach, from a form, adapted from Lobato (2009), prepared in Google Forms, and sent by email to PcD employees and managers of a company in the

---

<sup>1</sup> Graduada em Administração pela Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA). susenara2727@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão de Organização Pública em Saúde pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). andressa.santos@fisma.com.br

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), linha de pesquisa Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional e discente da Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Projetos e Negócios em Tecnologia da Informação do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). mmlaurini@ucs.br

city of Santa Maria/RS. The analyzes were made from the content analysis and as a result it was found that employees and managers demonstrated knowledge in relation to the Quota Law, and recognize the importance of the law for the inclusion of PcD employees in the labor market. In addition, the interviewed employees highlighted the importance that inclusion in the labor market has in their lives, emphasizing that if they lost their current job, they would look for another one. As for the interviewed managers, they showed satisfaction regarding the inclusion of PcD employees, stating that they maintain a good relationship with them.

**Keywords:** Insertion of PcD into the labor market; Quota Law; People with disabilities.

### **¿La contratación garantiza la inclusión? inserción de personas con discapacidad en el mercado laboral**

**Resumen:** Este estudio tuvo como objetivo analizar los aspectos relacionados con la inserción de personas con discapacidad en el mercado laboral, desde la perspectiva de los trabajadores discapacitados y directivos de empresas de Santa María / RS. Para la recolección de datos se aplicó una investigación descriptiva, con enfoque cualitativo, a partir de un formulario, adaptado de Lobato (2009), elaborado en Google Forms, y enviado por correo electrónico a empleados de PcD y gerentes de una empresa en la ciudad de Santa María / RS. Los análisis se realizaron a partir del análisis de contenido y como resultado se encontró que los empleados y gerentes demostraron conocimiento en relación a la Ley de Cuotas, y reconocen la importancia de la ley para la inclusión de los empleados de PcD en el mercado laboral. Además, los empleados entrevistados destacaron la importancia que tiene la inclusión en el mercado laboral en la vida de cada uno, enfatizando que si perdieran su trabajo actual, buscarían otro. En cuanto a los gerentes entrevistados, mostraron satisfacción por la inclusión de los empleados de PcD, manifestando que mantienen una buena relación con ellos.

**Palabras clave:** Inserción de CPD en el mercado laboral; Ley de cuotas; Gente con discapacidades.

## **1. Introdução**

No âmbito das organizações, verifica-se uma crescente preocupação para que as empresas balizem suas ações em princípios e políticas socialmente responsáveis (RIBEIRO; CARNEIRO, 2009). Nesse contexto, Carvalho-Freitas e Marques (2010) destacam que os direitos e deveres dos cidadãos estão sendo percebidos como de igualdade e equidade, conduzindo os gestores das organizações a refletirem sobre os aspectos, dentre os quais destacam-se a inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) no ambiente de trabalho. A questão da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho tem sido alvo de políticas públicas que visam facilitar a entrada delas nas organizações. Além de terem o direito de buscar uma qualidade de vida melhor para si, as pessoas com deficiência possuem habilidades e competências que podem ser



expressas no trabalho e por meio dele (LIMA et al., 2013).

Um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2010 estimou que aproximadamente 24% da população brasileira é portadora de algum tipo de deficiência, sendo que 72% estão em idade produtiva. Entretanto, desses somente 403.255 estavam empregados, ou seja, menos de 1% das 45 milhões de pessoas com deficiência no país.

Na construção de uma sociedade para todos, as empresas constituem-se em um de seus sistemas, que precisa ser reorientado com base nos princípios do paradigma da inclusão. Com a intenção de garantir a inserção de PcD no mercado de trabalho, o governo brasileiro sancionou a Lei de Cotas, Lei nº 8.213 de 1991 (BRASIL, 1991), a qual estipula que as empresas privadas com 100 ou mais empregados deverão preencher seus cargos de 2 a 5% com PcD. Em organizações públicas, se estabeleceu a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos para PcD, de acordo com a Lei nº 8.112 de 1990 (BRASIL, 1990). Contudo, apenas em 2004 o Decreto-Lei da Inclusão Social (BRASIL, 2004) foi aprovado passando a obrigar as empresas a inserir em seu quadro de colaboradores pessoas portadoras de deficiência, uma alternativa para superar o desafio de incluir PcD no mercado de trabalho.

Percebe-se que o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho no Brasil é um processo que vem ocorrendo e parece ser irreversível, dado o amplo reconhecimento das possibilidades de trabalho desta população, além da existência crescente de ferramentas e tecnologias de suporte. Entretanto, este movimento ainda ocorre de maneira restrita e relativamente precária (CLEMENTE, 2008; GARCIA, 2010). Para Violante e Leite (2011), embora o amparo legal existente no Brasil para contratação de PcD seja considerado avançado em relação ao de muitos países, as leis vigentes garantem apenas a obrigatoriedade da contratação, sem, entretanto, prover reais condições para que a inclusão social seja efetivamente realizada.

Diante disso, sabendo-se da obrigatoriedade trazida pela Lei de Cotas e da Inclusão Social em contratar pessoas portadoras de deficiência, o objetivo geral deste estudo é analisar os aspectos relacionados à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sob a ótica de trabalhadores com deficiência e gestores de empresas de Santa Maria/RS.

A inclusão social e a acessibilidade ao trabalho para as PcD são temas relevantes, uma vez que são indivíduos com necessidades especiais, mas com direitos iguais a todos os cidadãos, o que nem sempre é contemplado em sua integralidade. Segundo Carvalho-Freitas (2007), pesquisas nacionais e internacionais tem revelado as dificuldades que os PcD têm para ingressar, se manter e crescer dentro das empresas, bem como falta de preparo das organizações para absorver os PcD, devido às adaptações que são necessárias nas rotinas de trabalho.

Por outro lado, conforme destaca a autora, pesquisas mostram que o trabalho, associado a um emprego, desempenha um papel importante entre os grupos historicamente desclassificados, nos quais se inserem os PcD, diminuindo as taxas de pobreza, propiciando possibilidades de diminuição do isolamento social, aumentando sua autoestima, fazendo-os sentirem-se cidadãos completos, independente de suas limitações. Diante disso, a presente pesquisa justifica-se, do ponto de vista prático, como forma de contribuir com as pessoas com deficiências e as organizações participantes da pesquisa, fornecendo subsídios para tomada de decisões mais coerentes com os desafios de gestão, especialmente voltadas à essas pessoas, no que se refere a inserção das mesmas no mercado de trabalho.

Além disso, faz-se importante ressaltar que a inserção das pessoas com deficiência está em um campo emergente dos estudos do comportamento organizacional, que é o da diversidade. Apesar desse tema ter se tornado relevante nos últimos anos, ainda é uma questão que carece de pesquisas, principalmente no que se refere aos seus conceitos. Para tanto, em aspectos teóricos, o presente estudo se justifica como forma de contribuir com o avanço das pesquisas científicas acerca da diversidade e principalmente da inserção de pessoas com deficiência nas organizações, com vistas ao aprofundamento de estudos acerca dos temas aqui abordados.

## **2. Desenvolvimento Teórico**

### **2.1 Mercado de Trabalho para a Pessoa com Deficiência**

No Brasil, existe um conjunto de leis que assegura o direito de acesso às pessoas com deficiência ao mercado, além de estudos que apontam caminhos possíveis para a

melhoria do processo. Contudo, a existência desses instrumentos legais e conhecimentos não garante que a inclusão esteja, de fato, ocorrendo. (ARAUJO; SCHMIDT, 2006). Segundo Clemente (2008) e Garcia (2010), este movimento ainda ocorre de maneira restrita e precária, pois esses trabalhadores concentram-se, na maioria das vezes, em formas de ocupação mais simples e de menor rendimento.

O aumento no volume de contratações de pessoas com deficiência no Brasil se deu a partir dos anos 2000 com a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego quanto ao cumprimento da chamada “Lei de Cotas” (GARCIA; MAIA, 2014). Ao estipular percentuais obrigatórios para que as grandes empresas – aquelas com 100 ou mais empregados – contratassem pessoas com deficiência, esta legislação estimulou um processo que, muito provavelmente, ocorreria num ritmo mais lento em caso de inexistência da obrigatoriedade. Garcia (2010) destaca que existem claros obstáculos para que a “Lei de Cotas”, por si só, possa garantir a plena inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Em primeiro lugar, ao limitar-se às grandes empresas, mesmo que fosse cumprida integralmente, tal lei garantiria cerca de um milhão de empregos para pessoas com deficiência, sendo que o número de trabalhadores nesta condição é bem superior.

Além disso, é fato que muitas pessoas com deficiência não estão qualificadas profissionalmente para exercer tarefas profissionais específicas, até porque não têm escolaridade formal, não passaram por nenhum programa de educação profissional ou nunca trabalharam. Para Lobato (2009), a dificuldade de inserção dessas pessoas no mercado de trabalho se deve à inadequação dos processos de formação, ao preconceito social ou à falta de conhecimento do potencial da pessoa com deficiência.

Schur, Kruse e Blanc (2005 apud TETTE, 2013) corroboram o exposto evidenciando que uma pessoa com deficiência possui reduzidas perspectivas de obtenção de um emprego apropriado, bem como de mantê-lo e progredir no mesmo, também em função da existência de barreiras sociais e arquitetônicas presentes no mercado de trabalho. Segundo Sasaki (2006), com o advento do paradigma da inclusão e do conceito de que a diversidade humana deve ser acolhida e valorizada em todos os seus setores sociais comuns, a acessibilidade não mais se restringe às barreiras arquitetônicas, pois existem outras barreiras excludentes: comunicacional, atitudinal

(atitude preconceituosa), metodológica (métodos de ensino, trabalho e lazer homogêneos), instrumental (instrumentos utilizados para trabalhar, brincar que não atendem as limitações) e programática (leis, portarias, regulamentos e políticas que perpetuam a exclusão). Enquanto a sociedade não remover as barreiras nessas áreas, essas pessoas continuarão excluídas.

Tanaka e Rodrigues (2003) destacam que o preparo das pessoas com deficiência para o mercado de trabalho demanda a construção de programas que tenham como objetivo a adoção de práticas que possibilitem a entrada dessas de forma competitiva, levando em consideração não apenas as necessidades especiais dos indivíduos, mas seu potencial de realização. Na visão Oliveira, Silva e Palazi (2007), as empresas brasileiras estão sendo desafiadas a implantar e desenvolver políticas internas em quatro áreas: superação das apreensões; definir o trabalho certo para a pessoa certa; preparar o ambiente de trabalho e capacitar-se para recrutar e reter as pessoas com deficiência.

A partir da implementação dessas políticas internas a relação entre o mercado de trabalho e as pessoas com deficiência terão como significado o potencial, a igualdade de direitos, a capacidade de gerar resultados e mostrar que suas limitações não representam obstáculos para execução de determinadas tarefas (OLIVEIRA; SILVA; PALAZI, 2007).

## 2.2 Inserção da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho

Na visão de Carvalho-Freitas (2007) existem três fatores que dificultam a inserção e gestão de pessoas com deficiência nas organizações: as formas como os gestores veem a deficiência; a adequação das condições e práticas de trabalho por parte das empresas; e a necessidade de avaliar a satisfação das pessoas com deficiência inseridas no mercado. Werneck-Souza, Ferreira e Soares (2020) corroboram o exposto destacando também alguns fatores que dificultam a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Fatores dificultadores da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho

| ATOR SOCIAL | PROBLEMAS IDENTIFICADOS                                                                                                    |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Empresas    | Inadequação dos ambientes físico e social, ideia de que a adaptação é onerosa e falta de conhecimento sobre a deficiência. |

|                                                  |                                                                                                                                                       |
|--------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Pessoa com deficiência                           | Falta de escolaridade, de qualificação profissional, de preparo social e de interesse.                                                                |
| Instituições de apoio às pessoas com deficiência | Atuação inadequada, desconectada das necessidades das empresas e das pessoas com deficiência, de forma amadora e assistencialista.                    |
| Famílias                                         | Falta de expectativa de inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e medo de perder o benefício previdenciário concedido pelo governo. |
| Governo                                          | Falhas na oferta de formação, de transporte acessível e adequado e de políticas de incentivo às empresas.                                             |

Fonte: adaptado de Werneck-Souza, Ferreira e Soares (2020)

Esses autores realizaram uma pesquisa que mostra o panorama da produção brasileira sobre inserção de pessoas com deficiência no trabalho. O estudo de Werneck-Souza, Ferreira e Soares (2020) identificou que as pesquisas realizadas no País sobre o assunto indicam que a contratação de pessoas com deficiência é motivada predominantemente pela obrigatoriedade legal. Além disso, tem-se verificado um quadro de não cumprimento da lei de cotas, de preferência pela contratação de pessoas com deficiências físicas leves, que não requeiram alterações físicas nos ambientes de trabalho e a lotação em cargos operacionais, para realização de tarefas rotineiras, com pouca possibilidade de aprendizado. Diante disso, a contratação não garante a inclusão, pois as práticas organizacionais acabam por ser excludentes. Também identificou-se esforços de várias empresas que desenvolvem programas de acessibilidade motivadas a aliar a contratação da pessoa com deficiência a um ganho de imagem, demonstrando que essas tem desvantagens na dinâmica socioeconômica e na inserção ocupacional em relação à população sem deficiência (WERNECK-SOUZA; FERREIRA; SOARES, 2020).

A análise dos principais resultados das pesquisas realizadas no Brasil, realizada por Werneck-Souza, Ferreira e Soares (2020), indicam que a inserção no mercado de trabalho e a inclusão das pessoas com deficiência nas organizações ainda se constituem um desafio, após mais de 25 anos da “lei de cotas”. Logo, os autores reforçam que é preciso um esforço coletivo de mudança na concepção da deficiência e das lógicas que regem as relações socioprofissionais e as práticas de gestão, para que realmente se verifique uma cultura de inclusão no contexto do trabalho do País.

### **3. Procedimentos Metodológicos**

Visando atingir ao problema de pesquisa exposto na seção introdutória, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa básica (GODOY, 2005; MERRIAM 1998). Este tipo de estudo possibilita ao pesquisador compreender aspectos como os significados atribuídos às experiências dos indivíduos bem como sua forma de construir e interpretar vivências (MERRIAM, 1998). Assim, tendo em vista o objetivo de analisar os aspectos relacionados à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sob a ótica de trabalhadores com deficiência e gestores de empresas de Santa Maria/RS, cinco empresas foram convidadas, por acessibilidade e conveniência, a participar da pesquisa. Justifica-se a escolha do local por ser onde residem os pesquisadores. Dessas, três não deram retorno, mesmo após várias tentativas de contato, uma empresa justificou que devido ao quadro de colaboradores PcD reduzido no momento, não poderia participar, sendo que apenas uma aceitou o convite. A empresa que aceitou o convite e no qual a pesquisa foi realizada é uma instituição financeira cooperativa, que possui 117 anos e está presente em 23 estados. Tem por missão valorizar o relacionamento e oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade, No ano de 2020 essa empresa ficou pelo 9º ano consecutivo entre as Melhores Empresas para Você Trabalhar, segundo a revista Você S/A.

A coleta de dados se deu por meio da aplicação de formulário adaptado de Lobato (2009). A ideia inicial era a de realizar entrevistas com os pesquisados, contudo, devido a pandemia vivenciada no decorrer do ano de 2020, a coleta de dados precisou ser adaptada para um formulário, disponibilizado no Google Formulários. Um formulário foi aplicado aos colaboradores PcD e outro aos gestores. O instrumento de coleta de dados foi enviado por e-mail para 10 colaboradores que se enquadram como PcD e 6 gestores da empresa, obtendo-se um retorno de 6 respostas de colaboradores e 3 respostas de gestores.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi disponibilizado para leitura e aceite anterior ao início do formulário. Aqueles que não se sentissem confortáveis com a pesquisa poderiam declinar a qualquer momento. Além disso, os dados dos pesquisados

serão mantidos em absoluto sigilo (Termo de Confidencialidade). Quanto ao método de análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo. A análise de conteúdo é um método utilizado para pesquisas qualitativas que podem ser realizadas por meio de documentos, observação participante ou uma entrevista. Segundo Minayo (2007), desdobra-se nas etapas pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/ interpretação. No item a seguir, Apresentação e Análise dos resultados, destacam-se os achados da pesquisa.

#### 4. Apresentação e Análise dos Resultados

##### 4.1 Análise do Perfil Sociodemográfico dos Pesquisados

Para iniciar a exposição dos resultados inicialmente são apresentados o perfil dos pesquisados, conforme visualiza-se na Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico dos pesquisados.

| VARIÁVEL         |                      | COLABORADOR PCD | GESTOR    |
|------------------|----------------------|-----------------|-----------|
| IDADE            | de 26 a 35 anos      | 50% (3)         | 33,3% (1) |
|                  | de 36 a 45 anos      | 16,7% (1)       | 66,7% (2) |
|                  | de 46 a 60 anos      | 33,3% (2)       | -         |
| SEXO             | Feminino             | 66,7% (4)       | 66,7% (2) |
|                  | Masculino            | 33,3% (2)       | 33,3% (1) |
| FORMAÇÃO         | Graduação Incompleta | 66,7% (4)       | -         |
|                  | Graduação Completa   | 33,3% (2)       | -         |
|                  | Pós graduação        | -               | 100% (3)  |
| TEMPO DE EMPRESA | até 1 ano            | 33,3% (2)       | -         |
|                  | de 1 a 3 anos        | 33,3% (2)       | 33,3% (1) |
|                  | de 3 a 6 anos        | 16,7% (1)       | -         |
|                  | de 6 a 10 anos       | 16,7% (1)       | -         |
|                  | mais de 10 anos      | -               | 66,7% (2) |

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme observa-se a Tabela 1, no que se refere aos colaboradores PcD pesquisados, 50% possuem idade entre 26 a 35 anos, 33,3% possuem idade entre 46 a 60

anos e 16,7% possuem de 36 a 45 anos de idade. Entre os respondentes, maior numero deles são do sexo feminino, um percentual de 66,7%, o mesmo percentual de respostas em relação a formação desses colaboradores que possuem graduação incompleta e 33,3% possuem graduação completa. Em relação ao tempo de empresa, 33,3% dos colaboradores PcD possuem até um ano de contrato, 33,3% possuem de 1 a 3 anos, 16,7% estão trabalhando nessa empresa de 3 a 6 anos e o mesmo percentual entre 6 a 10 anos.

No que se refere aos gestores, conforme observa-se na Tabela 1, 66,7% possuem idade entre 36 a 40 anos e 33,3% (1) possui idade entre 26 a 35 anos, sendo a maioria (66,7%) do sexo feminino e todos com Pós-graduação. Sobre o tempo de empresa, 66,7% possuem mais de 10 anos, e 33,3% possuem de 1 a 3 anos de trabalho nesta empresa.

Em relação ao setor em que os pesquisados atuam, dos 6 colaboradores PcD, 4 deles trabalham no setor administrativo e 2 deles trabalham com operações administrativas, sendo que, no que se refere a função de cada colaborador, 4 são auxiliar administrativo, um assistente administrativo e um atua como caixa. Essa informação foi corroborada e percebida pela pesquisadora ao receber o e-mail do setor de gestão de pessoas da empresa, no qual informava o quadro de colaboradores e os cargos de cada colaborador PcD, em que visualizou-se que as funções disponibilizadas para os PcD são de cargos considerados muitas vezes mais simples e operacionais.

Já em relação aos gestores pesquisados, todos atuam em agências e no cargo de gerência. Esses gestores destacaram que possuem, em média, 20 funcionários sob sua responsabilidade, sendo 1 ou 2 com deficiência.

Quando questionados sobre “Você já ouviu falar sobre a lei de reserva de vagas no mercado de trabalho para pessoas com necessidades especiais?” verificou-se que todos os respondentes, colaboradores PcD e gestores, já ouviram falar sobre a mesma, demonstrando estar cientes da existência da Lei de Cotas. Em complemento à questão anterior, no qual solicitou-se a opinião dos pesquisados sobre essa lei, as respostas demonstram a importância dessa para quem possui alguma deficiência, e sua inserção no mercado de trabalho, conforme pode ser percebido pelas respostas apresentadas no Quadro 2.



Quadro 2 - Sobre a lei de reserva de vagas no mercado de trabalho para pessoas com deficiência.

| PESQUISADO    | RESPOSTA A QUESTÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Colaborador A | Muito Importante, pois conseguimos ter um futuro mais promissor e sermos mais independentes financeiramente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Colaborador B | Entendo que ela é fundamental para a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, já que garante um espaço que, se não fosse a lei, possivelmente não estaria disponível para esse público. Além de ser um reparo social.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Gestor A      | Acredito que as pessoas devem ser tratadas com respeito e com dignidade, dentro das limitações de cada um deve ocorrer o respeito à lei, mas principalmente as pessoas. Utilizar-se da lei para inclusão das pessoas de fato e não apenas cumprir tabela.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Gestor B      | Importante, mas o ideal seria as empresas se conscientizarem da importância da diversidade dos times e não só cumprir a cota, visto a legislação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Gestor C      | Muito importante, por promover maior inclusão de pessoas com necessidades especiais. Na minha opinião não seria necessário haver uma lei específica para isso, deveria ser natural a pluralidade nas empresas, sem que houvesse algo que obrigasse a inclusão, mas sabemos da realidade do nosso país, então acho importante termos este direito garantido, pois promove a integração entre todas as pessoas, e está aproximação nos faz ver que todos nós temos plena capacidade de nos relacionarmos bem e desenvolvermos um bom trabalho, independente de qual for a nossa condição. |

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do resultado apresentado, os colaboradores evidenciam a importância da lei de cotas, pois resulta numa garantia de inserção no mercado de trabalho e com isso, uma prospecção de um futuro profissional melhor. Segundo Violante e Leite (2011), embora o amparo legal existente no Brasil para contratação de PcD seja considerado avançado em relação ao de muitos países, as leis vigentes garantem apenas a obrigatoriedade da contratação, sem, entretanto, prover reais condições para que a inclusão social seja efetivamente realizada, mas ao analisar a resposta dos gestores, percebe-se uma conscientização sobre o uso da lei, uma vez que todos os respondentes valorizam a importância e salientam o respeito a mesma, destacando que a inclusão deveria ocorrer naturalmente, sem a obrigatoriedade da lei.

#### 4.2 Análise das Questões Realizadas aos Colaboradores PcD

Questionados sobre a escolarização/profissionalização, todos os colaboradores

PcD destacaram que estudaram em escolas de ensino regular, sendo que nenhum deles afirmou estudar em escolas de Educação especial. Quanto a realização de cursos de preparação para o mercado de trabalho, 66,7% informaram que buscaram obter uma preparação, 50% deles usufruíram dos próprios cursos oferecidos pela empresa, 25% buscaram cursos no Senac, e outros 25% buscaram cursos de informática, programação e datilografia.

Em resposta a questão “Em relação a empresa que trabalha atualmente, comente como você conseguiu este emprego (como ficou sabendo da vaga, processo de seleção, como foi o processo de adaptação na empresa).” percebe-se que a maioria foi por meio do envio do currículo pelo site da empresa ou então a partir de algum conhecido que avisou sobre a vaga disponível. Os respondentes também evidenciaram que o processo de seleção e de adaptação foi tranquilo, fácil e acolhedor, conforme visualiza-se no Quadro 3.

Quadro 3 - Processo seletivo e adaptação na atual empresa

| PESQUISADO    | RESPOSTA A QUESTÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|---------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Colaborador A | Enviei meu currículo para o Site da empresa como pcd. A adaptação foi bem tranquila, fui muito bem recebido.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Colaborador B | Fiquei sabendo através de uma colaboradora do RH que já me conhecia de outra entrevista para outra empresa, e quando abriu vaga nessa atual, ela lembrou de mim e me procurou. Eu fiz uma primeira entrevista para a empresa atual, a qual eu gostei muito e senti que tinham gostado de mim também, mas não passei pois não tinha o melhor perfil pra vaga. Alguns meses depois abriu pra vaga que estou atualmente e me chamaram novamente pra seleção. Me senti muito bem em ambas as entrevistas. A adaptação foi um pouco afetada devido a pandemia (fiquei um bom período em home office), mas me senti muito acolhida por todos os colegas da equipe. |
| Colaborador C | Me inscrevi no banco de talentos e no mesmo momento tinha uma vaga para PcD em aberto, fui selecionada dentro de uma seleção tranquila, e meu processo de adaptação foi ótimo, de total integração com a equipe desde o primeiro momento dentro da agência.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Colaborador D | Tinha meu CV cadastrado na plataforma e fui chamada para entrevista. O processo de adaptação foi fácil.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Colaborador E | Fiz a inscrição no site da empresa, a menina do RH me contatou, fizemos a entrevista com a gestora e no dia seguinte fui informado que tinha sido selecionado. A adaptação está sendo muito facilitada pelos colegas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

Fonte: dados da pesquisa

No que se refere a avaliação que esses colaboradores tem sobre o seu desempenho na função, os 6 respondentes o avaliaram como bom, alguns destacando

que pode melhorar, conforme evidencia-se as respostas abaixo:

*“Avalio como bom meu desempenho, pois exerço as atividades que sou designada e sempre procuro aprender mais e fazer novas coisas”.*  
(Colaborador B)

*“Meu desempenho é de total dedicação a minha função, mesmo não estando contente com alguns resultados, pois o tempo às vezes se torna curto para a quantia de atividades a serem desenvolvidas”.* (Colaborador C)

*“Bom, porém sempre podendo melhorar”.* (Colaborador F)

Em resposta à questão sobre possibilidades de crescimento na carreira (plano de carreira) para pessoas com deficiência, 83,3% dos respondentes afirmam que visualizam essas possibilidades na empresa e um deles respondeu que não, justificando que *“Não é que eu não veja possibilidades de subir na carreira para pessoas com deficiência, é que não consigo distinguir essa separação para pessoas com e sem deficiência. Acredito que a possibilidade exista para ambos”*. Além disso, um dos respondentes que afirmou visualizar essa possibilidade destacou que percebe isso para *“O cargo que eu desejar, seja ele na área de negócios, ou até mesmo gestão, basta eu me dedicar e obter o conhecimento necessário para desempenhar a contento a função escolhida”*.

Sobre o relacionamento interpessoal com a chefia os colaboradores PcD informaram de forma clara e objetiva possuir um bom relacionamento, ressaltando ser *“Ótimo, tenho total liberdade de conversas francas e sou desafiada e sempre incentivada a crescer em minha vida profissional” e 'Amigável e respeitoso”*. No que se refere ao relacionamento com os demais colaboradores as respostas foram semelhantes: *“Muito bom, todos sempre estão dispostos a ajudar uns aos outros para que a equipe cresça junta, atingindo os objetivos desejados”*.

Quando questionados sobre alguma dificuldade dentro da empresa, apenas o Colaborador B informou que sim e justificou sua resposta destacando *“Algumas poucas questões de acessibilidade, mas que sempre estão buscando saná-las.”* Ao serem questionados se gostariam que mudasse alguma coisa na empresa, todos os participantes

responderam que não. A mesma resposta foi dada à pergunta “Gostaria de sair do emprego?”, demonstrando, assim, que os colaboradores PcD possuem um grau de satisfação, contentamento e conforto com o local em que trabalham.

Ao serem questionados sobre a intenção de trabalhar em outra profissão/função um dos participantes respondeu que gostaria de trabalhar com “*Prospecção e atendimento a associados (clientes)*”. Em relação aos planos para o futuro em relação ao aspecto profissional (trabalho, formação profissional)” algumas respostas dos colaboradores PcD foram as expostas no Quadro 4.

Quadro 4 - Planos para o futuro profissional

| PESQUISADO    | RESPOSTA A QUESTÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Colaborador B | Quero aprender cada vez mais, quem sabe fazer algum curso mais específico na função que exerço. E no trabalho penso em ter um crescimento ao longo do tempo.                                                                                                                                                              |
| Colaborador C | Terminar minha faculdade de Pedagogia e iniciar uma pós na área de gestão de pessoas, RH ou recrutamento e seleção. Gosto da área administrativa e de desenvolvimento de pessoas.<br>Pretendo obter maior conhecimento na área em que atuo, para que possa desenvolver com maior agilidade e segurança minhas atividades. |
| Colaborador E | Pretendo concluir a graduação e fazer cursos pertinentes ao trabalho                                                                                                                                                                                                                                                      |

Fonte: Dados da pesquisa

Sobre a questão “O que você acha de seu trabalho?” os participantes o definiram:

*“Gosto bastante dele. Me instiga, faz eu pensar, resolver problemas”.*

*(Colaborador B)*

*“Amo meu emprego, pois tenho oportunidade de crescer e ajudar minha equipe; e meu salário e benefícios são ótimos”.* *(Colaborador C)*

*“Satisfatório, gosto do que faço, vejo resultados e um leque amplo de oportunidades pro futuro”.* *(Colaborador F)*

Quando questionados sobre o que fariam se perdessem o emprego, todos os participantes citaram que procurariam outro emprego, demonstrando o quanto o trabalho é importante na vida de cada um, conforme visualiza-se nas respostas:

*“Procuraria outro emprego o mais rápido possível, pois amo trabalhar, e tenho pessoas que dependem financeiramente de mim”. (Colaborador C)*

*“Ficaria extremamente triste, mas iria em busca de outro o mais breve possível”. (Colaborador D)*

Por fim, ao serem questionados sobre o que mudou na sua vida após o emprego, os participantes destacaram a realização, o crescimento como pessoa, a independência financeira e a melhora da qualidade de vida. Essas respostas corroboram com o que já foi citado neste estudo, sobre o sentido do trabalho para a pessoa com deficiência e em relação a motivação e satisfação dos colaboradores PcD. De acordo com Lima, Tavares, Brito e Capelli (2013) o trabalho ocupa papel fundamental na construção do sujeito. Logo, percebe-se por meio desse resultado a dimensão da importância de ser incluído em um local de trabalho, pois além das necessidades pessoais, outras pessoas podem depender da renda obtida de um trabalhador PcD.

#### **4.3 Análise das Questões Realizadas aos Gestores**

Com o objetivo de conhecer as percepções dos gestores da empresa pesquisada sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho foram feitas perguntas sobre o histórico da empresa na contratação de PcD, a participação dos PcD na empresa e relacionamento interpessoal, sendo que as respostas a essas questões são expostas na sequência. Sobre o histórico da empresa na contratação de PcD, a primeira questão foi sobre os motivos levaram a empresa a contratar pessoas com deficiência, no qual os gestores destacaram que fundamentalmente para atender as questões de legislação, mas que a empresa caminha para um viés de maior inclusão, além das questões legais, conforme observa-se nas falas abaixo.

*“Inicialmente com o intuito de atender a legislação, porém tratando as pessoas com dignidade e respeito, exigindo o melhor de cada um dentro da sua limitação”. (Gestor A)*

*“Primeiramente a legislação, mas acredito que já estamos caminhando para um olhar diferente sobre isso e aumentar a diversidade nas equipes”.* (Gestor B)

*“Inclusão, pluralidade, nossa empresa presa muito por ser um local onde todos podem estar, independente de raça, cor, sexo, religião, estilo ou deficiência”.* (Gestor C)

Na sequência, os gestores foram questionados se houve benefícios para a empresa com a contratação de PcD, sendo que destacaram o desconhecimento sobre essa questão. Quando questionados sobre a preferência por alguma categoria de deficiência no momento do recrutamento, seleção e contratação todos informaram que não.

Em relação a forma como o processo de contratação de PcD ocorreu os gestores destacam a divulgação realizada nos mesmos canais das demais vagas, sendo esses portal da empresa, redes sociais, e na ferramenta *Gupy*. Além disso, destacaram que a seleção ocorre da mesma forma para todas as vagas, sem distinção.

Questionados sobre a organização da empresa para receber esses novos colaboradores (adaptação de estrutura, processos, etc.) um dos pesquisados destacou que de acordo com a necessidade de cada colega. Em relação à capacitação dos funcionários para receber a pessoa com deficiência, todos responderam que não houve.

Sobre os cargos disponíveis para contratação de pessoa com deficiência os gestores destacaram que *“normalmente assistente administrativo, atendimento ou negócios”*, mas que *“não existe limitação nos cargos”*, logo, *“todos os cargos da cooperativa podem ser assumidos por pessoas com deficiência, não há cargos específicos”*. Ainda, sobre a contratação e adaptação da pessoa com deficiência ao trabalho, os gestores foram questionados sobre os fatores que contribuíram e/ou dificultaram o processo de contratação. Eles destacaram que não tratam as pessoas com deficiência de forma diferente, pois elas possuem atribuições e cobranças como os demais, mas que é importante entender a limitação de cada um. Em relação a questões que podem ter dificultado, um dos pesquisados destacou a estrutura física das dependências da empresa.

Sobre a participação da pessoa com deficiência na empresa, foi questionado aos gestores sobre o vínculo empregatício da pessoa com deficiência e se esse difere dos demais funcionários. Em resposta, obteve-se uma concordância em relação ao vínculo empregatício de acordo com as respostas “*Não, é contratada via vaga de PcD*”, sendo “*Igual aos demais.*”. Questionados se “Há alguma diferenciação em relação à remuneração, jornada de trabalho ou rotina de trabalho?” os gestores responderam que não existe diferença. O Gestor C ressaltou que

*“Não há diferenciação, as rotinas às vezes precisam ser adaptadas, mas varia de acordo com a deficiência apresentada, em nossa agência temos uma pessoa que trabalha no caixa com dificuldade de locomoção então ela não é responsável por recolher os envelopes do caixa eletrônico que o acesso é um pouco estreito, mas realiza todas as demais atividades dos outros caixas.”*

Em relação a pergunta “Como você avalia o desempenho do(s) trabalhador(es) com deficiência?” Os gestores responderam que essas pessoas apresentam um excelente desempenho e possuem competência para atuar em outras áreas da empresa. Questionados se “Foram necessárias instalações específicas para este trabalhador em relação ao desempenho de tarefas, acessibilidade ao local de trabalho ou uso de ferramentas?” todos os pesquisados participantes informaram que não.

Em relação a pergunta “Você acha que a pessoa com deficiência vem preparada profissionalmente para o trabalho? De acordo com sua experiência esta preparação diverge em relação aos diferentes tipos de deficiência?” ambos concordaram que sim, mas que não sabem se diverge quanto ao tipo de deficiência. Sobre a possibilidade de crescimento na carreira para pessoas com deficiência na empresa, os gestores informam que essa existe para os cargos de “*Assessoria, Coordenadores, Gestores*”, “*desde estágio até o CEO da empresa.*” e que não veem limitação de cargos para pessoas com deficiência.

Por fim, questionados sobre o seu relacionamento com a pessoa com deficiência, os gestores informaram que é excelente e “*Natural como com qualquer outro colega, pois este fato não faz diferença alguma em nosso relacionamento*”. Ainda, sobre o relacionamento dos funcionários com a pessoa com deficiência e se já presenciou ou

teve conhecimento de questionamentos de outros trabalhadores a respeito desta contratação os gestores destacam o ótimo relacionamento e que

*“Excelente relacionamento, nunca tive nenhum questionamento, no meu caso acredito que muitas colegas nem sabem a deficiência do colega”. (Gestor B)*

*“Nunca presenciei nenhum questionamento, sinto que todas as pessoas com deficiência que são nossos colegas são muito bem recepcionados e este fato não influencia nas relações”. (Gestor C)*

Percebe-se, diante das respostas dos gestores, que inicialmente a busca por contratação de colaboradores PcD seria em cumprimento à lei de cotas, e geralmente os cargos oferecidos são de assistente ou auxiliar de atendimento. O que vem de acordo com o já citado neste estudo. Segundo Clemente (2008) e Garcia (2010), este movimento ainda ocorre de maneira restrita e precária, pois esses trabalhadores com deficiência concentram-se, na maioria das vezes, em formas de ocupação mais simples e de menor rendimento.

Ademais, percebe-se que a empresa valoriza a inclusão, pois na seleção não existe distinção de vagas para PcD, nem valores de salários ou cargos. Sendo assim, visualiza-se um avanço positivo em relação a outras empresas. Os gestores relatam inclusive que percebem a preparação dos colaboradores PcD para o mercado de trabalho, e ressaltam, que seu relacionamento no ambiente de trabalho é natural, como com os demais colaboradores.

## **5. Considerações Finais**

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar os aspectos relacionados à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sob a ótica de trabalhadores com deficiência e gestores de empresas de Santa Maria/RS. Para alcançar esse objetivo foram realizadas entrevistas através de um questionário semiestruturado aplicado a colaboradores PcD e seus gestores, obtendo a participação de seis colaboradores e de três gestores.

Quanto à percepção dos pesquisados sobre a lei de reserva de vagas no mercado de trabalho para pessoas com deficiência, todos demonstraram conhecimento sobre a



existência da lei, e valorizaram a importância dela para que haja inclusão no mercado de trabalho, visto que nem todas as empresas tratam a inclusão de forma natural. Em relação a percepção dos trabalhadores PcD da empresa pesquisada sobre a sua participação no mercado de trabalho, todos afirmaram manter um bom desempenho, conseguindo realizar suas atividades e procurando sempre melhorar profissionalmente.

Sobre a possibilidade de crescimento na carreira, cinco dos respondentes acreditam que possuem possibilidade de crescimento na empresa e um respondente relatou que não percebe separação para pessoas com e sem deficiência. Os entrevistados afirmaram também que mantêm um bom relacionamento com seus superiores, não possuindo dificuldades na empresa e nem a necessidade de mudar algo na empresa.

Por fim, quanto às percepções dos gestores da empresa pesquisada sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, todos os participantes afirmaram que os colaboradores PcD possuem excelente desempenho em suas rotinas, e visam crescimento na carreira para todos, sem limitações para cargos.

Importante relatar que durante a pesquisa deste trabalho, o qual foi realizado no ano de 2020, uma pandemia se iniciou e nesse momento de pandemia pelo COVID-19, uma questão se desenvolveu em favor dos PcD, para que permanecessem com seus trabalhos assegurados, foi a criação da Lei nº 14.020, publicada em 06 de julho, que proíbe a dispensa sem justa causa, de colaboradores PcD, durante a pandemia.

Acredita-se que a presente pesquisa traz importantes contribuições para o meio científico. Fundamentalmente, como forma de contribuir com o aumento de investigações acerca dos temas de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Entretanto, essa pesquisa apresentou algumas limitações, pois durante o ano em que foi realizada, se iniciou a pandemia de COVID-19, sendo que devido ao distanciamento social, as entrevistas não puderam ser realizadas presencialmente. Além disso, como muitas empresas estavam trabalhando com equipes reduzidas, aumentou a demanda de trabalho e afetou a participação das empresas convidadas nesta pesquisa. Também, por tratar-se de uma pesquisa restrita a um determinado contexto específico, pode não ser possível generalizar seus achados para as demais realidades do mundo do trabalho.

Diante disso, propõem-se novas investigações sobre o tema, realizando a

pesquisa com um maior número de empresas e colaboradores PcD, em outras cidades do Estado do RS e, se possível, do País. Ainda, seria interessante a realização de uma pesquisa quantitativa sobre os assuntos aqui trabalhados, como forma de abranger um maior número de pesquisados, por meio de amostras mais representativas da população brasileira.

Ao finalizar, espera-se que a realização deste estudo tenha contribuído tanto para a organização e os colaboradores pesquisados como para o meio científico, colaborando com o avanço de pesquisas na área de gestão de pessoas, que conduzam a novos direcionamentos sobre os temas aqui abordados.

## 6. Referências

ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, J. P.; SCHMIDT, A. A Inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v. 12, n. 2, p. 241-254, 2006.

BARBOZA, F. V.; BERALDO, V. Estratégias de Recursos Humanos para incluir a Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho, **Revista Brasileira de Administração**, Brasília, Dezembro 2003.

BECKER, K. L. Deficiência, Emprego e Salário no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Estud. Econ.**, v. 49, n. 1, p. 39-64, 2019.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 195.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências a contratação de portadores de necessidades especiais. Brasília, DF, jul.1991.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF, dez.1990.

BRASIL, **Lei Nº 14.020, de 06 de Julho de 2020**. Institui o Programa Emergencial De Manutenção Do Emprego E Da Renda, dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de

importância internacional decorrente do coronavírus e da outras providências. Brasília, DF, jul.2020.

CARVALHO-FREITAS, M. N. **A inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras – um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho.** Tese (Programa de Pós-Graduação em Administração)- Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

CARVALHO-FREITAS, M.N.; MARQUES, A. L. Formas de ver as pessoas com deficiência: um estudo empírico do construto de concepções de deficiência em situações de trabalho. **RAM REV. ADM. MACKENZIE**, v. 11, n. 3, p. 100-129, 2010.

CLEMENTE, C. A. **Trabalho decente para a pessoa com deficiência: leis, mitos e práticas de Inclusão.** Osasco, SP: Espaço da Cidadania, 2008.

COLLINS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação.** Trad. Lucia Simonini. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FALEIRO, G. B. **Os desafios na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.** Trabalho de conclusão de curso - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

GARCIA, V. G. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho: histórico e contexto contemporâneo.** Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, SP, 2010.

GARCIA, V. G.; MAIA, A. G. Características da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro. **Rev. bras. estud. popul.** v. 31, n. 2, São Paulo, 2014.

GIORDANO, B. W. **(D)Eficiência e Trabalho: analisando suas representações.** São Paulo: Annablume. FAPESP, 2000.168p

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, p. 80-89, 2005.

LIMA, M. P.; TAVARES, N. V.; BRITO, M. J.; CAPPELLE, M. C. A. O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. **RAM REV. ADM. MACKENZIE**, v. 14, n. 2, São Paulo, 2013.

LOBATO, B. C. **Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: implicações da lei de cotas.** Dissertação (Mestrado em Educação Especial)- São Carlos: Universidade de São Carlos, 2009.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education.** San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. p. 406.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, v. 1, n.3, 2º sem., 1996.

OLIVEIRA, L. H.; SILVA, P. M. B.; PALAZI, E. J. **Inserção de portadores de deficiências nas empresas: um estudo exploratório em Minas Gerais.** SEMEAD – FEA/USP, 2007.

RIBEIRO, M. A.; CARNEIRO, R. A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Organização e Sociedade**, v. 16, n. 50, p. 545-564, 2009.

RODRIGUES, L. C. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas)-Campinas, UNICAMP: 2011.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista Inclusão.** ano I, n. 1, p. 19-23, out., 2005.

SOUZA, D. A.; LUCENA, E. D. M.; FAJAN, F. D.; NABARRO, C. B. M.; OLIVEIRA, M. A. M. **Gestão de pessoas com deficiência: A empregabilidade de PcD no Brasil.** In: Anais... XIV Seget. 2017. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/12425107.pdf>>

TANAKA, E. D. O.; RODRIGUES, R. R. J. **Em busca de novas expectativas de trabalho para o portador de deficiência mental.** In: MARQUEZINE, M. C. et al. (Orgs.) **Inclusão.** Londrina: Eduel, 2003, p. 323-330.

TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. **O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência?** In: **Concepções sobre o trabalho da pessoa com deficiência: relato de pesquisa.** 2005. p. 273-294.

TETTE, R. P. G. **Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: relações entre significado do trabalho e percepção de suporte social e organizacional.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São João Del-Rei. Departamento de Psicologia, 2013.

TOLDRÁ, R. C. Inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência: contribuição para a transformação social. In: A. P. Simonelli & D. S. Rodrigues (Orgs.), **Saúde e trabalho em debate.** Velhas questões novas perspectivas (55-70). Brasília: Paralelo 15, 2013.

VIOLANTE, R. R.; LEITE, L. P. A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 1, pp. 73-91, 2011.

WERNECK-SOUZA, J.; FERREIRA, M. C.; SOARES, K. J. Panorama da Produção Brasileira sobre Inserção de Pessoas com Deficiência no Trabalho: Desafios à Efetiva Inclusão. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 13, n. 1, 2020.



## Epistemologia da complexidade e os desafios da hiperespecialização por Edgar Morin

Karine Cristina Scherer<sup>1</sup>  
Marcos Alexandre Alves<sup>2</sup>  
Marcele Pereira Zucolotto<sup>3</sup>

**Resumo:** A sociedade atual está voltada para o desenvolvimento de uma inteligência particionada, onde os indivíduos possuem dificuldades de relacionar as partes do conhecimento com o todo globalizado. Essa realidade gera entre professores e educadores dificuldades de unir as diversas inteligências e canalizá-las para um ensino contextualizado e capaz de enfrentar desafios globais. Objetiva-se investigar a epistemologia da complexidade, preconizada por Edgar Morin, bem como confrontá-la com o fenômeno da hiperespecialização. Além disso, analisa-se os principais desafios da hiperespecialização e examina as implicações destes desafios no campo do ensino. Em âmbito metodológico desenvolveu-se um estudo exploratório de revisão bibliográfica sistemática. Por fim, constatou-se que se faz necessário repensar a educação para além de seu processo fracionado. Trata-se, em âmbito de ensino, de superar uma formação voltada para o desenvolvimento de inteligências fracionadas e aprimorar as condições necessárias para o desabrochar da inteligência geral, que proporciona uma visão ampla, complexa, contextualizada dos diferentes saberes, a partir da realidade psico-social-cultural.

**Palavras-chave:** Hiperespecialização; Desafios; Humanidades; Complexidade.

### Epistemology of complexity and the challenges of hyperspecialization by edgar morin

**Abstract:** Today's society is focused on the development of a partitioned intelligence, where individuals have difficulties in relating parts of knowledge to the globalized whole. This reality generates difficulties among teachers and educators in uniting the different intelligences and channeling them towards a contextualized teaching capable of facing global challenges. The objective is to investigate the epistemology of

---

<sup>1</sup> É Mestre no Ensino de Humanidades e Linguagem pela Universidade Franciscana (2021). Possui Pós Graduação MBA Identidade Empresarial, na Faculdade Antonio Meneghetti (2018). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Franciscana (2010). karine.scherer@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPel). Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (PPGF/UFSM). Possui Licenciatura em Filosofia, com Habilitação em História e Psicologia, pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (FAFIMC - Viamão, RS). maralexalves@gmail.com

<sup>3</sup> Doutorado (2014) e Mestrado (2007) em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (2003) (UFSM). marcelepr@hotmail.com

complexity, as advocated by Edgar Morin, as well as to confront it with the phenomenon of hyperspecialization. Furthermore, it analyzes the main challenges of hyperspecialization and examines the implications of these challenges in the field of education. In the methodological scope, an exploratory study of systematic bibliographic review was developed. Finally, it was found that it is necessary to rethink education beyond its fractional process. In terms of teaching, it is about overcoming training aimed at the development of fractional intelligences and improving the necessary conditions for the development of general intelligence, which provides a broad, complex, contextualized view of different types of knowledge, based on the reality psycho-social-cultural.

**Keywords:** Hyperspecialization; Challenges; Humanities; Complexity.

### **Epistemología de la complejidad y los retos de la hiperspecialización de edgar morin**

**Resumen:** La sociedad actual se centra en el desarrollo de una inteligencia dividida, donde los individuos tienen dificultades para relacionar partes del conocimiento con el todo globalizado. Esta realidad genera dificultades entre docentes y educadores para unir las distintas inteligencias y canalizarlas hacia una enseñanza contextualizada capaz de afrontar los retos globales. El objetivo es investigar la epistemología de la complejidad, como propugna Edgar Morin, así como confrontarla con el fenómeno de la hiperspecialización. Además, analiza los principales desafíos de la hiperspecialización y examina las implicaciones de estos desafíos en el campo de la educación. En el ámbito metodológico se desarrolló un estudio exploratorio de revisión bibliográfica sistemática. Finalmente, se encontró que es necesario repensar la educación más allá de su proceso fraccional. En cuanto a la docencia, se trata de superar la formación orientada al desarrollo de las inteligencias fraccionales y mejorar las condiciones necesarias para el desarrollo de la inteligencia general, que brinde una visión amplia, compleja y contextualizada de diferentes tipos de conocimiento, basada en la realidad psico-socio-cultural.

**Palabras clave:** Hiperspecialización; Desafíos; Humanidades; Complejidad.

## **1. Introdução**

O presente artigo examina a epistemologia da complexidade e a relaciona com os desafios da hiperspecialização. Além disso, apresenta alguns indicativos para se pensar e propor ações interdisciplinares, frente aos desafios que se impõem à educação futura. A construção do texto está embasada nas obras de Edgar Morin: *A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento* (2003); *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (2011) e *Introdução ao pensamento complexo* (2015), bem como, em autores que estudam sistematicamente a obra de Morin.

Edgar Morin, de origem francesa, participou da Segunda Guerra Mundial como tenente das forças combatentes francesas. Órfão de mãe e superprotegido pelo pai, desenvolveu e registrou seu conhecimento ético por meio de diversas obras que descrevem

seu método. Sobretudo, um inquieto por natureza, intrigado, cético e ao mesmo tempo pacífico.

A sociedade atual está voltada para uma inteligência particionada, onde os indivíduos possuem dificuldades de relacionar as partes da inteligência com o todo globalizado. A sensação é que o interesse em relação a interdisciplinaridade está reduzido ou até mesmo desinteressante perante os estudantes. Cada vez mais, os estudantes estão se especializando sobre assuntos de caráter técnicos e profissional, e distanciando-se da inteligência geral acerca dos conhecimentos do mundo, da natureza, da sociedade e das pessoas. Morin (2003) também realizou fortes críticas a respeito do reducionismo das disciplinas de humanidades no meio acadêmico.

O período histórico no qual nos encontramos apresenta-se como o mais veloz que já houvera. As mudanças e transformações em todos os âmbitos que permeiam nossa existência acontecem a todo momento, de modo que quando “conhecemos” o “novo”, este, em pouquíssimo tempo, já se torna obsoleto. O que é “novo” agora, não demora a tornar-se o “velho” conhecido.

As incertezas e imprevisibilidade pelo que há de vir aumentam incessantemente, e somos todos coadjuvantes nesse processo. Ou nos adaptamos e tomamos decisões conscientes, ou não saberemos lidar com responsabilidade e prudência frente às tantas mudanças que ainda se apresentarão no curso da existência humana.

Nesse sentido, torna-se primordial apresentar abertamente essas questões aos jovens, alertando-os e ensinando-os como o mundo funciona. Podemos considerar aqui, a educação como principal recurso da humanidade, no que diz respeito ao presente e futuro de tudo que conhecemos e também de tudo que ainda não conhecemos, mas que poderemos vir a conhecer.

A aptidão para enfrentar o novo com responsabilidade é desenvolvida mais facilmente quando o estudante é estimulado a compreender o mundo e seus fenômenos em toda sua complexidade, analisando aspectos voltados às humanidades, que andam junto com o conhecimento científico. É importante também que o estudante se reconheça como integrante da natureza, de forma a perceber que não pode ultrapassar limites que coloquem em risco a vida da humanidade ou mesmo dos demais seres vivos do planeta.



Dessa forma, o artigo investiga a compreensão de Morin acerca da epistemologia da complexidade e o fenômeno da hiperespecialização. Além disso, mostra-se os principais desafios da hiperespecialização, que se caracterizam e se revelam por meio dos desafios cultural, sociológico, cívico e, daquilo que Morin chama, desafio dos desafios.

Em âmbito metodológico empreendeu-se um estudo exploratório e de revisão sistemática bibliográfica. De acordo com Gil (2007) o objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Ao final de uma pesquisa exploratória, conheceremos mais sobre determinado assunto. Salienta-se que esta investigação envolveu uma pesquisa qualitativa exploratória, que de acordo com Gil “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (2007, p. 45).

O artigo observa a seguinte estrutura: inicialmente, analisa o conceito de hiperespecialização e sua implicação na formação humana. Na sequência, apresenta e discute os desafios cultural, sociológico, desafio cívico e o desafio dos desafios, bem como, as suas repercussões no campo educacional. Por fim, evidencia os principais ensinamentos relacionados à epistemologia da complexidade, assim como, as questões relativas às incertezas e imprevisibilidade do futuro e a necessidade de uma religação dos saberes humanísticos e científicos, voltados para a formação integral do ser humano. Por fim, constatou-se que se faz necessário repensar a educação para além de seu processo fracionado. Trata-se, em âmbito de ensino, de superar uma formação voltada para o desenvolvimento de inteligências fracionadas e aprimorar as condições necessárias para o desabrochar da inteligência geral, que proporciona uma visão ampla, complexa, contextualizada dos diferentes saberes, a partir da realidade psico-social-cultural.

## **2. Desenvolvimento Teórico**

### **2.1 O Fenômeno da Hiperespecialização**

Edgar Morin é um antropólogo, sociólogo, filósofo e educador, filho de judeus espanhóis. Seus pais migraram para França na primeira década do século XX. Durante sua

adolescência, sempre foi um grande leitor, e assumia uma personalidade inquieta, intrigada e ativa. A posição inquieta de Morin se refletiu “numa produção dinâmica e atenta aos fenômenos de seu tempo, e, especialmente, sempre aberta ao diálogo, ou seja, capaz de incorporar a complexidade de fatos e elementos do mundo vivo” (SANTOS; HAMMERSCHMIDT, 2012, p. 562).

Para que se possa alcançar o objetivo deste trabalho é necessário conhecer e descrever o conceito de hiperespecialização. Atualmente estamos acostumados a compreender o detalhe do detalhe, esmiuçando um problema ou situação, até mesmo ao próprio esgotamento do assunto. Porém muito se percebe que a visão muito especializada não nos permite resolver problemas ou situações globais. Quanto à definição de hiperespecialização, no dicionário Michaelis (2019, p. 12) é definida como:

Em ciência ou qualquer outro campo da educação é o resultado de excessiva especialização no ensino e nas profissões produz um conhecimento incapaz de gerar uma visão global da realidade, uma inteligência cega. Tornando o indivíduo especialista de uma área com visão bitolada/limites.

Assim, é possível identificar um dos principais pontos de atenção em relação à hiperespecialização: a incapacidade de se desenvolver uma visão global. Em um primeiro momento a hiperespecialização é identificada como algo favorável, por meio de um conhecimento superior sobre determinado assunto ou campo de especialização. Porém, ele gera reflexos também na vida social do profissional, que aos poucos poderá ir perdendo a capacidade de identificar os problemas gerais da sociedade. Nesse contexto, onde os profissionais perdem a capacidade de interpretação dos problemas globais da sociedade, até mesmo certos problemas que antecedem a própria ciência, isso acaba reforçando o surgimento de profissionais hiperespecialista.

Também acontece com aquilo que é denominado inteligência cega. Isto é, em determinada situação tenho capacidade intelectual de saber e interpretar determinado assunto, porém acabo me tornando cego em relação aos demais assuntos/problemas globais, perdendo a capacidade de interpretar as informações que ocorrem ao meu redor. Corroborando com essa ideia Morin descreve:

Assim, os desenvolvimentos disciplinares das ciências não só trouxeram as vantagens da divisão do trabalho, mas também os inconvenientes da superespecialização, do confinamento e do despedaçamento do saber. Não só

produziram o conhecimento e a elucidação, mas também a ignorância e a cegueira. (MORIN, 2003, p. 15).

Na mesma linha de estudo da compreensão das palavras é possível desdobrar a palavra hiperespecialização em outras duas: *hiper* e *especialização*. Para o dicionário Michaelis (2019, p. 79) *hiper* é definido como “elemento de composição de palavras que traz consigo a ideia de muito excessivo; em grau muito elevado”. Já, o conceito de especialização é o “ato ou efeito de especializar-se; estudo especial de determinado ato ou ciência”. Dessa forma, por meio da união dos conceitos hiper e especialização, tomamos a definição do ato ou efeito de especializar-se em determinada ciência excessivamente.

Neste sentido, para Morin, “os conhecimentos fragmentados só servem para usos técnicos. Não conseguem conjugar-se para alimentar um pensamento capaz de considerar a situação humana no âmago da vida, na terra, no mundo, e de enfrentar os grandes desafios da época” (2003, p. 17). Isto é, descreve a grave crise dos saberes particionados e defende uma realidade ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e até mesmo planetários. Desta forma, o autor inicia o capítulo que discute a respeito dos desafios da com uma citação de Lichnerowich.

Nossa Universidade atual forma, pelo mundo afora, uma proporção demasiado grande de especialistas em disciplinas predeterminadas, portanto artificialmente delimitadas, enquanto uma grande parte das atividades sociais, como o próprio desenvolvimento da ciência, exige homens capazes de um ângulo de visão muito mais amplo e, ao mesmo tempo, de um enfoque dos problemas em profundidade, além de novos progressos que transgridam as fronteiras históricas das disciplinas. (LICHNEROWICZ apud MORIN, 2003, p. 13).

Por meio da citação acima é possível perceber a preocupação, que a cada dia, existam cada vez homens mais capazes de um ângulo de visão muito mais amplo. Que verifiquem e determinem os problemas com profundidade. Isto exige um pensamento que transgrida as fronteiras históricas das disciplinas, onde é necessário um ângulo de visão muito mais amplo do que se está comumente acostumado, pois, será insuficiente tornar-se um hiperespecialista na tributação empresarial, por exemplo, e não ser sensível aos problemas sociais da humanidade. Acerca disso, Morin afirma:

Há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários (2003, p. 13)

A partir destas colocações Morin estabelece um longo diálogo combativo à ciência hiperespecializada, propondo nesse processo a necessidade de apropriação de um novo paradigma, uma nova forma de se pensar, pautado na globalidade e na complexidade das problemáticas contemporâneas.

Efetivamente, a inteligência que só sabe separar fragmenta o complexo do mundo em pedaços separados, fraciona os problemas, unidimensionaliza o multimencional. Atrofia as possibilidades de compreensão e de reflexão, eliminando assim as oportunidades de um julgamento corretivo ou de uma visão de longo prazo. Sua insuficiência para tratar nossos problemas que enfrentamos. De modo que, quanto mais os problemas se tornam multidimensionais, maior a incapacidade de pensar multidimensional: quanto mais a crise progride, mais progride a incapacidade de pensar a crise; quanto mais planetários tornam-se os problemas, mais impensáveis eles se tornam (MORIN, 1999, p. 15).

Morin, em seu discurso, define a hiperespecialização como a “especialização que se fecha em si mesma sem permitir sua integração em uma problemática global ou em uma concepção de conjunto do objeto que ela considera apenas um aspecto” (2003, p. 13). Em outras palavras, a hiperespecialização é a especialização que impede a apreensão do global, pois fragmenta a realidade diluindo sua essência.

Nessa linha de raciocínio é possível perceber que a hiperespecialização particiona as questões com soluções que servem somente para uma situação. Porém existem soluções globais que podem servir e serem aplicadas em contextos transdisciplinares, independentes de serem especialistas. Corroborando com essa ideia, como forma de crítica à hiperespecialização e o conhecimento fragmentado, Morin descreve:

A inteligência que só sabe separar fragmenta o complexo do mundo em pedaços separados, fraciona os problemas, unidimensionaliza o multimencional. Atrofia as possibilidades de compreensão e de reflexão, elimina assim as oportunidades de um julgamento corretivo ou de uma visão de longo prazo (2003, p. 14).

Complementando o que foi afirmado, o conhecimento fragmentado só serve para a utilização técnica, pois o conhecimento fragmentado não consegue conjugar-se com o pensamento capaz de considerar a situação humana da vida na terra e enfrentar os grandes desafios da nossa época. Morin (2003) destaca os desafios encadeados que resultam desses desafios: desafio cultural, desafio sociológico, desafio cívico e os desafios dos desafios. Esses desafios serão apresentados e discutidos a seguir.

## 2.2 Os Desafios da Formação Humana

Edgar Morin descreve os desafios que impedem o desenvolvimento da percepção dos problemas essenciais e impedem a organização do saber: desafio cultural, desafio sociológico, desafio cívico e o desafio dos desafios. Inicialmente, apresentaremos as principais características relativas ao desafio cultural, que segue uma estreita relação entre a cultura das humanidades e a cultura científica. Nesse contexto é possível identificar vantagens e pontos favoráveis em ambas as culturas. No caso da cultura humanística, percebe-se o quanto ela auxilia a inteligência humana, no enfrentamento das grandes interrogações do ser humano, as quais estimulam a reflexão do saber. No caso da cultura científica, é óbvio a sua contribuição, no caso das grandes descobertas na área da ciência e da tecnologia, porém não consegue ou estimula a reflexão sobre o destino humano e até mesmo da própria ciência.

Nesse sentido, Morin apresenta uma crítica:

O mundo técnico e científico vê na cultura das humanidades apenas uma espécie de ornamento ou luxo estético, ao passo que ela favorece o que Simon chamava de *general problem solving*, isto é a inteligência geral que a mente humana aplica aos casos particulares. O mundo das humanidades vê na ciência apenas um amontoado de saberes abstratos ou ameaçadores (2003, p. 18).

A partir desta percepção de Morin é possível identificar a oposição entre o mundo técnico e o mundo das humanidades. Ao mesmo tempo, o autor aponta para o fato de que estas duas grandes inteligências juntas, religadas, fariam muita diferença e melhorariam a qualidade de vida das pessoas e a convivência em sociedade. Contudo, não é isso que ocorre, pois acabam distanciando-se cada vez mais uma da outra e causando um grande prejuízo à humanidade como um todo e comprometendo o avanço prudente e responsável da ciência. O mundo técnico identifica a cultura das humanidades como um ornamento ou luxo estético e o mundo das humanidades vê na ciência apenas saberes técnicos que não contribuem em nada para que o homem encontre sentido para a sua existência. Apresentamos, na sequência, um quadro comparativo, em que se descreve as principais diferenças entre as culturas humanística e científica, que reforçam o distanciamento entre as duas inteligências.

Quadro 1- Comparativo entre a Cultura de Humanística e a Cultura Científica

| Cultura     | Descrição                                                                                                                                                                                                                                             | O que torna-se?                                                                                                                                                 |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Humanística | É considerada uma cultura genérica, que, pela via da filosofia, do ensaio, do romance, alimenta a inteligência geral, enfrenta as grandes interrogações humanas, estimula a reflexão sobre o saber e favorece a integração pessoal dos conhecimentos. | Tende a tornar-se um moinho despossuído de grão das conquistas científicas sobre o mundo da via, que deveria alimentar suas grandes interrogações.              |
| Científica  | Separa as áreas do conhecimento; acarreta admiráveis descobertas, teorias geniais, mas não uma reflexão sobre o destino humano e sobre o futuro da própria ciência.                                                                                   | Tende a privar-se da reflexão sobre os problemas gerais e globais, torna-se incapaz de pesar sobre si mesma e de pensar problemas sociais e humanos que coloca. |

Fonte: elaborada pelos autores de acordo com Morin (2003).

Nesta mesma perspectiva, Rouanet desenvolve uma crítica à fragmentação das disciplinas que se tornou incentivo à hiperespecialização:

Tradicionalmente, as humanidades se confundem com o estudo do latim e do grego. Dizia-se que um estudante fazia suas humanidades quando cursava o segundo ciclo do ensino secundário, numa época em que essas classes eram constituídas sobretudo por aquelas disciplinas (1987, p. 308).

Como descrito por Rouanet, as humanidades eram confundidas com o estudo do latim e do grego, generalizando a formação em humanidades a esses dois idiomas. E, que hoje o termo humanidades possui um sentido mais amplo do que propriamente o sentido descrito pelo autor.

Proponho a chama de humanidades as disciplinas que contribuam para a formação (*Bildung*) do homem, independentemente de qualquer finalidade utilitária imediata, isto é, que não tenham necessariamente como objeto transmitir um saber científico ou uma competência prática, mas estruturar uma personalidade segundo uma certa *paidea*, vale dizer, um ideal civilizatório e uma normativa inscrita na tradição, ou simplesmente proporcionar um prazer lúdico (ROUANET, 1987, p. 309).

A partir do exposto é possível identificar que quando estudamos humanidades estamos nos referindo a estruturação da personalidade do indivíduo, pois é possível compreender, que a personalidade é construída por meio de um constante processo de modelagem, conforme o indivíduo está sendo formado pelas instituições de ensino, ao mesmo tempo, está no processo de construção de sua personalidade. Outro termo interessante que o autor apresenta, com o intuito de conceituar humanidades, está ligado a

um ideal civilizatório, ou seja, uma situação ou circunstância diante da qual estou destinado na sociedade. Rouanet (1987) também sugere as disciplinas que, apesar de não haver um consenso absoluto, poderiam ser consideradas como disciplinas pertencentes a humanidades como: línguas e cultura clássica, língua e literatura vernacular, línguas estrangeiras, literaturas, história, filosofia e belas artes.

Corroborando com a discussão apresentada, Cury também discorre a respeito das duas culturas historicamente contrapostas: a científica e a humanista. Ou seja, apresenta um contraponto com palavras antagônicas como razão e emoção, cultura e natureza.

O principal problema enfrentado pelo conceito de ensino educativo apresentado em *A cabeça bem-feita* é estrutural das sociedades ocidentais, remetendo a duas culturas historicamente contrapostas: a científica e a humanista. A origem dessa contraposição entre razão e emoção, cultura e natureza, pode ser encontrada na separação platônica entre o mundo do sensível e do inteligível. A retomada de Heráclito por Nietzsche trouxe ao pensamento contemporâneo uma nova perspectiva, em que a mudança volta a ser uma novidade na Teoria do Conhecimento (2012, p. 39).

Por conseguinte, passamos a examinar o desafio sociológico (MORIN, 2003), que em função do incessante crescimento cognitivo das atividades econômicas, técnicas, sociais, políticas e, sobretudo, com o desenvolvimento generalizado e múltiplos do sistema neurocerebral artificial, ou seja, a informática. Com relação a este desafio, Morin (2003), realiza uma análise entre três termos: a informação, o conhecimento e o pensamento. No que diz respeito à informação, trata-se da matéria prima que subsidia a construção do conhecimento, que precisa ser dominada e integrada; o conhecimento deve ser permanentemente revisitado e ressignificado pelo pensamento; já para o pensamento é o capital mais precioso para o indivíduo e para a sociedade dominar e integrar. Essa compreensão envolve as condições necessárias para que ocorra a aprendizagem cognitiva e o aprender a viver, que também é um objeto da educação. O conhecimento é muito diferente de informação, pois não se tem garantias que a informação venha a se transformar em conhecimento. Para que tal fato ocorra, exige-se dedicação por parte do sujeito, que nem sempre está apto a ações que estimulem o conhecimento.

Para Meneghetti (2014), o resgate da cultura humanista torna-se um objeto de grandeza de um jovem e, conseqüentemente, de civilização e de progresso social. O autor enfatiza o humanismo histórico civil em quatro principais valores: a) vida ativa: o homem é

aquele que produz, que faz, não aquele que sonha, que somente pensa, porque a sociedade possui tantas necessidades. Ação em conformidade com aquela intencionalidade de natureza intrínseca ao projeto em situação; b) sociabilidade: o sujeito faz parte da sociedade à medida que se relaciona com outros, sua existência deve ser sempre um fazer juntos aos outros. O indivíduo é extraordinário, mas é um ser social, por isso, na sua atividade e existência deve sempre fazer evolução em conjunto com os outros, também estes empenhados em caminhar para construir a dignidade; c) liberdade: há uma autonomia, podemos escolher quais outros, qual contexto, qual cultura. Esse valor era fundamental, de fato, o tirano era considerado o primeiro fora da lei e o pior inimigo da comunidade; d) dignidade do homem: o homem deve respeitar o outro homem e sobretudo a si mesmo. O dever de respeito, sacralidade, transcendência, superioridade que todo homem tem defronte, a um outro homem ou a uma outra autoridade qualquer.

Na sequência, descrevemos o desafio cívico, que trata do processo cego, aliás, que escapa à consciência e à vontade dos próprios cientistas, o que leva a uma regressão da democracia. Ou seja, o indivíduo é incapaz de conceber seus principais pontos cívicos como cidadão, sem refletir e desenvolver o senso de coletividade.

O enfraquecimento de uma percepção global leva ao enfraquecimento do senso de responsabilidade – cada um tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada –, bem como ao enfraquecimento da solidariedade – ninguém mais preserva seu elo orgânico com a cidadania de seus concidadãos (MORIN, 2003, p. 18).

Identifica-se em âmbito cívico uma redução global do sentido de responsabilidade, que é visivelmente apresentando nas atitudes pessoais e individuais de uma vida em sociedade. Em grande parte da existência somos vítimas de um sistema que é opressor e capitalista. Porém, em nossas reflexões é necessário identificar a relação em ser vítima e ser parte da engrenagem de um grande sistema, que em grande parte dos casos somos os principais operadores.

No desafio cívico, Morin volta a tecer críticas ao ensino técnico:

O conhecimento técnico está igualmente reservado aos experts, cuja competência em um campo restrito é acompanhado de incompetência quando este campo é perturbado por influências externas ou modificado por um novo acontecimento. Em tais condições o cidadão perde o direito ao conhecimento (2003, p. 19).



E, por fim, após apresentar o desafio cultural, o desafio sociológico e o desafio cívico o Morin (2003) descreve o último dos desafios denominado: o desafio dos desafios. Trata-se de um buraco negro que se encontra e aprofunda carência de nossas mentes, de nossa sociedade, de nosso tempo, e por consequência o nosso ensino.

A reforma do pensamento é que permitiria o pleno emprego da inteligência para responder a esses desafios e permitiria o pleno emprego da inteligência para responder a esses desafios e permitiria a ligação de duas culturas dissociadas. Trata-se de uma reforma não programática, mas paradigmática, concernente a nossa aptidão para organizar o conhecimento (MORIN, 2003, p. 20).

A reforma do ensino, na visão de Morin, deve ocorrer de uma maneira que permita a ligação entre as duas culturas: humanidades e ciência. O conhecimento não é uno, mas sim multiplicado, unificado e principalmente fortificado a cada nova releitura e ressignificação do mundo, que se adquire. Quando o autor propõe o desafio dos desafios ele sugere uma mudança profunda na mente das pessoas que vivem em sociedade, e principalmente voltadas para um tipo de inteligência que necessita ser urgentemente reformada (ALMEIDA; DANTAS, 2020). Ou seja, Morin está defendendo uma concepção de ensino que não apenas busque produzir mudanças programáticas, mas sim paradigmáticas, ou seja, mudanças que alteram o modo de pensar das pessoas, porque o modo de pensar é que define a prática e tudo mais.

Portanto, Morin busca proporcionar aos profissionais da educação um aprimoramento das capacidades afetivas e intelectuais para o desenvolvimento de uma racionalidade aberta, dinâmica, flexível, responsável, autônoma e livre para pensar o enfrentamento dos problemas da vida pessoal e da vida em sociedade.

### **2.3 Epistemologia da Complexidade e Ligação Entre os Saberes**

Trata-se, na sequência, de apresentar algumas categorias do pensamento de Edgar Morin (2015), em especial aqueles relacionados à epistemologia da complexidade, à separação das ciências humanas do conhecimento científico e às incertezas e imprevisibilidade do futuro.

Vivemos sob o império dos princípios de disjunção, de redução e de abstração, cujo conjunto constitui o que chamo de o “paradigma da simplificação”. Descartes formulou este paradigma essencial do Ocidente, ao separar o sujeito pensante (*ego cogitans*) e a coisa entendida (*res extensa*), isto é, filosofia e ciência, e ao colocar como princípio de verdade as ideias “claras e distintas”, ou seja, o próprio pensamento disjuntivo. Esse paradigma que controla a aventura do pensamento ocidental desde o século XVII, sem dúvida permitiu os maiores progressos ao conhecimento científico e à reflexão filosófica; suas consequências nocivas últimas só começam a se revelar no século XX (MORIN, 2015, p. 11).

Na leitura de Morin, Descartes e os herdeiros de seu pensamento (cartesianos) separavam o sujeito do objeto, a filosofia e a pesquisa reflexiva da ciência e pesquisa objetiva, a alma do corpo, o espírito da matéria, o sentimento da razão.

[...] o paradigma simplificador é um paradigma que põe ordem no universo, expulsa dele a desordem. A ordem se reduz a uma lei, a um princípio. A simplicidade vê o uno, ou o múltiplo, mas não consegue ver que o uno pode ser ao mesmo tempo múltiplo. Ou o princípio da simplicidade separa o que está ligado (disjunção), ou unifica o que é diverso (redução) (MORIN, 2015, p. 59).

Na visão de Morin, o paradigma simplificador domina a cultura atual, apesar de já ter sido iniciadas reações contra seu domínio. Estrada (2009) ressalta que este paradigma que atendia os parâmetros da ciência moderna, vem perdendo sua capacidade explicativa na e da atualidade. Nesse sentido, Morin inclui as noções de pluralidade e complexidade dos sistemas físicos, antropossociológicos e biológicos, que requer um novo paradigma: o paradigma da complexidade (ESTRADA, 2009). Atribui a construção desse novo paradigma a um processo gradual, evolutivo e complexo.

O paradigma complexo resultará do conjunto de novas concepções, de novas visões, de novas descobertas e de novas reflexões que vão se acordar, se reunir. Estamos numa batalha incerta e não sabemos ainda quem será o vencedor [...] O princípio da complexidade, de todo modo, se fundará sobre a predominância da conjunção complexa (MORIN, 2015, p. 77).

Nesse sentido, Morin aborda as questões da complexidade e defende a ideia de que não é possível fragmentar os conhecimentos em disciplinas, uma vez que para compreender o complexo, precisa-se enxergar o todo, e não apenas as suas partes.

Há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transacionais, globais, planetários (MORIN, 2003, p. 13).

Morin complementa argumentando que em tal situação, tornam-se invisíveis os seguintes aspectos: “os conjuntos complexos; as interações e retroações entre parte e todo; as entidades multidimensionais; os problemas essenciais” (2003, p. 13). O autor considera os problemas globais como problemas essenciais, e afirma que estes não são parceláveis. É necessário que sejam pensados de maneira ampla e que o contexto seja sempre levado em consideração.

Morin apresenta o conceito do termo “complexo”, que significa “o que é tecido junto” (2003, p. 14). A saber, afirma que o retalhamento das disciplinas inviabiliza a compreensão do complexo. Isso acontece porque cada disciplina trata de explicar determinado assunto relacionado a um fenômeno específico, fragmentando os aspectos desse fenômeno para melhor explicá-lo. No entanto, por vezes, essa divisão dos saberes em disciplinas estanques torna o conhecimento incomunicável, de forma a parecer que realmente não se comunicam e que não se trata do mesmo problema ou fenômeno que inicialmente se pretendia estudar (CASTRO; CASTRO, 2018). A visão do todo fica comprometida, debilitando o entendimento do assunto.

O desafio da globalidade é também o desafio da complexidade. Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem o todo (como o econômico, o político, o sociólogo, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes. Ora, os desenvolvimentos próprios de nosso século e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais e mais frequência, com os desafios da complexidade (MORIN, 2003, p. 14).

A complexidade, segundo Silva (2013), refere-se aos múltiplos componentes que permeiam um fenômeno, um problema, uma situação, um objeto de estudo. Não há como se olhar para apenas um aspecto esperando compreender, de fato, o fenômeno em questão. É preciso que haja um estudo denso e complexo, que aborde os diversos fatores envolvidos para assim atingir um entendimento total.

Neste sentido, Morin argumenta que a educação deve promover a “[...] inteligência geral apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global” (2011, p. 36). A inteligência geral a qual o autor se refere é responsável por operar e organizar a mobilização dos conhecimentos de conjunto a partir de cada caso particular.

Em seu livro intitulado “Cabeça bem-feita”, Morin retoma o pensamento de Montaigne, que diz o seguinte: “mais vale uma cabeça bem-feita que bem cheia”. O autor explica o sentido desta frase, na qual uma cabeça bem cheia representa um acúmulo de saberes empilhados, sem uma organização que lhes confira sentido. Já a cabeça bem-feita, dispõe de uma aptidão geral para lidar com os problemas e de uma organização que confere ligação e sentido aos saberes.

Segundo Morin (2015), a complexidade está sempre ligada ao acaso, uma vez que o complexo inclui também aspectos como as incertezas e fenômenos aleatórios, ou seja, não se reduz somente ao que é quantificável.

Para o autor, ainda não se está pronto para o inesperado, apesar das evidências com relação à incerteza irremediável da história humana. O futuro carrega consigo a imprevisibilidade, a incerteza. Não há como prever o que virá, e por isso ressalta-se que há que se estar pronto para enfrentar as incertezas. “Grande conquista da inteligência seria poder, enfim, libertar-se da ilusão de prever o destino humano. O futuro permanece aberto e imprevisível” (MORIN, 2011, p. 69).

Acontecimentos como a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Comunista, a Segunda Guerra Mundial, a ascensão de Hitler ao poder, a Guerra Fria, a Guerra do Golfo, entre outros, ninguém conseguiu prevê-los! Ressalta, Morin, portanto, que “O futuro se chama incerteza” (2011, p. 71). Diante disso, afirma o surgimento de uma nova consciência: a de aprender a enfrentar as incertezas.

Nova consciência começa a surgir: o homem, confrontado de todos os lados com as incertezas, é levado em nova aventura. É preciso aprender a enfrentar a incerteza, já que vivemos em uma época de mudanças, em que os valores são ambivalentes, em que tudo é ligado. É por isso que a educação do futuro deve voltar-se para as incertezas ligadas ao conhecimento (MORIN, 2011, p. 73).

A verdade, segundo Morin, “o conhecimento é a navegação em um oceano de incertezas, entre arquipélagos de certezas” (2011, p. 75). Ora, para lidar com as incertezas e imprevisibilidade do futuro, ressalta-se que

[...] a resposta às incertezas da ação é constituída pela escolha refletida de uma decisão, a consciência da aposta, a elaboração de uma estratégia que leve em conta as complexidades inerentes às próprias finalidades, que possa se modificar durante a ação em função de imprevistos, informações, mudanças de contexto e

que possa considerar o eventual torpedeamento da ação, que teria tomado uma direção nociva” (MORIN, 2011, p. 79).

É necessário, portanto, refletir sobre as decisões, conhecer a complexidade da situação, elaborar estratégias de forma que estas possam ser revistas em casos de mais imprevistos.

Nessa mesma perspectiva, Morin chama atenção para o desafio cultural, que corresponde à separação entre a cultura das humanidades e a cultura científica, iniciada no século XIX e agravada no século XX. A percepção que se tem é de que a cultura das humanidades ficou restrita das descobertas científicas, de modo a não as contemplar em suas reflexões e interrogações. Do mesmo modo, pensa-se que a cultura científica ficou privada das reflexões sobre os problemas globais, impossibilitando o pensamento acerca das suas descobertas e os problemas humanos e sociais que traz consigo (MORIN, 2003).

No que toca à filosofia, o autor sugere que esta deve contribuir para o desenvolvimento do espírito problematizador dos estudantes. Sobre isso, destaca:

A filosofia é, acima de tudo, uma força de interrogação e de reflexão, dirigida para os grandes problemas do conhecimento e da condição humana. A filosofia, hoje retraída em uma disciplina quase fechada em si mesma, deve retomar a missão que foi a sua – desde Aristóteles a Bergson e Husserl – sem, contudo, abandonar as investigações que lhe são próprias. Também o professor de filosofia, na condução de seu ensino, deveria estender seu poder de reflexão aos conhecimentos científicos, bem como à literatura e à poesia, alimentando-se e ao mesmo tempo de ciência e de literatura (MORIN, 2003, p. 23).

Nesse sentido, enfatiza-se a importância de aproximar a Filosofia e as Ciências Humanas em geral do conhecimento científico produzido. Essa aproximação permite uma reflexão sobre aquilo que está sendo descoberto no âmbito técnico-científico, permitindo uma análise ponderada e reflexiva. Outro desafio que Morin destaca é o que ele chama de desafio cívico.

O enfraquecimento de uma percepção global leva ao enfraquecimento do senso de responsabilidade – cada um tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada – bem como ao enfraquecimento da solidariedade – ninguém mais preserva seu elo orgânico com a cidade e seus concidadãos (MORIN, 2011, p. 25).

O papel das pessoas como cidadãos do local onde vivem e mesmo do mundo, torna-se reduzido quando pensam apenas em si mesmas. A compreensão global das

situações e problemas do mundo promove uma maior responsabilidade e solidariedade para com o que é de todos, não apenas para com o privado. É como se cada um indivíduo cuidasse apenas da própria casa, de sua propriedade particular, ignorando que dos muros para fora existem locais que são seus e também dos outros, por isso a necessidade e importância de cuidar e preservar aquilo que pertence a todos os seres.

### **3. Considerações finais**

Considerando o contexto em que vivemos, ou seja, em uma sociedade particionada, onde cada indivíduo, em grande parte, preocupa-se tão somente com o seu mundo, com o seu pedaço, e assim acaba deixando de lado os problemas globais, ideias que são reforçadas no dia-a-dia.

Além disso, não fomos ensinados a ensinar, sobre os problemas da vida. Refletir sobre a nossa condição humana, enquanto indivíduos, e principalmente qual é o nosso papel como seres humanos no mundo. Morin, quando trata da temática dos desafios nos convida a refletir sobre esse cenário.

No que diz respeito ao tocante da hiperespecialização, o Morin tece robustas e rigorosas críticas a um ensino praticado em nossas escolas e universidades. No momento que isolamos uma inteligência em detrimento de outra, estamos reduzindo nossas possibilidades de entendimentos acerca de determinado assunto, apenas há uma única percepção ou ótica da realidade. E, nesse caso, perdemos a oportunidade de conhecermos o novo e, principalmente, a complexidade do conhecimento e do mundo da vida, no qual estamos inseridos.

No que diz respeito ao objetivo geral deste trabalho, procurou-se investigar por meio da epistemologia da complexidade os desafios que a hiperespecialização impõe, sobretudo, em um cenário e percurso formativo cuja intencionalidade maior e essencial, passa pela formação no sentido de desenvolver uma visão global.

Em específico, estudou-se os principais desafios da hiperespecialização e as suas repercussões em âmbito cultural, sociológico, cívico e o desafio dos desafios. Na sequência o artigo apresentou as principais características do desafio cultural, e destacou a importância do desenvolvimento de duas inteligências: a inteligência na área técnica e a inteligência na

área de humanidades. Os conceitos e analogias de ambas as inteligências são complementares na formação do indivíduo. Para o conhecimento sociológico, Morin propõe a relação entre três termos: a informação, o conhecimento e o pensamento, que demandam uma integração entre ambos para que se desenvolva uma formação integral. Quanto ao desafio cívico, percebe-se um enfraquecimento da solidariedade, onde grande parte das decisões são tomadas de maneira centralizada e sem sinais de democracias. E, por fim, o desafio dos desafios, que se trata do pleno emprego da inteligência para a solução dos problemas da sociedade e requer uma mudança paradigmática e não simplesmente programática, em que se altera o modo de pensar e o modo de pensar é que define a posição do homem no mundo.

Dessa forma, a partir de todos os desafios que foram discutidos neste trabalho é possível perceber que a educação está preocupando-se em formar especialistas e hiperespecialistas o que aparece como uma situação problemática, uma vez que hoje predomina a necessidade de repensar a educação para além de seu processo fracionado. Assim, é importante que no âmbito da educação a superação das inteligências fracionadas dê lugar ao aspecto de uma inteligência em sentido amplo, complexo, isto é, tramado e relacionado, não fragmentado, conforme propõe Morin.

Portanto, o pensamento de Morin abrange as seguintes ideias discutidas: sugere uma mudança no paradigma simplificador, de modo que a complexidade dos fenômenos seja levada em consideração; considera que não há como separarmos o que é complexo (tecido junto); para uma compreensão fidedigna à realidade, precisamos considerar o complexo, o contexto, o global e os fatores multidimensionais; a separação entre as humanidades e o conhecimento científico é um desafio cultural, que deve ser enfrentado para que essas ciências voltem a andar juntas novamente; não há como prever o futuro, e, portanto, faz-se necessário desenvolver a aptidão se enfrentar as incertezas e a imprevisibilidade do que está por vir.

#### **4. Referências**

ALMEIDA, M. C.; DANTAS, E. M. Edgar Morin, educação e complexidade: para além do pragmático, o paradigmático. **Educação & Linguagem**. v. 23, n. 1, p. 3-26. jan.-jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-1043/el.v23n1p3-26>.

CASTRO, E. M. N. V.; CASTRO, K. N. V. Educação e complexidade: um diálogo possível. **Educação**, vol. 43, núm. 2, p. 223-234, abr.-jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644427228>.

CURY, L. Revisitando Morin: os novos desafios para os educadores. **Comunicação & educação**. Ano XVII, jan/jun 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/44901/48531>.

ESTRADA, A. A. Os fundamentos da teoria da complexidade em Edgar Morin. **Revista Akropolis**, v. 17, n. 2, p. 85-90, 2009. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/2812>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINAZZO, C. J. (2016). Ensinar a viver: o sentido do ato de educar em Edgar Morin. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 97(246), 443-446. <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/256627171>.

MENEGHETTI, A. **Pedagogia Ontopsicológica**. 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2014.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2019.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROUANET, S. P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SALLES, V. O.; AVILA DE MATOS, E. A. S. A Teoria da Complexidade de Edgar Morin e o Ensino de Ciência e Tecnologia. **Revista brasileira de ensino de ciência e tecnologia**, v. 10, p. 116-127, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3895/rbect.v10n1.5687>.

SANTOS, S. S. C.; HAMMERSCHMIDT, K. S. A. A complexidade e a religação de saberes interdisciplinares: contribuição do pensamento de Edgar Morin. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 65, n. 4, p. 561-565, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672012000400002>.

SILVA, B. P. L. A teoria da complexidade e o seu princípio educativo: as ideias educacionais de Edgar Morin. **Revista Polyphonia**, v. 22, n. 2, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rp.v22i2.26682>.





## Produção científica sobre cooperativas nos encontros da anpad de 2016 a 2020

Gevair Campos<sup>1</sup>

**Resumo:** As cooperativas buscam contribuir para a transformação econômica e social dos ambientes em que atuam. Assim, o objetivo desse trabalho é identificar as características dos trabalhos envolvendo cooperativas com base nas publicações nos anais do EnANPAD de 2016 a 2020. Quanto aos aspectos metodológicos a presente pesquisa procede-se como é o estudo sobre o estado da arte através da pesquisa bibliográfica de artigos na área e caracteriza-se como uma abordagem qualitativa. Para a revisão da literatura foi utilizado o método proposto por Cronin et al. Dentre os principais resultados destaca-se a representatividade de instituições da região sul do país realizando estudos sobre o tema proposto, bem com cooperativas desta região com alvo dos estudos realizados; a maioria dos trabalhos foram realizados nos estados de localização das instituições que os realizaram; quanto aos aspectos metodológicos, os estudos analisados se caracterizam com abordagem qualitativa, quanto aos fins descritiva, quanto aos meios estudos de caso, quanto aos instrumentos, misto, mais de um instrumento empregado, quanto à fonte, dados primários, característica de pesquisas empíricas; e mais de setenta por cento dos estudos analisaram cooperativas de crédito e agropecuário.

**Palavras-chave:** Agronegócio; Bibliometria; Cooperativa; Crédito; Gestão.

### Scientific production on cooperatives at anpad meetings from 2016 to 2020

**Abstract:** Cooperatives seek to contribute to the economic and social transformation of the environments in which they operate. Thus, the objective of this work is to identify the characteristics of the work involving cooperatives based on the publications in the annals of EnANPAD from 2016 to 2020. As for the methodological aspects of the present research, proceed as and the study on the state of the art through bibliographic research. of articles in the area and is characterized as a qualitative approach. For literature review, the method proposed by Cronin et al. Among the main results, we highlight the representatives of institutions in the southern region of the country carrying out studies on the proposed theme, as well as cooperatives in this region with the aim of the studies carried out; most of the works were carried out in the states where the institutions that performed them were

---

<sup>1</sup>Mestre em Agronegócios pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Gestão do Agronegócio e Legislação Ambiental pela Universidade Cândido Mendes - UCAM; Graduado em Administração pelo Instituto de Ensino Superior Cenecista - INESC; Licenciatura Plena em Matemática pela Faculdade do Noroeste de Minas - FINOM; Técnico em Agropecuária pela Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira (Escola Agrícola de Unai). [javas1989@gmail.com](mailto:javas1989@gmail.com)

located; as for the methodological aspects, the studies analyzed are characterized with a qualitative approach, as for the descriptive purposes, as for the case studies means, as for the instruments, mixed, more than one instrument used, as for the source, primary data, characteristic of empirical research; and more than seventy percent of the studies analyzed credit and agricultural cooperatives.

**Keywords:** Agribusiness; Bibliometrics; Cooperative; Credit; Management.

### **Producción científica sobre cooperativas en reuniones de anpad de 2016 a 2020**

**Resumen:** Las cooperativas buscan contribuir a la transformación económica y social de los entornos en los que operan. Así, el objetivo de este trabajo es identificar las características de los trabajos que involucran cooperativas a partir de publicaciones en los anales de la EnANPAD de 2016 a 2020. En cuanto a los aspectos metodológicos, esta investigación avanza al igual que el estudio del estado del arte a través de publicaciones bibliográficas. investigación de artículos en el área y se caracteriza por ser un enfoque cualitativo. Para revisar la literatura, el método propuesto por Cronin et al. Entre los principales resultados, destacamos la representatividad de las instituciones del sur del país que realizan estudios sobre el tema propuesto, así como de las cooperativas de esta región con el objetivo de los estudios realizados; la mayoría de los trabajos se realizaron en los estados de ubicación de las instituciones que los llevaron a cabo; en cuanto a los aspectos metodológicos, los estudios analizados se caracterizan con un enfoque cualitativo, en cuanto a los propósitos descriptivos, en cuanto a los medios de los estudios de caso, en cuanto a los instrumentos, mixtos, más de un instrumento utilizado, en cuanto a la fuente, datos primarios, característicos de la investigación empírica ; y más del setenta por ciento de los estudios analizaron el crédito y las cooperativas agrícolas.

**Palabras llave:** Agronegocios; Bibliometría; Cooperativa; Crédito; Gestión.

## **1. Introdução**

As organizações de pessoas acompanham o desenvolvimento da humanidade desde seus primórdios, e momentos de dificuldades mobilizam as pessoas a mudarem o *status quo*, onde nos anos 1844, um grupo de tecelões, insatisfeitos diante dos baixos salários e do desemprego, fundaram aquela em que se noticia a primeira cooperativa da história.

Desde a sua origem em Rochdale na Inglaterra, as ações cooperativas se difundiram para todo o mundo, estando nos dias atuais, presentes em mais de 150 países, em diversos ramos de atuação, e no Brasil, distribuídos em sete grupos segundo Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; trabalho produção de bens e serviços; e transporte (OCB, 2021a).

Como sua origem foi motivada por um momento adverso, o cooperativismo se alastrou pelo mundo como uma forma de crescer e agregar desenvolvimento econômico e social, empregando no mundo mais de 250 milhões de colaboradores, distribuídos por mais

de 3 milhões de cooperativas, com mais de 1,2 bilhão de cooperados. As cooperativas de crédito representam 9,55% do mercado financeiro mundial (OCB, 2021b; OCB, 2021c).

No Brasil em 2019, mais de 5 mil cooperativas estavam em atividades, com mais de 15,5 milhões de cooperados, e mais de 400 mil colaboradores, ilustrando a importância econômica e social das cooperativas para o Brasil (OCB, 2021c).

Em números o ramo agropecuárias apresentam o maior número de cooperativas, em 2019 totalizavam 1.223, seguidos pelas 1.093 cooperativas de transporte e 860 cooperativas de trabalho, produção de bens e serviços. No que tange ao número de cooperados, o ramo de cooperativas de crédito possui mais de 10,7 milhões de cooperados, seguidos pelas cooperativas de consumo com mais de 2 milhões de cooperados e as cooperativas de infraestrutura com 1,1 milhões de cooperados. Quanto ao número de empregados as cooperativas agropecuária empregavam mais de 207 mil empregados, seguidos pelas cooperativas de saúde com mais 108 mil empregados, e as cooperativas de crédito com mais de 71 mil empregados (OCB, 2021c). Estes números corroboram para a importância das cooperativas nos aspectos econômicos e sociais do país.

Diante do exposto, da importância econômica e social das cooperativas, a relevância dos Encontros da ANPAD para a comunidade científica correlata a administração e áreas afins, este estudo propõe uma revisão sistemática de literatura tendo como base a seguinte questão de pesquisa: Quais os ramos de atuação e as regiões alvo dos estudos envolvendo cooperativas baseado nas publicações nos anais do EnANPAD? Para chegar a resposta para a questão proposta, traçou-se o seguinte objetivo, identificar as características dos trabalhos envolvendo cooperativas com base nas publicações nos anais do EnANPAD de 2016 a 2020.

Para tanto, buscou-se analisar a literatura científica brasileira publicada nos anais dos Encontros da ANPAD, estruturando o presente estudo da seguinte forma: na seção 2, apresenta-se conceito de cooperativa e os princípios cooperativistas; seção 3 os materiais e métodos; na seção 4, os resultados e na seção 5, as considerações finais.

## **2. Desenvolvimento Teórico**

### **2.1 Cooperativa**

Em conflitos ou momentos de dificuldade, as pessoas se organizam e prolam de modificar o *status quo*, e em uma dessas situações, no século XVIII na Inglaterra, após o advento da Revolução Industrial, um grupo de 28 tecelões, em 21 de dezembro de 1844, em Rochdale, bairro da cidade Manchester, diante do desemprego e dos baixos salários, reuniram-se para, coletivamente, comprarem produtos de primeira necessidade deram origem a primeira cooperativa que se tem conhecimento. Assim, criaram a Associação dos Probos Pioneiros de Rochdale, mais tarde transformada em cooperativa de Rochdale formada pelo aporte de capital dos trabalhadores, cuja função inicial era conseguir capital para aumentar o poder de compra coletiva (SCHNEIDER, 1999; CANÇADO; GONTIJO, 2004; CARDOSO, 2014).

Esses tecelões de Rochdale sistematizaram as regras fundamentais a respeito do funcionamento de cooperativas. A experiência dos trabalhadores da Inglaterra difundiu-se em outros países, como na França e na Alemanha, principalmente no ramo “crédito”. Mais tarde, o cooperativismo alastrou-se pelo mundo inteiro. No Brasil, as cooperativas são reconhecidas legalmente como uma das formas de organização de empreendimentos coletivos (CARDOSO, 2014).

No Brasil, a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa, estimulada por funcionários públicos, militares, profissionais liberais, operários e imigrantes europeus. Oficialmente, o movimento cooperativista no Brasil teve início em 1889, em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, cujo foco era o consumo de produtos agrícolas. Depois dela, surgiram outras cooperativas em Minas e também nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (OCB, 2021a).

A cooperativa mais antiga em funcionamento no Brasil foi fundada em 1902, pelo padre suíço Theodor Amstad, com objetivo de melhorar as vidas dos moradores do município, que até então não contava com nenhum banco, fundou a cooperativa de crédito Sicredi Pioneira, na cidade de Nova Petrópolis (RS) (OCB, 2021a).

Na primeira metade do século XX, a maioria das cooperativas estava ligada à agricultura. Em 2020, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) após um processo democrático e uma avaliação minuciosa dos benefícios para as cooperativas, passamos para uma estrutura de sete ramos. Anteriormente eram treze ramos. Segundo a OCB (2021a) alguns ramos se uniram, outros foram ressignificados. Os sete ramos são: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; trabalho; produção de bens e serviços; e transporte.

Assim, pela diversidade de possibilidades de atuação, as cooperativas se apresentam como alternativa para resolução de problemas decorrentes do desemprego. Como instrumento de geração de emprego e renda, as cooperativas podem atuar desde os processos de produção, industrialização, comercialização, crédito (serviços financeiros) e prestação de outros serviços (CARDOSO, 2014).

Desde a origem da Associação dos Probos Pioneiros de Rochdale em 1844, ocorreram algumas alterações nos princípios cooperativistas. Nos anos de 1937 (Paris), 1966 (Viena) e 1995 (Manchester), ocorreram reuniões da ACI que realizaram as mais importantes mudanças nos princípios cooperativistas (SCHNEIDER, 1999). Em 1966, no congresso realizado em Viena, a Aliança Cooperativa Internacional definiu alguns fundamentos doutrinários do cooperativismo, se destacam o humanismo, a liberdade, a igualdade, a solidariedade, e a racionalidade (SCHNEIDER, 1999; PEREIRA et al., 2002). Os princípios cooperativistas a vigorar a partir do congresso de Manchester em 1995, são Adesão voluntária e livre; Gestão democrática; Participação econômica dos membros; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Intercooperação; e, Interesse pela comunidade.

Desde o congresso de 1995, realizado em Manchester, a ACI – Aliança Cooperativa Internacional estabeleceu os princípios que regem o funcionamento de toda e qualquer cooperativa no mundo. Esses princípios devem orientar a prática cooperativista, conforme apresentados a seguir:

Adesão voluntária e livre - As cooperativas são abertas para todas as pessoas que queiram participar, estejam alinhadas ao seu objetivo econômico, e dispostas a assumir suas responsabilidades como membro. Não existe qualquer discriminação por sexo, raça, classe, crença ou ideologia.

**Gestão democrática** - As cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. E os representantes oficiais são eleitos por todo o grupo.

**Participação econômica dos membros** - Em uma cooperativa, os membros contribuem equitativamente para o capital da organização. Parte do montante é, normalmente, propriedade comum da cooperativa e os membros recebem remuneração limitada ao capital integralizado, quando há. Os excedentes da cooperativa podem ser destinados às seguintes finalidades: benefícios aos membros, apoio a outras atividades aprovadas pelos cooperados ou para o desenvolvimento da própria cooperativa. Tudo sempre decidido democraticamente.

**Autonomia e independência** - As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros, e nada deve mudar isso. Se uma cooperativa firmar acordos com outras organizações, públicas ou privadas, deve fazer em condições de assegurar o controle democrático pelos membros e a sua autonomia.

**Educação, Formação e Informação** - Ser cooperativista é se comprometer com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. As cooperativas promovem a educação e a formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, dos lugares onde estão presentes. Além disso, oferece informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e vantagens do cooperativismo.

**Intercooperação** - Cooperativismo é trabalhar em conjunto. É assim, atuando juntas, que as cooperativas dão mais força ao movimento e servem de forma mais eficaz aos cooperados. Sejam unidas em estruturas locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, o objetivo é sempre se juntar em torno de um bem comum.

**Interesse pela comunidade** - Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades é algo natural ao cooperativismo. As cooperativas fazem isso por meio de políticas aprovadas pelos membros (OCB, 2021a).

O cooperativismo se assenta sobre quatro fundamentos: liberdade, igualdade, solidariedade e racionalidade.

**Liberdade:** A democracia é a concretização da liberdade, pois possibilita a participação, escolha e decisão sobre as ações na cooperativa, garantindo seu sucesso;

Igualdade: Numa cooperativa os direitos e obrigações são iguais para todos. Ninguém tem mais ou menos poder ou benefício, por ter mais ou menos capital; Solidariedade: A solidariedade é a alavanca de todo e qualquer processo cooperativo, pois é por meio da ajuda mútua que se constrói uma economia solidária e coletiva; Racionalidade: O uso da ciência e da tecnologia no cooperativismo deve ser motivo de emancipação, respeito e dignidade nas condições socioeconômico das pessoas (BRASIL, 1971).

O termo Cooperativa possui várias definições na literatura especializada que variam conforme a época e o viés doutrinário em que foram elaboradas. Considerando a multiplicidade de aspectos que tal definição deve incorporar, fica difícil encontrar um conceito que expresse em uma única frase essa multiplicidade. O que se busca é uma aproximação, que relaciona os principais elementos encontrados na maioria das definições. Entre as conceituações podemos citar em primeiro plano a legal, a Lei no 5.764/71, no seu artigo 4º, assim preceitua: “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades...” (BRASIL, 1971).

A cooperativa é, então, um meio para que um determinado grupo de pessoas atinja objetivos específicos, por meio de um acordo voluntário para cooperação recíproca, o que podemos chamar de finalidade. Para tanto, a cooperativa atua no mercado desenvolvendo atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização para seus cooperados.

O cooperativismo é um movimento global, estando presente em mais de 150 países, onde as cooperativas atuam para dar novas oportunidades a seus cooperados e apoiar o desenvolvimento de suas comunidades (OCB, 2021b). Ao redor do mundo, o movimento cooperativista tem: 1,2 bilhão de cooperados; 250 milhões de colaboradores; 3 milhões de cooperativas. Ainda em números, mais de 10% das 300 maiores cooperativas do mundo são do Ramo Agropecuário 1. As cooperativas de crédito representam 9,55% do mercado financeiro mundial. E, as cooperativas de seguros do mundo cresceram 39% nos últimos 10 anos (OCB, 2021c).

No Brasil em 2019, 137 cooperativas brasileiras, de ramos variados, exportaram ou importaram produtos de forma direta. Cientes das oportunidades que o mundo guarda, cada

vez mais cooperativas brasileiras se internacionalizam, seja para fornecer seus produtos a consumidores estrangeiros, seja para comprar mercadorias necessárias para seus negócios (OCB, 2021c).

Mesmo diante dos novos desafios impostos pela atualidade, o cooperativismo continua sendo essencial para o desenvolvimento e crescimento do Brasil. Todos os dias nossas cooperativas reforçam a relevância do nosso modelo de negócios transformando a realidade de milhares de brasileiros. Para o ano de 2019 isso não poderia ser diferente: presentes em todas as unidades da federação e atuando nos sete ramos, somos 5.314 cooperativas espalhadas pelo Brasil promovendo mudança e evolução para sociedade (OCB, 2021c).

### **3. Materiais e Métodos**

A metodologia deste estudo baseia-se em pesquisa exploratória, que utilizou a bibliometria como principal ferramenta metodológica. A fonte de dados utilizada foram os anais do Encontro da ANPAD (EnANPAD) dos anos 2016 a 2020. A base de dados foi escolhida em função da relevância para estudos sobre administração no país, e também pelo mesmo abordar diversos temas correlatos aos diversos tipos de organizações que atuam no Brasil, dentre eles as cooperativas.

Adota-se a base para a classificação da pesquisa, conforme proposto por Vergara (2013). Quanto aos fins, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, uma vez que buscará explorar a produção científica sobre o tema Cooperativas, apresentados eventos anuais dos Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), anos de 2016 a 2020, com o intuito de proporcionar um maior conhecimento acerca do fenômeno, pelo reconhecimento que se trata de um dos maiores eventos da comunidade científica e acadêmica do Brasil, nas áreas de Administração e áreas correlatas.

Quanto aos meios, será bibliográfico utilizado de dados secundários, através do estudo sistemático em materiais como publicações acadêmicas, livros, relatórios e livros nacionais e internacionais.



No presente artigo foi utilizado o protocolo de revisão sistemática proposto por Cronin *et al.* (2008) com o objetivo de oferecer confiabilidade e validade ao mesmo. Este protocolo consiste em: 1) definir a pergunta de pesquisa; 2) definir critérios de inclusão e exclusão; 3) selecionar e acessar a literatura; 4) avaliar a qualidade da literatura incluída na revisão e; 4) analisar, sintetizar e divulgar os resultados. Nesse contexto, a seguir são apresentados os critérios aplicados na presente revisão sistemática:

1. Definição da pergunta de pesquisa: Quais os ramos de atuação e as regiões alvo dos estudos envolvendo cooperativas baseado nas publicações nos anais do EnANPAD?

2. Definição dos critérios de inclusão e exclusão: os critérios incluem a base científica, as palavras ou termos chaves de busca, período de publicação, tipos de artigos, entre outros. A base de dados científica utilizada foi os anais da ANPAD, dos Encontros EnANPAD dos anos de 2016 a 2020. Após a definição da base científica, foi iniciada a busca avançada. Em relação às palavras ou termos chaves para cadeias curtas utilizou-se apenas um termo, "coop". O termo "coop" foi adotado por possibilitar a recuperação de trabalhos em língua portuguesa, inglesa e espanhola, uma vez que os Encontros da ANPAD permitem a submissão de trabalhos nestas linguagens.

Houve restrição ao tipo e ao período das publicações, assim buscaram-se apenas artigos publicados no período de 2016 a 2020. Na coleta dos dados, empregou-se a opção de busca disponível nas plataformas da ANPAD. A palavra-chave foi escolhida em função do objetivo da pesquisa, que foi levantar as características das publicações envolvendo "cooperativa", com base nas publicações nos Encontros da ANPAD. Assim, empregou-se no campo busca por título o termo proposto ("coop") e como filtros os Encontros da ANPAD de 2016 a 2020.

Critérios de inclusão: a) estar diretamente relacionado ou apresentar resultados que indiquem uma posição a respeito de cooperativa no título ou palavras chave; b) corresponder à trabalhos completos publicados no período proposto nos anais dos Encontros da ANPAD.

Critérios de exclusão: a) artigos duplicados; b) resumos ou resumos expandidos; c) qualquer documento que não corresponda a forma e estrutura de artigo científico, como resumos e *banners*; d) trabalhos aprovados e não publicados nos anais dos Encontros da ANPAD no período proposto; e) trabalhos não encontrados ou recuperados.

As coletas de dados foram realizadas no primeiro semestre de 2021 e foram encontradas 114 publicações com o termo “coop”. Para análise dos artigos foi utilizado o gerenciador de referências *Mendeley*. Também foi utilizado o *JabRef* como gerenciador de referências para a coleta e armazenamento dos dados.

3. Seleção e acesso da literatura: após a identificação dos artigos, por meio da estratégia de busca inicial é realizado uma filtragem com base nos títulos, os mesmos foram avaliados pelo autor, seguindo os critérios de inclusão e exclusão. Nesta etapa foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão, buscando eliminar artigos duplicados, resumos ou resumos expandidos, trabalhos não encontrados e outros. Ao final desta etapa, dos 114 artigos oriundos da busca, foram eliminados 62 artigos, totalizando 52 artigos a serem analisados. Dentre os trabalhos eliminados destacam-se trabalhos contendo o termo “coop”, mas relacionados a Cooperação (42), Coopetição (14), Cooperativismo (3), Cooperiana (1), Cooptação (1), e Colaboração (1), termos estes correlatos à cooperativa, mas que não abordavam o assunto proposta para a presente pesquisa.

4. Avaliação da qualidade da literatura incluída na revisão: nesta etapa, os 52 artigos selecionados foram analisados. A análise tomou como base inicial a verificação do título, abstract e introdução com a finalidade de avaliar os seus enquadramentos dentro da temática desta pesquisa. A amostra analisada foi composta por 52 artigos. Nesta etapa, com acesso aos artigos, foram identificados sete (7) resumos, que não enquadram no escopo da pesquisa, e também foram eliminados. Outros quatro (4) trabalhos também foram eliminados por abordar outros assuntos que não cooperativa, como redes de cooperação (1), clientes e fornecedores (1), competição (1). Por fim, cinco (5) trabalhos foram eliminados por abordarem cooperativas e outras empresas, como associações, agentes públicos, órgãos governamentais, e empresas privadas. Totalizando ao final desta etapa 36 trabalhos.

Para esta fase foram utilizados em primeiro momento o *Mendeley* para aplicação dos critérios expostos. Findado a análise preliminar com *Mendeley*, foi utilizado em um segundo momento o *JabRef* para validar os filtros aplicados.

5. Análise, síntese e disseminação dos resultados: por fim, esta fase abrangeu a investigação detalhada, dos 36 artigos dos quais foram feitas leituras da metodologia, resultados, discussões e conclusões. Dessa forma, esses artigos foram classificados para

compor o rol de discussão da presente pesquisa. Foram elaborados quadros dos artigos analisados juntamente com seus respectivos autores, períodos de publicação, regiões em que foram desenvolvidos, instituições de pesquisa e a temática desenvolvida. Assim, os resultados foram analisados, possibilitando sua discussão na próxima seção.

A análise dos dados foi feita em três etapas sequenciais. Na primeira etapa, considerada como análise descritiva dos artigos, os dados foram analisados, utilizando-se uma das técnicas de análise de conteúdo, a análise categorial (BARDIN, 1977). Foram utilizadas para a classificação dos estudos selecionados as categorias: ano, área, tema, quantidade de autores, e universidades.

A segunda etapa da análise, Análise Metodológica, consistia da mesma forma, em três partes. Inicialmente, tomou-se como base os ensinamentos de Creswell (2007), que aponta a identificação da técnica de pesquisa como sendo qualitativa, quantitativa e de métodos mistos (qualitativa e quantitativa).

Buscou-se na segunda e a terceira etapa classificar os trabalhos selecionados de acordo com a classificação proposta por Vergara (2013), sendo inicialmente quanto aos fins (exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista); e por fim, quanto aos meios de investigação (pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, *ex post facto*, participante, pesquisa-ação e estudo de caso).

Já a terceira etapa foi constituída pela análise temáticas dos trabalhos, quando, inicialmente, buscou-se a identificação dos tipos de Cooperativas, bem como identificar quais os conteúdos abordados nas fundamentações teóricas dos artigos analisados.

#### **4. Análise e Discussão dos Resultados**

A partir da conclusão da coleta dos artigos, que resultou na seleção de 54 artigos, que compuseram o Portfólio sobre o tema Cooperativas, segundo percepção e delimitação do pesquisador, procedeu-se a análise dos dados, a qual foi executada em três etapas. Iniciou pela distribuição dos artigos por divisão acadêmica e por ano, conforme ilustra Quadro 1. Ressaltando que os Encontros da ANPAD são divididos em onze (11) divisões acadêmicas, sendo elas: ADI - Administração da Informação; APB - Administração

Pública; CON - Contabilidade; EOR - Estudos Organizacionais; EPQ - Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade; ESO - Estratégia em Organizações; FIN - Finanças; ITE - Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo; GOL - Gestão de Operações e Logística; GPR - Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho; e, MKT - Marketing.

Quadro 1 – Distribuição dos artigos por divisão por ano

|                            |     | Anos          |               |               |              |               | Frequência por divisão | Percentual por divisão |
|----------------------------|-----|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|------------------------|------------------------|
|                            |     | 2016          | 2017          | 2018          | 2019         | 2020          |                        |                        |
| <b>Divisões Acadêmicas</b> | ADI | 1             | -             | 1             | 1            | 1             | 4                      | 11,11%                 |
|                            | APB | 1             | 1             | -             | -            | -             | 2                      | 5,56%                  |
|                            | CON | 1             | 1             | -             | -            | 2             | 4                      | 11,11%                 |
|                            | EOR | 1             | 1             | -             | -            | -             | 2                      | 5,56%                  |
|                            | EPQ | -             | -             | -             | -            | -             | 0                      | 0,00%                  |
|                            | ESO | 1             | 4             | 2             | 1            | 1             | 9                      | 25,00%                 |
|                            | FIN | -             | -             | 1             | -            | 2             | 3                      | 8,33%                  |
|                            | ITE | 1             | -             | -             | -            | 1             | 2                      | 5,56%                  |
|                            | GOL | -             | -             | -             | -            | -             | 0                      | 0,00%                  |
|                            | GPR | 1             | 2             | 2             | 1            | 2             | 8                      | 22,22%                 |
|                            | MKT | -             | -             | 1             | -            | 1             | 2                      | 5,56%                  |
| Frequência/ano             |     | 7             | 9             | 7             | 3            | 10            | 36                     | 100,00%                |
| <b>Percentual/ano</b>      |     | <b>19,44%</b> | <b>25,00%</b> | <b>19,44%</b> | <b>8,33%</b> | <b>27,78%</b> | <b>100,00%</b>         |                        |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com relação a distribuição dos artigos por divisão acadêmica por ano, observa-se que quase metade dos trabalhos foram publicados em duas divisões, ESO - Estratégia em Organizações (25%) e GPR - Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (22,22%). Observa-se que os Encontros da ANPAD não possuem uma divisão acadêmica dedicada ao tema cooperativa ou mesmo cooperativismo, no entanto, vários trabalhos abordando esse tema foram publicados. Das onze divisões acadêmicas, apenas duas, no período analisado, não foram publicados nenhum trabalho, a EPQ - Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade e GOL - Gestão de Operações e Logística. Quanto ao ano, em 2020 ocorreu o maior número de publicações envolvendo cooperativas com 27,78%, seguido por 2017 com 25%, 2016 e 2018 com respectivamente 19,44% cada, e 2019 com 8,33% apresentou o menor número de publicações no período analisado.

Com o intuito de verificar quem são os pesquisadores que se dedicam ao tema e as instituições que estes pertencem, os dados ilustram que no período analisado 93 autores, publicaram trabalhos envolvendo cooperativas distribuídos em 36 artigos na amostra analisada. Destes 93 autores, 87 (92,55%) possui apenas uma publicação no período, 6 (6,38%) autores, Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga (UFSM, 2017 e 2020), Marta Von Ende (UFSM, 2017 e 2020), Pietro Cunha Dolci (UNISC, 2017 e 2019), Ramon Rodrigues dos Santos (UFPE, 2020 e 2020), Josete Florencio Dos Santos (UFPE, 2020 e 2020), e, Vera L. Cançado (FPL, 2017 e 2018), possuem duas publicações, e uma autora (1,06%), Ieda Margarete Oro (UNOESC, 2016, 2017 e 2018) possui três publicações no período, conforme ilustra a Tabela 1. As duas pesquisadoras da UFSM possuem uma publicação em conjunto no ano de 2017, e os dois pesquisadores da UFPE também possuem uma publicação em conjunto em 2020. Os Encontros da ANPAD limitam em três publicações como autor ou coautor, no entanto alguns dos autores que publicaram trabalhos no período envolvendo cooperativas, podem também ter publicado trabalhos envolvendo outras temáticas, no entanto esta análise se limitou aos trabalhos envolvendo cooperativas.

Tabela 1 – Autores por publicação/artigo

| <b>Número de publicações</b> | <b>Autores</b> | <b>Percentual</b> |
|------------------------------|----------------|-------------------|
| 1 Publicação                 | 87             | 92,55%            |
| 2 Publicações                | 6              | 6,38%             |
| 3 Publicações                | 1              | 1,06%             |
| <b>Total</b>                 | <b>174</b>     | <b>100%</b>       |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Buscando caracterizar a composição de autoria dos trabalhos analisados, quase 95% dos trabalhos são desenvolvidos em conjunto de dois ou mais autores, com predominância de trabalhos desenvolvidos em duplas com 41,67%, seguidos por trabalhos desenvolvidos em trio com 25% e quarteto com 22,22%. Apenas dois trabalhos (5,56%) foram desenvolvidos individualmente, e ambos na mesma instituição FUCAPE *Business School*, por pesquisadores distintos, conforme ilustra a Tabela 2. Esses números sugerem a existência de grupos de estudo a respeito do tema, com predominância de pequenos grupos, também limitados pelas características dos encontros científicos, que na maioria

das vezes limitam a submissão de trabalhos a no máximo quatro autores, não diferenciando autoria e coautoria.

Tabela 2 – Número de autores por trabalho

| <b>Número de autores</b> | <b>Quantidade</b> | <b>Percentual</b> |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| 1 Autor                  | 2                 | 5,56%             |
| 2 Autores                | 15                | 41,67%            |
| 3 Autores                | 9                 | 25,00%            |
| 4 Autores                | 8                 | 22,22%            |
| 5 Autores                | 2                 | 5,56%             |
| <b>Total</b>             | <b>36</b>         | <b>100,00%</b>    |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quanto às Universidades ou Instituições, às quais cada autor pertence ou pertencia, na época da pesquisa publicada nos Encontros da ANPAD, tendo como base as informações disponíveis nos anais do período de 2016 a 2020, sobre os autores estudados, percebe-se que mais de 98% dos dos autores que publicaram no período analisado possuía vínculo d=com instituições brasileiras, um autor possuía duplo vínculo com uma instituição brasileira e uma instituição espanhola, e apenas um pesquisador possuía vínculo apenas com instituição estrangeira, a Universidade de Lisboa de Portugal. Com base nesses resultados, suponha-se que os Encontros da ANPAD são alvo de publicação de uma gama de pesquisadores brasileiros, não sendo foco de pesquisadores internacionais, com base no assunto analisado e no período proposto para a presente pesquisa.

Quanto à distribuição de trabalhos por região, todas as regiões brasileiras foram alvo de estudos envolvendo a cooperativa, no entanto, a região norte do país não obteve nenhuma instituição publicando no período trabalhos envolvendo cooperativa. As regiões Sul e Sudeste compreendem a maior porcentagem de Universidades ou Instituições que pesquisam sobre o tema Cooperativa, respectivamente com 59,41% e 25,74%, destacando-se a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) de Santa Catarina com 4 publicações no período, conforme Quadro 2. Todas as outras instituições publicaram apenas um trabalho individualmente no período analisado.

Quadro 2 – Universidades com maior representatividade na amostra de artigos analisada

| <b>Instituição</b> | <b>Sigla</b> | <b>Estado</b> | <b>Região</b> | <b>Quantidade Publicações</b> | <b>Percentual</b> |
|--------------------|--------------|---------------|---------------|-------------------------------|-------------------|
|--------------------|--------------|---------------|---------------|-------------------------------|-------------------|

|                                         |        |    |         |   |        |
|-----------------------------------------|--------|----|---------|---|--------|
| Universidade do Oeste de Santa Catarina | UNOESC | SC | Sul     | 4 | 11,11% |
| Universidade Federal de Santa Maria     | UFSM   | RS | Sul     | 3 | 8,33%  |
| FUCAPE Business School                  | FUCAPE | ES | Sudeste | 2 | 5,56%  |
| Universidade de Santa Cruz do Sul       | UNISC  | RS | Sul     | 2 | 5,56%  |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quanto ao número de Universidades ou Instituições, o Minas Gerais apresenta o maior número, com nove, seguidos pelo Rio Grande do Sul com seis e Paraná com cinco. Na realização dos 36 trabalhos, estiveram envolvidas 34 instituições, em quase sua totalidade instituições brasileiras. Esses números ratificam que os Encontros da ANPAD são referências para instituições do país, mas com baixo interesse por instituições estrangeiras no que tange aos estudos envolvendo cooperativas. Como há onze divisões acadêmicas nos Encontros da ANPAD, talvez outros assuntos sejam explorados por instituições estrangeiras.

No que tange ao local de realização dos trabalhos, dos 36 trabalhos analisados, mais da metade, 52,78% foram realizados em cooperativas de um único estado, e 22,22% envolveram cooperativas de todo país, totalizando 75% dos trabalhos analisados. Dos nove (25%) trabalhos que foram realizados entre cooperativas de mais de um estado, sete estudaram cooperativas de estados não limítrofes ao estado de localização da instituição de pesquisa, no entanto, todos os setes tiveram com alvo cooperativas do estado de origem além das de outros estados. Os outros dois trabalhos analisaram, além de cooperativas do estado de origem, cooperativas dos estados limítrofes. Outro achado da pesquisa, dos nove trabalhos desenvolvidos além do estado de origem, apenas dois foram desenvolvidos interinstitucionalmente, um envolvendo a UNIVALI de SC e a FGV/EASP de SP, e outro por duas instituições do RS, a ESCOOP e a UNISINOS. Além dos dois trabalhos interinstitucionalmente citados, outros seis trabalhos envolveram pesquisadores de mais de uma instituição, sendo três entre instituições do mesmo estado, ESCOOP e UNIPAMPA do RS, e UFMG e Unihorizontes de MG, UNICENTRO e UEPG do PR; um entre instituições da mesma região, UFPE e UFAL da região nordeste, e dois entre instituições brasileiras e estrangeiras, sendo um UFSC de SC e UMurcia da Espanha, e um FPL e FUMEC de MG e ULisboa de Portugal.

Dos 36 estudos realizados, 22,22% foram realizados em cooperativas de todo o país, 16,67% apenas em SC, 13,89% apenas no PR, 8,33% apenas em MG, e 5,56% apenas no RS, destes, três estados da região sul do Brasil, conforme ilustra Quadro 3. Mas considerando os trabalhos desenvolvidos por região, 38,89% foram desenvolvidos na região sul do país, supondo que nesta região há uma forte presença das cooperativas nas atividades desenvolvidas.

Quadro 3 – Local alvo dos trabalhos

| Local         | Região         | Trabalhos | Percentual | Local                   | Região         | Trabalhos | Percentual |
|---------------|----------------|-----------|------------|-------------------------|----------------|-----------|------------|
| Brasil        | -              | 8         | 22,22%     | RS, SC, MS, PE, CE e RN | Inter-regional | 1         | 2,78%      |
| SC            | Sul            | 6         | 16,67%     | PR, SC e RS             | Sul            | 1         | 2,78%      |
| PR            | Sul            | 5         | 13,89%     | PI_PB_ES                | Inter-regional | 1         | 2,78%      |
| MG            | Sudeste        | 3         | 8,33%      | Norte e nordeste        | Inter-regional | 1         | 2,78%      |
| RS            | Sul            | 2         | 5,56%      | MT_SC_PR_RS             | Inter-regional | 1         | 2,78%      |
| Sul e Sudeste | Inter-regional | 1         | 2,78%      | MS                      | Centro Oeste   | 1         | 2,78%      |
| SP e MG       | Inter-regional | 1         | 2,78%      | MG e RO                 | Inter-regional | 1         | 2,78%      |
| SP            | Sudeste        | 1         | 2,78%      | MG e PR                 | Inter-regional | 1         | 2,78%      |
| ES            | Sudeste        | 1         | 2,78%      | -                       | -              | -         | -          |

Fonte: Dados da Pesquisa.

No que se refere às abordagens metodológicas, subdivididos de acordo com a técnica de pesquisa proposta por Creswell (2007), a mais utilizada nos trabalhos analisados foi a abordagem qualitativa com 58,33% dos trabalhos analisados, o que está alinhado as opções escolhidas para coleta de dados. Outro fator que corrobora pela predominância em estudos com abordagem qualitativa, e a natureza da área de formação dos pesquisadores, onde muitos são da área das ciências sociais, como administração, economia, sociologia, dentre outras. Também foram identificadas o uso de abordagem quantitativa por 36,11% dos trabalhos e abordagem mista, envolvendo abordagem quali-quantitativa, denominada no trabalho como mista por 5,56% dos trabalhos analisados, conforme disposto na Tabela 3.

Tabela 3 – Abordagem metodológica

| Abordagem metodológica | Quantidade | Percentual |
|------------------------|------------|------------|
| Qualitativa            | 21         | 58,33%     |
| Quantitativa           | 13         | 36,11%     |



|              |           |                |
|--------------|-----------|----------------|
| Mista        | 2         | 5,56%          |
| <b>Total</b> | <b>36</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere aos indicadores metodológicos utilizados para realização dos estudos, seguindo a subdivisão proposta por Vergara (2013), em relação aos fins (exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista), os principais quanto aos fins foram pesquisas descritivas (63,89%), exploratória-descritiva (22,22%) e exploratórias (13,89%), conforme ilustrado a seguir na Tabela 4. De acordo com Gil (2007) uma pesquisa descritiva é aquela que tem como objetivo a descrição das características da população pesquisada, e a pesquisa exploratória é aquela que se tem a intenção de se familiarizar com o problema buscando melhor entender a realidade dos pesquisados, o que mostra que o campo de pesquisa sobre cooperativas ainda se encontra em formação com muitas questões a serem exploradas para uma melhor compreensão de seu funcionamento.

Tabela 4 – Quanto aos fins

| Quanto aos fins         | Quantidade | Percentual     |
|-------------------------|------------|----------------|
| Descritiva              | 23         | 63,89%         |
| Exploratória            | 5          | 13,89%         |
| Exploratória-descritiva | 8          | 22,22%         |
| <b>Total</b>            | <b>36</b>  | <b>100,00%</b> |

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao delineamento de pesquisa os estudos se destacam como sendo a maioria absoluta de estudos de caso, com 83,33%, que conforme explica Gil (2007) se trata do modelo clássico de investigação em que o pesquisador vai a campo realizar a coleta de informações, tanto nos estudos de caso quanto nos estudos de campo. Entretanto, uma diversidade de delineamentos foram utilizados, ainda que em menor ocorrência, tais como Documental com 5,56%, e Documental-Bibliográfica, Estudo de caso e Bibliográfica, pesquisa *Ex post facto*, e pesquisa experimental, com 2,78%, respectivamente cada, conforme ilustrado na Tabela 5.

Tabela 5 – Quanto aos meios

| Quanto aos meios | Quantidade | Percentual |
|------------------|------------|------------|
| Documental       | 2          | 5,56%      |

|                                |           |                |
|--------------------------------|-----------|----------------|
| Documental e Bibliográfica     | 1         | 2,78%          |
| Estudo de caso                 | 30        | 83,33%         |
| Estudo de caso e Bibliográfica | 1         | 2,78%          |
| <i>Ex post facto</i>           | 1         | 2,78%          |
| Experimental                   | 1         | 2,78%          |
| <b>Total</b>                   | <b>36</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme disposto na Tabela 6, quanto aos instrumentos de coleta de dados, observa-se que 41,67% dos estudos utilizam mais de um instrumento no processo de coleta de dados, empregando mais de um instrumento como entrevista mais análise documental e/ou observação participante, e/ou observação direta e/ou observação não participante, ou questionário mais análise documental e/ou entrevista. Como instrumento único de coleta de dados, destaca-se questionário com 25%, análise documental com 19,44% e entrevista com 13,89%, conforme ilustra a Tabela 6.

Tabela 6 – Instrumentos coleta de dados

| <b>Instrumentos coleta de dados</b>                      | <b>Quantidade</b> | <b>Percentual</b> |
|----------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Documental                                               | 7                 | 19,44%            |
| Entrevista                                               | 5                 | 13,89%            |
| Entrevista, análise documental e observação participante | 1                 | 2,78%             |
| Entrevista e Documental                                  | 6                 | 16,67%            |
| Entrevista e Observação                                  | 2                 | 5,56%             |
| Entrevista e observação não participante                 | 3                 | 8,33%             |
| Entrevista observação direta e análise documental        | 1                 | 2,78%             |
| Questionário                                             | 9                 | 25,00%            |
| Questionário e Documental                                | 1                 | 2,78%             |
| Questionário e Entrevista                                | 1                 | 2,78%             |
| <b>Total</b>                                             | <b>36</b>         | <b>100,00%</b>    |

Fonte: Dados da pesquisa.

A maior utilização de entrevistas, questionários e técnicas mistas de coleta de dados também se justifica ao se observar a Tabela 7 em que a maioria dos dados tem origem primária (55,56%) e, portanto, coletados no campo. Mas os resultados também ilustram uma utilização de dados secundários (19,44%) dos trabalhos analisados. Também destaca-se a utilização mista na origem dos dados, utilizando-se de dados primários e secundários com 25% dos trabalhos analisados, conforme ilustra-se na Tabela 7. A origem

de dados mistos suponha-se pela utilização de instrumentos de coleta de dados primários como entrevista, questionário e observações em conjunto com análise documental a partir de dados secundários.

Tabela 7 – Origem dos dados.

| <b>Abordagem metodológica</b> | <b>Quantidade</b> | <b>Percentual</b> |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Mista                         | 9                 | 25,00%            |
| Primário                      | 20                | 55,56%            |
| Secundários                   | 7                 | 19,44%            |
| <b>Total</b>                  | <b>36</b>         | <b>100,00%</b>    |

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao número de palavras-chave, trabalhos com quatro palavras-chave totalizaram 41,67% dos trabalhos analisados, seguido por três palavras-chave com 27,78%, cinco palavras-chave com 22,22%. Dois trabalhos não apresentaram palavras-chave e um trabalho apresentou seis palavras-chave, conforme ilustra a Tabela 8. Nota-se predominância entre três a cinco, também por ser condição dos congressos para palavras chave, limitando entre três e cinco palavras-chave.

Tabela 8 – Número de palavras-chave

| <b>Palavra-chave</b> | <b>Frequência</b> | <b>Percentual</b> |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Nenhuma              | 2                 | 5,56%             |
| 1 Palavra-chave      | 0                 | 0,00%             |
| 2 Palavras-chave     | 0                 | 0,00%             |
| 3 Palavras-chave     | 10                | 27,78%            |
| 4 Palavras-chave     | 15                | 41,67%            |
| 5 Palavras-chave     | 8                 | 22,22%            |
| 6 Palavras-chave     | 1                 | 2,78%             |

Fonte: Dados da pesquisa.

Para melhor visualização das palavras-chave utilizadas, assim como o “peso” de cada uma delas, foi feita a nuvem de palavras-chave, como mostra a Figura 1. Ao todos foram listadas pelos trabalhos analisados, 248 palavras-chave.

Figura 1 – Nuvem de palavras-chave



atuação das cooperativas estudados, ilustrados na Tabela 9, 44,44% tange a cooperativas de crédito, e 30,56% às cooperativas agropecuárias. Houve alguns estudos abordando mais de um tipo de cooperativa. Dois trabalhos abordaram mais de um ramo de atuação de cooperativas, e um estudo não identificou o ramo de atuação. Também se observou estudos nos ramos de infraestrutura e saúde. Outro achado, que dos sete ramos de atuação propostos pela OCB, no período analisado, apenas o ramo de cooperativas de transportes não foi abordado.

## **5. Considerações Finais**

Ao investigar o cenário da produção científica no período de 2016 a 2020 nos Encontros da ANPAD, sobre cooperativas, constatou-se que: mesmo não possuindo uma divisão acadêmica dedicada ao tema, houve 36 trabalhos publicados no período com destaque para as divisões acadêmicas do EnANPAD, Estratégia em Organizações (ESO) e Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (GPR); dos 93 autores que publicaram no período apenas 6 publicaram mais de um trabalho, com destaque para a pesquisadora Ieda Margarete Oro (UNOESC), com três publicações no período; quanto às universidades ou instituições, a Universidade do Oeste de Santa Catarina com quatro publicações, sendo a instituição com o maior número de publicações no período; dentre as quatro que mais publicaram, três estão localizadas na região sul do país, suponha-se pela importância das cooperativas para a região.

Neste trabalho, conseguiu-se identificar, onde estão os centros acadêmicos brasileiros que concentram as pesquisas voltadas para cooperativas, a fim de contribuir para um entendimento das Cooperativas no cenário nacional. Embora tenham sido desenvolvidos estudos em todas regiões brasileiras, não se identificou no período, instituições da região norte do país, dentre os trabalhos analisados. Outro achado, dos 36 estudos analisados, mais da metade são realizados nos mesmos estados de localização das instituições que os realizaram. Oito trabalhos envolveram cooperativas de todo o país. E dos que realizaram estudos em mais de um estado, sete estudaram cooperativas do estado de localização em conjunto com cooperativas de estados não limítrofes.

Quanto aos aspectos metodológicos, mais da metade dos estudos apresentam abordagem qualitativa; quanto aos fins descritivos; quanto aos meios estudos de caso; quanto aos instrumentos de coleta de dados, mista, utilizando mais de um instrumento; e quanto à origem dos dados de fontes primárias.

Dos sete ramos de atuação propostos pela Organização das Cooperativas do Brasil, seis foram representados nos trabalhos analisados, com destaque para as cooperativas de crédito e agropecuária, que juntas compreendem mais de setenta por cento dos trabalhos analisados.

## Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 dez. 1971.

CANÇADO, A. C.; GONTIJO, M. C. H. Princípios cooperativistas: origem, evolução e influência na legislação brasileira. In: **Encontro de Investigadores Latino-Americano de Cooperativismo**, 3. ed., São Leopoldo, 2004. Anais... São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

CARDOSO, U. C. **Cooperativa**. Brasília: Sebrae, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, v. 17, n. 1, p. 38-43, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Ramos do Cooperativismo**. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/ramos>. Acesso em: março de 2021a.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **O que é Cooperativismo**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: março de 2021b.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Números do Cooperativismo**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/numeros>. Acesso em: março de 2021c.

PEREIRA, J. R.; BRAGA, M. J.; CANÇADO, A. C.; VIEIRA, N. S.; CARVALHO, D. M.; CETTO, V. M.; RIGO, A. S. **Organização da sociedade através das cooperativas de trabalho**: abordagem dos problemas e perspectivas. Relatório final de pesquisa – FAPEMIG. Viçosa: UFV, 2002.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.



## Qualidade na radiologia: um caminho de melhoria contínua

Aline Garcia Pereira<sup>1</sup>  
Lizandra Garcia Lupi Vergara<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é identificar os significados sobre qualidade que a literatura traz no serviço de radiologia. A pesquisa é qualitativa, exploratória e o método adotado foi a revisão integrativa. Os resultados foram categorizados e posteriormente feito análise temática. O portfólio foi reduzido de 1136 para 50 documentos. Pode-se concluir que a qualidade é mais associada a proteção radiológica, programa de garantia de qualidade, bem como os testes, dose, entre outros. Todavia, a qualidade está presente em todos os processos da radiologia, tendo significado variável de acordo com o clima e cultura organizacional.

**Palavras-chave:** Qualidade; Serviço; Radiologia.

### Quality in radiology: a path to continuous improvement

**Abstract:** The aim of this research is to identify the meanings about quality that the literature brings to the radiology service. The research is qualitative, exploratory and the method adopted was the integrative review. The results were categorized and thematic analysis was carried out. The portfolio was reduced from 1136 to 50 documents. It can be concluded that quality is more associated with radiological protection, quality assurance program, as well as tests, dose, among others. However, quality is present in all radiology processes, having a variable meaning according to the organizational climate and culture.

**Keywords:** Quality; Service; Radiology

### Calidad em radiología: um caminho hacia la mejora continua

**Resumen:** El objetivo de esta investigación es identificar los significados sobre calidad que la literatura aporta al servicio de radiología. La investigación es cualitativa, exploratoria y el método adoptado fue la revisión integradora. Los resultados se categorizaron y luego se realizó un análisis temático. La cartera se redujo de 1136 a 50

---

<sup>1</sup> Doutorando em Engenharia de Produção UFSC. Mestranda em Engenharia de Produção na UFSC. Graduada em Tecnologia da Radiologia, pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). [aalinegp@gmail.com](mailto:aalinegp@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado (2005) na área de Ergonomia pela Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Arquiteta e Urbanista e Engenheira de Segurança do Trabalho, com Mestrado (2001) e Professora Associada na Graduação (DEPS) e Pós-graduação (PPGEP) na Engenharia de Produção e Arquitetura (PosARQ) da UFSC. [l.vergara@ufsc.br](mailto:l.vergara@ufsc.br)



documentos. Se puede concluir que la calidad está más asociada a la protección radiológica, el programa de aseguramiento de la calidad, así como a las pruebas, dosis, entre otros. Sin embargo, la calidad está presente en todos los procesos radiológicos, teniendo un significado variable según el clima y la cultura organizacional.

**Palabras clave:** Calidad; Servicio; Radiología.

## 1. Introdução

A qualidade, segundo Paladini (2010, p. 20), é uma palavra dinâmica, e os conceitos usados para defini-la nem sempre são os mais adequados. Dentre as diferentes facetas, ela pode ser compreendida como “algo abstrato, indefinido; [...] sinônimo de perfeição; conceito definido, imutável; aspecto subjetivo das pessoas; [...] requisito mínimo de funcionamento; classes, estilos ou categorias de produtos ou serviços”. De acordo com o autor, o maior equívoco é considerar que qualidade se resume a apenas um elemento.

Na percepção de Fadel e Regis Filho (2009) seu significado, na perspectiva de valor, é associado a uma visão sistêmica na melhoria contínua de um setor. Para se obter, perceber ou avaliar a qualidade num serviço público, é necessário trabalhar com os valores daquela sociedade, pois os critérios de qualidade são variáveis. Entender esses significados facilita a construção de instrumentos de avaliação entre qualidade percebida e qualidade avaliada; o que favorece a organização de um serviço com base nas necessidades.

Na prestação de serviços de saúde, a busca da qualidade é uma necessidade técnica e social; muitas empresas buscam atividades de acreditação e certificação de organizações, a fim de demonstrar a qualidade (CARVALHO, et al., 2004).

Macedo e Rodrigues (2009) abordam a qualidade no setor de radiologia na perspectiva do Programa de Controle de Qualidade (PCQ) que envolve aspectos técnicos do setor, ressaltando que muitos profissionais não entendem o significado disto. Um fator que pode ser avaliado dentro de qualidade no serviço é a humanização, que segundo Borba (2013) está presente em todas as áreas de serviços de saúde.

Queiroz *et al.* (2011) salienta que para gerenciar um setor com qualidade é necessário identificar o significado dela e transformá-los em parâmetros que sejam trabalhados no serviço com enfoque na melhoria do serviço prestado ao cliente. Essa preocupação com a qualidade é evidenciada por Faria e Souza (2014), tendo em vista que a

“garantia, monitorização e melhoria da qualidade dos serviços devem ser um dos grandes objetivos de uma instituição de saúde (radiológica) [...]”.

Tendo em vista que a melhoria do serviço colabora para a satisfação do cliente, e que para ela é necessário identificar as necessidades; este trabalho justifica-se no fato de que o entendimento dos significados do que é qualidade na radiologia, auxilia no processo de elaboração de parâmetros de desenvolvimento e prestação de um serviço. A maioria dos serviços privados passam pelo processo de acreditação; já os públicos nem sempre possuem parâmetros como os do privado para melhoria contínua dos seus serviços. Nesta perspectiva o objetivo desta pesquisa é identificar os significados que a literatura traz no serviço de radiologia sobre qualidade.

## **2. Materiais e Métodos**

A pesquisa bibliográfica é fundamental para qualquer projeto científico, sendo ela o ponto de partida para novos conhecimentos. Uma das maneiras de se trabalhar com este tipo de pesquisa é por meio da revisão da literatura. Ela é o “primeiro passo [...], pois é através desse processo que novas teorias surgem, bem como são reconhecidas lacunas e oportunidades para o surgimento de pesquisas num assunto específico” (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Este trabalho é uma pesquisa exploratória que, segundo Gil (2008), possui o objetivo de esclarecer ideias e conceitos, bem como proporcionar maior familiaridade com o problema.

O método adotado para desenvolver este estudo é a revisão integrativa. Segundo Whitemore e Knafl (2005) é uma abordagem que permite a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado, combinando os dados da literatura teórica e a da empírica. O grande desafio neste tipo de revisão é analisar e sintetizar fontes primárias; sendo pertinente o desenvolvimento de estratégias para análise dos dados.

Para sua realização, Botelho, Cunha e Macedo (2011) sugerem que ela seja feita nas seguintes etapas:

*1ª. Etapa: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa;*

2<sup>a</sup>. Etapa: estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão;

3<sup>a</sup>. Etapa: Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados;

4<sup>a</sup>. Etapa: Categorização dos estudos selecionados;

5<sup>a</sup>. Etapa: Análise e interpretação dos resultados;

6<sup>a</sup>. Etapa: Apresentação da revisão/ síntese do conhecimento.

Tais etapas também podem ser identificadas nas fases apresentadas por Ganong (1987): Elaboração de Pergunta norteadora; Busca na literatura (amostragem); Coleta de dados; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados, e apresentação da revisão integrativa.

Seguindo as sugestões supracitadas, primeiro identificou-se o tema da qualidade no serviço de radiologia, bem como a questão de pesquisa. Posteriormente foram escolhidos:

- palavras-chave: qualidade, *quality*, *quality service*, radiologia, *radiology*, *service development*.

- descritores: (*quality service or service development*) and (*radiology*); qualidade e radiologia; *quality service and radiology*.

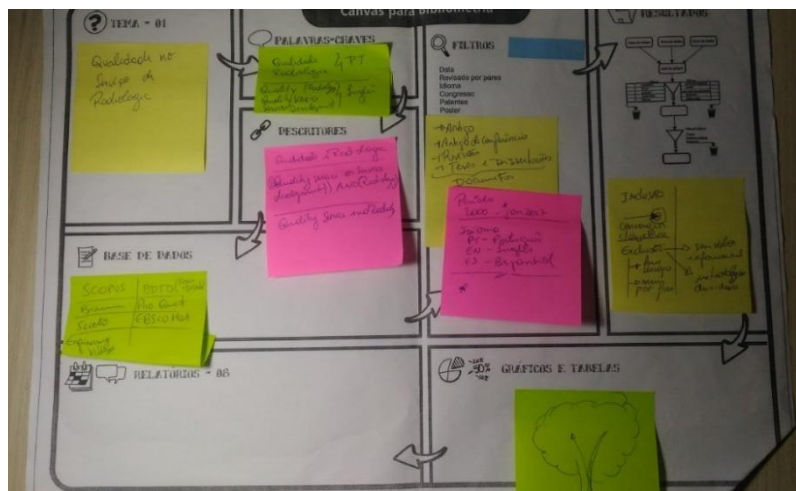
- bases de dados: Scopus, Bireme, Scielo, Engineering Village, BDTD, e EbscoHost.

- filtros: tipo de documento (artigos, artigos de conferência, revisões, teses e dissertações); período (2000-2020); idioma (inglês -EN, português - PT e espanhol - ES).

- outros critérios de inclusão: pesquisas convergem com o objetivo do trabalho; e exclusão: documentos que não tivessem pdf *free*; que estivessem fora do escopo, sem valor informacional, bem como qualidade metodológica duvidável.

Durante as etapas anteriores foi utilizado um modelo CANVAS proposto por Medeiros et al. (2015) para revisão sistemática e bibliometria, a fim de facilitar a gestão visual do processo.

Figura 1 – Canvas para gestão visual das etapas iniciais da Revisão Sistemática.



Fonte: As autoras com base no modelo estabelecido por Medeiros *et al.* (2015).

Com a busca nas bases de dados foi feita várias leituras e redução do portfólio, quadro 1. Após isto, os arquivos foram categorizados e analisados.

A análise dos dados “consiste na ordenação, codificação e resumo dos dados em uma conclusão unificada e integrada sobre o problema de pesquisa” (WHITTEMORE, 2005). Ela foi feita por meio da análise Temática, ou seja, “por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (BARDIN, 1977, p. 153).

Essa análise pode ser dividida em cinco etapas: familiarização com os dados; geração de códigos iniciais; busca por tema; revisão dos temas identificados e a elaboração do relatório final (SANTOS, 2015, p. 94). Na última etapa, para melhor interpretação utilizou-se a metáfora da árvore.

### 3. Resultados e Discussão

Inicialmente o portfólio era de 1136 documentos, os quais foram reduzidos a 50, conforme quadro 1. Após a leitura de cada documento, foi extraído uma lista de itens relacionados a qualidade.

Quadro 1 – Dados das Etapas e Portfólio da Pesquisa.

| Descritores                                                                 | BASE                              | Busca       | Filtros                                       | Seleção<br>(Títulos e<br>Abstract) | PDF<br>Free | Duplicados | Avaliação<br>dos textos<br>(Portfólio) |           |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------|-----------------------------------------------|------------------------------------|-------------|------------|----------------------------------------|-----------|
| ({quality<br>service} OR<br>{service<br>development})<br>AND(<br>radiology) | SCOPUS                            | 268         | Ano:<br>2000-2020                             | 226                                | 47          | 30         | 10                                     |           |
|                                                                             | BIREME                            | 327         | Idioma: PT,<br>EN, ES                         | 208                                | 60          | 25         | 10                                     |           |
|                                                                             | SCIELO                            | 0           |                                               | 0                                  | 0           | 0          | 0                                      |           |
|                                                                             | Engineering<br>Village            | 261         | Doc: ART;<br>Revisões;<br>Conference<br>Paper | 214                                | 41          | 21         | 1                                      | 8         |
| Quality<br>service and<br>Radiology                                         | BDTD<br>(Teses e<br>Dissertações) | 32          | Ano:<br>2000-2020                             | 32                                 | 13          | 13         | 9                                      |           |
| Qualidade e<br>Radiologia                                                   | Scielo                            | 81          | Ano:<br>2000-2020                             | 81                                 | 22          | 22         | 1                                      | 9         |
|                                                                             | EBSCO Host                        | 167         | Idioma: PT,<br>EM, ES                         | 165                                | 32          | 20         | 7                                      | 4         |
| <b>TOTAL</b>                                                                |                                   | <b>1136</b> |                                               | <b>926</b>                         | <b>215</b>  | <b>131</b> | <b>9</b>                               | <b>50</b> |

Fonte: As autoras.

Por meio da lista de itens, foi gerado uma lista de códigos, que posteriormente foram separados por temas, conforme quadro 2.

Quadro 2 – Tema e Códigos

| TEMA                 | Códigos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Proteção Radiológica | Proteção Radiológica; Controle de Qualidade; Garantia de Qualidade; Informação; Otimização; Programa de Garantia de Qualidade (PGQ); Qualidade da Imagem; Qualidade do laudo; Qualidade da informação; Redução de Dose; Redução de Tempo; Segurança; Testes                                                                                                                                                                                                                              |
| Comunicação          | Ergonomia (efficacy, efficiency, and effectiveness); Excelência no serviço prestado; Imagem; Informação; Padronização dos processos; Processo; Qualidade Clínica; Qualidade da Imagem; Segurança; Sistema de Informação; Triagem                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Gestão               | Agenda; Aprendizagem Contínua; Decisões em Equipe; Entrega de serviço; Ergonomia (efficacy, efficiency, and effectiveness.); Gestão; Lean; Liderança; Informação; Otimização; Padronização dos Processos; Processo; PGQ; Produtividade; Qualidade da Imagem; Qualidade da informação; Qualidade de Serviço; Qualidade de Vida; Qualidade do laudo; Qualidade no processo; Redução de Tempo; Satisfação do cliente; Seis Sigma; Serviço de entrega; Sistema de Informação; COVID-19; PDCA |
| Educação             | Comunicação; Aprendizagem Contínua; Educação; Excelência no serviço prestado; Liderança; Informação; Materiais de Aprendizagem; Qualidade da Imagem; Qualidade da informação; Redução de Dose                                                                                                                                                                                                                                                                                            |

Fonte: As autoras.

### 3.1 Proteção Radiológica

As exposições médicas e ocupacionais às radiações ionizantes podem produzir efeitos biológicos (estocásticos e determinísticos) no ser humano, que pode desencadear danos à saúde. O radiodiagnóstico constitui a principal fonte de exposição da população a radiação ionizante (LEYTON et al. 2014). Para minimizar os efeitos desta exposição, deve-se estar atento aos princípios de proteção radiológica (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A Proteção Radiológica pode ser compreendida como “conjunto de medidas que visam proteger o homem, seus descendentes e seu meio ambiente contra possíveis efeitos indevidos causados pela radiação ionizante” (BRASIL, 1998). Para que estas

medidas sejam cumpridas há uma série de fatores que precisam ser observados:

- cumprimento da legislação no que tange a controle e garantia de qualidade (ALVARENGA, 2008; PINA, 2009; RAMOS, 2008; PROENÇA, 2009; RASULI, 2015), Programa de Garantia de Qualidade (MACEDO; RODRIGUES, 2009; SILVA; CARVALHO; AZEVEDO, 2004; MENDES; RAMOS; ABREU, 2011; FIGUEIREDO; GAMA, 2012; HUHN, 2014).

- as ações no serviço devem ser pautados pelos Princípios de Proteção Radiológica, que são: justificção, otimização, limitação da dose e prevençção de acidentes (BRASIL, 1998). Dentre os itens que se deve ter maior atençção são: dose de entrada na pele (OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA, 2006); padrões de dose em radiologia pediátrica (LIMA; CARVALHO; AZEVEDO, 2004); parâmetros de dosimetria de pacientes (OLIVEIRA, 2012); e dose glandular (MESSIAS, 2016; VANO; FERNANDEZ SOTO, 2007).

- a imagem deve ter qualidade dentro dos padrões estabelecidos a fim de que o laudo seja o mais fidedigno (OLIVEIRA et al. 2014; TAVANO; OLIVEIRA; SILVA, 2013). Dentre os fatores que influenciam esta qualidade estão: processamento (MAGALHAES; AZEVEDO; CARVALHO, 2002), critérios de qualidade e rejeição de filmes (HARDY; PERSUAD, 2001); negatoscópios, os monitores, luminância da sala pós-processamento (PINTO et al., 2012; AMORIM, 2015). No caso da mamografia, a luminância do negatoscópio influencia na detecção de microcalcificações (MEDEIROS et al. 2003). Outro fator que deve ser dado atençção e o Picture Archiving and Communication System (PACS), que integra os sistemas de imagem; todavia nem sempre ele tem avaliaçção (VAN DE WETERING et al., 2011).

Considerando estes itens relacionado a Proteção Radiológica, percebe-se que além da tecnologia e da parte técnica, a informaçção também está presente no serviço. Se a comunicaçção vem com ruídos, todo processo é afetado. Toda a equipe deve ter informaçção e padrões para a prática da Proteção Radiológica.

### **3.2 Comunicaçção**

A comunicaçção entre paciente e profissionais em serviços de saúde influencia diretamente a qualidade do serviço, e consequentemente seus resultados. O profissional

da radiologia deve estabelecer desde o primeiro contato um canal consistente de comunicação, que preste esclarecimentos ao paciente, transmitindo confiança entre ambos os lados (SANTOS, p.12, 2011; PINA, 2007; ROSENKRANTZ; DOSHI, 2016).

Na radiologia, a entrega que se faz ao paciente é o tratamento (saúde) e a informação; esta é dada por meio do laudo, ou da imagem. Atualmente, com o avanço da tecnologia, permitiu-se que a imagem pudesse ser transmitida de um local para outro, de modo que o laudo possa ser feito até mesmo em outro país. Dentre as novas tecnologias está a telerradiologia (WEINSTEIN et al. 2007), que permite esta mudança de ambiente, bem como um *networking* global. Esta mudança possibilita melhorar a velocidade de entrega, precisão, qualidade dos laudos, e custo-eficácia dos resultados para os pacientes (ADLER; YU; DATTA, 2009).

Considerando que nos processos de trabalho há interações entre pessoas, máquinas (tecnologia) e o ambiente, o olhar ergonômico se faz presente. Ele não deve ser apenas da ótica física, mas também do prisma organizacional e cognitivo.

Goyal e Rachapalli (2008) observaram que as condições de trabalho, influenciam nas questões de prejuízo e fadiga. Um setor que leva em consideração os fatores ergonômicos aumenta a produtividade, eficiência e a satisfação do trabalho. Dentre os problemas de um setor estão: trabalho repetitividade, má postura, barulho, falta de treinamento, entre outros. Tais fatores também são observados por Siewert et al. (2013).

### **3.3 Gestão**

O gerenciamento correto do setor, com observação da qualidade em cada projeto e processo, feita de maneira sistemática, visa eliminar falhas. E demonstra preocupação com a satisfação de todos envolvidos no processo (técnico de raios X, médico, paciente, etc) (COUTO et al. 2003).

Dentre as técnicas para se trabalhar no setor, estão a filosofia do *lean thinking*, e *lean six sigma* que possibilitam cuidados com a qualidade e segurança do paciente, custo, redução do tempo de espera e satisfação da equipe (COSTA; GODINHO, 2016; WORKMAN-GERMANN, 2007; BRODER et al., 2018).

No estudo apresentado por Sadiq Sohail (2003), a percepção de qualidade no



serviço em hospital da Malasia, ocorreu por meio de aplicação de *survey* com os pacientes. Dentre os itens pesquisados estavam:

- Tangibilidade (equipamentos modernos; aparência visual do hospital e dos profissionais);
- confiabilidade (o serviço deve ser como prometido, e os erros não deveriam existir);
- responsabilidade (profissionais dispostos a ajudar pacientes);
- garantia (confiança, cortesia, conhecimento); e
- empatia (pacientes com atenção individual, e com horário de consulta conveniente).

A pesquisa demonstrou que conhecer o que motiva a satisfação do cliente é serve como um norteador para a gestão na melhoria da qualidade do setor.

Um outro estudo partiu para o oposto: conhecer os motivos de insatisfação do paciente num serviço hospitalar (RASOULI, ZAREI, 2016). No caso de hospitais públicos, o índice de insatisfação é alto, sendo os itens com pior avaliação: serviço de comida, ambiente e instalações. Para melhor avaliação na tomada de decisão, os autores sugerem o uso da ferramenta *Analytic Hierarchy Process* (AHP) para análise da qualidade do departamento de radiologia em hospitais. Tal item também é indicado por Alimohammadzadeh, Bahadori e Hassani (2016).

Saber o que o cliente quer traz direção (SILVA; RODRIGUES, 2011; BRODER *et al.*, 2018). Harding *et al.* (2020) aborda que a melhoria da qualidade começa com a pergunta: o que importa para você? É a partir das respostas a esta pergunta que o serviço deve ser modelado.

Além do cliente-paciente, há os clientes internos: profissionais e organização. O gestor deve estar atento a carga de trabalho, produtividade (MACDONALD *et al.*, 2013A; MACDONALD *et al.*, 2013B), qualidade de vida (FERNANDES, 2012), bem como aos processos do setor (NAGULA, 2014). Para Donnely (2017) há oito características para melhorias de equipes: Ser um bom ouvinte; ter comunicação eficiente em um ciclo de responsabilidade; ter simplicidade do estresse: ter priorização e ritmo; gastar energia com o desenvolvimento de pessoas; conduzir ao otimismo; criar uma cultura de bem-estar e sustentabilidade; ter atitude progressista em relação a falha; e projetar humildade sobre arrogância.

Um gestor tem que pensar de maneira sistêmica. Em tempos de pandemia com COVID-19 é preciso repensar os fluxogramas em função da segurança dos pacientes, conforme aborda Horsley *et al.*(2020). Além disso, é preciso estar aberto a novas tecnologias, como a implementação de inteligência artificial (IA) para auxiliar o serviço (STROHM *et al.*, 2020).

### **3.4 Educação**

A educação ajuda no desenvolvimento de competências no serviço. Ela se faz por meio teórico e prático. Koch e Castro (2010) enfatizam a necessidade de se ter cursos de capacitação que enfatizem a prática. Na pesquisa observou-se muitos erros de diagnóstico. Ou seja, o método de ensino-aprendizagem precisa ser revisto; sendo uma sugestão avaliar periodicamente o conhecimento técnicos e de segurança dos profissionais (FARAJOLLAHI *et al.*, 2014).

Numa era em que tudo é *just-in-time*, outra sugestão é ter um sistema online de ensino, que seja acessível. Essa é a proposta de Kahn *et al.* (2007). O sistema foi concebido para médicos com base em artigos publicados em periódicos.

### **3.5 A organização e a qualidade**

Uma organização pode ser compreendida como: um sistema social predeterminado, um sistema social construído ou como um processo de ações e decisões.

Na ótica do processo de ações e decisões, ela é um sistema de entradas e saídas, com processamentos e trocas com o ambiente. Ou seja, na perspectiva do modelo sócio-técnico, é um sistema vivo, composto de muitos sistemas (ou subsistemas) interdependentes. Há relações entre pessoas (organização), as tecnologias e os processos. Para Sagayam, Menon e Babu (2018) é muito importante conhecer os processos que permeiam o serviço, mensurar o tempo de cada etapa e estudar meios de reduzir os desperdícios.

Para compreender o trabalho, faz-se necessário entender o conceito de atividade. Entende-se atividade como um conjunto de fenômenos que caracterizam o ser vivo

cumprindo atos. Ela é o elemento central que organiza e estrutura os componentes de trabalho (GUÉRIN et al., 2001, p. 26).

Na radiologia, as atividades desempenhadas estão atreladas a entrega de um benefício ao cliente. Este cliente pode ser o trabalhador, uma empresa, ou um paciente. Para o paciente, o benefício pode ser a informação (entrega de laudo ou imagem radiográfica para fins diagnósticos), ou saúde (uso da radiação para tratamento).

Sabe-se que a qualidade do serviço deve permear todas as atividades. Mas afinal, o que é qualidade?

Por meio da análise feita com o portfólio deste estudo, observou-se um enfoque maior no tema de Proteção Radiológica, em especial no PGQ. Um PGQ visa a redução de custos dos exames; redução das exposições à radiação; e otimização da qualidade das imagens. A qualidade resumiu-se a isso.

Entretanto, ela não está atrelada a apenas este item. Qualidade é um conjunto de fatores tangíveis e intangíveis num serviço de constante melhoria. É mensurada pela percepção da entrega e do que se espera de um serviço.

É percebida nas interações entre os elementos de um Serviço, refletindo na satisfação do cliente. Forcellini (2014) traz como elementos de um sistema Serviço: produtos, bens facilitadores, serviços, ambiente, pessoas, informações, processo e instalações de apoio.

Para exemplificar o supracitado, utilizar-se-á a metáfora da árvore, conforme figura 2. Numa visão simplista, uma árvore é composta por: raiz, caule (tronco), galhos, folhas, frutos, flores e sementes. As raízes de uma árvore permanecem sem serem vistas sob a terra, onde elas fazem o trabalho de armazenar alimento e extrair água e nutrientes do solo, para ajudar o fruto a se desenvolver. O tronco possui tecidos condutores (xilema e floema), que transportam e distribuem substâncias.

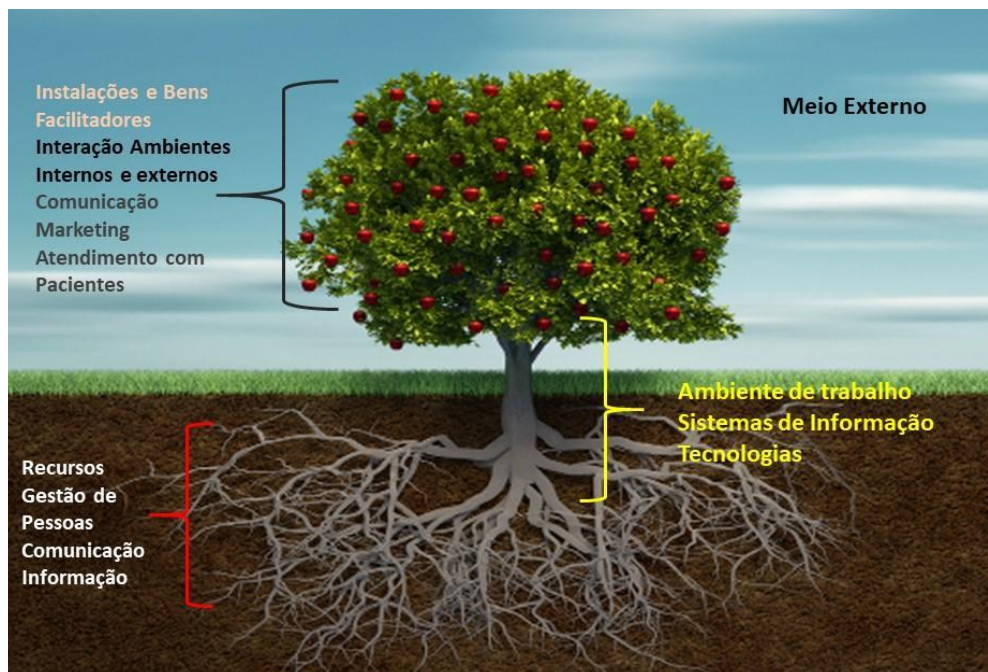
O xilema leva a água e sais minerais (seiva bruta extraída pela raiz) até as folhas. Nelas ocorre a fotossíntese, e o floema distribui a seiva elaborada para outras partes da árvore. Na fase adulta a árvore está pronta para se reproduzir e desenvolver as flores. As flores simbolizam as estruturas reprodutoras. Elas produzem sementes. Os frutos têm a função de proteger as sementes.

Um serviço possui a dinâmica das interações que ocorrem na árvore. A raiz possui os insumos (recursos financeiros, gestão de pessoas, recursos materiais,

comunicação e informação); o tronco corresponde ao ambiente de trabalho com os sistemas de informação e suas tecnologias. Os galhos são as instalações e bens facilitadores, que servem como recursos físicos e materiais.

As flores são os principais meios de contato com o ambiente externo, ou seja, correspondem ao atendimento prestado pelas pessoas que trabalham diretamente com os clientes (estética; tempo de espera, de execução do exame, e de entrega do benefício; humanização; execução dos princípios de proteção radiológica). Os frutos e sementes são a comunicação, marketing e propagação da informação.

Figura 2 – Metáfora da árvore.



Fonte: as autoras.

Todo o sistema possui processos que devem estar bem alinhados a fim de que a entrega do benefício ao cliente seja a melhor possível. Se a raiz estiver contaminada, ou com algum problema, todo o processo de fornecimento de seivas é comprometido. A árvore está suscetível às intempéries da natureza, assim está o serviço. Sofre influência do meio externo (mercado socioeconômico).

Para Hoe (2007) há diferença entre a qualidade de um serviço e a entrega de um serviço. A qualidade do serviço é parte da entrega, e pode ser definida como um serviço que vai de encontro ou excede a necessidade e expectativa do cliente, tornando-o feliz.

A entrega do serviço leva a outros fatores como bom serviço para o cliente; controle de qualidade; garantia de qualidade; melhoria da qualidade. Para que a entrega do serviço seja melhorada é necessário: identificar o cliente do departamento; entender como o cliente acessa o serviço de radiologia (lembrando dos principais fatores que determinam a satisfação: confiabilidade; responsividade; garantia, empatia e tangibilidade). E também entender as necessidades do cliente e como avaliar sua satisfação.

Para certificação do modelo de qualidade no serviço de radiologia, há padrões estabelecidos pelo Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem (CBR), o qual é responsável no Brasil pela Acreditação nos Serviços de Diagnóstico por Imagem, por meio do PADI – Programa de Acreditação em Diagnóstico por Imagem, e também gestora de outros programas de qualidade pelos selos de Mamografia, Tomografia Computadorizada, Ultrassonografia e Ressonância Magnética (PADI, 2021).

#### **4. Conclusão**

Um serviço é um sistema vivo que precisa ser cuidado diariamente. A qualidade do serviço não se resume a: produtividade, cordialidade, estética, PGQ, atendimento da legislação, tecnologias, recursos, processos bem alinhados. Mas sim, na interação dos fatores citados anteriormente para melhor entrega de valor.

A qualidade pode variar de setor para setor, afinal, quando se tem pessoas, há culturas e climas organizacionais estabelecidos. Todavia, cada ambiente deve considerar as pessoas como sujeitos agentes que participam da regulação do trabalho; e assim buscar saber o que é valor para ela, e tentar transformar as necessidades e expectativas em requisitos e especificações que possam nortear a gestão da empresa.

Como futuros trabalhos sugere-se: estudar a inserção de meios de interação com os clientes na internet; identificar o significado de qualidade com profissionais, pacientes e gestores de radiologia; estudos sobre a legislação e documentos nacionais, e estaduais; estudos na supervisão das técnicas radiológicas, bem como estudos sobre o PADI e outros selos de qualidade e acreditação.

## 5. Referências

ADLER, J.; YU, C.; DATTA, M. The changing face of radiology: From local practice to global network. **Medical Journal of Australia**, v. 190, n. 1, p. 20, 2009.

ALIMOHAMMADZADEH, K.; BAHADORI, M.; HASSANI, F. Application of Analytical Hierarchy Process Approach for Service Quality Evaluation in Radiology Departments: A Cross-Sectional Study. **Iranian Journal of Radiology**, v. 13, n. 1, 2016.

ALVARENGA, F. L. **Análise de parâmetros e controle de qualidade de sistemas de radiologia computadorizada para mamografia**. 2008. 99 f. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)—Curso de Pós-graduação em Ciências e Tecnologia das Radiações Minerais e Materiais, Departamento de CDTN, Comissão Nacional de Energia Nuclear, Belo Horizonte.

AMORIM, R. S. de et al. **Avaliação da qualidade dos dispositivos de exibição e salas de laudo em serviços de radiodiagnóstico de hospitais-escola da região nordeste do Brasil**. 2015. Dissertação. Universidade Federal Sergipe. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BORBA, A.K. **A humanização da assistência em ambientes hospitalares: uma revisão integrativa**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Radiologia). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Soc**, v. 5, n. 11, p. 121-36, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 453, de 1 de junho de 1998**. Dispõe sobre as Diretrizes de Proteção Radiológica em Radiodiagnóstico Médico e Odontológico. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de jun.1998.

BRODER, Jennifer C. et al. Creating a radiology quality and safety program: principles and pitfalls. **Radiographics**, v. 38, n. 6, p. 1786-1798, 2018.

CARVALHO, C. O. M. et al. Qualidade em Saúde: Conceitos, Desafios e Perspectivas. **J Bras Nefrol**. v. 26, n.4., p. 216-222, 2004.

COSTA, L. B. M.; GODINHO FILHO, M. Lean healthcare: review, classification and analysis of literature. **Production Planning & Control**, v. 27, n. 10, p. 823-836, 2016.

COUTO, N. F. do et al . Modelo de gerenciamento da manutenção de equipamentos de radiologia convencional. **Radiol Bras**, São Paulo, v. 36, n. 6, p. 353-361, dez. 2003 .

DONNELLY, Lane F. Aspirational characteristics for effective leadership of improvement

teams. **Pediatric radiology**, v. 47, n. 1, p. 17-21, 2017.

FADEL, M. A. V.; REGIS FILHO, G. I. Percepção da qualidade em serviços públicos de saúde: um estudo de caso. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 7-22, fev. 2009.

FARAJOLLAHI, A. R. et al. Radiographers' professional knowledge regarding parameters and safety issues in plain radiography: a questionnaire survey. **The British journal of radiology**, v. 87, n. 1040, p. 201-490, 2014.

FARIA, A. N. da S.; SOUZA, S. M. de L. Gestão de qualidade total num serviço de radiologia: contributos utilizados no centro de medicina nuclear. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 6, n. 3, p. 70-86, 2014.

FERNANDES, I. M. **Avaliação da qualidade de vida dos trabalhadores de serviços de radiodiagnóstico**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FIGUEIREDO, F. M. de; GAMA, Z. A. da S. Melhoria da proteção radiológica mediante um ciclo de avaliação interna da qualidade. **Radiol Bras**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 87-92, abr. 2012.

FORCELLINI, F. A. **Desenvolvimento de Serviços. Notas de aula**. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

GANONG, L. H. Integrative reviews of nursing research. **Res Nurs Health**. v. 10, n. 1, p. 1-11, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOYAL, N.; JAIN, N.; RACHAPALLI, V. Ergonomics in radiology. **Clinical radiology**, v. 64, n. 2, p. 119-126, 2009.

GUÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. In: **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. Edgar Blucher, 2001.

HARDING, L. et al. "Always Events®"... just another quality improvement tool... or is it?. **Radiography**, v. 26, p. S20-S26, 2020.

HARDY, M.; PERSAUD, A. The challenge of governance: achieving quality in diagnostic imaging. **Radiography**, v. 7, n. 3, p. 159-163, 2001.

HOE, John. Quality service in radiology. **Biomed Imaging Interv J**, v. 3, n. 3, p. 29-424, 2007.

HORSLEY, Patrick J. et al. Radiation oncology during COVID-19: Strategies to avoid compromised care. **Asia-Pacific Journal of Clinical Oncology**, 2020.

HUHN, A. **Programa de proteção radiológica em um serviço hospitalar de radiologia**. 2014. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

KAHN, C. E. et al. A presentation system for just-in-time learning in radiology. **Journal of digital imaging**, v. 20, n. 1, p. 6-16, 2007.

KOCH, H.; CASTRO, M. V. K. Qualidade da interpretação do diagnóstico mamográfico. **Radiol Bras**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 97-101, abr. 2010.

LEYTON, F. et al . Riscos da Radiação X e a Importância da Proteção Radiológica na Cardiologia Intervencionista: Uma Revisão Sistemática. **Rev. Bras. Cardiol. Invasiva**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 87-98, mar. 2014.

LIMA, A. A. de; CARVALHO, A. C. P.; AZEVEDO, A. C. P. de. Avaliação dos padrões de dose em radiologia pediátrica. **Radiol Bras**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 279-282, ago. 2004.

MACDONALD, S. L. S. et al.A. Measuring and managing radiologist workload: Application of lean and constraint theories and production planning principles to planning radiology services in a major tertiary hospital. **Journal of medical imaging and radiation oncology**, v. 57, n. 5, p. 544-550, 2013.

MACDONALD, S. L. S. et al.B. Measuring and managing radiologist workload: A method for quantifying radiologist activities and calculating the full-time equivalents required to operate a service. **Journal of medical imaging and radiation oncology**, v. 57, n. 5, p. 551-557, 2013.

MACEDO, H. A. S.; RODRIGUES, V. M. C. P. Programa de controle de qualidade: a visão do técnico de radiologia. **Radiol Bras**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 37-41, fev. 2009 .

MAGALHAES, L. A. G.; AZEVEDO, A. C. P. de; CARVALHO, A. C. P. A importância do controle de qualidade de processadoras automáticas. **Radiol Bras**, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 357-363, nov. 2002 .

MEDEIROS, I. L. et al. Revisão Sistemática e Bibliometria facilitadas por um Canvas para visualização de informação. **InfoDesign: Revista Brasileira de Design da Informação**, v. 12, n. 1, 2015.

MEDEIROS, R. B. et al . Influência da luminância do negatoscópio na detectabilidade de fibras e microcalcificações, determinada por meio de objetos simulados. **Radiol Bras**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 21-25, Jan. 2003.

MENDES, A. C. R.; RAMOS, C. L.; ABREU, D. W. M. de. Avaliação das condições de funcionamento dos equipamentos de raios X médico em serviços de radiologia no Estado da Paraíba, durante os anos de 2008 e 2009. **Radiol Bras**, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 244-248, ago. 2011



MESSIAS, P. C. et al. **Controle de qualidade, medição de dose glandular média e protocolo de rotina para tomossíntese digital mamária**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

NAGULA, P. **Redesigning the patient care delivery processes at an emergency department**. MSc. Thesis. Thomas J. Watson School of Engineering and Applied Sciences, Binghamton. 2004.

OLIVEIRA, A. L. da R. de. **Avaliação de dose de entrada na pele em pacientes pediátricos através de medidas dosimétricas**. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

OLIVEIRA, B. B. et al. Dosimetria e avaliação da qualidade da imagem em um sistema de radiografia direta. **Radiol Bras**, São Paulo, v. 47, n. 6, p. 361-367, dez. 2014.

OLIVEIRA, M. de. **Controle de Qualidade e Dose de Entrada na Pele em Serviços de Mamografia de Minas Gerais**. 2006. Dissertação (Mestrado). Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear: Belo Horizonte. 2006.

OLIVEIRA, P. M. C. de. **Avaliação de parâmetros da qualidade de imagem e dosimetria de pacientes submetidos a exames radiológicos de tórax**. 2012. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. 2012.

OLIVEIRA, Paulo Márcio Campos et al. Radiation levels and image quality in patients undergoing chest X-ray examinations. **Radiation Physics and Chemistry**, v. 140, p. 305-308, 2017.

PADI. **Programa de Acreditação em Diagnóstico por Imagem**. Brasil: Colégio Brasileiro de Radiologia, 2021. Disponível em: <https://padi.org.br/apresentacao/>

PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade: teoria e prática**. Atlas, 2010.

PINA, D. R. de et al. Controle de qualidade e dosimetria em equipamentos de tomografia computadorizada. **Radiol Bras**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 171-177, jun. 2009.

PINA, E. R. Educação, comunicação e tecnologia educacional: interfaces com o campo da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1499-1500, 2007.

PINTO, M. et al. Controle de qualidade de monitores de diagnóstico por imagem e iluminância nos espaços de pós-processamento em serviços de imagiologia. **Radiol Bras**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 29-34, fev. 2012

PROENÇA, J. de A. **Implementação do controle da qualidade da imagem radiológica digital**. 2009. Dissertação (Mestrado em Qualidade). Universidade Fernando Pessoa. 2008.

QUEIROZ, J. V. et al. Gestão da qualidade em um setor de radiologia hospitalar: um estudo no centro de diagnóstico por imagem (Santa Catarina). **Revista Brasileira de Inovação Tecnológica em Saúde**, v. 4, n. 4, p. 1-13, 2011.

RAMOS, M. M. de B. Impacto das ações de vigilância sanitária no programa de controle de qualidade nos serviços de mamografia no Estado da Paraíba, no período de 1999 a 2003. **Radiol Bras**, São Paulo , v. 41, n. 4, p. 280, ago. 2008 .

RASOULI, O.; ZAREI, M. H. Monitoring and reducing patient dissatisfaction: a case study of an Iranian public hospital. **Total Quality Management & Business Excellence**, v. 27, n. 5-6, p. 531-559, 2016.

RASULI, B. et al. quality control of conventional radiology devices in selected hospitals of Khuzestan province, Iran. **Iranian Journal of Medical Physics**, v. 12, n. 2, p. 101-108, 2015.

ROSENKRANTZ, A. B.; DOSHI, A. M. Public transparency Web sites for radiology practices: prevalence of price, clinical quality, and service quality information. **Clinical imaging**, v. 40, n. 3, p. 531-534, 2016.

SADIQ SOHAIL, M. Service quality in hospitals: more favourable than you might think. **Managing Service Quality: An International Journal**, v. 13, n. 3, p. 197-206, 2003.

SAGAYAM, Maria Sabastin; MENON, S. Aravind; BABU, Shekar. Enhancing the Quality of Processes in Healthcare in India. In: **International Conference on Advances in Computing, Communications and Informatics (ICACCI)**. IEEE, 2018. p. 1986-1992.

SANTOS, F. B. et al. **O processo de liderança em contexto espiritualizado: a escola Waldorf Anabá**. 2015. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2015.

SANTOS, F. M. **A importância e influência da anamnese nos laudos de exames mamográficos**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Radiologia). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SIEWERT, B. et al. Practice policy and quality initiatives: strategies for optimizing staff safety in a radiology department. **Radiographics**, v. 33, n. 1, p. 245-261, 2013.

SILVA, C. R. R. G; RODRIGUES, V. M. Costa Pereira. O que dizem os pacientes dos serviços privados de Radiologia, Portugal. **Saúde soc.**, São Paulo , v. 20, n. 2, p. 425-433, jun. 2011.

SILVA, M. O. da; CARVALHO, A. C. P.; AZEVEDO, A. C. P. de. Levantamento das condições de funcionamento dos serviços de radiologia de hospitais públicos e universitários do Rio de Janeiro. **Radiol Bras**, São Paulo , v. 37, n. 4, p. 271-278, ago. 2004.

STROHM, Lea et al. Implementation of artificial intelligence (AI) applications in radiology: hindering and facilitating factors. **European radiology**, v. 30, p. 5525-5532, 2020.

TAVANO, O.; OLIVEIRA, M. J.; SILVA, P. G. Quality of image control. In: **Radiology Clinic using the software**, v. 61, n. 3, p. 319-325, 2013.

VAN DE WETERING, Rogier et al. A situational alignment framework for PACS. **Journal of digital imaging**, v. 24, n. 6, p. 979-992, 2011.

VANO, E.; FERNANDEZ SOTO, J. Patient dose management in digital radiography. **Biomed Imaging Interv J**, v. 3, n. 2, p. 26, 2007.

WEINSTEIN, R. S. et al. The innovative bundling of teleradiology, telepathology, and teleoncology services. **IBM Systems Journal**, v. 46, n. 1, p. 69-84, 2007.

WHITTEMORE, R. Combining evidence in nursing research: methods and implications. **Nursing Research**, Baltimore, v. 54, n. 1, p. 56-62, jan.-fev. 2005.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, dez. 2005.

WORKMAN-GERMANN, J.; HAGG, H. W. Implementing lean six sigma methodologies in the radiology department of a hospital healthcare system. **RCHE Publications**, p. 27, 2007.



## **A tecnologia de pasteurização pelo método alternativo: capacitação e novas perspectivas para a agricultura familiar**

**Karoline Mikaelle Paiva Soares<sup>1</sup>**

**Laís Karla Silva<sup>2</sup>**

**Tarciara Fonseca Pereira<sup>3</sup>**

**Vilson Alves Gois<sup>4</sup>**

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi tornar público e trazer outra alternativa viável de pasteurização do leite para pequenos produtores de queijo coalho da agricultura familiar. A metodologia foi feita através de uma capacitação para demonstração na prática. Os resultados demonstraram que os pequenos produtores não tinham uma noção e desconheciam as tecnologias para pasteurização do leite, não obtinham conhecimento sobre como manipular alimentos de uma forma correta. Quando aprenderam sobre a pasteurização, a qualidade do queijo obteve melhoras significativas. As discussões relatadas neste estudo, além de realizar a verificação da realidade dos pequenos agricultores, forneceu auxílio aos produtores nos requisitos: Pasteurização do leite de forma alternativa, de forma possível e econômica, e dessa forma agregar valor ao produto.

**Palavras-Chave:** Pasteurização do leite; Queijo coalho; Capacitação.

### **Pasteurization technology by the alternative method: training and new perspectives for family farming**

**Abstract:** The objective of this study was to make public and bring another viable alternative for milk pasteurization to small family farmers' coalho cheese producers. The methodology was carried out through a training for demonstration in practice. The

---

<sup>1</sup> Professora Doutora da UFERSA, Brasil. Responsável pelas disciplinas de Biotecnologia de Alimentos, Enzimologia e Tecnologia da Fermentação do Curso de Biotecnologia e pela disciplina de Tecnologia Agroindustrial do Curso de Agronomia da UFERSA. karolinesoares@ufersa.edu.br

<sup>2</sup> Possui Doutorado e Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Realizou Especialização em Práticas Pedagógicas no Ensino Superior/ Universidade Potiguar, graduação em Jornalismo, Radio & TV e Letras pela UFRN. laisbarreto@gmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda em Administração pela Universidade Potiguar - UNP em Natal - RN (2020 - 2023). Mestre em Ambiente Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semi-árido - UFERSA (2015). Especialista em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (2009). Graduada em Administração pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (2006). tarciara@ufersa.edu.br

<sup>4</sup> Doutor em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (2009). Mestre em Ciência dos Alimentos pela Universidade Federal de Lavras (1981). Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (1977). vilsonagois@ufersa.edu.br

results showed that the small producers did not have a notion and were unaware of the technologies for milk pasteurization, they did not obtain knowledge about how to handle food correctly. When they learned about pasteurization, the quality of the cheese improved significantly. The discussions reported in this study, in addition to verifying the reality of small farmers, provided assistance to producers in the following requirements: Pasteurization of milk in an alternative way, in a possible and economical way, and thus add value to the product.

**Keywords:** Milk pasteurization; Curd cheese; Training.

### **Tecnología de pasteurización por el método alternativo: formación de nuevas perspectivas para la agricultura familiar**

**Resumen:** El objetivo de este estudio fue dar a conocer y acercar otra alternativa viable para la pasteurización de la leche a las pequeñas fincas familiares productoras de queso carbonho. La metodología se llevó a cabo mediante una formación para la demostración en la práctica. Los resultados mostraron que los pequeños productores no tenían una noción y desconocían las tecnologías para la pasteurización de la leche, no obtuvieron conocimientos sobre cómo manejar correctamente los alimentos. Cuando se enteraron de la pasteurización, la calidad del queso mejoró significativamente. Las discusiones reportadas en este estudio, además de verificar la realidad de los pequeños productores, brindaron asistencia a los productores en los siguientes requisitos: Pasteurización de la leche de manera alternativa, de manera posible y económica, y así agregar valor al producto.

**Palabras clave:** Pasteurización de la leche; Requesón; Capacitación.

## **1. Introdução**

O leite de fato é um alimento lácteo rico em nutrientes que beneficia tanto a saúde humana como o bem-estar animal, por isso este laticínio é muito importante que esteja com boa qualidade, respeitando as boas práticas e os regras obrigatórias, assim valorizando a sua segurança alimentar (SANDOVAL; RIBEIRO, 2021).

Atualmente a sociedade está optando por alimentos com pouca ou nenhuma industrialização e processamentos mas desejam produtos confiáveis em sua origem por esta razão esses consumidores estão optando por produtos da agricultura familiar. Uma pesquisa recente da Embrapa, mostrou que o queijo é o derivado lácteo mais adquirido, e diferente do que aconteceu em outros países, no Brasil, a grande maioria dos consumidores (83%) está encontrando com facilidade os produtos lácteos no mercado, o que reflete o comprometimento dos produtores e laticínios em manter o abastecimento (EMBRAPA, 2020).

Esta produção referencia exatamente a guarnição particular, acrescentando valor, o que distingue seus itens ou seus sistemas produtivos (COLETTI, 2014). Ao prolongar dos anos, as legislaturas que sempre respeitando a identidade do mesmo na região (ROSSI; DE PAULA, HIROKI; KATSUDA, 2021).

Existe uma variedade de tipos de queijos no Brasil, mas de maneira geral os todos passam pelo mesmo tipo de processamento inicial, e são denominados como produto lácteo fresco ou maturado que se obtém por meio da separação parcial do soro em relação ao leite ou ao leite reconstituído integral, parcial ou totalmente desnatado ou de soros lácteos, coagulados pela ação do coalho, de enzimas específicas, produzidas por microrganismos específicos, de ácidos orgânicos, isolados ou combinados, todos de qualidade apta para uso alimentar, com ou sem adição de substâncias alimentícias, de especiarias, de condimentos ou de aditivos (BRASIL, 2019). O consumidor está sucessivamente mais minucioso sobre a significado do valor e procedência do produto que está nas estantes dos comércios, casas, sacolões e mercados.

O produtor familiar para comercialização certa de sua produção e ter uma grande recompensa nos negócios são alguns dos problemas que eles confrontam. Entretanto, vem conquistando administrar seu empreendimento, nutrindo de recursos proveitosos e alcançando um ganho que irá complementar na vida de seu grupo familiar e por conseguinte, na difusão da terra e da produtividade (GONÇALVES; FARIA; OLIVEIRA, 2020). Basta ter meios para que isso possa acontecer.

Agricultura familiar bem-sucedida subsidiam não unicamente para o revigoramento do desenrolamento local, mas, também para a afeição do homem campo ao campo, ofertando melhor autoafirmação, importância e oferecimento de provisões, limites que, em composição, amplificam a desenvolvimento sustentável rural (BITTENCOURT, 2018).

O objetivo geral desta pesquisa é tornar público e trazer outra alternativa viável de pasteurização para pequenos produtores de queijo coalho da agricultura familiar. A demonstração na prática da técnica alternativa de pasteurização, justifica-se pelo fato de ser eficaz e o custo muito baixo, trazendo assim uma excelente estratégia para os pequenas queijarias artesanais que não tem o poder de aquisição de compra elevado, desta forma inviabilizando a compra de um equipamento de pasteurização industrializado, por ser de alto custo, e pela técnica de pasteurização pelo método alternativo o valor seria dentro da

realidade econômica em que se encontram essa comunidade (PEREIRA, 2015). Esta pesquisa foi aplicada uma capacitação para agricultores familiares, onde tiveram como resultado melhoria na qualidade do queijo coalho.

## **2. Desenvolvimento Teórico**

### **2.1 Capacitação para pequenos produtores da agricultura familiar**

Os agricultores familiares no Brasil passam por muitos problemas, que constituem fortes barreiras para a sua competitividade e sustentabilidade ao passar dos anos. Através desses problemas, merecem cuidado particular aqueles associados com aspectos de administração, porquanto, de maneira universal, a grande pluralidade dos pequenos e médios produtores tem graves deficiências gestão, elevando, igualmente, a continuidade de empreendimentos familiares que tem baixas remunerações (LAZZAROTO; FIORAVANÇO, 2012).

As baixas tecnologias usadas pelos agricultura familiar não pode ser justificada unicamente por não ter nível tecnológico avançado, porque em diversas situações, mesmo quando existe o poder tecnológico, este não é utilizado na produção de forma correta, ao passo que, a falta de gestão e de capacitação profissional faz da tecnologia se tornar inútil.

Reconhecendo que o desempenho e a sobrevivência dos agricultores dependem de um conjunto de fatores e agentes que formam um sistema, que são mais ou menos integrados ou harmoniosos, a transferência da análise para a cadeia da indústria agrícola requer uma abordagem sistemática (BATALHA. et al., 2004). Porém, devido a uma variedade de fatores, incluindo o baixo nível de escolaridade de Santos (2012), e a gestão da pequena propriedade no meio rural, basicamente a coleta de dados, a geração de informações, as decisões e ações decorrentes dessas decisões não são no âmbito doméstico e literatura internacional A base da satisfação (BATALHA, 2004). Batalha (2004) explicou ainda que várias tarefas no domínio da gestão de pequenas propriedades em áreas rurais estão quase sempre limitadas aos aspectos financeiros e económicos relacionados com custos, finanças e contabilidade, por vezes os modelos disponíveis controlam: os custos associados com a pecuária, mas trabalhar em outras ferramentas de gestão que tratem de

padrões que definam produtos e processos de produção, além da visão de curto prazo de contribuição, sistemas de gestão da qualidade, planejamento e controle, etc. Não recebeu a atenção que merece.

Costa e Dörr (2010) acredita que o pequeno produtor rural consegue administrar bem suas relações na cadeia produtiva, seja a jusante ou a montante, o que se torna ainda mais importante para os agricultores familiares diante das restrições econômicas e econômicas. As condições de produção em que se encontram.

Com base no modelo de formação gerencial, para a implementação de ações efetivas voltadas ao aprimoramento da gestão da agricultura familiar, recomenda-se a adoção de instrumentos operacionais em cinco etapas: características gerais da unidade produtiva, definição de grupos de produtores, identificação de prioridades de manejo, articulação ferramentas de métodos de desenvolvimento e verificação e implementação de ações de formação.

Segundo Callado e Callado (1999), a maior parte das atividades agrícolas são realizadas de forma irregular durante o ano, e o manejo rural enfrenta o desafio de minimizar as irregularidades naturais do trabalho para fortalecer as atividades produtivas relacionadas. Costa e Dörr (2010) destacou em sua pesquisa que pouco tem sido feito para consolidar o sistema de gestão rural, dando especial atenção à realidade da agricultura familiar, e apenas adotando técnicas de gestão adequadas à realidade pesquisada, bem como a formação de menores para atuar diretamente. no setor Os agricultores familiares que são “gestores” de empreendimentos poderão ter uma agricultura familiar competitiva e sustentável.

## **2.1 Contexto da realidade investigada**

A queijarias artesanais que são fruto da agricultura familiar não dispõem de pasteurizadores de leite ou de recursos financeiros para a compra deste equipamento. De acordo com o SENAR (2010), a pasteurização do leite é um processo obrigatório na fabricação do queijo. Esse processo consiste no aquecimento do leite a uma temperatura conveniente por um período determinado. O objetivo é destruir os micro-organismos patogênicos que causam doenças no homem e os que são prejudiciais à tecnologia de



fabricação.

O processo de pasteurização do leite foi ajustado há muitos anos, de acordo com os parâmetros térmicos de algumas bactérias patogênicas mais resistentes, a tubercle bacillus, Coxiella burnetii e Listeria monocytogenes, desta forma, os tratamentos térmicos garantem a saúde do consumidor (ORDONEZ, 2005). Entre os vários tipos de pasteurização existentes, destacam-se a lenta e a rápida. No lento, o leite é aquecido a 65°C por 30 minutos, já no rápido, o leite é aquecido a 72- 75°C por breves 15-20 segundos (SENAR, 2010). O tratamento térmico de pasteurização é aplicado ao leite de forma lenta ou rápida à uma temperatura e tempo determinados para a destruição total dos micro-organismos patogênicos e para a diminuição do número de microrganismos deteriorantes. Ela pode ser lenta ou rápida (SILVA, 2020).

Os dois são equivalentes no poder de erradicação de microrganismos. Tal comparação é possível com base na cinética de erradicação térmica dos patógenos de maior resistência térmica do leite, o valor 'z' para Mycobacterium tuberculosis, Coxiella burnetii e Listeria monocytogenes, que é de aproximadamente 5°C (Stumbo, 1973). Para estes micro-organismos, cada vez que uma temperatura inicial T° C é incrementada em 5°C (z), o tempo de erradicação na temperatura inicial é encurtado em dez vezes. Com base neste parâmetro cinético é possível estabelecer um método de pasteurização alternativo, profundamente mais prático do que os dois processos tradicionais, que será descrito posteriormente (PEREIRA, 2015).

Conhecendo-se o 'z' e o tempo de pasteurização em uma temperatura conhecida, pode-se calcular o tempo de pasteurização numa temperatura diferente pela fórmula de Stumbo (1973):

Figura 1. Fórmula

$$\frac{F_1}{F_2} = 10^{(T_2 - T_1)/Z}$$

Fonte: Pereira (2015).

Onde:

F1= tempo de pasteurização conhecido em uma temperatura T1



com isso os baixos preços do seu produto queijo de coalho, pois os mesmos são produzidos sem a utilização de pasteurização do leite, sem Boas Práticas de Fabricação e de ordenha. Essas tecnologias poderiam ser implantadas por esses diminutos produtores para agregarem valor ao produto e saírem da informalidade (PEREIRA, 2015).

Produtos obtidos por processos artesanais têm colossal possibilidade de contaminação, devido ao uso de matérias-primas de fontes inseguras, utensílios sem higienização adequada ou com contaminação, elaboração em condições impróprias e armazenados e comercializados em temperaturas inadequadas, fatos que proporcionam um incremento do risco de causarem danos (OLIVEIRA et al., 2010). Fato este que poderia ser resolvido com a pasteurização do leite, no entanto falta a estes agricultores familiares recursos financeiros pois o pasteurizador tem um custo muito elevado para estes pequenos comerciantes.

Para estabelecimentos produtores de derivados do leite, elas são regulamentadas pela Portaria nº 368, de 04 de setembro de 1997 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou a resolução da DIPOA/DAS nº 10, de 22 de maio de 2003.

O Decreto nº 10.468 de 18 de agosto de 2020, descreve queijaria como o estabelecimento destinado à fabricação de queijos, que envolve as etapas de fabricação, maturação, acondicionamento, rotulagem, armazenamento e expedição, e que, caso não realize o processamento completo do queijo, encaminhe o produto a uma unidade de beneficiamento de leite e derivados (BRASIL, 2020).

O nível tecnológico deste queijo é obstatante simplório, pela sua fácil aceitabilidade, por sua forma de fabricação bastante rentável, o que possibilita o seu esgotamento de vendas, além de sua produtividade não forçar a compra de um equipamento sofisticado (FURTADO, 1991). Muitos estudos ainda apontam que existem locais com péssimo processamento de queijos, e muito ainda deve ser feito para a regularização dos estabelecimentos. Assim, com uma implementação da cultura de segurança de alimentos, se tornando parte dos estabelecimentos e parte do treinamento dos colaboradores, é possível que cada vez mais estabelecimentos considerados artesanais, consigam produzir em ambientes considerados seguros (VALE SIMAS; AMARAL; SANTOS, 2021).

Gura (2018) explica que as propriedades rurais que compõem a agricultura familiar devem ser bem administradas como nas demais empresas, aponta também que a abreviação dos custos se tornou primordial para o sucesso do negócio. A autora destaca a essencialidade da gestão de custos para o setor e explica que conhecer o que genuinamente é aplicado e gasto na atividade (custos fixos, variáveis, diretos e indiretos) é fundamental para a agricultura familiar que geralmente possui receitas menores para cobrir seus custos. A autora mencionada anteriormente afirma ainda, que uma gestão de custos adequada irá possibilitar decisões mais assertivas. (GONÇALVES; FARIA; OLIVEIRA, 2020).

Pereira (2015), relata que a técnica de se pasteurizar rapidamente é feita trocando-se placas de calor, de custo demasiado alto, e sem sombra de dúvida sem possibilidade de compra pelos pequenos produtores de queijo artesanais. Outrora, a técnica de pasteurizar lentamente demandaria elevada duração e desperdício de trabalho, porque trata-se de controlar a temperatura por 30 minutos por bateladas de pasteurização. esse tipo tratamento térmico, não só cumpre o que determina a lei, mas também garante a obtenção de um produto seguro, decrementado a carga bacteriana indesejável no queijo.

### **3. Metodologia**

Propomos aqui uma capacitação para os pequenos produtores e uma atividade prática da tecnologia de pasteurização do leite pelo método alternativo. Com o objetivo de garantir o bom entendimento por parte dos colaboradores, considerando os diferentes graus de escolaridade, foi empregada uma linguagem adequada e foram citados exemplos práticos vivenciados no dia-a-dia do trabalho nas queijarias. Durante a capacitação os colaboradores foram estimulados a participar, respondendo a questões e citando exemplos relacionados às suas atividades.

### **4. Resultados e Discussão**

A capacitação teve a participação de 70% (setenta por cento) de pequenos produtores artesanais de queijo coalho, isto é, das 07 (sete) queijarias convidadas para a pesquisa, 05 (cinco) produtores participaram, e também foram deliberadamente à

capacitação mais 04 (quatro) produtores que não participaram da pesquisa inicialmente, mas estavam dispostos a aprender a técnica, todos receberam a pasta onde constam todas as informações importantes sobre boas práticas de fabricação e pasteurização do leite e seus benefícios. É supremo informar que cursos para capacitar são relevantes para disseminação de conhecimento e para estimular a colaboração e participação da comunidade.

Realizada a capacitação dos produtores das queijarias. Através de rodas de conversa foram discutidos temas como descarte dos resíduos, BPF, Gestão e ordenha higiênica, foi realizada a pasteurização do leite pelo método alternativo, explicando as emendas para a qualidade microbiológica que esta técnica pode dar ao queijo de coalho. Posteriormente com este leite foi produzido um queijo coalho e levado para fazer as análises. Esta pesquisa durou (01) um ano, anteriormente teria sido feita as análises microbiológicas e físico químicas do queijo coalho dessas queijarias e após essa capacitação foi realizado novas pesquisas onde fora utilizado este leite utilizado a pasteurização alternativa para a produção do queijo e foi detectado grandes melhorias na qualidade do queijo coalho dessa amostra.

Com a capacitação dos destes produtores e com a aplicação da Gestão de Boas Práticas de Fabricação e pasteurização do leite, a qualidade do queijo de coalho microbiológica emendou significativamente demonstrando assim que as amostras anteriores sem BPF e sem pasteurização do leite eram impróprias para o consumo humano.

A pasteurização pelo método alternativo a 70° C por 3 (três) minutos pode ser utilizado sem prejuízo da qualidade físico-química do queijo de coalho e por conceber excelente qualidade microbiológica. Quando as queijarias artesanais utilizam as Boas Práticas de Ordenha e de Fabricação e a pasteurização do leite, a qualidade do produto queijo de coalho emenda significativamente passando o produto de impróprio a próprio para o consumo humano.

## **5. Considerações finais**

Este estudo buscou fomentar a produção do queijo coalho para os pequenos produtores presentes na agricultura familiar. No caso dessas queijarias, a utilização de

novas tecnologias de pasteurização é prodigiosamente indispensável. Nesse contexto, as queijarias artesanais do Rio Colossal do Norte são cruciais produtores de queijo coalho da região, ainda enfrenta problemas no que se refere à segurança alimentar na produção do queijo. Falta aos produtores uma correta adoção do uso de novas tecnologias, conscientização para manipulação dos víveres entre outros.

A pasteurização pelo método alternativo a 70° C por 3 (três) minutos pode ser utilizado sem prejuízo da qualidade físico-química do queijo de coalho e por conceber excelente qualidade microbiológica. Quando as queijarias artesanais utilizam as Boas Práticas de Ordenha e de Fabricação e a pasteurização do leite, a qualidade do produto queijo de coalho emenda significativamente passando o produto de impróprio a próprio para o consumo humano.

Entende-se que as discussões feitas neste trabalho, trariam emendas para a sociedade em geral, tanto para os diminutos produtores quanto para os consumidores de queijo coalho, uma vez que a segurança alimentar é um fato crucial. Esta pesquisa também verificou a situação da gestão na agricultura familiar e a qualidade do produto, fornecendo base para auxiliar esses minúsculos produtores nos requisitos: Pasteurização do leite de forma alternativa como estratégia possível e econômico e dessa forma agregar valor ao produto.

## 6. Referências

AMORIM, P. M. F. **Segurança na manipulação de alimentos nas cozinhas domésticas:** aplicação da teoria do comportamento planejado. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências do Consumo Alimentar) – Universidade Aberta, Porto, 2012.

BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial.** GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BATALHA, M.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de. **Tecnologia de gestão e agricultura Familiar.** In: Congresso da sociedade brasileira de economia e sociologia, 42, 2004, Cuiabá. Anais... Cuiabá: SOBER, 2004.

BITTENCOURT, D. Artigo: Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à

inovação. **Blog Embrapa**, 2018. Disponível em: <  
<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo---agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao>> Acesso em: 29 abril 2021.

CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C. Custos: um desafio para a gestão no agronegócio. (1999). **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, [S. l.], Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3134>. Acesso em: 5 ago. 2021.

COLETTI, V. D. (2014). **Os agricultores familiares e a construção dos mercados do leite e queijo**: a pequena produção e a qualidade frente à legislação brasileira e europeia. 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus de Pato Branco, 2014.

ÇAKIROGLU, F. P.; UÇAR, A. Employees' Perception of Hygiene in the Catering Industry in Ankara (Turkey). **Food Control, Guildford**, v. 19, n. 1, p. 09-15, 2008.

COSTA, M. L.; DÖRR, A. C. **Gestão rural como agente do desenvolvimento regional**. In: Congresso da sociedade brasileira de economia e sociologia, 48, 2010, Campo Grande, MS. Anais..., Campo Grande: SOBER, jun. 2010.

DANTAS, D. S. **Qualidade Microbiológica do queijo de coalho comercializado no Município de Patos, PB**. 2012. Dissertação (Mestrado em zootecnia) - Universidade Federal de Campina Grande, Patos, 2012.

DEVIDES, G.; GIANINI, G.; MAFFEI, D. F.; CATANOZI, M. L. P. M. Perfil socioeconômico e profissional de manipuladores de alimentos e o impacto positivo de um curso de capacitação em Boas Práticas de Fabricação. **Braz. J. Food Technol.**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 166-176, jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/bjft.2014.014>.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Pandemia provoca mudança de hábitos de consumo de produtos lácteos**, aponta pesquisa, 2020. Disponível em:<[https://www.cileite.com.br/especial\\_coronavirus\\_pesquisa\\_consumo](https://www.cileite.com.br/especial_coronavirus_pesquisa_consumo)>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.

FURTADO, M. M. **A arte e a ciência do queijo**. 2. ed. São Paulo: Globo, p. 297. 1991.

GONÇALVES, M. C.; DE FARIA, C. M.; OLIVEIRA, M. T. Agricultura Familiar: Os Desafios da Gestão Rural nas Pequenas Propriedades Rurais. **Revista Agroveterinária, Negócios e Tecnologias**, v. 5, n. 2, p. 26-37, 2020.

GURA, A. **Gestão de custos**: práticas utilizadas em propriedades rurais familiares.

Dissertação Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3536>. Acesso em: 08 set. 2020.

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Portaria nº 368, de 4 de setembro de 1997*. Aprova o regulamento técnico sobre as condições higiênico- sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos elaboradores/ industrializadores de alimentos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 set. 1997. Seção 1, 1997.

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Instrução Normativa Nº 51, de 18 de setembro*. Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite tipo B, do Leite tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. 20 de set. 2002, Seção 1, Página 13, 2002.

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Programa de procedimentos-padrão de higiene operacional (PPHO) nos estabelecimentos de leite e derivados. Resolução DIPOA/DAS nº 10, de 22/05/2003. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. 28 de mai. 2003. Seção I, p. 4-5, 2003.

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Instrução Normativa n.62 de 29 de dezembro de 2011*. Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, de Leite Cru Refrigerado, de Leite Pasteurizado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, em conformidade com os Anexos desta Instrução Normativa. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Instrução Normativa 62. 2011. Seção 1, p.13, 2011.

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Decreto nº 9.918 de 18 de julho de 2019*. Regulamenta o art. 10-A da Lei nº 1.283 de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2019.

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Verificação Oficial de Elementos de Controle**. Brasil, 2020.

LAZZAROTTO, J. J.; FIORAVANÇO, C. J.. Reflexões sobre a Capacitação Gerencial na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista Tecnologia e Sociedade**. Curitiba, v. 14, n. 1, p. 105-114, jan.-jun., 2012.



OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA K. D.; EVÊNCIO, N. J.; PAIVA, J. E. Qualidade microbiológica do queijo de coalho comercializado no Município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil. **Arq. Inst. Biol.**, p. 435-440, jul.-set, 2010.

ORDONEZ, J. **Tecnologia De Alimentos: Alimentos De Origem Animal**. Vol. 2. São Paulo: Artmed, 2005.

PEREIRA, T. M. DA F. **Management technologies and product quality: a study in cheese factories craft of São Rafael RN**. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Estratégias sustentáveis de desenvolvimento do Semiárido) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró RN.

ROSSI, F. A.; DE PAULA, P. L. M.; HIROKI, P. T.; KATSUDA, M. S. Concepção de um manual para estrutura de queijarias artesanais. **Brazilian Journal of Development**, 7(3), 29644-29654, 2021.

SANDOVAL, V. L.; RIBEIRO, L. F. Qualidade Do Leite: Sua Influência No Processamento, Requisitos Obrigatórios E Sua Importância Para O Produto Final. **Revista Getec**, 2021.

SENAR, SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Queijos: produção de derivados do leite**. 2. ed. Brasília: SENAR, 2010.

SIMAS, J. V., AMARAL, G. V., SANTOS, D. A. Diagnostic of hygienic sanitary conditions in cheeses factories: a review. **Research, Society Development and**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i2.11770>.

SILVA, F. T. **Árvore do Conhecimento**. Tecnologia de Alimentos: Leite resfriado, 2020.

STUMBO, C. R. **Evaluation and Equivalency of Pasteurization Processes**. Thermobacteriology in Food Processing, 2 nd Edn, Academic Press, New York, 1973.